

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO GEOGRAFIA E GESTÃO DO TERRITÓRIO

WALISON SILVA REIS

**USOS HEGEMÔNICOS E NÃO HEGEMÔNICOS DO TERRITÓRIO NO SUDESTE
DO PARÁ: A MODERNA MINERAÇÃO E O CIRCUITO INFERIOR DA
ECONOMIA URBANA EM PARAUAPEBAS**

UBERLÂNDIA/MG
2016

WALISON SILVA REIS

**USOS HEGEMÔNICOS E NÃO HEGEMÔNICOS DO TERRITÓRIO NO SUDESTE
DO PARÁ: A MODERNA MINERAÇÃO E O CIRCUITO INFERIOR DA
ECONOMIA URBANA EM PARAUAPEBAS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Uberlândia - PPGEO/UFU - como requisito para obtenção do título de Mestre em Geografia.

Área de concentração: Geografia e Gestão do Território

Orientador: Prof. Dr. Mirlei Fachini Vicente Pereira

UBERLÂNDIA/MG
INSTITUTO DE GEOGRAFIA
2016

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

R375u Reis, Walison Silva, 1988-
2016 Usos hegemônicos e não hegemônicos do território no sudeste do
Pará : a moderna mineração e o circuito inferior da economia urbana em
Parauapebas / Walison Silva Reis. - 2016.
191 f. : il.

Orientador: Mirlei Fachini Vicente Pereira.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia,
Programa de Pós-Graduação em Geografia.
Inclui bibliografia.

1. Geografia - Teses. 2. Minas e recursos minerais - Parauapebas
(PA) - Teses. 3. Economia urbana - Parauapebas (PA) - Teses. 4.
Companhia Vale do Rio Doce - Teses. I. Pereira, Mirlei Fachini Vicente.
II. Universidade Federal de Uberlândia. Programa de Pós-Graduação em
Geografia. III. Título.



WALISON SILVA REIS

USOS HEGEMÔNICOS E NÃO HEGEMÔNICOS DO TERRITÓRIO
NO SUDESTE DO PARÁ: A MODERNA MINERAÇÃO E O
CIRCUITO INFERIOR DA ECONOMIA URBANA EM
PARAUAPEBAS

Professor Dr. Mirlei Fachini Vicente Pereira - UFU

Professor Dr. Marcos Antônio Silvestre Gomes – UFTM – UBERABA - MG

Professor Dr. Antônio de Oliveira Júnior – UFU - FACIP

Data: 02 / junho de 2016

Resultado: Aprovado

Dedico essa dissertação

À minha mãe **Maria Francisca dos Santos Silva**, pelo constante esforço e dedicação que me proporcionaram um crescimento salutar e indelével.

Ao professor **Jailson Macedo de Sousa**, por me incentivar a seguir o caminho da pesquisa.

MEUS SINCEROS AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a Deus pela vida e por me dar forças para conquistar meus objetivos.

À minha mãe Maria Francisca, ao meu padrasto Manoel, e aos meus irmãos Wenderson, Wuldinis e Wanderson por serem meu “porto seguro”, por toda a compreensão, por todo o incentivo e pela confiança a mim dedicados.

Agradeço imensamente ao professor Mirlei Fachini Vicente Pereira, por sua orientação firme e objetiva. A você Mirlei, meu muito obrigado por construirmos juntos esta pesquisa.

Ao professor Jailson Macedo de Sousa, pois sem sua dedicação eu não teria alcançado este momento.

À professora Beatriz Ribeiro Soares, pela sua generosidade e atenção durante a minha estada em Uberlândia.

Ao professor Ângelo Cavalcante, por ouvir minhas angústias e incertezas de pesquisa e pelas sugestões durante a reelaboração do projeto.

Aos professores Vitor Ribeiro e Antônio de Oliveira Júnior, pelas valiosas contribuições durante o exame de qualificação.

Agradeço a professora Marina Regitz Montenegro pela disponibilidade em ler o meu trabalho e, sobretudo, pelas sugestões do ultimo capítulo.

Ao professor Marcus Mariano, também pela leitura crítica e pelos apontamentos sobre o trabalho.

À professora Thaís Bueno, pelas criteriosas observações sobre o trabalho e pela ajuda na organização das normas técnicas.

À José Francisco Brito, Secretário de Cultura de Parauapebas, José Ribamar Pontes Piedade, Secretário da Cooperativa dos Feirantes de Parauapebas e Antônio Rodrigues da Silva, Presidente da Associação dos Trabalhadores Autônomos do Comércio Informal de Parauapebas, pela disponibilização de dados e informações.

À amiga Tatiana Barbosa, por ser o maior presente que Deus me deu durante a pós-graduação. A você, Tatiana, meu muito obrigado pelo seu carinho e por sua sincera amizade.

À dona Isabella, meu sincero sentimento de gratidão pelo grande apoio durante a minha passagem por Uberlândia.

Aos colegas César Mota, João, dona Cláudia, Tião e Eduardo, meus sinceros agradecimentos pelos momentos de alegria. Vocês são uma turma na qual o sorriso está sempre presente.

À colega Simone, pela amizade, pelo carinho e pelos divertidos momentos de descontração que vivi durante minha passagem por Uberlândia.

À amiga Letícia Maciel meu muito obrigado pelo sentimento de carinho e de amizade e pelas nossas longas conversas até as 4 horas da manhã.

Ao Paulo Henrique, pela amizade, pelo companheirismo, pelo carinho e por estar sempre comigo.

Aos meus grandes amigos-irmãos Maria (Miúda), Evaneide, Adriano (Dri), Eduardo Santos, Sarah Lopes (Cinderela), Bruno Saraiva, Dailyson Santos, Marcos Jhefferson (MJ). Sou grato a Deus por vocês fazerem parte da minha vida.

Aos professores doutores Vicente de Paulo da Silva, Roosevelt José Santos, Marcelo Chelotti, e Marco Antônio Mitidiero, pelos seus ensinamentos compartilhados durante as disciplinas do Mestrado.

Aos colegas do Mestrado, Leonardo Rocha, Bruno Freitas, Jozimar Reis e Diego Moreira, pelo apoio e atenção durante o período que estive em Uberlândia.

À Cláudia e à professora Tabila Verena, pelo profissionalismo na confecção dos mapas.

A todos que, direta e/ou indiretamente contribuíram para a construção deste trabalho: meu muito obrigado!

*“Quem chegou primeiro,
Cheio de vontade,
Foi o garimpeiro.
Primeiro o garimpo,
Depois veio a lavra.*

*E sou garimpeiro,
E minerador,
Escravo e senhor,
Buscando a riqueza
No ventre da terra
Escalavrada.”*

(BRITO, José Francisco, 2015, p.22)

RESUMO

Este estudo descreve e analisa o processo de modernização do Sudeste do Pará a partir da década 1950 decorrente das diretrizes geopolíticas do Estado de integrar o território amazônico a economia nacional e internacional por meio da exploração das potencialidades dos seus bens naturais. O município de Parauapebas emancipado de Marabá no fim da década de 1980 surge como resultado concreto das estratégias economicistas do Estado, por meio das relações de poder estabelecidas com a extração e exportação de minério de ferro comandada pela ex-estatal CVRD - atualmente denominada Vale S.A. - Parauapebas tem conjugado as contradições das atividades modernas da política mineradora, focadas no comércio exterior, e as pequenas atividades não modernas, pouco capitalizadas e de baixa organização, enraizadas à vida local da cidade e/ou da região, constituindo, desse modo, um espaço antagônico. Assim, a proposta desta pesquisa consiste em detalhar e compreender a dinâmica urbana de Parauapebas sob a ótica da teoria dos circuitos da economia urbana, formulada por Milton Santos (2008) que segmenta o espaço urbano dos países subdesenvolvidos em circuito superior e inferior. As pequenas atividades comerciais e de prestação de serviços analisadas nos bairros Cidade Nova e Rio Verde permitem delinear esse espaço de incoerências, bem como compreender as expressões do circuito inferior da economia urbana realizadas pela população excluída da moderna indústria de mineração, indiferente à realidade local e poupadora de mão de obra.

Palavras-chave: Modernização. Sudeste do Pará. Mineradora Vale S.A. Parauapebas. Circuito Inferior.

ABSTRACT

This study describes and analyzes the process of modernization of the Southeastern part of Pará since the early 1950's due to geopolitical guidelines of the State towards the integration of the Amazon's territory to the national and international economy by exploiting the potential of its natural resources. The municipality of Parauapebas, emancipated from Marabá at the end of the 1980s, emerged as a concrete result of economicistic strategies of the state, through the relations of power established with the extraction and export of iron ore, led by former state company CVRD - now called Vale SA. - Parauapebas has combined the contradictions of modern activities of mining policy, focused on foreign trade, and small non - modern activities, thinly capitalized and poorly organized, rooted to the local life of the city and/or region, thereby constituting an antagonistic space. Thus, the purpose of this research is to drill down and understand the urban dynamics of Parauapebas from the perspective of the Theory of Two Circuits of Urban Economics, formulated by Santos (2008), that segments the urban areas of developing countries into Upper and Lower Circuits. Small commercial activities and services, analyzed in neighborhoods New Town and Rio Verde, allowed for a delineation on the inconsistencies, as well as a comprehension of the expressions of the lower urban economy circuit, brought forth by the excluded population of modern mining industry, which is indifferent to the local reality, and confined in terms of manpower.

Keywords: Modernization. Southeast of Pará. Mining company Vale. S.A. Parauapebas. Lower Circuit.

LISTA DE IMAGENS

Imagen 1: Parauapebas - Vista parcial do Núcleo Serra dos Carajás.....	70
Imagen 2: Parauapebas - Publicidade de loteamentos residenciais e de condomínios de luxo.....	80
Imagen 3: Parauapebas - Morro Vila Vitória-serras sendo cobertas por moradias precárias.	80
Imagen 4: Parauapebas - <i>Partage Shopping Center</i> Parauapebas.....	87
Imagen 5: Parauapebas - Aspectos da rua A na década 1980.....	108
Imagen 6: Parauapebas - Aspectos da rua F na década 1980.....	108
Imagen 7: Aspectos recente da rua A.....	109
Imagen 8: Aspectos recente da rua F.....	109
Imagen 9: Parauapebas - Aspectos da Feira do Produtor Rural.....	111
Imagen 10: Parauapebas - Centro de Abastecimento de Parauapebas.....	112
Imagen 11: Parauapebas - Aspectos da rua do Comércio na década de 1980.....	113
Imagen 12: Parauapebas - Aspectos recente da rua do Comércio.....	114
Imagen 13: Parauapebas - Praça da Cidadania - Bairro Rio Verde.....	116
Imagen 14: Parauapebas - Estratégias inventivas pela economia pobre - Bairro Rio Verde.....	117
Imagen 15: Parauapebas - Aspectos da Rua do Comércio - Bairro Rio Verde.....	118
Imagen 16: Parauapebas - Vista parcial do Mercado Municipal de Parauapebas	119
Imagen 17: Parauapebas - Aspectos dos estabelecimentos de compra e venda de móveis usados - Bairro Rio Verde.....	120
Imagen 18: Inserção do crédito e dos mecanismos financeiros junto às atividades do circuito inferior.....	125
Imagen 19: Tipos de publicidades realizadas pelo circuito inferior.....	130
Imagen 20: Formas de publicidades do circuito inferior nas redes sociais.....	131
Imagen 21: Resistência dos agentes do circuito inferior diante da intervenção do poder público.....	135

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Pará - Exportação mineral (2009/2013).....	59
Gráfico 2: Pará - Participação da indústria mineral no total da exportação (2013).....	60
Gráfico 3: Pará - Principais produtos exportados pela indústria extrativa mineral.....	61

Gráfico 4: Pará - Principais produtos exportados pela indústria de transformação.....	62
Gráfico 5: Pará - Principais destinos das exportações minerais (2013).....	63
Gráfico 6: Parauapebas - Estimativa de crescimento populacional (2017-2026).....	77
Gráfico 7: Faixas de imóveis alugados, próprios e cedidos pela prefeitura.....	122
Gráfico 8: Formas de pagamentos.....	124
Gráfico 9: Origem das mercadorias, matérias-primas e insumos.....	132

LISTA DE MAPAS

Mapa 1: Parauapebas - Localização geográfica do município.....	19
Mapa 2: Caminhos modernos - Rodovia Belém/Brasília - Transamazônica.....	34
Mapa 3: Programa Grande Carajás.....	46
Mapa 4: Parauapebas - Macrozonas urbanas.....	75
Mapa 5: Parauapebas - Bairro Cidade Nova - locais selecionados para aplicação dos questionários.....	107
Mapa 6: Parauapebas - Bairro Rio Verde - locais selecionados para aplicação dos questionários.....	115

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Amazônia - Estratégias de Modernização (1960/1980).....	32
Quadro 2: Sudeste do Pará - Evolução histórica da presença da CVRD (1967/2010).....	55
Quadro 3: Períodos de levantamento dos dados primários da pesquisa.....	105

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Marabá - Evolução da produção de caucho e castanha-do-pará (1913/1927).....	27
Tabela 2: Pará - Valor da produção mineral.....	58
Tabela 3: Parauapebas - Evolução da População Total, Área e Densidade Demográfica (1991/2010).....	77
Tabela 4: Parauapebas - População municipal por local de origem (2010).....	78
Tabela 5: Parauapebas - Evolução da população urbana e rural (1991/2010).....	79
Tabela 6: Evolução dos Cinco Municípios com maiores PIB, a preço de mercado corrente, do Estado do Pará (2007/2011).....	82
Tabela 7: Parauapebas - Valor adicionado (VA) a preço corrente (mil R\$) (2007/2011).....	83
Tabela 8: Pará - <i>Ranking</i> dos dez maiores municípios no Valor Adicionado (VA) do Setor Industrial (2011).....	84

Tabela 9: Parauapebas - Evolução de arrecadação da CFEM (2007/2013).....	85
Tabela 10: Parauapebas - Evolução do estoque de emprego segundo setor de atividade econômica (2000/2013).....	96
Tabela 11: Parauapebas - Quantidade de estabelecimentos por tamanho e setor de atividades (2012/2013).....	98
Tabela 12: Parauapebas - Estoque de trabalhadores por tamanho de estabelecimento e setor de atividade (2012/2013).....	100
Tabela 13: Parauapebas - Emprego, remuneração média mensal (2012/2013).....	102

LISTA DE SIGLAS

- Alunorte - Alumina do Norte do Brasil S.A.
- Albrás - Alumínio Brasileiro S.A.
- Alpa - Aços Laminados do Pará
- Basa - Banco da Amazônia – S/A.
- CVRD - Companhia Vale do Rio Doce
- DNPM - Departamento Nacional de Produção Mineral
- Docegeo - Rio Doce Geologia e Mineração
- EFC - Estrada de Ferro Carajás
- IG - Instituto de Geografia
- Idesp - Instituto de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental do Estado do Pará
- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas
- Ibram - Instituto Brasileiro de Mineração
- Incra - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
- MDIC - Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
- MRN - Mineração Rio do Norte
- PGC - Programa Grande Carajás
- PFC - Projeto Ferro Carajás
- PIN - Programa de Integração Nacional
- PND - Plano Nacional de Desenvolvimento
- PMCMV – Programa Minha Casa Minha Vida
- Proterra - Programa de Redistribution de Terras e Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste
- Polamazônia - Programa de Polos Agrominerais da Amazônia
- Sudam - Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia
- Simineral - Sindicato das Indústrias Minerais do Pará
- Suframa - Superintendência da Zona Franca de Manaus
- UEMA - Universidade Estadual do Maranhão
- UFU - Universidade Federal de Uberlândia

SUMÁRIO

CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....18

CAPÍTULO I

A CONQUISTA DO MEIO NATURAL E A CONSTITUIÇÃO DO MEIO TÉCNICO NO SUDESTE DO PARÁ.....24

1.1 A EXPLORAÇÃO DO MEIO NATURAL COMO INSTRUMENTO DE DOMINAÇÃO.....	24
1.2 INTEGRAÇÃO NACIONAL E A CONSTITUIÇÃO DO MEIO TÉCNICO NO SUDESTE DO PARÁ.....	31

1.2.1. A chegada da rodovia: primeiro esforço técnico de integração do Sudeste do Pará.....	33
1.2.2. Movimento migratório e os projetos de colonização.....	36
1.2.3. Fronteira corporativista: conformação de um território de conflitos.....	40

CAPÍTULO II

NOVO MOMENTO DO MEIO TÉCNICO-CIENTÍFICO NO DESENVOLVIMENTO DA ATIVIDADE MINERADORA NO SUDESTE DO PARÁ.....42

2.1 ASPECTOS DA RACIONALIDADE TÉCNICA NA EXPLORAÇÃO MINERAL NO SUDESTE PARAENSE.....	42
--------------------------------------------------------------------------------------	----

2.2 A EXPANSÃO DA ATIVIDADE MINERADORA NO SUDESTE PARAENSE: GARIMPOS E MINERAÇÃO INDUSTRIAL.....	47
--------------------------------------------------------------------------------------------------	----

2.2.1. O trabalho “marginal” e pouco capitalizado dos garimpeiros.....	48
2.2.2. A mineração industrial e o capital intensivo.....	51

2.3 O <i>BOOM</i> DA <i>COMMODITY</i> MINERAL NA ECONOMIA PARAENSE.....	53
-------------------------------------------------------------------------	----

2.4 EFEITOS SOCIOESPACIAIS DA ATIVIDADE MINERADORA NO SUDESTE PARAENSE	63
------------------------------------------------------------------------------	----

CAPÍTULO III

A ATIVIDADE MINERADORA E O USO HEGEMÔNICO DO TERRITÓRIO IMPLICAÇÕES NA ESTRUTURA URBANA DE PARAUAPEBAS.....69

3.1 CONDICIONANTES HISTÓRICOS DA URBANIZAÇÃO E DO ESPAÇO URBANO DE PARAUAPEBAS.....	69
-------------------------------------------------------------------------------------	----

3.2 PRIVATIZAÇÃO DA CVRD E AS RECONFIGURAÇÕES TERRITORIAIS EM PARAUAPEBAS.....	74
3.2.1. Crescimento demográfico e a produção do espaço urbano como mercadoria.....	76
3.2.2. Elementos da dinâmica econômica de Parauapebas.....	81
3.2.3. Expansão de atividades modernas.....	86
 CAPÍTULO IV	
ALÉM DA GRANDE MINERAÇÃO, OUTROS USOS DO TERRITÓRIO: O CIRCUITO INFERIOR DA ECONOMIA COMO UM INDICADOR.....	89
4.1 OS DOIS CIRCUITOS DA ECONOMIA URBANA: UMA DISCUSSÃO BREVE SOBRE SUA FORMAÇÃO E CARACTERÍSTICAS.....	89
4.2 A INDÚSTRIA MODERNA DE MINERAÇÃO E A EXPANSÃO DO CIRCUITO INFERIOR.....	93
4.3 CIRCUITO INFERIOR DA ECONOMIA URBANA DE PARAUAPEBAS: PERCURSOS METODOLÓGICOS, DELINEAMENTO E DESCRIÇÃO DAS ÁREAS SELECIONADAS.....	103
4.3.1. Circuito inferior e o meio construído de constituição antiga.....	106
4.4 USOS NÃO HEGEMÔNICO DO TERRITÓRIO: EXPRESSÕES DA ECONOMIA POBRE NO ESPAÇO URBANO DE PARAUAPEBAS.....	120
4.4.1. Uma economia de pouco capital e de pouca organização.....	120
4.4.2 Relações financeiras e crédito.....	123
4.4.3 Características da mão de obra empregada.....	123
4.4.4 Apropriação de técnicas modernas no contexto de uma economia pobre.....	128
4.4.5 Origem das mercadorias, matérias-primas e insumos.....	131
4.4.6 Abrangência limitada do mercado.....	133
4.4.7 O sentido das ações do poder público na economia pobre.....	134
 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	138
 REFERÊNCIAS.....	143
 APÊNDICES.....	153
Apêndice I - Roteiro de Entrevista: Associação dos Trabalhadores Autônomos no Comércio Informal de Parauapebas.....	154

Apêndice II - Roteiro de Entrevista: Cooperativa dos Feirantes de Parauapebas.....	160
Apêndice III- Roteiro de Entrevista - Circuito inferior da economia urbana - Cidade Nova e Rio Verde.....	163
Apêndice IV - Quadro síntese I - Circuito inferior da economia - Estabelecimentos pesquisados - Cidade Nova.....	167
Apêndice V - Quadro síntese II - Circuito inferior da economia - Estabelecimentos pesquisados - Rio Verde.....	177

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

As reflexões apresentadas e discutidas nesta dissertação objetivaram compreender as dinâmicas socioespaciais que compõem o espaço urbano de Parauapebas¹ a partir da mineração, principal atividade de sustentação econômica do município e de forte ressonância em toda região Sudeste do Pará, sob a perspectiva da teoria dos circuitos da economia urbana proposta por Milton Santos (2008a).

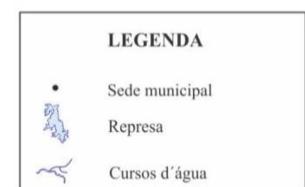
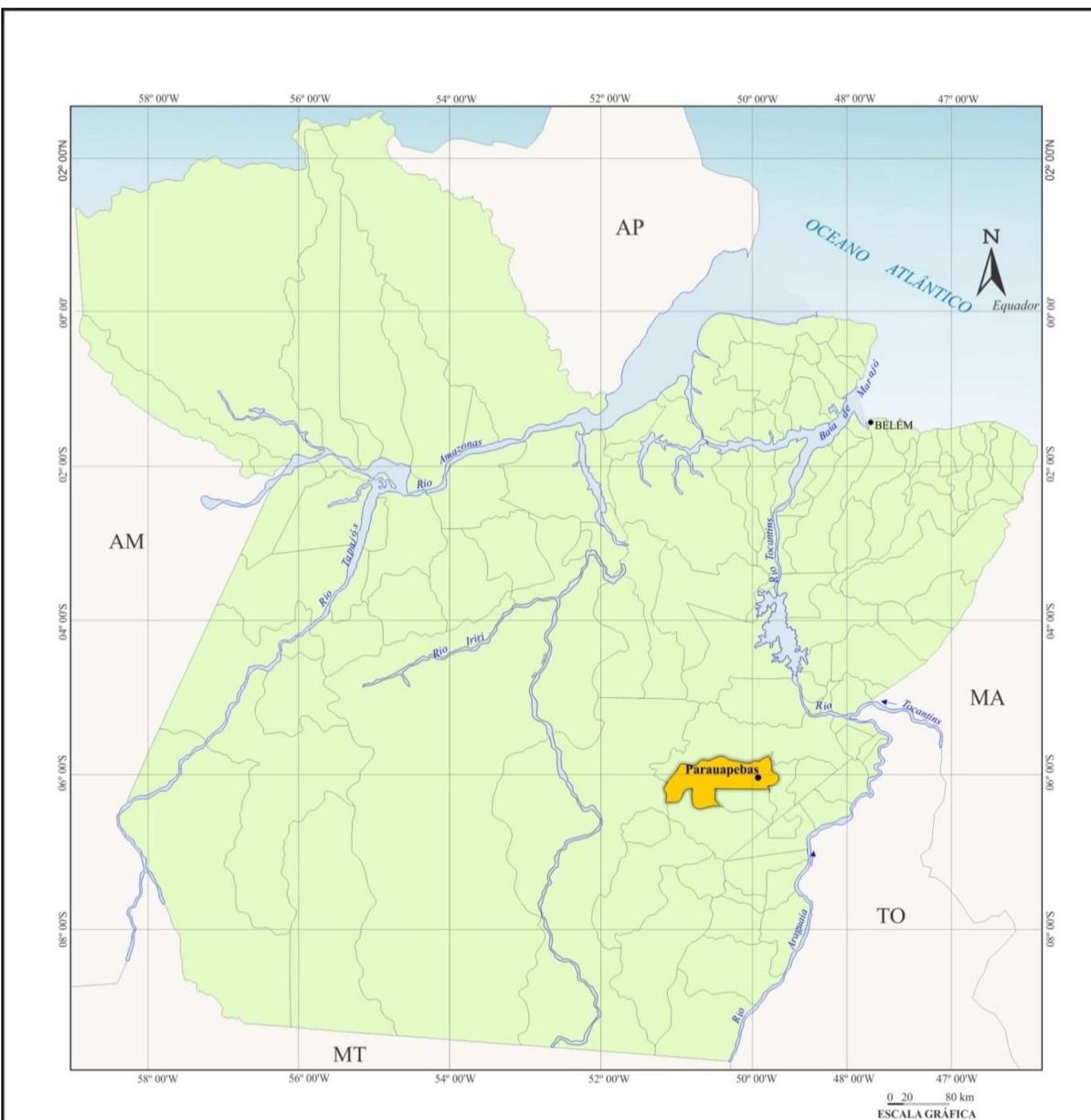
A história do município de Parauapebas não foge da longa trajetória que marca a formação do Sudeste do Pará – como também de outros subespaços da Amazônia – que decorre da exploração dos seus bens naturais – caucho, castanha-do-pará e minério. É através da valorização dos seus recursos naturais que a região se insere no cenário da economia mundial. Tal inserção se acentuou a partir da década de 1950, quando passou a ser orientada no intuito de integrá-la à economia nacional e dar uma resposta mais efetiva às necessidades do mercado externo. Assim sendo, considera-se que a reconfiguração espacial do Sudeste do Pará é conformada em decorrência da lógica do mercado, mais precisamente da exportação, palavra que define o sentido dos constantes processos de modernização² não só da região Sudeste do Pará, mas de todo o espaço amazônico.

Todavia, a modernização do espaço amazônico, particularmente do Sudeste do Pará, baseado na maximização da exportação dos bens naturais para os mercados que mais crescem no mundo, é dissociada da propagação da melhoria das condições de vida da população local. Ao mesmo passo que a exportação tem impulsionado um forte crescimento econômico na região, este é seguido por um acelerado alargamento da pobreza e da escassez, no campo e na cidade, bem como a ampliação das desigualdades no consumo de bens e serviços. O município de Parauapebas expressa essa realidade, revelando assim que a moderna exploração mineral, travestida de discurso de progresso, tem se mostrado uma fábula, ocorrendo na realidade uma modernização e um progresso perversos.

¹ Verificar mapa 1, página 19.

² “[...] Entre os geógrafos dever-se-ia falar, de preferência, em modernizações, no plural, e esse é, a nosso ver, o único modo de levar em conta as implicações temporais da organização do espaço [...] Cada período é caracterizado pela existência de um conjunto coerente de elementos de ordem econômica, social, política e moral, que constituem um verdadeiro sistema. Cada um desses períodos representa uma modernização, isto é, a generalização de uma inovação vinda de um período anterior ou da fase imediatamente precedente [...] Trata-se pois na realidade de uma sucessão de modernizações, quer dizer, de períodos da história econômica. Esta noção aparece como fundamental para a compreensão dos impactos das forças de modernização e de suas repercussões sociais, econômicas, políticas e espaciais” (SANTOS, 2008a, p.29-31-32).

Mapa 1: Parauapebas - localização geográfica



Fonte:

Atlas Geográfico Universal. Melhoramentos/ Leme. 50^a ed. São Paulo, 1987. Escala 1: 10.000.000.

IBGE. Mapa Político e Rodoviário. Rodovias federais atualizadas segundo DNER. Escala 1:16.600.000, 1998.

Organização:

Walison Silva Reis

Cartografia Digital:

Cláudia Adriana Bueno da Fonseca

Considerando que a modernização estabelecida em Parauapebas e região é antagônica, excludente, projetada aos frenéticos impulsos do "moderno", que não partiu de anseios da própria região, mas de fora dela, que ignorou e que ainda ignora a realidade da população ali estabelecida, podemos perceber que o município é marcado por diferentes divisões do trabalho, com a coexistência de atividades modernas, que atendem aos interesses desses grupos, e não modernas, em maior consonância com as necessidades locais. Em outras palavras, Parauapebas é um espaço que comporta sistemas modernos da economia, voltados especialmente para as necessidades externas e, ao mesmo tempo, abriga atividades pouco capitalizadas e de pouca organização, que constituem a maior parte do trabalho voltado para o lugar e para a manutenção e sobrevivência cotidiana de grande parcela da população.

Neste contexto, compreendemos que as diferentes divisões de trabalho que marcam o espaço urbano de Parauapebas podem ser analisadas sob a ótica da teoria dos circuitos da economia urbana elaborada por Milton Santos (2008a). Essa proposta teórica define que as cidades dos países subdesenvolvidos são caracterizadas por dois circuitos: o superior e o inferior. O circuito superior, altamente beneficiado pelo processo de modernização, é composto pelos bancos, pelo comércio e pela indústria de exportação, ou seja, a indústria moderna, os serviços modernos, os atacadistas e as transportadoras. Caracteriza-se por atividades capital-intensivas, produção em grande escala, articuladas para fora da cidade e da região, tendo como objetivo principal a acumulação de capital. Santos (2008a) também reconhece a existência de um circuito superior marginal, composto tanto por elementos do circuito superior como do inferior, com características mistas e no mais das vezes atendendo a interesses do chamado circuito superior.

Já o circuito inferior, que não usufrui dos mesmos volumes de capital, dos progressos técnicos, do avanço organizacional-burocrático e das vantagens relacionadas ao circuito superior, é formado essencialmente de diferentes tipos de pequenos comércios, da produção de bens manufaturados de capital não intensivo e de toda a gama de serviços não modernos. São atividades intensivas em trabalho, tendo como objetivo principal fazer “[...] sobreviver e assegurar a vida familiar diária, bem como participar, o quanto possível, de certas formas de consumo peculiares ao moderno modo de vida” (SANTOS, 2008a, p.102).

Para Montenegro (2006, p.12), analisar a cidade a partir do olhar da teoria dos circuitos da economia urbana revela-nos que a cidade não é um todo homogêneo, não podendo, assim, ser identificada como uma única área em que só se realiza o trabalho mais moderno. Em outras palavras, a cidade é constituída por diferentes mercados e por distintas divisões do trabalho. Compreendendo Parauapebas como um espaço compósito de realização

de diferentes atividades e não somente como “palco” da grande indústria de mineração, notamos que, ao mesmo passo em que se acentuam no município os grandes investimentos da mineração, como projeto de “modernização e de progresso”, tem ocorrido, concomitantemente, embora sendo causa da expansão da pobreza e do aprofundamento da desigualdade, a multiplicação de pequenas atividades pouco capitalizadas e de pouca organização. Atividades essas que, por sua vez, têm desempenhado um importante papel na absorção da mão de obra e na geração de renda para aqueles excluídos ou que vivem à margem das atividades do circuito superior, constituindo uma estratégia pela busca/garantia da sobrevivência cotidiana. Conforme Ribeiro (2013, p.296), “[...] são os que experimentam a escassez que precisam desvendar multiplas ações possíveis permitidas pelo espaço herdado e costurar projetos num tecido social esgarçado e precário”. Assim, as atividades do circuito inferior, diferentemente do circuito superior onde o lucro é o que lhe constitue, antes de tudo se pautam na possibilidade de garantir a sobrevivência dos mais pobres.

O meu interesse em pesquisar territórios resultantes de uma lógica modernizadora endereçada ao atendimento das necessidades de mercados longínquos não é recente. Parte desde o início da minha trajetória acadêmica, precisamente no ano de 2009, quando desenvolvi o projeto de iniciação científica intitulado “Cidades médias e organização do espaço na Amazônia Oriental: uma análise a partir da dinâmica industrial em Açaílândia (MA)”. Os resultados obtidos por meio dessa pesquisa trouxeram-me a motivação para aprofundar este estudo através do trabalho de conclusão de curso, defendido e aprovado no Centro de Estudos Superiores de Imperatriz/Universidade Estadual do Maranhão – CESI/UEMA, no ano de 2012, com o título “Efeitos socioespaciais de grandes projetos no sudoeste maranhense: uma reflexão a partir da atividade siderúrgica no município de Açaílândia-MA”.

No ano de 2014 ingressei no mestrado em Geografia no Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Uberlândia (UFU) no intuito de dar continuidade à pesquisa sobre a atividade siderúrgica em Açaílândia. Porém, por residir em Parauapebas, uma cidade marcada por um grande empreendimento econômico e onde a Companhia Vale S.A. monopoliza e tem os principais projetos de exploração mineral na região Norte, somado a minha experiência na graduação, no estudo de grandes projetos econômicos, esbocei outro projeto tendo o município de Parauapebas como objeto de estudo. Nesse contexto, levantamos os seguintes questionamentos que expressam a problemática desta pesquisa:

- i) Como ocorre o processo de inserção da Amazônia, em especial a região Sudeste do Pará, no mundo moderno capitalista?

- ii) Por que grandes projetos econômicos de mineração instalados na região Sudeste do estado do Pará não geraram processos de desenvolvimento em seus próprios núcleos urbanos?
- iii) Quais as estratégias de sobrevivência desenvolvidas pelos agentes excluídos das atividades de mineração?

Diante do reconhecimento da problematização indicada, a tarefa proposta a seguir pautou-se na adoção das metas ou objetivos estabelecidos para este estudo.

- i) Discutir o processo de modernização capitalista do Sudeste do Pará;
- ii) Entender por que a atividade mineradora não gerou processos de desenvolvimento nos núcleos urbanos da região Sudeste paraense, especialmente no município de Parauapebas;
- iii) Analisar as estratégias de sobrevivência encontradas pelos agentes excluídos da atividade econômica de mineração do município de Parauapebas;

Os objetivos específicos apresentados constituíram a trajetória por mim escolhida para compreender a dinâmica da economia urbana de Parauapebas a partir da atuação da atividade mineradora sob a ótica da teoria dos dois circuitos da economia urbana.

É em razão da indústria de mineração que o município de Parauapebas passou a ser visto pelos migrantes, na sua maioria pobres e sem qualificação profissional para o setor de mineração, como um espaço potencial para aquisição de emprego e de melhora de vida. Todavia, a indústria minerária é altamente moderna, portanto, poupadora de mão de obra, repercutindo assim num número crescente de desempregados no município. Estes, quando não retornam para a cidade de origem, têm recorrido à realização de pequenas atividades comerciais e serviços como estratégia de geração de renda. Nesse contexto, a expansão do circuito inferior em Parauapebas pode ser entendida como resultante de uma pobreza estrutural, ou seja, fruto da racionalização das atividades econômicas e do próprio território (SILVEIRA, 2009).

Frente à situação de expansão do circuito inferior em Parauapebas, a pesquisa se preocupou em analisar os processos que permeiam o circuito, no sentido de abarcamos uma maior compreensão de como vive a maior parcela da sua população. O estudo mostra-se como uma contribuição empírica à leitura (e mesmo à atualização) da teoria dos circuitos da economia urbana formulado por Milton Santos (2008a), uma vez que buscamos apreender o papel do circuito inferior no território amazônico, a partir do caso de Parauapebas.

Embora o circuito inferior, nas suas mais diferentes formas de organização, é marcado/composto por empresas ou negócios pouco capitalizados, que podem ser individuais

ou familiares; por prestadores de pequenos serviços, por pequenos comércios e negócios domésticos e por vendedores ambulantes que encontram-se de modo disperso no tecido urbano, selecionamos os bairros Cidade Nova e de Rio Verde para apreendermos os processos que definem as atividades do circuito inferior no município. Nesses bairros identificamos situações geográficas significativas que representam os diferentes arranjos do circuito inferior, ou seja, as diferentes estratégias de sobrevivência cotidiana produzidas pela população pobre.

Neste sentido, o trabalho tem a intenção de reconhecer situações de atividades do circuito inferior e discuti-las, ou seja, entender a complexidade e a cooperação que as permeiam. O estudo não se pautou em estabelecer uma representação quantitativa rígida (a partir de amostras matematicamente definidas) de atividades do circuito inferior nas áreas selecionadas, como também não elaborou análises de comparações, sejam elas de paridades, contrastes e intensidades, mas sim de apreender qualitativamente, processos e características das diversas manifestações do circuito inferior encontradas no município de Parauapebas.

A pesquisa está organizada em quatro capítulos. No primeiro capítulo discutimos o processo de formação espacial da região Sudeste do Pará, marcada pela exploração dos seus recursos naturais, através de uma periodização que leva em conta diferentes técnicas na composição da configuração territorial da região. No segundo capítulo realizamos uma discussão sobre a atividade mineradora na região como projeto prioritário de modernização e de integração da região ao conjunto da economia nacional. No terceiro capítulo buscamos evidenciar a condição de Parauapebas como espaço da indústria hegemônica de mineração. No quarto e último capítulo buscamos avaliar os usos não hegemônicos, aqueles para além da atividade mineradora, adotados pela população pobre de Parauapebas como estratégia de sobrevivência.

CAPÍTULO I

A CONQUISTA DO MEIO NATURAL E A CONSTITUIÇÃO DO MEIO TÉCNICO

NO SUDESTE DO PARÁ

A história do Sudeste do Pará, assim como a de outros subespaços da Amazônia, até por volta de 1950 foi muito marcada pelo predomínio do tempo da natureza condicionando as ações do homem. A exploração dos recursos naturais na região acontecia sem grandes interferências num espaço predominantemente natural. No entanto, a partir da década de 1950 a ordem da região, dominada pela natureza, é alterada com a incorporação de conteúdos técnicos. Este capítulo, primeiramente, se propõe a discutir a conquista do meio natural do Sudeste do Pará, que ocorria com a exploração de seus recursos naturais e sem o uso de recursos racionais capazes de estabelecer a dominação do homem sobre a natureza. Posteriormente, discutir-se-á a (re) organização da região a partir de elementos técnicos e modernos estabelecidos pela atuação de um Estado modernizador e empreendedor, particularmente com a instalação de grandes empreendimentos econômicos e de infraestrutura que passam a dominar o meio natural e a determinar novas relações, muitas vezes baseadas no conflito.

1.1 A EXPLORAÇÃO DO MEIO NATURAL COMO INSTRUMENTO DE DOMINAÇÃO

Nos estudos geográficos, uma análise que busque conhecer os usos e as transformações do território, necessariamente, deve reconhecer a dimensão temporal, uma vez que essa assume diferentes configurações a cada momento histórico. Ou seja, o território é marcado por determinados usos, segundo o movimento da história (SANTOS, 1996; 2008b). Daí a necessidade de conhecer os elementos – homens, instituições, firmas e infraestrutura – que a cada período inserem novas dinâmicas ao território. Trata-se de compreender os contextos e reconhecer períodos anteriores à atual configuração territorial.

Portanto, estabelecer uma periodização constitui-se um esforço necessário para a compreensão dos usos e transformações do território. Santos (1996, p.33) destaca que a técnica aparece como recurso coerente para o exercício de definição da periodização, pois “(...) as técnicas, de um lado, dão-nos a possibilidade de empiricização do tempo e, de outro lado, a possibilidade de uma qualificação precisa da materialidade sobre a qual as sociedades humanas trabalham”. Ademais, a cada período histórico, os elementos ou variáveis que dinamizam o território são portadores ou conduzidos por determinadas técnicas (SANTOS, 2008b).

Nesse contexto, para compreender as transformações do espaço amazônico, particularmente da região Sudeste do Pará, buscamos recuperar os contextos territoriais a partir das transformações técnicas, levando em consideração as ações e as orientações políticas que definem cada período e ditam as forças determinantes na orientação do uso do território (SANTOS, SILVEIRA, 2008, p.20). A análise inicia-se a partir do período econômico da borracha, durante qual se observa, ainda que de modo tímido, o uso de técnicas na conquista/dominação do espaço natural.

Até meados da década 1960, o Sudeste do Pará tinha como principal atividade econômica a coleta da castanha-do-pará, que assumiu uma posição de expansão e expressão econômica na região após o declínio da borracha, que cessou em função das condições de trabalho manual e arcaicas – e da ausência de mão de obra, que limitava ou impedia a Amazônia de atender às crescentes demandas dessa matéria-prima aos centros industriais (VELHO, 2009). Diante desse cenário, a sociedade industrial que se estabeleceu nos Estados Unidos e Europa já no final do século XIX e primeira metade do século XX, logo buscou alternativas outras de abastecimento da borracha, explorando cultivos “domesticados” da planta no continente asiático (CORRÊA, 2006, p.218).

No Sudeste do Pará, a árvore produtora de látex mais comumente encontrada era conhecida como caucho (de ocorrência concentrada no Médio Tocantins, principalmente São João do Araguaia e Conceição do Araguaia, estendendo-se até as fronteiras do estado do Pará com o Maranhão (CARVALHO, MOREIRA, VALE, 1979, p.197)). O mercado dessa matéria-prima fomentou o avanço da ainda incipiente ocupação da região, fazendo com que as condições hostis da floresta aos poucos fossem vencidas.

A forte dinâmica desencadeada pelo caucho foi responsável pela criação de diversos núcleos urbanos, em especial o de Marabá, na confluência dos rios Tocantins e Itacaiúnas, ponto estratégico para a comercialização do produto (ALMEIDA, 2008; RIBEIRO, 2010). Porém, a partir de 1910 a economia caucheira entrou em declínio. De acordo com Browder e Godfrey (2006), primeiramente em função do modo predatório com que se realizava a extração da seiva e que implicou no desaparecimento das áreas cauchais. Para a extração da seiva do caucho era necessário o abatimento das árvores, ao contrário da seringueira, da qual se podia extrair o látex sem sacrificar a planta. Em segundo lugar, a decadência da atividade caucheira ocorreu em razão da profunda crise da economia da borracha em 1920, devido à queda do seu preço no mercado internacional e ampliação da concorrência da produção de borracha com os plantios nas colônias asiáticas da Inglaterra – Ceilão e Malásia (CARDOSO, MULLER, 1977; CORRÊA, 2006; BROWDER, GODFREY, 2006).

Em razão da crise gomífera, os migrantes – em maior parte oriundos dos estados do Maranhão, Goiás, Piauí, Pernambuco, Bahia, Ceará, Paraíba – que se instalaram nos pequenos povoados surgidos a partir da extração do caucho, migraram para suas áreas de origem ou para outras localidades assim que as condições de produção e comercialização do caucho tornam-se desfavoráveis. “[...] A população municipal de Conceição do Araguaia, por exemplo, caiu de 15.000 em 1910 para 6.000. Após o seu apogeu, durante a explosão da borracha essas cidades caíram por décadas em produção de subsistência com fracas ligações inter-regionais” (BROWDER, GODFREY, 2006, p.229).

Corrêa (2006) afirma que a decadência da economia gomífera e a falta de perspectivas futuras da borracha, bem como a inexistência de outros produtos da magnitude econômica dessa matéria-prima, fez com que a Amazônia conhecesse um profundo período de estagnação econômica. Todavia, Corrêa (2006) e Velho (2009) ressaltam que esta estagnação não foi uniforme em toda a região, pois diversas áreas da Amazônia recorreram à exploração de outros produtos de exportação, tais como: juta, pimenta-do-reino, castanha-do-pará, na tentativa de atenuar os efeitos da decadência da borracha.

No Sudeste do Pará, a castanha-do-pará substituiu a atividade anterior na pauta de exportação. A infraestrutura, o capital e a força de trabalho da economia gomífera foram direcionadas à coleta e à comercialização da castanha-do-pará. Segundo Velho (2009), a economia da castanha não acarretou alteração na organização do trabalho e nem na relação homem e natureza. Por essa razão, o autor afirma que a castanha-do-pará não configura um período, mas sim um novo subperíodo.

Toda a infraestrutura que havia sido montada na época da borracha (1898-1919) é transferida para a exploração da castanha, de caráter menos espetacular, o que foi possível dado o fato de tratar-se de atividade econômica fundamentalmente do mesmo tipo. Por isso mesmo, não consideramos que se inaugure efetivamente um novo período, mas sim que após um momento de crise realizam-se ajustes, importantes sem dúvida, que inauguram como que um novo subperíodo ou fase dentro do mesmo período, mantidas no essencial as mesmas relações de trabalho (VELHO, 2009, p.42).

É válido ressaltar que a castanha-do-pará era explorada e comercializada muito antes do caucho. No entanto, devido à valorização da borracha no mercado internacional, reduziu-se a importância da castanha na economia. De acordo com Emmi (2002); Carvalho, Moreira e Vale (1979) o começo da produção da castanha-do-pará, concentrava-se nas áreas do Baixo Tocantins, situação que permaneceu durante a fase da borracha, modificando-se somente quando a economia gomífera entrou em declínio. A partir dessa fase, as áreas do Médio

Tocantins, até então envolvidas na extração do caucho, voltaram-se para a coleta da castanha, ultrapassando o Baixo Tocantins em termos de produção, de comercialização e em importância como polo econômico.

[...] A queda posterior dos preços da borracha trará em sua esteira uma onda de decadência, seguida do ressurgimento da extração da castanha; especialmente, agora, no médio Tocantins, onde uma elite local de comerciantes manobrou habilmente, evitando o aparentemente inevitável. Assim fazendo, a relação se inverte, e a borracha terá preparado o caminho para a castanha, realizando, em condições de boom, uma acumulação que permite, a seguir, a exploração da castanha em um nível que provavelmente de outra maneira não seria possível. Marabá será o centro dessa produção, em detrimento, particularmente, do baixo Tocantins (VELHO, 2009, p.44).

A castanha-do-pará colocou a cidade de Marabá numa situação favorável na superação da crise provocada pelo caucho e também criou novos nexos econômicos e novas tessituras de poder na região. Por estar numa localização estratégica e por ter no seu território vastos castanhais, em 1920 Marabá torna-se a principal produtora da castanha do Estado, como mostra a tabela que segue.

Tabela 1: Marabá - Evolução da produção de caucho e castanha-do-pará (1913/1927)

Ano	Caucho/toneladas	Castanha/hectolitros
1913	327,9	20
1914	462,5	2.502
1915	418,4	2.711
1916	261,1	1.899
1917	250,2	1.708
1918	203,2	1.508
1919	354,7	5.396
1920	228,9	17.878
1921	92	27.965
1922	61,4	27.020
1923	42,3	61.705
1924	26,9	77.548
1925	15,2	84.595
1926	21,3	120.417
1927	18,5	76.305

Fonte: ALMEIDA (2008, p.40)

Acerca da economia castanheira, cuja produção era voltada para o mercado externo, especialmente para os Estados Unidos e para a Inglaterra (que utilizavam o produto na fabricação de sabonetes, de óleos, de confeitos, bem como no uso do leite da amêndoia em pratos regionais, etc.) (CARVALHO, MOREIRA, VALE, 1979; VELHO, 2009), é válido destacar dois pontos: o primeiro refere-se ao seu processo produtivo, que compreende a colheita e o beneficiamento primário para a exportação; e o segundo corresponde aos serviços

de entressafra, que incluíam as atividades de conservação das estradas, a limpeza dos igarapés, a conservação das pastagens, de roçados e dos armazéns (EMMI, 2002).

Os castanheiros, classe composta em sua maioria por nordestinos da fase da borracha e de migrantes do norte de Goiás e do Maranhão, percorriam grandes extensões de terras cobertas por floresta fechada, intercortadas apenas pelas “estradas da castanha” – trilhas abertas na floresta para trabalho de cata. Disposta de forma dispersa e espaçada, a vegetação impôs aos castanheiros a tarefa de percorrer por horas a mata a ponto de não terem contato com os centros urbanos, nem mesmo com outros humanos, durante semanas ou até meses, estando sujeitos à chuva, às doenças - principalmente a malária -, aos animais, bem como ao enfrentamento com grupos indígenas (EMMI, 2002).

Os castanheiros, sem recursos técnicos capazes de potenciar sua força física, desenvolviam uma atividade econômica condicionada às imposições do meio natural abundante e indomado. O extrativismo da castanha constituía-se em uma atividade “harmoniosa” com a floresta, ou seja, com pouca transformação técnica do meio³, porém, era uma atividade altamente predatória da força de trabalho, da mesma forma que foi o caucho, sem um esforço de investimento no sentido de proporcionar melhoria das condições do trabalho. Nesse sentido, o outro ponto a ser destacado nessa reconstituição temporal da realidade remete às difíceis e nada harmoniosas condições de trabalho dos castanheiros, bem como às relações destes com os donos dos castanhais.

O aviamento⁴ usado na borracha foi também o esquema de funcionamento da economia extrativista da castanha. Para fugir dessa cadeia de exploração, segundo Velho (2009, p.56) “[...] os castanheiros tentavam manter-se durante a safra o mais autossuficientes que fosse possível, para evitar as dívidas nos barracões do castanhal. Alimentavam-se em boa parte de caça, da própria castanha e do seu leite, do açaí, do cupuaçu etc”. No entanto, mesmo com as restrições que o castanheiro fazia, ele sentia a necessidade de recorrer aos barracões para aquisição de produtos não encontrados na floresta – munição, querosene, sal, açúcar,

³ “[...] O processo produtivo da castanha consistia, [num primeiro momento], apenas na coleta dos ouriços caídos no chão, transportando-os em paneiros [cestos de palhas trançadas] para um local junto a um grupo de outros castanheiros; depois é realizado o corte dos ouriços reunidos e a continuação à cata do fruto [...] [Num segundo momento] posteriormente, é feita a retirada das sementes que constituem a castanha, estas são amontoadas em um depósito sem cobertura, apenas para impedir o contato com o chão, até que sejam transportados para a sede do castanhal. O transporte da castanha era feito por tropas de asnos que levavam a carga dos depósitos para o barracão. Ao chegar ao barracão, as castanhas são levadas em paneiros e passadas na água corrente do igarapé separando-se as sementes podres. A castanha então armazenada no barracão, sede do castanhal, sofre outro transporte para o centro primário de comercialização” (EMMI, 2002, p.8).

⁴ “A prática do aviamento se caracteriza pela exploração da mão de obra barata, através principalmente da manutenção do vínculo dos extrativistas por meio do seu endividamento crescente com os patrões” (TAVARES, 2009, p.448).

café, roupas, remédios, etc. As dívidas contraídas nos barracões eram descontadas do saldo do trabalhador no final da safra, como Velho (2009, p.57-58) descreve:

[...] Ao descontar-se o aviamento e as dívidas no barracão, reduzia-se bastante a parte da castanha que cabia ao castanheiro, o qual, em geral, vendia a sua parte ao próprio patrão, se já não o tivesse feito antecipadamente. Havia vezes, mesmo, em que nada sobrava, ou, até, em que se ficava devendo. Nesse último caso, o castanheiro ficava trabalhando para o patrão numa espécie de regime de servidão por dívida. A alternativa era a fuga, com o risco de ser apanhado e morto pelos capangas do patrão. Havia casos em que se prometia o perdão da dívida em troca de algum serviço prestado, seguidamente o assassinato, que por vezes era o de um companheiro que havia conseguido acumular um saldo razoável. Afora esses casos extremos, que, no entanto não eram tão raros, a violência se revelava de modo constante nas modalidades de burla que exemplificamos e no atraso quase que sistemático no pagamento do saldo.

Ao mesmo modo do que ocorreu com o início da exploração do caucho, a coleta da castanha-do-pará não implicava a necessidade de uma posse efetiva ou a propriedade dos castanhais até o início da década de 1950. Entre as décadas 1930 e 1950, prevaleceu o regime de concessão, realizado pelo governo estadual mediante o pagamento de licença da safra. Existiam também os castanhais de serventia pública, os quais eram voltados para exploração pelos próprios castanheiros. No entanto, paulatinamente o acesso às terras de castanhais livres foi cerceado, com a sua transferência a particulares, por meio de dispositivos legais como o arrendamento e o aforamento (LOUREIRO, 1992; EMMI, 2002; ALMEIDA, 2008).

Nesse contexto, vastas áreas de castanhais do Médio Tocantins foram apropriadas por uma elite já formada em Marabá que, além dos castanhais, controlava o comércio, o tráfego fluvial com seus barcos a motor, bem como os estabelecimentos comerciais e as casas de castanha. Essa elite, que era constituída por grupos familiares, controlava também o poder político local. Esses grupos, detentores do poder econômico e político local, são denominados por Emmi (2002, p.2) como a “oligarquia castanheira”.

O fato é que a castanha-do-pará impediu o colapso total da economia regional após a queda dos preços da borracha no mercado internacional e, apesar da situação de penúria a que eram submetidos seus trabalhadores, é apropriado reconhecer o forte papel desenvolvido pela oligarquia castanheira no reestabelecimento da economia. Particularmente ao se apoiar na comercialização da castanha-do-pará como meio de sobrevivência e de dinamização econômica. Também se faz necessário pontuar que o modelo da atividade produtiva não sofreu inovações, a não ser na motivação pela busca de mais áreas de castanha e no aumento da coarcação sobre o trabalhador (LOUREIRO, 1992; EMMI, 2002).

É preciso destacar, ainda, que a região, a partir da década de 1930, é marcada por outra atividade extrativa, tida como complementar à castanha: a exploração de diamantes. Inicialmente realizada por pessoas vindas de outras regiões ligadas à atividade garimpeira, essa atividade acabou por atrair os castanheiros, uma vez que a exploração da castanha e do diamante ocorria em períodos diferentes do ano, acompanhando os períodos ditados pela própria ordem da natureza: a coleta da castanha era feita no inverno amazônico, quando as chuvas derrubavam os ouriços das castanheiras; já a busca por diamantes no fundo dos rios acontecia no verão amazônico, quando as águas baixavam (VELHO, 2009; RIBEIRO, 2010). A exploração de diamantes foi também outra economia ancorada na utilização de poucos recursos técnicos, consistindo numa atividade de exploração artesanal.

[...] a exploração do diamante, a não ser no que diz respeito àqueles que trabalham por conta própria no seco, acaba por fixar-se numa organização que consiste num barco com 6 a 15 homens que descem ao fundo dos rios em escafandros em busca do cascalho. Há um patrão, que fornece a equipagem (canoa, bomba de ar e escafandro) e a alimentação, e fica com 50 a 60% dos lucros. Isso exige uma certa aplicação de capital, que veio a interessar, muitas vezes, aos próprios comerciantes e arrendatários de castanhal como aplicação de seus lucros, criando outro vínculo entre as duas atividades. Muitas vezes, os pequenos arrendatários de castanhal dedicavam-se pessoalmente à atividade de mineração (VELHO, 2009, p.64).

De acordo com Velho (2009) o diamante extraído tinha como destino o mercado externo, e a ocorrência constante de contrabando não só limitou a contribuição da atividade aos cofres públicos, como também impossibilitou mensurar níveis de produção. Além da exploração de diamante, no período entre 1940 e 1944 ocorreu a exploração de outro material, os cristais de rocha. A exploração desse mineral, foi muito importante para a economia da região no momento da crise desencadeada pela queda dos preços da castanha no mercado internacional, ficando nesse momento os Estados Unidos, praticamente, o único mercado comprador de castanha-do-pará (CARVALHO, MOREIRA, VALE, 1979). Com o fim da Segunda Guerra Mundial, a atividade mineradora, em especial a de diamantes, passou a acontecer a passos lentos, como atividade complementar à da castanha. Esse formato de economia seguiu até 1950/1960, quando foi sendo substituído paulatinamente pela pecuária e pela agricultura como atividades dominantes na região (VELHO, 2009, p.64).

Portanto, até 1950 o Sudeste do Pará é marcado por atividades econômicas que não realizavam transformações significativas e que não acarretaram o estabelecimento de uma vida de relações complexas no espaço, configurava desse modo um espaço de tempo lento.

1.2 INTEGRAÇÃO NACIONAL E A CONSTITUIÇÃO DO MEIO TÉCNICO NO SUDESTE DO PARÁ

O interesse em industrializar o Brasil tornou-se uma pauta prioritária do governo de Juscelino Kubitschek (1956/1961), apoiado na égide da modernização e na “queima de etapas”, com o lema “Cinquentão anos em Cinco” do Plano de Metas. A preocupação com a ocupação e povoamento de áreas do interior do país e com a integração nacional, iniciadas com Getúlio Vargas, apareceu como marca essencial do governo de Juscelino Kubitschek.

A região amazônica, que até então se mantinha praticamente às margens da vida nacional, passou a ser alvo de uma série de esforços técnicos e políticos baseados numa lógica modernizadora. Contudo, é na década de 1970, com o regime ditatorial militar, quando o Estado assume e defende a ideia de “Brasil Potência”, que a estratégia de integração e ocupação do espaço amazônico ganha mais força e concretude. Dito em outras palavras, é sob o *slogan* de cunho nacionalista “integrar para não entregar”, intensamente difundido pelos militares nos quatro cantos do país, que o espaço amazônico, visto na época como um “vazio demográfico e econômico”, é entregue aos grandes capitais, principalmente o estrangeiros (OLIVEIRA, 1988). É sob a ótica dos órgãos governamentais e intenções do capital que a região, nesse momento, assume a condição de uma “fronteira de recursos”, ou seja, um território fértil para a acumulação do capital. Sobre este aspecto Becker (1982, p.65) afirma:

As fronteiras de recursos são definidas como zonas de povoamento novo, em que o território virgem é ocupado e tornado produtivo. [...] Em virtude do alto valor de seus recursos e do seu despovoamento, esta região é capaz de absorver inovações e atrair efeitos de difusão do crescimento. Constitui-se, assim como uma fronteira de recursos, ou seja, uma região de novas oportunidades. [...] Por seu valor estratégico e pelo alto valor de seus recursos naturais, a região é capaz de atrair inovações e efeitos difusores do desenvolvimento, tais como capital, tecnologia, população tanto de centro nacionais como mundiais, tornando-se verdadeiro campo de atração e de forças externas.

A concepção da Amazônia como fronteira de recursos, difundida pelo Estado modernizador, teve como finalidade inseri-la no cenário produtivo nacional e mundial. Desse modo, modernas e burocráticas instituições públicas, como o Banco da Amazônia (Basa), a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e o Plano de Integração Nacional (PIN) passaram a responder, financeira e politicamente, pelo planejamento do desenvolvimento regional da Amazônia, constituindo-a, assim, como denomina Browder e Godfrey (2006), numa

“fronteira corporativista” em que a organização da região passou ser comandada pelas grandes empresas capitalistas, tanto públicas quanto privadas.

Quadro 01: Principais ações de modernização da Amazônia (1950/1980)

ANO	PROGRAMA/PROJETOS	OBJETIVOS
1953	Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA)	Elaborar planejamentos quinquenais para valorização econômica da Amazônia.
1960	Banco da Amazônia (Basa)	Viabilizar financeiramente os projetos da Sudam.
1960	Rodovia Belém-Brasília (BR/010)	Implantar um eixo pioneiro para articular a Amazônia Oriental ao resto do país.
1966	Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam)	Coordenar e supervisionar planos e programas no contexto regional da Amazônia.
1970	Programa de Integração Nacional (PIN)	Expansão da rede rodoviária e implementação de projetos de colonização em áreas da Sudam/Sudene.
1970	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra)	Executar estratégias de distribuição controlada de terras no país.
1970	Plano Nacional de Desenvolvimento (PND)	Adequar a estrutura territorial do país a uma nova proposta de industrialização.
1974	Programas de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia (Polamazônia)	Concentrar recursos visando o estímulo de fluxos migratórios em áreas selecionadas na Amazônia.
1980	Programa Grande Carajás (PGC)	Explorar de forma integrada e em grande escala os recursos minerais e agroflorestais na Amazônia.

Fonte: Becker (1997, p.17)

Em síntese, a partir da década de 1950, o Estado assume a responsabilidade do novo e ordenado “devassamento” do território amazônico, criando condições necessárias para reprodução do capital. A partir de então, tem-se no território amazônico uma verdadeira emergência do tempo mecanizado, das lógicas do tempo humano, dos objetos técnicos e do capital sobrepondo-se ao tempo da natureza.

O Sudeste do Pará, como os demais subespaços da Amazônia, nesse momento conhece profundas alterações na paisagem, sendo esta, não mais exclusiva das feições da natureza, mas progressivamente imposta pelo capital. As estradas, as ferrovias, as hidrelétricas, as monoculturas, a pastagem, as pontes, as redes de eletricidade, as indústrias de mineração, as cidades etc., são os novos elementos do território, apropriando-se da natureza e engendrando novas feições e relações socioespaciais na região.

1.2.1 A chegada da rodovia: primeiro esforço técnico de integração do Sudeste do Pará

Por meio dos rios foram inaugurados os primeiros caminhos de ocupação e povoamento do espaço amazônico. Esses, num primeiro momento, constituíram-se como principal elemento de organização do espaço, no entanto, a partir da década de 1950, decorrente das políticas governamentais marcadas por discursos desenvolvimentistas e de integração nacional, “[...] novas geografias desenham-se, sobretudo a partir da utilização de prolongamentos não apenas do corpo do homem, mas do próprio território, constituindo verdadeiras próteses. O período técnico testemunha a emergência do espaço mecanizado” (SANTOS, SILVEIRA, 2008, p.31). Assim, em substituição às redes hidroviárias – caminhos lentos – foram inauguradas extensas rodovias (que significavam caminhos modernos, céleres), particularmente a rodovia Belém-Brasília, como ações de um Estado que buscava tornar o território brasileiro moderno e unificado economicamente.

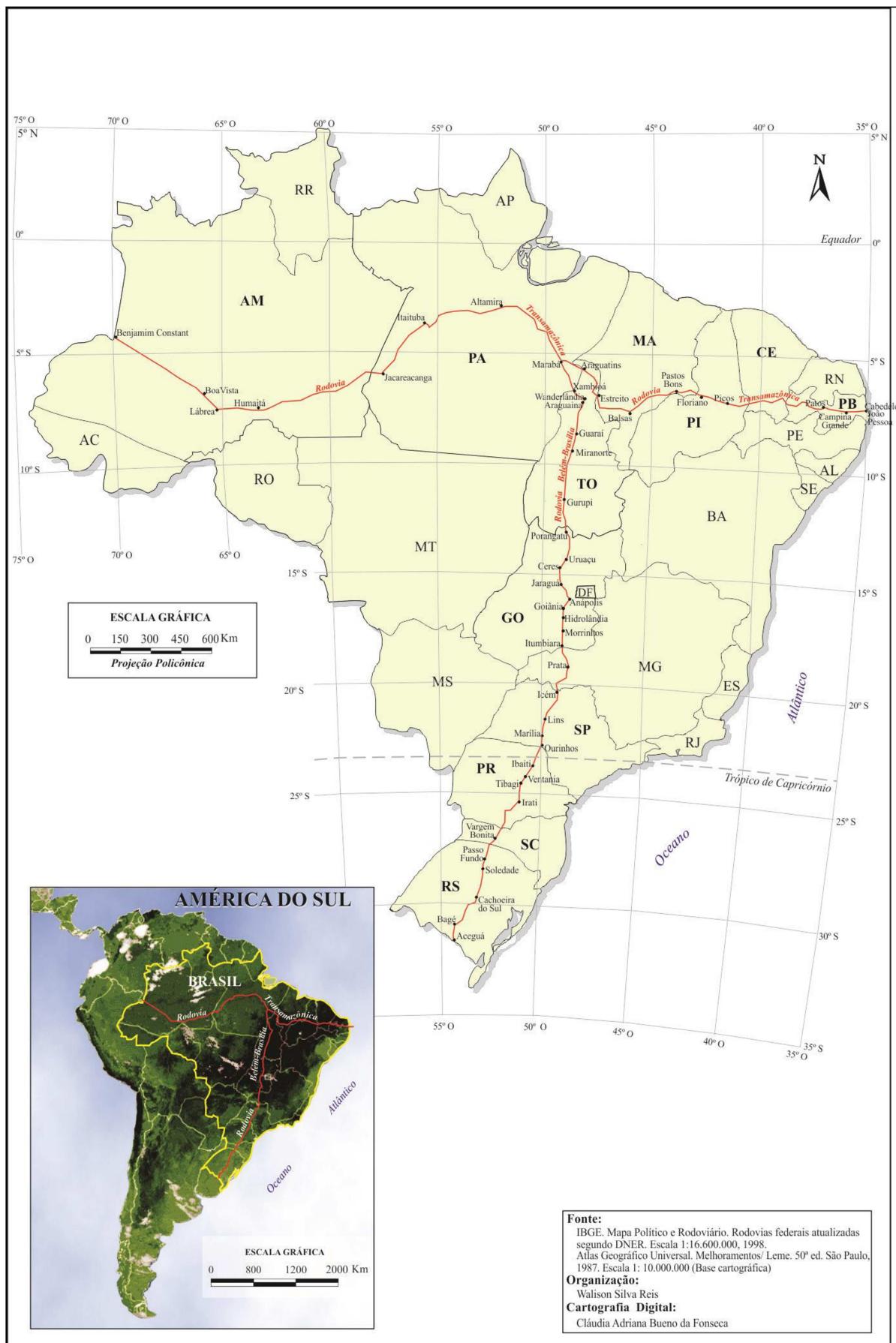
A abertura da rodovia Belém-Brasília⁵, na década de 1960, constituiu um importante marco político e econômico para o Brasil, uma vez que acarretou fortes transformações no território nacional. Para Amazônia, essa estrada promoveu a inauguração de caminhos rápidos, sua integração à porção sul do país, como também à nova capital do Brasil.

A construção da Belém-Brasília simboliza a ânsia de integração de uma nação que secularmente concentrada na faixa costeira, voltava os olhos para o imenso interior despovoado que valoriza diante da nova conjuntura econômica e social. A nova capital, situada em posição estratégica, no contato com todos os tipos de periferias, representa uma verdadeira ponta de lança no centro. Ponto de convergência das grandes rodovias de penetração que se dirigem para o Norte e para Oeste estimula o avanço das frentes pioneiros e o estreitamento das relações com São Paulo [...] Os impactos desse eixo de penetração da região é violento. Não só porque abre a região as novas ideias, pessoas, mercadorias e cidades, mas pela rapidez que se manifestam as inovações (BECKER, 1982, p.28).

O Sudeste do Pará foi bastante afetado com a implantação da rodovia Belém-Brasília, sendo essa responsável por inserir conteúdos novos e modernos na região. A economia da castanha-do-pará foi uma das primeiras atividades a ser beneficiada com as vantagens advindas da abertura da rodovia. Sua implantação permitiu, por exemplo, que os produtores obtivessem mais lucros, já que a estrada facilitou o processo de escoamento da produção.

⁵ Verificar mapa 2, página 34.

Mapa 2: Caminhos modernos – Rodovia Belém/Brasília – Transamazônica



O comércio também foi contemplado com a gama de benefícios que a abertura da rodovia trouxe, uma vez que essa proporcionou independência da região em relação à capital do estado no que tangia as relações de compra e venda de determinados produtos. Se antes da formalização da estrada o comércio era realizado somente por meio do curso do rio, tendo a capital Belém como principal centro, a construção da rodovia Belém-Brasília articulou ligações mais diretas e céleres com outros grandes centros comerciais, em especial com os do Sul país, e estabeleceu novos arranjos comerciais que eram diferentes das praticadas pelo sistema de aviamento (CARVALHO, MOREIRA, VALE, 1979; LOUREIRO, 1992; VELHO, 2009).

A rodovia Belém-Brasília foi também um verdadeiro impulsionador de fluxos migratórios provenientes de vários rincões do país para a região, resultando desse modo, segundo Carvalho, Moreira e Vale (1979, p.229) em um forte impacto demográfico nos municípios de Conceição do Araguaia, Santana do Araguaia, São João do Araguaia, Jacundá, Itupiranga e Marabá. Os migrantes nordestinos constituíram os fluxos populacionais mais intensos atraídos para a região nesse período.

Na década de 1970, a incipiente malha rodoviária existente no Sudeste do Pará ganhou uma nova densidade com a rodovia Transamazônica (**Mapa 2**), nova infraestrutura que cortou a região selvática, especialmente no trecho que vai de Marabá, Altamira e Itaituba, no Estado do Pará, e Humaitá, no Amazonas (CARDOSO, MULLER, 1977, p.168). A construção da Transamazônica representou, no período, a maior obra de penetração da Amazônia por terra já posto em prática. E os motivos para a sua construção são diversos. Para Valverde (1980, p.116), o que impulsionou a sua construção foi a descoberta das minas de ferro de Carajás: “[...] o verdadeiro motivo para a construção (ou, pelo menos, para o início dos estudos) da Transamazônica foi, no entanto, a exploração do minério de ferro da Serra dos Carajás”.

Todavia, a motivação mais dissipada publicamente na época, foi no sentido de ocupar o imenso “vazio demográfico e econômico”, ideologicamente assentado na suposta intenção de solucionar a situação de penúria, de seca e de conflitos de terras deflagradas no Nordeste (CARDOSO, MULLER, 1977; BECKER, 1982; 1997). Nesse contexto, o governo dimensionou o projeto da Transamazônica anunciando o uso da estrada de rodagem, principal projeto do PIN para propostas de colonização de pequenos agricultores (HALL, 1991). Foi estabelecido que a rodovia – como também as demais construídas, em construção ou planejadas – teria 100 quilômetros de suas duas margens destinadas para projetos de colonização (CARVALHO, MOREIRA, VALE, 1979, p.234).

Entretanto, as rodovias Belém-Brasília e Transamazônica, muito mais que caminhos de integração nacional, consistiram a integração do capital com a abertura do território amazônico aos mercados internos e externos, ainda que, de fato, como projetos de infraestrutura de um Estado modernizador e corporativo, ambas tenham possibilitado um acesso mais fácil e rápido ao Sudeste do Pará, representando a quebra do isolamento da região, que permitia aos grupos oligárquicos da castanha-do-pará a prática quase declarada da violência, quer na apropriação de terras, quer na manutenção do sistema de exploração da mão de obra. No entanto, as rodovias significaram mais que a ruptura do isolamento da região, denotaram a desestruturação de uma cadeia de relações políticas e econômicas, que Velho (2009, p.145) denominou de antioligopolistas, pois estabeleceram na região novas relações socioeconômicas que fugiam do rígido controle da oligarquia local.

1.2.2 Movimento migratório e os projetos de colonização

Segundo Browder e Godfrey (2006), além dos projetos modernizadores que constituíram o território amazônico a partir da década de 1950 numa fronteira corporativista, do grande capital, a Amazônia é também balizada pela fronteira populista. Fronteira essa marcada pela colonização de pequenos agricultores e comerciantes, garimpeiros e outros agentes envolvidos em várias formas de atividades de pouco capital e de trabalho intensivo.

A Transamazônica, concebida como uma obra faraônica que permitiria a integração nacional ligando o Nordeste e a Amazônia - as duas “regiões problema” - para o país na época, consistiu-se numa política de frente populista, uma vez que a proposta da rodovia era solucionar a tensão social gerada pelos conflitos fundiários no Nordeste à medida em que criaria polos de mão de obra favoráveis à expansão dos projetos agropecuários, mÍnnero-metálgicos e industriais na Amazônia. Ao mesmo tempo, esse deslocamento populacional faria da Amazônia uma forte área fornecedora de matéria prima e consumidora de produtos do Centro-Sul do país (CARDOSO, MULLER, 1977; OLIVEIRA, 1987; 1988; HALL, 1991).

Em linhas gerais, os militares apoiaram-se na “equação matemática” de que os problemas dos camponeses nordestinos seriam solucionados por meio da combinação do imenso vazio territorial que constituía a região amazônica com os excedentes populacionais sem-terra do Nordeste. Ou seja, a pressão sobre a terra, extremamente concentrada no Nordeste, poderia ser “aliviada” sem a necessidade de promover a reforma agrária, mas abrindo novas frentes de ocupação na Amazônia. É nesse sentido que os governos militares

acabam por operacionalizar a Transamazônica como uma vereda oferecida aos nordestinos para a colonização e ocupação da Amazônia (CARDOSO, MULLER, 1977; BECKER, 1982).

Instigados pelo *slogan* “assentar um povo sem terra numa terra sem povo”, migrantes oriundos do Nordeste e do Sul do país, premidos pelos tensos conflitos de terra, direcionam-se à região Norte em busca de um pedaço de chão (BROWDER, GODFREY, 2006, p.95). O órgão responsável pelo acesso à terra – acesso esse que na realidade não ocorreu –, foi o Instituto de Colonização e Reforma Agrária (Incra). O projeto de colonização coordenado pelo Incra previa que 75% dos colonos seriam migrantes do Nordeste e 25% de outras áreas do país (BROWDER, GODFREY, 2006, p.96). É válido destacar também o papel do Programa de Redistribution de Terras e Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste (Proterra) que, além das suas atribuições de redistribuição de terra, teve como função maior promover a agroindústria e favorecer a implantação de grandes fazendas.

De acordo com Oliveira (1987), a política adotada pelo Incra para o desenvolvimento da colonização dirigida à região ocorreu por meio da seguinte tipologia de projetos: os Projetos Integrados de Colonização (PICs), os Projetos de Assentamento Dirigido (PADs) e, já como uma política de desestímulo a novas migrações, os Projetos de Assentamento Rápido (PARs).

No Sudeste do Pará, escritório do Incra se estabeleceu no município de Marabá. Ali foram desenvolvidos projetos de assentamentos, pois a maior taxa populacional na rodovia Transamazônica ficava na parte leste do trajeto, no estado do Pará, principalmente entre as cidades de Marabá, Altamira e Itaituba (BROWDER, GODFREY, 2006, p.96). Nessas localidades foram implantados os Projetos Integrados de Colonização (PIC).

A possibilidade de os colonos serem proprietários da terra, das facilidades de penetração propiciadas pelas rodovias, e a publicização da região nos meios de comunicação como local de prosperidade, acarretou um intenso fluxo migratório para a região, fluxo esse muito superior ao que o burocrático planejamento governamental seria capaz de assentar. Como consequência surgiram no local sérios problemas de disputa pela posse da terra, pois quando os migrantes chegavam às áreas “desocupadas”, “vazias” defrontavam-se com os grupos naturais da região, entre eles posseiros, castanheiros, pequenos agricultores, índios e com os pretensos proprietários – fazendeiros, empresários, etc., (PEREIRA, 2013) .

O chamado Programa Integrado de Colonização Marabá (PIC-Marabá), de acordo com as diretrizes do planejamento proposto pelo governo federal, compreenderia 529 quilômetros entre as cidades de Marabá e Altamira e ocuparia uma extensão de 10 quilômetros de cada lado da rodovia Transamazônica. Além da distribuição de lotes, previa-se

a construção de agrovilas, agrópolis e rurópolis, localizados ao longo do percurso (CARDOSO, MULLER, 1977; OLIVEIRA, 1987). No entanto, a execução do projeto de colonização de Marabá acabou se materializando em alguns pequenos trechos nos municípios de São João do Araguaia e Itupiranga. Foi nesse último que o Incra iniciou primeiramente os seus trabalhos: os lotes demarcados à margem da estrada passaram a medir 500 metros de frente e 200 metros de fundo. Além de uma agrovila, o órgão construiu, em cada lote, uma casa de tábuas e um hectare de roça (PEREIRA, 2013, p.62).

De acordo com Pereira (2013), ao executar o projeto de colonização na porção de terra localizada no município de São João do Araguaia, o Incra entrou em tensa situação de conflito com os posseiros que já ocupavam a área a bastante tempo. Segundo o autor, o projeto de colonização em São João do Araguaia só se viabilizou porque o Exército havia descoberto, no meio dos posseiros, militantes ligados à Guerrilha do Araguaia⁶.

Para Pereira (2013) o projeto de colonização ao longo do trajeto da rodovia Transamazônica assumiu-se de modo geral mais como instrumento de atração de migrantes para o Sudeste do Pará e demais sub-regiões do que uma real política de colonização:

Em dezembro de 1974, o INCRA havia estabelecido apenas 5.717 famílias nos denominados Projetos Integrados de Colonização (Marabá, Altamira e Itaituba). Um percentual muito inferior à estimativa do Governo Federal que previa assentar, até essa data, 100.000 famílias ao longo da Transamazônica. No PIC Marabá, apenas 1.422 famílias estavam instaladas, sendo 873 na altura de Itupiranga e 549 em São João do Araguaia (PEREIRA, 2013, p.73).

Na avaliação de Browder e Godfrey (2006, p.99), a política de colonização ao longo da estrada Transamazônica não foi uma resposta efetiva aos problemas fundiários da Amazônia, mas sim uma medida paliativa. Para os autores, “[...] a noção utópica de que sistemas de colonização preconcebido, inspirados pela teoria do Lugar Central, poderiam ser planejados e implantados indiscriminadamente na paisagem da floresta tropical provou-se tristemente ingênuo”.

Algumas falhas foram determinantes no fracasso dos projetos de colonização como: i) falta de estrutura do Incra para trabalhar com um número grande de colonos, ii) ausência de serviços básicos de infraestrutura, educação e saúde aos assentamentos, pois a terra como único quesito não era suficiente para garantir a sobrevivência dos colonos, iii) a construção

⁶ Foi um movimento de resistência rural armada que aconteceu ao longo da confluência dos rios Tocantins e Araguaia (área que hoje corresponde aos municípios de Palestina do Pará, São João do Araguaia, São Domingos do Araguaia, São Geraldo do Araguaia, Brejo Grande do Araguaia – no Pará; Xambioá e Araguatins - região que atualmente é o norte do estado de Tocantins, também denominada como Bico do Papagaio), entre fins da década de 1960 e a primeira metade da década de 1970. O movimento guerrilheiro criado pelo Partido Comunista do Brasil (PCdoB), tinha como objetivo fazer um levante contra ao regime civil-militar (PEREIRA, 2013; BROWDER, GODFREY, 2006).

das estradas em locais intransitáveis em períodos de chuvas impedia a comercialização das safras, iv) distribuição de terras estéreis aos lavradores, v) vagarosidade do Incra na emissão dos títulos de propriedade que eram necessários na obtenção de créditos e vi) doenças como malária, leishmaniose, infecções parasitárias típicas da região (HALL, 1991, p.35-36).

Diante desse cenário de situações adversas muitos colonos venderam ou desistiram das terras e retornaram para seus locais de origem. Porém, outros permaneceram na região na condição de trabalhadores assalariados dos agricultores do Sul do país. Houve ainda os que se dispuseram a trabalhar nos garimpos, nas madeireiras, nos serviços de fretes, nos meios urbanos como funcionário de pequenos comércios ou serviços. O Incra, por sua vez, atribuiu os fracassos dos projetos de colonização aos próprios colonos, declarando que eles não estavam preparados para as condições de vida na região amazônica (HALL, 1991; LOUREIRO, 1992; BROWDER, GODFREY, 2006).

Em 1974, o governo abandonou a fronteira populista e retomou a proposta da fronteira corporativista. Instituições governamentais, como Basa e a Sudam defendiam a mudança das políticas de colonização dirigidas para uma aliança do governo com os interesses dos grandes empresários. Nesse sentido, áreas antes destinadas aos homens sem-terra foram revertidas para os empreendimentos econômicos públicos e privados com destaque para o setor agropecuário, com a criação de imensas fazendas em moldes ditos “racionais”. A medida ratificava o sentido da Amazônia como espaço para a reprodução do capital (BECKER, 1982; HALL, 1991; LOUREIRO, 1992; SOUZA, 2007).

Com a criação de grandes fazendas, muitas áreas de floresta foram largamente devastadas, madeireiras e serrarias se instalaram na região aproveitando árvores nobres para comercialização. A concepção do espaço amazônico como apto para criação de gado tomava formato: espaços que antes eram florestas foram transformados em extensos campos limpos para a pecuária⁷.

Com a substituição de uma ocupação de “cunho social”, baseada no assentamento de produtores sem-terra, por uma ocupação privada e corporativista, baseada na implantação de grandes empresas atraídas por vantagens fiscais e creditícias, os problemas fundiários no Sudeste do Pará acirravam-se.

⁷ De acordo com Loureiro (1992, p.296) no ano de 1970 a Amazônia tinha 1,7 milhões cabeças de gado, no final do ano 1985 esse total subiu para 5,3 milhões. Entre os anos de 1976 e 1990 o desmatamento da floresta amazônica foi de 415.000 km². A prática do correntão (o uso de uma corrente de 100 metros de comprimento puxada por um par de tratores), o emprego de desfolhantes químicos (sendo o mais usado o popularmente conhecido - o agente laranja) foram comumente utilizados como métodos para o desmatamento da floresta para produção de pastagem (VALVERDE, 1989). No entanto, apesar da do alto investimento do governo na pecuária a produção de gado manteve-se abaixo das projeções e gerou poucos números de empregos, tendo uma alta repercussão somente na devastação ambiental.

1.2.3 Fronteira corporativista: conformação de um território de conflitos

Com a construção da rodovia Belém-Brasília na década de 1960, o espaço amazônico começou a sofrer significativas alterações, principalmente o processo de migração inter-regionais, devido à facilidade de acesso e à possibilidade de expandir o comércio com produtores do Centro Sul do País. Na década de 1970, a atuação das modernas instituições do Estado, pautadas na implantação de grandes projetos, desenvolveu o cenário que favoreceu a intensificação do processo de migração para a região. Entram na lista projetos rodoviários (Transamazônica), de colonização (agrovilas) e agropecuários, somados às modernas ações voltadas para desenvolvimento da mineração industrial, estabelecidas ali desde o fim da década de 1960. Em extensão, o surgimento de garimpos de exploração de ouro, bem como a proliferação de novos núcleos urbanos, dentre outros, já na década de 1980.

O Sudeste do Pará foi uma das sub-regiões da Amazônia mais atingidas pela expansão da fronteira corporativista com a instalação de grandes empreendimentos econômicos como o Projeto Ferro Carajás (PFC) e a Usina Hidrelétrica de Tucuruí, além de projetos agropecuários. Esse conjunto de propostas econômicas, ancoradas na ideologia desenvolvimentista, implicou na conformação de uma região marcada por um intenso crescimento demográfico, decorrente de uma migração desenfreada, e na propagação de graves conflitos sociais, principalmente aqueles ligados à posse da terra. Isso porque, estes modernos projetos econômicos ao se implantarem na região e incentivarem o fluxo migratório supostamente não previram os conflitos com os habitantes naturais da região – posseiros, índios, ribeirinhos, garimpeiros e pequenos produtores –, que há décadas tinham no local seus bens materiais e simbólicos. Ou seja, diferentemente do que foi alardeado pelo governo, não se tratava, assim, de um espaço vazio, desabitado, mas, sim, conforme pontua Loureiro (1992) de um lugar composto de gente desconsiderada da lógica modernizadora economicista do Estado, gente que era vista como empecilho para a constituição da Amazônia num território produtivo e moderno e que, portanto, necessitava ser anulada.

Desse modo, a apropriação da terra no Sudeste do Pará pelo capital é caracterizado na expulsão, no massacre e/ou no deslocamento dos habitantes naturais da região, como descreve Tavares (2009, p.451)

[...] ocorria um intenso processo de apropriação de terras devolutas, por meio de tentativas de “grilagem” configurando muitas vezes tensas relações conflitivas com populações de agricultores que já residiam nestes locais, porém sem titulação da terra (os posseiros), e que passaram a ter seus direitos questionados por processos de expropriação a que foram submetidos pelos “grileiros”. Nesse período, foram

recorrentes as ameaças, a violência física, a expulsão e, muitas vezes, o assassinato de inúmeros posseiros, que não podiam resistir às formas de apropriação (judicial ou por meio da força) a que eram submetidos. Tal período também se caracterizou pela expansão dos crimes de “pistolagem”.

Enfim, a conformação do Sudeste do Pará como um espaço corporativista veio acompanhada do aumento exponencial de situações de conflito fundiário, contrapondo, principalmente, camponeses *versus* grandes empresas privadas ou estatais, índios e posseiros, índios ou posseiros *versus* mineradora, índios e colonos, mas também outros atores, como populações de garimpeiros (LOUREIRO, 1992; PEREIRA, 2013). Os graves conflitos fundiários deflagrados nesse período implicaram na definição da região como a mais violenta do Brasil. Acerca dessa questão, Browder e Godfrey (2006, p.233) relatam

[...] dos 303 conflitos de terras documentados entre 1964 e 1988 no Pará, 212 casos ou 70% dos conflitos em todo o Estado ocorreram nos municípios entre Marabá e Conceição do Araguaia. Além disso, 63% dos assassinatos relacionados à questão agrária durante este período de 25 anos ocorreram nesses municípios do sul do Pará. Desse total, mais de 100 mortes ocorreram em Xinguara, o município mais violento do Estado em termos de morte relacionadas à questão agrária durante este período. Os maiores índices de mortes resultantes de conflitos fundiários que aconteceram no período 1964 e 1988 são atribuídos aos seguintes municípios do Sul do Pará: Xinguara, 101 mortes; Marabá, 73; Conceição do Araguaia, 54; Santana do Araguaia, 30; Redenção, 22 [...] De 1964 a 1988, 110 ameaças de morte foram denunciadas no Sul do Pará, 75% das denúncias em todo o Estado; 2.687 famílias foram expulsas de suas 70% do total do Estado; e 305 pessoas foram presas em casos de disputas fundiárias, terras, 66% dos casos no Estado do Pará.

É válido destacar que essa realidade de conflitos de “faroeste” no Sudeste do Pará se estende até os dias atuais. Em 1996, a região protagonizou um dos episódios mais tensos e mais marcantes na história de luta pela posse da terra, que ficou conhecido como Massacre de Eldorado dos Carajás. Esse acontecimento foi uma das maiores chacinas contra os sem-terra no país, quando 19 pessoas foram mortas e várias feridas pela Polícia Militar⁸.

Depreende-se que os conflitos deflagrados no Sudeste do Pará tratam-se, na realidade, de conflitos entre as frentes populista e corporativista, ambas com concepções e interesses distintos sobre a região: enquanto a primeira vê a região como espaço para a reprodução da vida, a outra o interpreta como um ambiente potencial para maximização do capital, ou seja, enquanto mercadoria. Portanto, são nos distintos interesses lançados sobre a região que se encontram as razões dos graves conflitos que têm marcado não só o Sudeste do Pará, mas todo o território amazônico (BROWDER, GODFREY 2006, p.92).

⁸ O massacre ocorreu no município de Eldorado dos Carajás, após o bloqueio da rodovia PA-150 (hoje trecho da BR-155), em 1992 como protesto contra o processo de reintegração de posse de uma propriedade localizada próximo ao trecho rodoviário conhecido como "Curva-do-S".

CAPÍTULO II

NOVO MOMENTO DO MEIO TÉCNICO-CIENTÍFICO NO DESENVOLVIMENTO DA ATIVIDADE MINERADORA NO SUDESTE DO PARÁ

Se até 1950 a exploração mineral no Sudeste do Pará realizava-se basicamente em critérios artesanais, a extração de minérios da Serra dos Carajás, descoberta em 1967, é mediada pelo uso de sofisticados recursos tecnológicos. Este capítulo examina a inserção e os percursos de desenvolvimento da atividade mineradora no Sudeste Paraense, exercida em particular pela Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) – (a atual Vale S.A) –, e pontua também a atividade garimpeira, caracterizada no uso de recursos menos capitalizados, como um contrapoder⁹ à modernização em curso. Posteriormente, o capítulo faz um balanço da economia minerária, destacando dados referentes à exportação dos recursos minerais, em especial o minério de ferro, monopolizado pela Vale como principal item de sustentação da balança comercial do Estado do Pará. Em seguida, o capítulo é finalizado com uma discussão dos efeitos socioespaciais provocados pela grande mineração na região.

2.1 ASPECTOS DA RACIONALIDADE TÉCNICA NA EXPLORAÇÃO MINERAL NO SUDESTE PARAENSE

Na década de 1960, e com emergência dos governos ditoriais militares, a mineração passou a ser instrumento de suma relevância para a promoção do crescimento econômico brasileiro. O governo militar buscou revisar o Código de Mineração e estabeleceu, entre outras diretrizes, o fim do direito de prioridade do subsolo e a permissão da presença de empresas multinacionais, através de subsidiárias no Brasil, para atuarem no setor de pesquisa mineral, o que provou certa desnacionalização desse bem natural (SANTOS, 2011).

Os militares também agiram diretamente na condução das atividades de prospecção, recorrendo à utilização de instrumentos técnico-científico para obtenção de um maior conhecimento dos recursos naturais. Oliveira (1988, p.70) afirma que o presidente Castelo Branco, “[...] a par das medidas voltadas para atender às multinacionais na questão do minério de ferro, havia autorizado a Força Aérea dos Estados Unidos (USAF) a proceder ao levantamento aeorofotogramétrico do país”. Em 1970 é criada a Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM), cuja função foi produzir conhecimento mineralógico. Além desse órgão, foi criado o Projeto Radares da Amazônia (Radam) que, utilizando-se de radares

⁹ Expressão utilizada originalmente por BECKER, Bertha Koiffmann, no livro Amazônia, 1997.

de raio infravermelho, mapeou uma área de 1,5 milhão de quilômetros ao sul do rio Amazonas (HALL, 1991, p.33). E em 1971 foi criada a Rio Doce Geologia e Mineração (Docegeo), subsidiária da CVRD, cuja função era atuar na área de geologia e na descoberta de jazidas minerais que possibilitassem a diversificação mineral da empresa (VALE, 2012).

É nesse cenário envolvendo a participação do Estado, de empresas estrangeiras e a utilização de instrumentos técnico-científicos que se deflagra na região amazônica, no final da década de 1960, grandes descobertas de reservas minerais, em especial no Sudeste do Pará, onde a exploração da castanha-do-pará chega ao fim para ceder espaço à grande mineração, expressão de modernidade e progresso, de um novo momento dentro da ordem política, econômica e tecnológica que se gestava não só na Amazônia, mas em todo o território nacional (BUNKER, 2003).

Em 1966 a Companhia de Desenvolvimento das Indústrias Minerais (Codim), associada à *Union Carbide*, descobre jazidas de manganês na Serra do Sereno, nas proximidades de Marabá. A empresa siderúrgica estadunidense *US Steel*, preocupada com suas reservas de manganês na África, que estavam sendo ameaçadas por razões de instabilidade política, e motivada por tais descobrimentos, inicia em 1967, por meio da sua subsidiária no Brasil, a Companhia Meridional de Mineração (CMM), um intenso programa de prospecção denominado de *Brazilian Exploration Program*¹⁰ (BEP) na região Centro-Sul do Pará à procura também por manganês¹¹ (BUNKER, 2003; SANTOS, 2007; SANTOS, 2011).

A área já tinha sido pesquisada pela Companhia de Desenvolvimento das Indústrias Minerais (Codim), ligada ao grupo *Union Carbide*, e ambas as empresas encontraram indícios de minério de ferro na área conhecida como Serra Leste – espaço integrante do conjunto da Serra de Carajás. Porém, a Codim não continuou no aprofundamento das pesquisas, visto que seu foco eram os depósitos de manganês. Já a BEP/CMM deu continuidade aos estudos, resultando no descobrimento das jazidas ferríferas na Serra dos Carajás (BUNKER, 2003; SANTOS, 2011). As jazidas ferríferas descobertas foram consideradas de alto teor, tendo 66% de concentração de hematita, não necessitando, dessa forma, de qualquer tratamento, foram

¹⁰ “Esse programa foi pioneiro na utilização de helicópteros em trabalhos sistemáticos de prospecção mineral. A chegada dos primeiros helicópteros, em junho de 1967, coincidiu com a disponibilidade das fotografias aéreas do Projeto Araguaia (DNPM), que foram fundamentais para a orientação dos reconhecimentos geológicos. O helicóptero e as fotografias aéreas representaram grande avanço tecnológico pela Meridional, que possibilitou sua vantagem competitiva” (SANTOS, 2007, p.182).

¹¹ Em razão da Guerra Fria, o minério de manganês era um insumo estratégico para a siderurgia estadunidense (BUNKER, 2003).

consideradas estarem entre as maiores do mundo, compreendendo, na época, cerca de 18 bilhões de toneladas (SANTOS, 2007, p.183).

Diante da grandeza anômala de minério de ferro descoberto, a *CMM/US Steel* emitiu ao Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) vários requerimentos de pesquisas. A dimensão dos pedidos de autorização de pesquisa não foi bem vista pelo governo federal, que se posicionou de forma receosa, pois, para a União, tal situação foi vista como potencialmente geradora de poder à empresa estrangeira, já que a atividade de exploração das grandes reservas recém-descobertas seria realizada de modo concentrado. Nesse contexto, a *CMM/US Steel* firmou, em abril de 1970, compromisso de sociedade empresarial com uma empresa pública de atuação na mineração, a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), constituindo a *joint venture* Amazônia Mineração S/A (AMZA), com capital acionário dividido em 51% para a Companhia Vale do Rio Doce, e 49% para a Companhia Meridional de Mineração/*US Steel* (VALE, 2012, p.161).

Contudo, em 1977 ocorre a quebra da parceria empresarial entre a CVRD e a *CMM/US Steel*, o que resultou no total controle da CVRD sobre a AMZA. A ruptura da sociedade empresarial custou à CVRD o pagamento de uma indenização de US\$ 50 milhões à sua sócia estrangeira. O rompimento da parceria ocorreu por razões de desentendimento na condução do projeto de exploração das minas de Carajás. Segundo consta, a sócia *US Steel* buscava desenvolver de modo lento o processo de exploração das minas de Carajás, como também se recusava a participar nos custos do Projeto Ferro Carajás (PFC), que consistia em um moderno complexo envolvendo mina-ferrovia-porto (VALE, 2012, p.165).

Após a saída da *US Steel*, em 1978, a CVRD decidiu iniciar a implantação do PFC. Afim de acelerar as atividades de extração e exportação de minério, em 1974 o PFC é alavancado com lançamento do Programa de Polos de Desenvolvimento Agropecuário e da Mineração¹² (Polamazônia), decorrente da política do II Plano de Desenvolvimento da Amazônia (PDA), que, por sua vez, consistia num desdobramento ou numa adequação do II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND).

Com a criação do Polamazônia, o governo buscava manter as taxas de crescimento do país, já em crise, por meio da diversificação e dinamização da produção, com a implantação de grandes empreendimentos econômicos da agroindústria, exploração florestal e

¹² De acordo com Loiola (2005, p.11) o Programa Polamazônia pautou-se na criação de polos de crescimento que consistia no investimento concentrado em áreas previamente selecionadas com potencialidades na agroindústria, exploração florestal e mineral. No total foram selecionados 15 polos: Xingú-Araguaia, Carajás, Araguaia-Tocantins, Trombetas, Altamira, Pré-Amazônia Maranhense, Rondônia, Acre, Juruá, Solimões, Roraima, Tapajós, Amapá, Jurena, Ariapuanã, e Marajó.

mineral com uma produção em larga escala voltada para o atendimento do mercado externo. É com essa proposta que o Polamazônia é criado, ou seja, instituído como um programa para viabilização da grande indústria na Amazônia (MONTEIRO, 1996; LOIOLA, 2005; 2010).

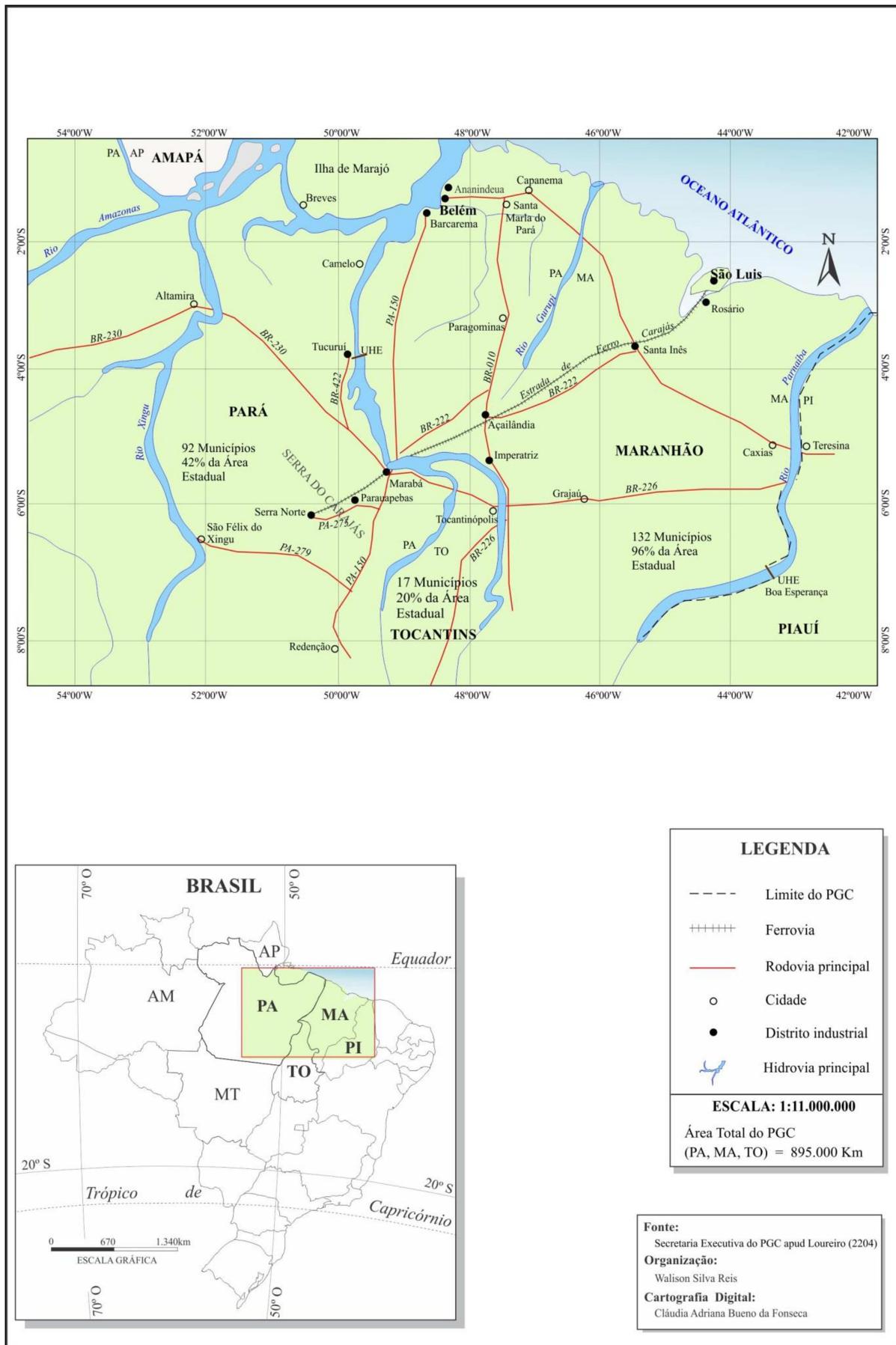
No final da década de 1970, a crise da economia brasileira se aprofunda ainda mais. Enxergando o espaço amazônico como essencial para o reestabelecimento da economia, em 1980, sob o período de vigência do III PND, o governo cria o Programa Grande Carajás (PGC). Esse programa foi uma tentativa do Estado de coordenar de forma rápida os grandes projetos econômicos já existentes, principalmente o PFC¹³, Albras, Alunorte, Alumar e a Usina Hidrelétrica de Tucuruí. A intenção era poder entrar em funcionamentos o quanto antes, pois estes empreendimentos representavam a “redenção” para a economia que estava/agonizava em crise (GISTELINK, 1988; HALL, 1991; LOUREIRO, 1992; MONTEIRO, 1996; LOIOLA, 2005; 2010; SOUZA, 2007).

O PGC consistiu num dos maiores programas de desenvolvimento do mundo, sendo definido como a mais explícita política de atração e implementação de grandes capitais voltados para áreas de mínero-metalúrgica, estendendo-se, também, a setores da agricultura, da pecuária e do reflorestamento (GISTELINCK, 1988). Para Oliveira (1987, p.40) o PGC representou uma verdadeira política de internacionalização dos recursos naturais da Amazônia para os grandes mercados do mundo. O PGC¹⁴ abrangia uma área territorial de 895.265 km², abarcava 10,6% do território brasileiro, correspondendo 96% da área do Estado Maranhão, 42% do Pará e 9% do Tocantins, conforme mapa a seguir.

¹³ O Projeto Ferro Carajás (PFC) era o principal investimento do Programa Grande Carajás (PGC), e consistia em um moderno sistema integrado: mineração em Carajás, estrada de ferro (com 893 quilômetros de extensão, responsável por transportar o minério de ferro e minério de manganês até São Luís (MA)), instalações portuárias (Porto da Madeira), administrativas, operacionais e de manutenção. Os empreendimentos Albras e Alunorte eram um consórcio entre a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) e a empresa japonesa *Nippon Amazonian Aluminium Company* (NAAC). Albras era um empreendimento voltado para produção de alumínio e a Alunorte para produção de alumina calcinada. Ambas as empresas localizam no município de Barcarena (PA) (87 quilômetros de Belém). Alumar era outro consórcio, formado pelas empresas Alcoa do Brasil S.A, BHP Billiton Metais S.A e Rio TintoAlcan, para produção de alumina e alumínio no município de São Luís (MA). Em relação à Usina Hidrelétrica de Tucuruí, o seu projeto de construção sob o curso do Rio Tocantins, no município de Tucuruí (PA), teve como motivação fornecer energia as empresas Albras e Alunorte que demandavam grande consumo (PINTO, 1982; OLIVEIRA, 1987; GISTELINCK, 1988).

¹⁴ Verificar mapa 3, página 46.

Mapa 3: Programa Grande Carajás (limites aproximados)



Já comentado anteriormente, o PGC era composto por quatro segmentos: o minero-metalúrgico, o reflorestamento, a agricultura e a pecuária. O setor mÍnero-metalúrgico tinha como carro-chefe o PFC, com os modernos projetos de extração de minérios que abarcavam o pátio de estocagem, as instalações de beneficiamento, o núcleo urbano (*company town*), as instalações portuárias em São Luís (MA), a Estrada de Ferro Carajás, com 893 quilômetros de extensão, ligando o pátio de estocagem ao terminal marítimo da Ponta da Madeira na capital do estado do Maranhão. Além do PFC, o segmento mÍnero-metalúrgico contemplava outros projetos também como: i) produção de alumínio e alumina da Alcoa, em São Luís (MA) e da Alumínio Brasileiro S/A (Albras), em Barcarena (PA) ii) extração mineral de bauxita da RTZ/CVRD, em Paragominas (PA) iii) fabricação de ferro-gusa e ferro-esponja, em Tucuruí (PA) iv) metalurgia a carvão vegetal, em Marabá (PA) v) mineração de cassiterita e estanho, em São Félix do Xingu (PA) (VALVERDE, 1989, p.22-23).

De modo geral, o interesse do Estado com a implantação dos modernos empreendimentos de extração e transformação mineral deve-se fundamentalmente a uma gama de fatores externos e internos, entre eles: i) gerar divisas para quitar a crescente dívida externa do país, ii) fortalecer a receita de exportação, uma vez que os modernos projetos agropecuários não corresponderam às projeções esperadas; iii) estabelecer a condição da região como fornecedora de bens primários para o desenvolvimento das empresas industriais do Centro-Sul, como também fortalecer a política de ocupação e integração da Amazônia ao mercado nacional e internacional, iniciada pelo governo federal desde a década de 1950; e iv) liquidar débitos na balança de pagamentos provocados pela industrialização e pela crise do petróleo (GISTELINCK, 1988; MACHADO 1991; HALL, 1991; SOUZA, 2007).

2.2 A EXPANSÃO DA ATIVIDADE MINERADORA NO SUDESTE PARAENSE: GARIMPOS E MINERAÇÃO INDUSTRIAL

Na década de 1980, ao mesmo tempo que a região Sudeste do Pará conheceu um novo período com a exploração mineral em bases modernas e racionais, principalmente aqueles sob a atuação da CVRD, houve também a retomada da garimpagem de ouro, realizada em Serra Pelada.

Cahete (1995) *apud* Corrêa (2011) define as características das duas técnicas de exploração mineral-artesanal (garimpo) e a industrial praticadas no Sudeste do Pará na década de 1980 da seguinte maneira:

Na mineração industrial as características principais tomadas por base são: i) utiliza-se como fonte de força predominante a energia elétrica; ii) opera-se com um conjunto mais sofisticado de máquinas e ferramentas; iii) compõe-se por uma equipe de trabalho mais complexa e hierarquizada (empresarial), e iv) empregam-se outra(s) substância(s) com maior capacidade de retenção de partículas finas de ouro (...). A garimpagem é caracterizada principalmente pelos seguintes termos: i) ênfase dada ao trabalho individual e de pequenas equipes (com cerca de oito homens); ii) há um predomínio dos instrumentos de trabalhos mais “rústicos” (manuais e semimecanizados), tais como a bateia, a picareta, a pá etc., apoiados ou não por maquinário a combustíveis fósseis, e iii) pelo uso do mercúrio na coleta de partículas de ouro (CAHETE, 1995, *apud* CORRÊA, 2011, p.25).

Em síntese, a mineração no Sudeste do Pará, na década de 1980, não é marcada somente pela instalação de modernas empresas responsáveis pelo processo de extração e exportação, mas também pelo ressurgimento da garimpagem, com o garimpo de Serra Pelada, considerado o maior a céu aberto do mundo. Totalmente contrário ao modelo racional e sistemático de exploração mineral realizado pela CVRD, o garimpo de Serra Pelada configurava um “contrapoder” à lógica modernizadora que estava em curso (BECKER, 1997, p.78). Contrapoder esse, que também foi responsável por provocar um forte dinamismo e transformações na região.

2.2.1 O trabalho “marginal” e pouco capitalizado dos garimpeiros

A descoberta de ouro em 1970 nas terras da Fazenda Treze Barras, localizada no atual município de Curionópolis (na época Marabá), transformou um morro – o chamado Morro da Babilônia – no maior garimpo a céu aberto do mundo. O garimpo de Serra Pelada, nome dado em referência à serra vizinha, que possuía pouca cobertura de vegetação, situava-se em uma área de concessão da CVRD (MATHIS, 1995; CORRÊA, 2011; MONTEIRO, *et al.*, 2010). Após três meses da descoberta de ouro, o antigo morro chegou a ter um total de 20 mil garimpeiros em atividade (COELHO, 2000, p.153).

Em março de 1980, a Rio Doce Geologia e Mineração (Docegeo) instalou-se no garimpo, exercendo o monopólio da compra do ouro, uma vez que era detentora da concessão. No entanto, dois meses depois, o governo federal, por meio do Serviço Nacional da Informação (SNI), passou a controlar diretamente o grande garimpo. O interesse da intervenção do governo em Serra Pelada tinha várias razões: i) aumento do preço do ouro no mercado internacional, ii) agravamento da crise da dívida externa, iii) desvalorização cambial e iv) elevação do preço do petróleo (MATHIS, 1995, p.2).

Em negociações entre a coordenação dos garimpeiros, juntamente com o DNPM e a CVRD, foi estabelecido que o garimpo seria fechado em 15/11/1983. No dia 30/09/1983, o Serviço Nacional de Informação (SNI) deixa de ser o responsável pelo garimpo, passando a função ao Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), que teria como uma das responsabilidades a retirada dos garimpeiros na área de Serra Pelada. Sebastião Rodrigues de Moura, Major do Exército, conhecido popularmente na região como Major “Curió”, responsável pelo controle do garimpo – função que lhe fora concedida pelo SNI desde o início da abertura do garimpo –, mostrou-se contrário à decisão de retirada dos garimpeiros e candidatou-se a deputado federal. Com a vitória no pleito, aprovou um projeto na Câmara de Deputados, em Brasília, que dava aos garimpeiros o direito de explorar o ouro de Serra Pelada por mais cinco anos, sob a supervisão de uma cooperativa (MATHIS, 1995; MONTEIRO, *et al.*, 2010).

No dia 27 de dezembro de 1983 foi criada a Cooperativa dos Garimpeiros de Serra Pelada. No entanto, mesmo com os esforços dos trabalhadores pelo direito de exploração do garimpo, a situação permanecia indefinida. Diante desse impasse, houve mobilizações dos garimpeiros, começaram a bloquear rodovias, incendiar casas no Núcleo Urbano de Parauapebas e invadir ocupações da CVRD. Em julho de 1984 é sancionada a lei, que garantia a licença de continuidade da garimpagem em Serra Pelada, mediante o pagamento de uma indenização à CVRD (MATHIS, 1995; MONTEIRO, *et al.*, 2010).

O garimpo de Serra Pelada atraiu multidões de pessoas de Norte a Sul do país, que diariamente chegavam à região de diversas maneiras: carros, caminhões ou ônibus, a fim de melhorar de vida por meio do ouro. Em razão da extração do metal valioso, foi criado o núcleo urbano de apoio à garimpagem e de residência, denominado Curionópolis¹⁵, situado a aproximadamente 10 quilômetros de Serra Pelada, uma vez que era proibida a entrada de famílias e de mulheres na área de lavra.

De acordo com Santos (2011, p.146) o período auge do garimpo de Serra Pelada ocorreu no ano de 1983, nesse período foram extraídas 13,9 toneladas de ouro. Essa frenética busca pelo ouro em Serra Pelada transformou “[...] o que era um morro, em 1979 [morro da Babilônia], em um grande buraco, em 1982” (COELHO, 2000, p.153). Entre 1984 a 1986, a extração do ouro permaneceu na faixa de 2,6 toneladas anuais. A partir de 1987, o volume de

¹⁵Curionópolis localiza-se na microrregião de Parauapebas e na mesorregião do Sudeste paraense. Foi emancipado administrativamente de Marabá em 1988. Atualmente, segundo o IBGE (2010), a população do município é 18.288 habitantes. O nome Curionópolis é em homenagem ao Major Sebastião “Curió”. A cidade é também conhecida popularmente por “Trinta” –, seu primeiro nome quando ainda era um pequeno vilarejo em alusão ao trecho rodoviário que se encontrava.

ouro extraído começou a declinar drasticamente até o fechamento da mina em 1992, quando o governo federal não renovou a concessão de lavra e as atividades de exploração foram definitivamente encerradas, passando novamente a concessão à CVRD (SANTOS, 2011, p.146). O garimpo de Serra Pelada, segundo Mathis (1995, p.12) produziu, de 1980 a 1990, 48,3 toneladas de ouro.

Além de Serra Pelada, o Sudeste do Pará é marcado por outras áreas de exploração de ouro por meio da garimpagem. Conforme Santos (2011, p.146), “[...] o garimpo Cumaru, no município de Redenção, chegou a ter 30 mil garimpeiros e houve registros menores em Xinguara, Rio Maria, Tucumã e Ourilândia”.

Apesar da riqueza que a descoberta do ouro poderia, em tese, agregar, é preciso destacar que sua extração por meio da garimpagem resultou em graves problemas ambientais na região, principalmente por causa do uso abusivo do mercúrio. Segundo Mathis (1995, p.15), a quantidade de mercúrio usado no garimpo de Serra Pelada entre 1984 e 1987 é estimada entre 15 e 90 toneladas. Há que se ressaltar também as intensas alterações paisagísticas que a atividade promoveu, pois os garimpos foram responsáveis por grande parte do desmatamento da vegetação natural, particularmente para construção de acampamentos - denominados na época de “corutelas” - e do desmonte dos barrancos (MATHIS, 1995; 1998; CORRÊA, 2011).

A respeito do número volumoso de trabalho gerado, a atividade garimpeira ocorria de forma ilegal, envolvendo mão de obra sem qualificação, móvel e sem direitos trabalhistas. O trabalho nos garimpos era marcado por índices elevados de acidentes, resultando em sequelas físicas e muitas vezes até em casos de morte. O soterramento decorrente do desmoronamento dos barrancos e das galerias subterrâneas - principalmente em períodos de chuvas - era um dos principais causadores de acidentes. No que se refere ao contexto do cotidiano dos garimpos da região, este era permeado de muita tensão, uma vez que eram ambientes pobres em condições de habitação, serviços, saúde e lazer, o que contribuía na proliferação de constantes de atos de criminalidade; brigas, conflitos, usos de drogas, prostituição, havendo, também, muitos casos de doenças como malária, hepatite e de doenças sexualmente transmissíveis (DSTs) (MATHIS, 1995; 1998; CORRÊA, 2011; SANTOS, 2011).

No que concerne à questão econômica, a atividade garimpeira, segundo Santos (2011), não se preocupava em mensurar análises de rentabilidade e produtividade. Ademais, o contrabando era uma prática constante nas relações que compunham o processo produtivo do garimpo. “[...] A exploração envolve intermediários ligados ao contrabando e à ilegalidade,

admitindo-se que cerca de 70% da produção não são incorporados à economia, evadindo-se clandestinamente" (PANDOLFO, 1994, *apud* SANTOS, 2011, p.147).

A partir da década 1990 a exploração do ouro passa a ser desenvolvida por moldes industriais, comandadas por grandes empresas mineradoras. Foi o caso da exploração das minas Igarapé Bahia pela CVRD, atualmente localizada no município de Parauapebas, que iniciou em 1991 as atividades, tendo ultrapassado a produção anual de 10 mil toneladas de extração de ouro em 1995. Em 2002 as atividades de exploração da mina foram encerradas (MONTEIRO, 2005a, p.193).

Sobre a atividade garimpeira, é importante destacar o pensamento de Porto-Gonçalves (2012), quando ressalta que as condenações esbravejadas sobre a atividade garimpeira, principalmente sobre os impactos ambientais por ela causadas, escondem, na altercação, conflitos de grupos sociais pelo acesso aos recursos minerais nos quais as grandes empresas minerárias – na maioria das vezes sob os subsídios do Estado – colocam-se como as mais competentes tecnicamente para explorar esses recursos. Nesse sentido, Porto-Gonçalves (2012, p.50) ressalta que “[...] nada impede dos garimpeiros serem apoiados por políticas públicas que lhe deem suporte técnico. É preciso estarmos atentos para que não condenemos os garimpeiros contra a poluição (...) se os garimpeiros não têm sido atendidos por políticas de apoio técnico para uma exploração não predatória”.

2.2.2 A mineração industrial e o capital intensivo

Como já apontado previamente, na década de 1980 desenvolve-se no Sudeste do Pará, de modo autoritário – sem uma análise social e ambiental e, principalmente, sem a participação da sociedade – a expansão planejada da mineração industrial, sendo concebida pelo governo como alternativa de superação da crise econômica e financeira, tendo como objetivo estratégico a geração de divisas a fim de custear a crescente dívida externa do país. Segundo Gistelinck (1988) e Santos (2011) essa expansão soma-se ao fato de a exploração ferrífera em Minas Gerais processar-se com custos cada vez mais crescentes, dada a exaustão das jazidas que avançava cada vez mais, e que corroborava consequentemente no aumento percentual de minério com menor qualidade. Nesse contexto, justificava-se o interesse do governo em estabelecer na região amazônica uma indústria moderna e racional de mineração.

Em 1978, após a saída da *US Steel* da sociedade empresarial, a CVRD cria, com o objetivo de viabilizar a exploração mineral na Serra dos Carajás, o PFC, que compreende um sistema integrado de infraestrutura, o qual abarca, como já citado anteriormente: minas,

instalações de beneficiamento, pátios de estocagem, *company town*, na Serra dos Carajás; e a Estrada de Ferro Carajás (EFC), com 893 quilômetros de extensão, ligando a mina ao Porto Ponta da Madeira, em São Luís (MA). O financiamento para a construção desse moderno complexo representou o principal entrave, uma vez que i) a economia brasileira estava sofrendo as consequências do endividamento dos grandes investimentos anteriores, ii) a crise do petróleo de 1973 havia provocado *déficit* na balança de pagamentos iii) a recessão do mercado mundial de minério de ferro provocou queda nas receitas da CVRD. Essas situações desfavoráveis dificultaram enormemente a aquisição dos vultosos investimentos necessários para custear o processo de exploração de minérios na Serra dos Carajás (GISTELINCK, 1988, p.80).

No entanto, os problemas para obtenção de financiamento ao moderno complexo mina-ferrovia-porto são solucionados com o aval do governo e do Banco Mundial, que garantiram à CVRD captação de recursos externos. Ademais, houve financiamento de recursos da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) e do Programa Grande Carajás (PGC).

Os problemas iniciais da CVRD para obter financiamento para o complexo de mina, estrada de ferro e porto logo desapareceram ao ser aprovado em 1980 o PGC. Do investimento inicial de US\$ 3,1 bilhões, a CVRD conseguiu financiar cerca de metade através da venda de debêntures, reduzindo de 70% para 56% a propriedade pública da companhia. O saldo dos recursos necessários seria levantado com empréstimos internos e externos. Além de US\$ 1,1 bilhão fornecido pelo BNDE, o então ministro do Planejamento Delfim Neto várias delegações ao exterior que resultaram em empréstimos no montante de US\$ 1,7 bilhão para Carajás, principalmente para a mina de ferro nessa fase. Esse montante incluía US\$ 600 milhões da Comunidade Econômica Europeia (CEE), US\$ 500 milhões do Japão e US\$ 305 milhões do Banco Mundial. Empréstimos para PGC negociados mais tarde incluíam US\$ 250 milhões de bancos comerciais americanos e US\$ 60 milhões da URSS (HALL, 1991, p.68).

A CVRD investiu cerca de US\$ 2,8 bilhões na construção das modernas infraestruturas necessárias. Desse valor, conforme Coelho *et al.* (2008, p.48) US\$ 435,5 milhões foram direcionados para a exploração das minas, US\$ 1,535 bilhão para construção da ferrovia de 893 quilômetros de extensão - obra de maior custo e que representou 48% do investimento total -, US\$ 179,5 milhões para o porto de Ponta da Madeira, em São Luís (MA); US\$ 727,9 milhões para construção de núcleos urbanos, infraestruturas, obras de engenharia, indenizações e recuperação ambiental.

Os altos valores para o processo de viabilização da extração e exportação do minério de ferro das minas de Carajás expressam que essas minas já nasceram ricas. Com os vultosos investimentos em infraestruturas e nas técnicas modernas do ramo, a CVRD buscou assegurar

o princípio do controle para obter eficiência e rigidez, bem como o máximo de independência, para diminuir a adoção de mão de obra humana e restringir o seu trabalho a extração diretamente da natureza.

A implantação dos empreendimentos foi iniciada em 1979 e, no auge das obras, em 1982, 27.483 trabalhadores estavam envolvidos (PIQUET, 1998, p.146). No dia 28 de janeiro de 1985 foi realizado o primeiro transporte de minério da mina N4E. Segundo Monteiro (2005a, p.157) a capacidade instalada no primeiro momento da exploração mineral era de 15 milhões de toneladas/ano (no ano de 2013 a empresa operou 104 milhões de toneladas (VALE, 2014, p.16)). O autor afirma também que além da extração de minério de ferro, nesse primeiro momento de expansão da CVRD na Amazônia, ocorre a exploração no final de 1985 das jazidas do minério de manganês no Igarapé Azul, na Serra dos Carajás. A primeira fase de extração e beneficiamento do minério de manganês comportava 700 mil toneladas/ano. Em 1991 a CVRD ampliou a capacidade de produção, passando para a ordem de 1,7 milhão de tonelada/ano (MONTEIRO, 2005a p.157). Em 2013 a mina de manganês do Azul produziu, 1,850 milhão de toneladas (VALE, 2014, p.16).

2.3 O BOOM DA COMMODITY MINERAL NA ECONOMIA PARAENSE

A história da mineração industrial no Sudeste do Pará é concomitante e ao mesmo tempo se confunde com a história da CVRD. Rosa (2011) considera dois momentos importantes na história da CVRD. O primeiro corresponde à decisão de a empresa diversificar sua produção e incrementar as exportações, ação viabilizada pelo código de mineração do Brasil, que permitiu sua expansão para a região amazônica. O segundo momento remete à privatização da CVRD, no fim da década de 1990, que implicou em uma nova organização da companhia e também em um novo comportamento no mercado.

Acerca da privatização da CVRD, Sousa (2012) ressalta que embora tenha ocorrido em 1997, o governo brasileiro já aderiu de forma organizada e consistente à postura reducionista do Estado na economia desde 1990, sendo segundo o autor reflexo direto das medidas neoliberais discutidas/registradas no Consenso de Washington¹⁶. No

¹⁶ “Em novembro de 1989, reuniram-se na capital dos Estados Unidos funcionários do governo norte-americano e dos organismos financeiros internacionais ali sediados - FMI, Banco Mundial e BID - especializados em assuntos latino-americanos. O objetivo do encontro, convocado pelo Institute for International Economics, sob o título "Latin American Adjustment: How Much Has Happened?", era proceder a uma avaliação das reformas econômicas empreendidas nos países da região. Para relatar a experiência de seus países também estiveram presentes diversos economistas latino-americanos. As conclusões dessa reunião é que se daria, subseqüentemente, a denominação informal de "Consenso de Washington" (BATISTA, 1994, p.5).

mandato de Fernando Henrique Cardoso foram tomadas as principais medidas políticas e econômicas que condicionaram o país à ordem do modelo neoliberal. Nesse contexto, após várias medidas de mudanças na legislação, a CVRD, detentora de grandes depósitos minerais (como também de um enorme e volumoso levantamento de estudos de áreas minerárias), principalmente na região amazônica, e de uma gigantesca e sofisticada infraestrutura de extração e transporte de minério, foi vendida¹⁷ a capitais privados por um valor de R\$ 3,338 bilhões (SOUSA, 2012, p.110).

Privatizada, a CVRD foi reestruturada, sendo imposto um novo comportamento empresarial¹⁸, mais competitivo e preocupado em obter maior otimização dos lucros. Com essa nova racionalidade, a CVRD começa a trabalhar uma estratégia de expansão e diversificação dos negócios, alargando seus bens patrimoniais e sua atuação no mercado interno e externo a partir de fusões e aquisições de empreendimentos. São agregados, por exemplo, investimentos em telecomunicações, ampliações de infraestrutura logística como: ferrovias, portos, transporte marítimo, tanto para negócios próprios quanto para terceiros; investimentos na produção siderúrgica e de alumínio, além da extração de minérios de ferro, manganês, níquel, cobre, bauxita, alumina, caulim, cobalto, ouro, prata, paládio e outras atividades como produção de energia elétrica, carvão e fertilizantes (VALE, 2012).

A ex-estatal, que em 2007 passou a ser denominada somente de Vale S.A. é hoje uma grande multinacional brasileira, exportadora de matéria-prima. É a segunda maior empresa do Brasil e a maior em exportação desde o ano de 2010, superando a estatal Petrobrás, conforme relatório do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (2014). A multinacional atualmente está presente em 15 Estados brasileiros e em 38 países nos cinco continentes.

¹⁷ Com a venda da CVRD a capitais privados, a empresa passou a ser controlada pelo Consórcio Brasil, vencedor do leilão de privatização. Posteriormente esse consórcio se transformou na empresa Valepar, que atualmente exerce o controle acionário da CVRD. Por sua vez, a Valepar é um consórcio composto por: Litel Participações S.A. (Fundo de investimentos administrados pela Previ) com 49,00% das ações; Eletron S.A. com 0,03%; Bradespar S.A. com 21,21%; Mitsui com 18,24%; e a BNDESPAR com 11,51% (VALE, 2013, p.116).

¹⁸ Acerca da privatização da CVRD, Coelho (2008, p, 45) enfatiza: “[...] A privatização da CVRD , em maio de 1997, representou uma ruptura mais recente e mais drástica na orientação e reestruturação do grupo. Apesar de relativamente recente, acreditamos que a privatização, vista como um novo ponto de bifurcação, permitiu colocar em relevo as diferenças entre racionalidade passada e a racionalidade em esboço. Esta última resultará numa nova configuração de gestão organizacional e numa redefinição de seu papel na gestão dos espaços geográficos onde atua. Considerando que a privatização não se limita à simples transferência de propriedade, atenções voltaram-se para as tendências de modificação na sua racionalidade”.

Somos uma das maiores empresas de metais e mineração do mundo e a maior das Américas, com base na capitalização de mercado. Somos o maior produtor mundial de minério de ferro e pelotas de minério de ferro e o segundo maior produtor mundial de níquel. Também produzimos minério de manganês, ferroligas, carvão, cobre, metais do grupo da platina (“PGMs”), ouro, prata, cobalto e potássio, fosfatados e outros fertilizantes. Para sustentar nossa estratégia de crescimento, participamos ativamente da exploração mineral em 11 países em todo o mundo. Operamos um grande sistema de logística no Brasil e em outras regiões do mundo, incluindo ferrovias, terminais e portos marítimos, que estão integrados a nossas operações de mineração. Além disso, temos um portfólio de ativos de frete marítimo, estações de transferência flutuantes e um centro de distribuição para apoiar a distribuição de minério de ferro no mundo todo. Nós também temos investimentos nos setores de energia e siderurgia, diretamente e por meio de coligadas e *joint ventures* (VALE, 2013, p.16).

Sendo reflexo da privatização, a CVRD assumiu o Sistema Norte e o Sudeste do Pará como prioritária na estratégia de ampliação de seus negócios e diversificação do seu portfólio. Desse modo, a empresa tem realizado na região altas somas de investimentos para a maximização e diversificação da produção mineral. No quadro 2 tem-se o registro histórico da presença da CVRD no chamado Sistema Norte, onde é possível observar os primeiros momentos da empresa na região e a dimensão da ampliação dos seus negócios, assim como a diversificação dos seus investimentos a partir da sua privatização no final da década de 1990.

Quadro 2: Evolução histórica da presença da CVRD no Sudeste Paraense (1967/2010)

Data	Evento	Município	Produto	Projetos	Mão de obra
1967	Descoberta de minério de ferro na Serra dos Carajás	Parauapebas (à época Marabá)	Ferro, Manganês, Granito e Areia	---	--
1972	Conclusão das pesquisas com detalhamento sobre as reservas de ferro de Carajás	Parauapebas (à época Marabá)	Ferro, Manganês, Granito e Areia	---	--
1979	Início da implantação do Projeto Ferro Carajás, compreendendo sistema mina, ferrovia e porto; instalações auxiliares e núcleo urbano	Parauapebas (à época Marabá)	Ferro, Manganês, Granito e Areia	Ferro Carajás (N4 e N5) estrada de ferro Carajás	14 mil na Implantação
1985	Inauguração do Projeto Ferro Carajás, com embarque da primeira remessa de minério de ferro para o exterior e a primeira instalação de beneficiamento da mina de manganês do Azul	Parauapebas (à época Marabá)	Ferro, Manganês, Granito e Areia		Fase de operação com 3 mil trabalhadores
1997	A CVRD é privatizada - O Consórcio Brasil, liderado pela Companhia Siderúrgica Nacional – CSN	Parauapebas	---	---	---
2002	Início da implantação do Projeto Sossego de exploração de cobre	Canaã dos Carajás	Cobre	Projeto Sossego	1,5 mil na Implantação
Continua...					

Continuação...

2004	Início da operação do Projeto Sossego de exploração de cobre	Canaã dos Carajás	Cobre	Projeto Sossego	667 empregos diretos e 1,5 mil indiretos
2005	Início de ampliação do Projeto Manganês do Azul	Parauapebas	Manganês	Projeto Manganês do Azul	450 na implantação
2005	Início da operação do Projeto Manganês do Azul – fase de ampliação	Parauapebas	Manganês	Projeto Manganês do Azul	Fase operação com 3 mil empregos
2005	Início da implantação do Projeto UHC	Canaã dos Carajás	Processamento de Cobre	Projeto UHC 10	Média de 140 trabalhadores
2006	Início da implantação do Projeto Ferro Gusa	Marabá	Processamento de Ferro	Projeto Ferro Gusa	--
2006	Início de implantação do Projeto Onça Puma	Ourilândia do Norte e Tucumã	Níquel	Projeto Onça Puma	1,5 mil empregos
2006	Ampliação das minas N4 e N5	Parauapebas	Ferro	Projeto 100 milhões	1.246 empregos na instalação do Projeto Serra Norte
2006	Início de implantação do Projeto Níquel do Vermelho	Canaã dos Carajás	Níquel	Projeto Níquel do Vermelho	1 mil empregos
2006	Início de implantação do Projeto 118	Canaã dos Carajás	Cobre	Projeto 118	760 empregos
2006	Início de implantação do Projeto Salobo	Parauapebas	Cobre	Projeto Salobo	---
2006	Início de implantação do Projeto Manganês (Buriti)	Parauapebas	Manganês	Projeto Buriti	---
2006	Início de operação do Projeto Manganês (Buriti)	Parauapebas	Manganês	Projeto Buriti	50 empregos
2007	Início da operação do Projeto UHC	Canaã dos Carajás	Processamento de Cobre	Projeto UHC 11	
2007	Início de operação do Projeto 100 Milhões (ampliação das minas N4 e N5)	Parauapebas	Ferro	Projeto 100 milhões	161 empregos
2007	Início de implantação do Projeto Serra Leste	Curionópolis	Ferro	Projeto Serra Leste	50 empregos
2008	Primeira expansão das minas de Paragominas S/A	Paragominas	Bauxita	Paragominas	---
2008	Início da operação do Projeto Ferro Gusa	Marabá	Processamento de ferro	Projeto Ferro Gusa	310 empregos
2008	Início de operação do Projeto Onça Puma	Ourilândia do Norte e Tucumã	Níquel	Projeto Onça Puma	917 empregos
2008	Início da operação do Projeto Níquel do Vermelho	Canaã dos Carajás	Níquel	Projeto Níquel do Vermelho	647 empregos
2008	Início de operação do Projeto 118	Canaã dos Carajás	Cobre	Projeto 118	647 empregos
2008	Início da operação da operação do Projeto Salobo	Marabá	Cobre	Projeto Salobo	---
2009	Início de operação do Projeto Serra Leste	Curionópolis	Ferro	Projeto Serra Leste	Fase de operação 10 a 15 profissionais
2010	Início de implantação do Projeto Serra Sul	Canaã dos Carajás	Ferro	Projeto Serra Sul	3 mil empregos
2010	Início da implantação do Projeto da Usina Siderúrgica integrada Aços Planos do Pará – ALPA	Marabá	Placas e bobidas de aço	Projeto ALPA	16 mil empregos na implantação

Fonte: SANTOS (2011, p.160)

Ao analisar o quadro acima, é possível perceber as mudanças no volume de investimentos realizados no Sudeste do Pará quando se compara o período antes da privatização da CVRD com o período após a privatização. Os investimentos recentes expressam, de certo modo, que a região tem se traduzido em um território da grande mineração, tradução essa, muito incisiva e voltada para o uso do território como recurso, onde os vultosos valores dos investimentos são estampados pela empresa em publicidades e comumente utilizados pelo poder público para a exaltação do crescimento econômico e do progresso que a exportação mineral gerará.

O Complexo Minerador de Carajás, do Sistema Norte da Companhia Vale, no município de Parauapebas, é o maior produtor de minério de ferro em operação no mundo. Engloba a operação simultânea de cinco minas a céu aberto: N4E, N4W, N5E, N5W e N5 Sul. Segundo dados da empresa referente à produção -, das minas ferríferas de Carajás saem, anualmente, aproximadamente 35% do minério de ferro produzido pela Companhia. Em 2013, o Complexo Minerador de Carajás produziu 104,9 milhões de toneladas métricas de minério de ferro. Em relação a exploração do minério de manganês na Mina do Azul a empresa teve uma produção em 2013 de 1,850 milhão de toneladas (VALE, 2014, p.16).

Para o segundo semestre do ano de 2016 está prevista a duplicação do volume da produção de minério de ferro com a exploração das novas minas ferríferas na Serra Leste, no município de Canaã dos Carajás, localidade onde está sendo implantado o projeto conhecido pela sigla S11D¹⁹. Quando finalizado, a produção total de minério de ferro do Sistema Norte terá o alcance de 230 milhões toneladas/ano, o que possibilitará a permanência da condição da Vale como principal produtora de minério de ferro do mundo (VALE, 2014, p.12).

É preciso pontuar que o crescimento da Companhia Vale concomitantemente da extração de minério no Sudeste do Pará parte de uma postura política e econômica assumida pelo estado nacional desde o fim da década de 1990 na “aposta” da expansão da exportação de *commodities* (agro-minerais) como elemento responsável pelo *superávit* na balança comercial da economia brasileira (DELGADO, 2010; MONTEIRO, 2005a; 2005b).

De acordo com as análises de Delgado (2010, p.114), é a partir do ano 2000 que o governo (FHC) apostou na exportação de *commodities* agrícolas e minerais, o que implica na

¹⁹ “Para o projeto S11D a Companhia Vale definiu um orçamento na ordem de R\$ 19.67 bilhões. Desse valor total, a maior parte, correspondente a R\$ 11.58 bilhões, será destinada à infraestrutura e logística através da construção de um ramal ferroviário de 101 quilômetros, duplicação da Estrada de Ferro Carajás (EFC) e ampliação do Terminal Portuário Ponta da Madeira. O restante do valor, R\$ 8.09 bilhões, será destinado à instalação da mina e da usina de processamento” (VALE, 2013, p.20-21).

reprimarização das exportações brasileiras. Nessa proposta econômica de priorizar a ampliação de *superávit* da balança comercial por meio da expansão das exportações das *commodities* agro-minerais, o Estado tem atuado como agente facilitador e determinante na definição do rebaixamento dos custos. Por tal modelo, o Estado usa de dispositivos normativos legais para beneficiar o acesso das empresas à infraestrutura logística, bem como à desoneração tributária, ao acesso facilitado de financiamentos, créditos, subsídios, incentivos fiscais, concessão e sub-concessão de serviços, entre outros.

Dentre as medidas adotadas pelo Estado que mais beneficiou as indústrias de mineração foi a implementação da Lei Complementar n. 87/96, que ficou conhecida como Lei de Kandir. A lei isentou as empresas do recolhimento do Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS), abrangendo os produtos primários e semiacabados destinados à exportação. As indústrias de mineração, têm sua produção direcionada para o mercado externo na sua quase totalidade, desse modo, foram enormemente beneficiadas.

O Estado do Pará, diante do cenário de reprimarização da economia brasileira no mercado externo, tem vivido o ciclo, ou surto, que pode ser denominado como *boom* das *commodities* metálicas, como demonstram os crescentes números da produção mineral.

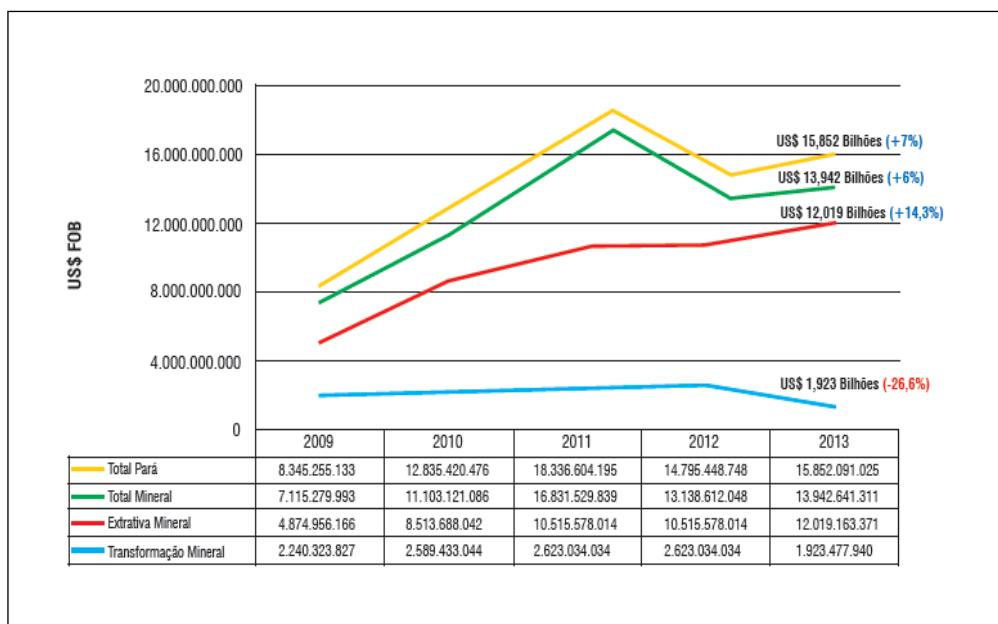
Tabela 2: Pará - Valor da produção mineral (R\$)

Minério	2012	2013	Δ 2012/2013
Ferro	17.777.294.588	21.667.260.077	21,9%
Cobre	1.990.628.421	2.853.745.410	43,4%
Níquel	221.820.274	6.287.911	- 97,2%
Bauxita	1.919.766.604	1.940.232.064	1,1%
Manganês	433.870.438	561.864.593	29,5%
Caulim	351.977.059	355.852.478	1,1%
Total	22.695.357.384	27.385.242.533	20,6%

Fonte: DNPM (2014)

De acordo com as informações do Simineral (2014), em 2013 as exportações minerais do Pará atingiram US\$ 13.942,641 bilhões, conforme mostra o Gráfico 1. Esse resultado foi 14% superior em relação a 2012, que foi na ordem de US\$ 13.138,612 bilhões. Como ocorreu em 2012, as exportações minerais em 2013 foram as principais responsáveis pelo total das exportações do Estado. Dos US\$ 15.852,091 bilhões em exportações totais do Estado do Pará em 2013, as indústrias de mineração e transformação mineral responderam por 88% deste valor. Juntas, exportaram US\$ 13.942,641 bilhões, fazendo do setor mineral o grande vetor de crescimento do comércio exterior paraense. Esse dado revela também a tendência de uma especialização do Estado no comércio exterior, particularmente no fornecimento de produtos minerais.

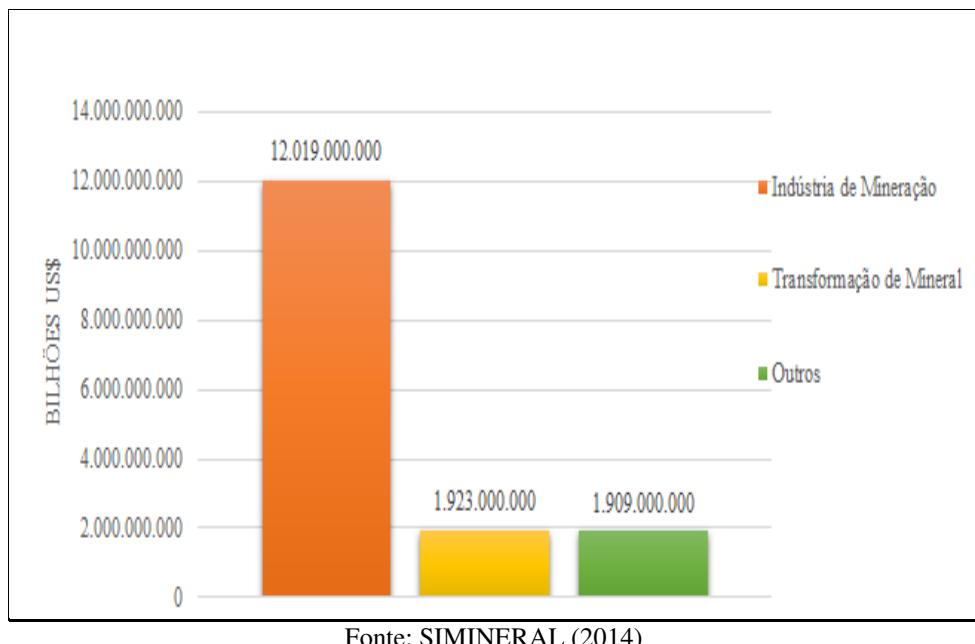
Gráfico 1: Pará - Exportação mineral (2009/2013)



Fonte: SIMINERAL (2014)

Os dados dispostos no Gráfico 2 revelam que em 2013 a indústria de transformação mineral exportou US\$ 1,923 bilhão, representando um percentual de 12%. A indústria de mineração, por sua vez, exportou US\$ 12,019 bilhões, o que em termos percentuais significa 76%. Essas informações demonstram que o protagonismo das exportações minerais é puxado pela indústria extractiva mineral e mostram também, como veremos a seguir, a tendência da indicação da especialização do setor mineral do estado do Pará para a indústria extractiva mineral, uma vez que a Companhia Vale, maior empresa de mineração do Estado, tem se direcionado para esse caminho, buscando atuar no Estado quase que exclusivamente como indústria extractiva mineral.

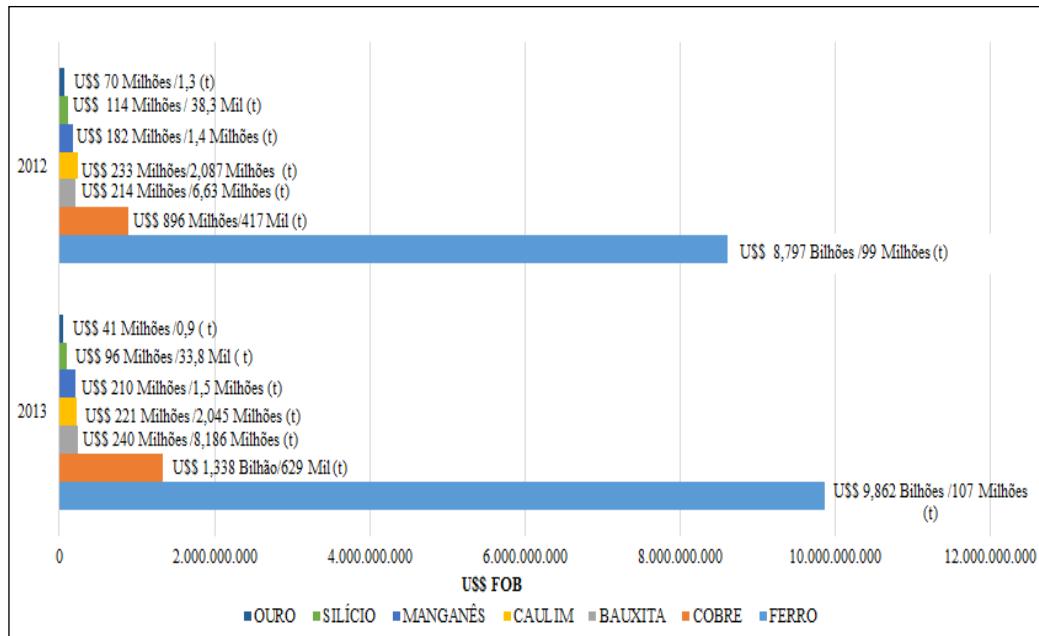
Gráfico 2: Pará - Participação da indústria mineral no total da exportação (2013)



Fonte: SIMINERAL (2014)

Como pôde ser visto, os valores absolutos auferidos em face das exportações da indústria de mineração e de transformação mineral, realizadas pelo Estado em 2013, destaca-se a liderança da indústria de mineração com US\$ 12,019 bilhões exportados. Dentre os principais produtos exportados pela indústria extractiva mineral do Pará, conforme o Gráfico 3, destaca-se em primeiro lugar o minério de ferro, com mais de US\$ 9,862 bilhões exportados. O minério de cobre aparece em segundo lugar, com mais de US\$ 1,338 bilhão exportado, seguido da bauxita, com US\$ 240 milhões. O minério de ferro isolado foi o produto com maior valor de exportação, representando 62% das exportações totais e 83% das exportações minerais do estado, evidenciando assim que há uma forte especialização em minério de ferro no campo da exportação mineral (DNPM, 2014; SIMINERAL, 2014).

Gráfico 3: Pará - Principais produtos exportados pela indústria extractiva mineral (2012/2013)



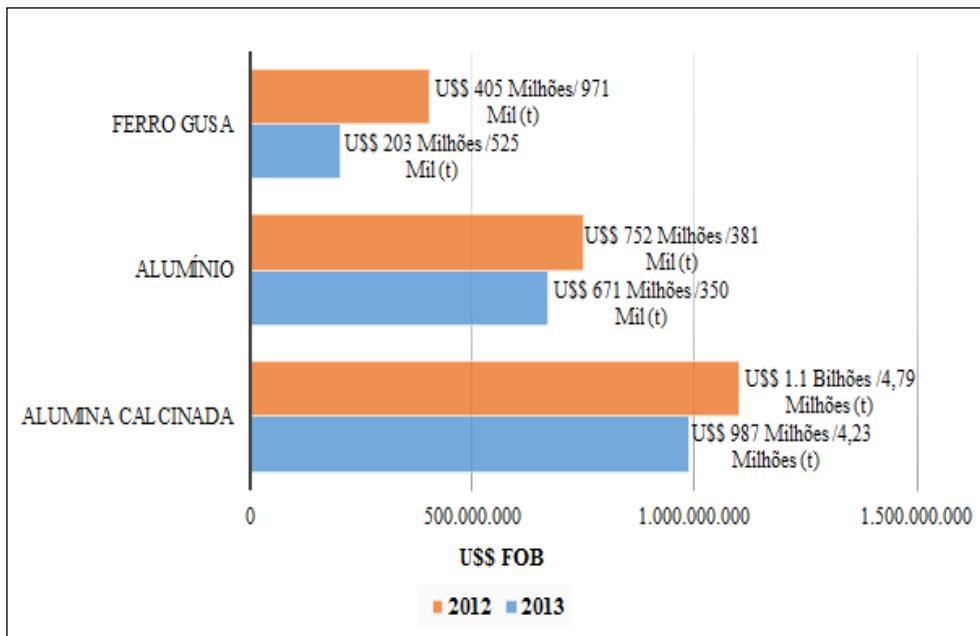
Fonte: SIMINERAL (2014)

Os dados expostos no Gráfico 4 ressaltam que os principais produtos exportados pela indústria de transformação mineral no Pará, nos anos de 2012 e 2013, são: alumina calcinada, alumínio e ferro gusa. Os produtos alumina calcinada e alumínio eram processados por duas empresas subsidiárias da Companhia Vale: Alunorte e Albras. Contudo, a partir do ano de 2011²⁰, a Vale começou a atuar de modo indireto nas empresas produtoras de alumina calcinada e alumínio, pois negocou parte de suas participações com a empresa norueguesa Norsk Hydro. No ano de 2013²¹ a Companhia vendeu o restante de 22% de suas participações nas empresas Alunorte e Albras para outros investidores, deixando assim de atuar no estado do Pará na indústria de produção de alumina calcinada e alumínio.

²⁰ “Durante 2010, refinamos alumina por intermédio da nossa subsidiária Alunorte e fundimos alumínio por meio da nossa subsidiária Albras, como parte das nossas operações de alumínio. A Alunorte produzia alumina refinando a bauxita fornecida pelas minas de MRN e Paragominas. A Albrás produzia alumínio utilizando a alumina fornecida pela Alunorte. As nossas instalações de produção de alumínio estavam localizadas no Pará. Além disso, tínhamos participação em um projeto para construir uma nova refinaria de alumina por intermédio da nossa subsidiária CAP. Em várias transações relacionadas encerradas em fevereiro de 2011, transferimos a nossa participação na Albras, na Alunorte e na CAP, entre outros itens, à Hydro. Permanecemos ligados a essas operações de alumínio por meio de uma participação de 22,0% na Hydro que recebemos como parte da contrapartida” (VALE, 2010, p.41).

²¹ “Em novembro de 2013, vendemos toda a nossa participação de 22% na Norsk Hydro ASA (“Hydro”), uma grande produtora de alumínio listada na Bolsa de Valores de Oslo e na Bolsa de Valores de Londres, em uma oferta que gerou um lucro bruto de US\$1,811 bilhões. Adquirimos a participação originalmente em 2011, como parte da contraprestação pela transferência de uma parte substancial do nosso negócio de alumínio no Brasil para a Hydro” (VALE, 2013, p.21).

Gráfico 4: Pará - Principais produtos exportados pela indústria de transformação (2012/2013)



Fonte: SIMINERAL (2014)

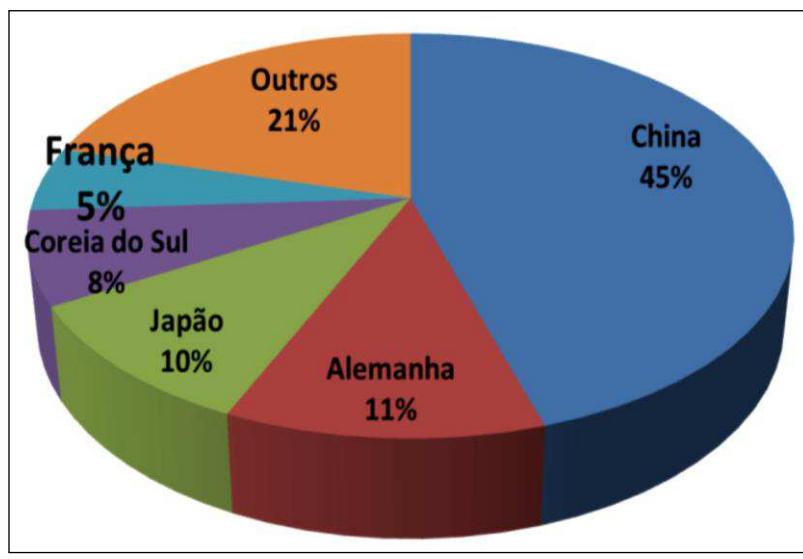
A transferência das participações da Vale na Alunorte e Albras para a empresa norueguesa Norsk Hydro e a não realização da implantação da Usina Siderúrgica Integrada Aços Planos do Pará (ALPA) no município de Marabá como estava previsto para o ano de 2010, resultou na definição da Companhia no Estado do Pará como uma indústria especializada na exportação de *commodities*. Isso porque a participação direta da Vale no setor de mineração no Estado praticamente tem se restringido à indústria extractiva mineral, embora a multinacional tenha atuação na produção de ferro gusa no município de Marabá, que representa a sua principal participação direta na indústria de transformação mineral no Pará²².

Em relação ao destino dos produtos da indústria mineral do Pará, a China tem sido, nos últimos anos, o principal mercado consumidor, o que revela que o *boom* das *commodities* minerais que o Pará tem vivido está diretamente ligado aos investimentos chineses que demandam grandes volumes/quantidades de minerais, em especial o minério de ferro. Em 2013 o país asiático respondeu pela compra de mais de US\$ 5,4 bilhões em minérios. Os principais produtos adquiridos foram o minério de ferro, com mais de US\$ 5 bilhões em compras, seguido do cobre, da bauxita, do manganês e do caolim. Após a China, a Alemanha

²² “Operamos um projeto de ferro gusa no norte do Brasil. Esta operação foi realizada por meio da nossa subsidiária integral Ferro Gusa Carajás S.A. (FGC) até abril de 2008, quando FGC foi incorporada pela Vale. Utilizamos dois mini-altos fornos convencionais para produzir 350.000 toneladas métricas de ferro gusa por ano, usando o minério de ferro das minas de Carajás, no norte do Brasil” (VALE, 2010, p.52).

é um dos maiores destino das exportações minerais do Pará. O país adquiriu mais de US\$ 1,3 bilhão em produtos minerais, sendo o principal deles o minério de ferro, seguido do concentrado de cobre. O Japão é o terceiro maior comprador dos produtos minerais do Pará, com mais de US\$ 1,1 bilhão, tendo também o minério de ferro como principal produto adquirido e, em seguida, o caulim (DNPM, 2014).

Gráfico 5: Pará - Principais destinos das exportações minerais (2013)



Fonte: DNPM (2014)

Se a exportação de *commodities* como instrumento para o crescimento do *superávit* na balança comercial adotada pelo governo em relação ao comércio internacional implicou no crescimento da Companhia Vale no Pará, por outro lado aprofundou ainda mais a condição histórica da região Sudeste do Estado – aliás todas as sub-regiões da Amazônia ricas em recursos naturais – de subordinação à divisão territorial do trabalho, ou seja, no atendimento aos interesses longínquos. A única diferença que se nota nesse novo e antigo modelo foi na submissão dos recursos minerais a uma exploração intensiva ou extensiva e na atuação da Vale no Estado se restringindo a especialização de exportação de produtos primários.

2.4 EFEITOS SOCIOESPACIAIS DA ATIVIDADE MINERADORA NO SUDESTE PARAENSE

Em razão dos seus recursos naturais, o território amazônico tem sido visto como cenário de potencialidades para a reprodução do capital. Por outro lado, em nome do tão invocado crescimento econômico e do progresso, a região tem sido marcada historicamente

pela exploração desmedida de seus produtos naturais percebidos como “infinitos”. Concebido como fronteira de recursos desde os anos 1960, o território amazônico tem vivido o que podemos denominar de a “era dos grandes projetos econômicos”. Acerca da definição de grandes projetos econômicos, compartilhamos das ideias defendidas por Vainer e Araújo (1992, p. 34), os quais o definem do seguinte modo:

[...] são empreendimentos que consolidam o processo de apropriação de recursos naturais e humanos em determinados pontos do território, sob a lógica estritamente econômica, respondendo a decisões e definições configuradas em espaços relacionais exógenos aos das populações/regiões das proximidades dos empreendimentos.

A mineração industrial no Sudeste do Pará, como grande empreendimento, econômico caracteriza-se por movimentar com intensidade elementos como capital, força de trabalho, recursos naturais, energia e território, revelando assim que a exploração mineral é muito além do que a simples retirada de minérios do subsolo, é um agente modificador do espaço, onde esse passa a ser produzido e reproduzido conforme as intencionalidades da grande indústria minerária. Acerca dessa questão, Vainer e Araújo (1992, p.30-31) afirmam:

Os grandes projetos, mais do que nada, são os geradores de novas regiões. Aí temos a região de Carajás, a região de Sobradinho ou Itaipu, região da Aracruz Celulose etc. O planejamento e a gestão desses espaços passam inevitavelmente à esfera das competências e atribuições da empresa ou da agência setorial responsável pela promoção do investimento – em muitos casos de maneira informal e não explícita. É a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), para citar um exemplo que faz o planejamento regional e urbano de suas regiões.

Como em qualquer projeto econômico, a mineração industrial requer criteriosos estudos e intensas discussões no sentido de contabilizar as externalidades produzidas. Porém, historicamente a sociedade de modo geral não participa do processo de execução dos grandes projetos, uma vez que as atenções do Estado de acepção economicista e dos agentes privados estão precisamente focadas nas planilhas de viabilidade econômica e na possibilidade de retorno dos empreendimentos. Ou seja, questões ou pontos de viabilidade ambiental, social e cultural muitas vezes são tratadas como algo não necessário, quando não como uma questão mínima. As medidas frouxas impostas aos empreendimentos para preservação do meio ambiente e as violações dos direitos humanos causados revelam este sentido.

Sobre a avaliação dos efeitos provocados pela execução dos grandes empreendimentos, Silva (2013, p. 114) coloca:

[...] sob vários aspectos é possível pensar os efeitos da execução de grandes projetos. Não apenas no sentido de aceitá-los como bons ou maus, negativos ou positivos mas, acima de tudo, no sentido de não negá-los e a partir deles, analisar os significados das mudanças no espaço e só então encaixar o conjunto das transformações atribuindo-lhes uma conotação de maior positividade ou maior negatividade.

É extremamente difícil quantificar os impactos produzidos pelos grandes projetos econômicos. Realizar tal exercício significa não contemplar uma grande parte das externalidades produzidas, já que há impactos que não são possíveis de serem quantificados. Pode-se quantificar e precificar danos econômicos ou patrimoniais, mas é impossível matematizar, estabelecer preços em vidas que se perdem, memórias, histórias que esvanecem, relações que as pessoas estabeleceram com aquilo que produziram e acumularam. Estes “bens” realmente são impossíveis de serem matematizados e precificados.

No contexto do espaço amazônico, no processo de avaliação de perdas e danos, tanto sobre os bens materiais e imateriais das populações afetadas pelos grandes projetos econômicos, esses são subjugados, ou seja, considerados mínimos diante do venerado e generoso progresso que os empreendimentos normalmente prometem. Nesse cenário, aqueles que se manifestam contra os grandes projetos econômicos são conotados como alheios/contrários ao “progresso”.

Os conflitos, as tensões envolvendo a grande indústria extractiva mineral no Sudeste do Pará, revelados pelos movimentos sociais como Movimentos dos Atingidos pela Mineração (MAM), Justiça nos Trilhos, Movimento Sem-Terra (MST), Comissão da Pastoral da Terra (CPT) e o Instituto Chico Mendes (ICMBIO), expressam o modelo de exploração desses grandes projetos de investimentos na região e o seu significado territorial.

Ao longo das três décadas de exploração mineral no Sudeste do Pará, vários povos indígenas, quilombolas e camponeses tiveram seus territórios reduzidos ou perderam suas áreas de moradia pela implantação de áreas de lavra. Os índios Xikrin do Cateté, que habitam na Floresta de Carajás, são exemplos visíveis desse processo de expropriação realizados pela mineração (PINTO, 1982). Eles perderam grandes áreas da floresta importantes para sua sobrevivência devido à pressão do alargamento dos empreendimentos de exploração mineral da Vale. De acordo com o Relatório Mineração e Violações de Direitos: O Projeto Ferro Carajás S11D, da Vale S.A. (2013), são nas terras dos índios Xikrin do Cateté que o grupo Vale tem atualmente 34 processos de requerimento mineral junto ao DNPM, o que significa que os índios poderão ter seus territórios ainda mais suprimidos.

Há de se destacar que os modernos projetos de mineração na Amazônia criaram áreas de moradias autossuficientes exclusivas para os seus funcionários - Núcleos urbanos da Vila da Serra do Navio e Vila Amazonas da ICOMI no Amapá; Porto Trombetas da Mineração Rio do Norte em Oriximiná, Vila da Cachoeirinha da Mineração Oriente Novo, Vila de Massangana da Mineração Taboca em Rondônia e o Núcleo Urbano de Carajás da Companhia Vale em Parauapebas -. Contudo, essas “ilhas de tranquilidade e de bons serviços”, como denomina Wanderley (2012, p.102), criadas em meio à floresta, são cercadas por uma outra realidade, marcada pela pobreza e pela desordem. Fora dos portões das *company-towns*, fortemente vigiados, surgiram e cresceram povoados, vilarejos comumente conhecidos como beiradões - ocupações sem condições mínimas para moradia -, formadas por migrantes atraídos pelas promessas falaciosas de oportunidades de empregos e de geração de renda difundidas pelas empresas mineradoras e pelo Estado (WANDERLEY, 2012).

Os projetos de mineração são verdadeiros “ímãs” de atração de migrantes. Os municípios do Sudeste do Pará, que sediam empreendimentos de mineração da Companhia Vale, como é o caso de Parauapebas, têm registrado crescimento populacional intenso nos últimos anos. O constante e descontrolado fluxo migratório tem resultado no município, e nos demais que sediam os projetos de mineração da Vale, a multiplicação de assentamentos precários, a especulação imobiliária, o crescimento da violência e da prostituição, bem como o aumento da demanda pelos serviços públicos e privados. Em relação à zona rural dos municípios-sede dos empreendimentos minerários, agricultores têm abandonado a produção agrícola e se colocado para trabalhar nas empreiteiras subcontratadas pelas empresas mineradoras. Em Parauapebas esse fato pode ser visualizado pelo baixo número da população que reside na zona rural, que corresponde a 9,8% do total (90,11% na zona urbana), índices que demonstram a participação irrigária da zona rural no conjunto da população do município (IBGE, 2010).

Outra questão que merece ser pontuada é que a atividade mineradora no Sudeste do Pará implicou fortemente na criação de novos municípios, porém esses foram criados desprovidos ou com a presença mínima de infraestrutura e de serviços urbanos. Dentre os municípios com esse perfil estão Parauapebas (1988), Curionópolis (1988), Água Azul do Norte, Eldorado dos Carajás (1991) e Canaã dos Carajás (1996). A mineração, além de incitar

a criação de novos municípios, foi responsável também por ensejar a proposta de criação do estado de Carajás, ou seja, a emancipação do Sudeste do Pará²³.

De maneira conclusiva, podemos, então, dizer que a mineração tem conseguido gerar grandes volumes de exportações, provocando, assim, a obtenção de saldos favoráveis na balança comercial, no entanto, o gigantismo das cifras de exportação não necessariamente tem resultado no desenvolvimento social e na garantia de boas condições materiais de vida para o conjunto da sociedade local. Nesta direção, Vainer e Araújo (1992, p.33) destacam os significados que expressam os grandes empreendimentos econômicos:

Ao invés da modernização prometida pelos discursos (apologéticos ou com pretensões teórico-conceituais) acerca dos polos de desenvolvimento, o resultado tem sido as chamadas catedrais no deserto, enclaves que canalizam para o exterior (da região ou País os impulsos dinâmicos. Ao invés de redução das disparidades regionais e desconcentração industrial, captura das periferias (recursos minerais, energéticos, etc) pelos centros hegemônicos nacionais e/ou internacionais. Às regiões de implantação, de modo geral, têm restado a desestruturação das atividades preexistentes, crescimento desordenado da população, desemprego, favelização, marginalização social e quase sempre degradação ambiental.

Conforme Becker (2013), as cidades da Amazônia são marcadas por surtos econômicos e esses não lhe provocaram dinamismo suficiente de desenvolvimento, uma vez que tinham como escopo o mercado externo. Desse modo, segundo a autora as cidades amazônicas nasceram, cresceram e continuam crescendo como meros pontos de exploração de matérias-primas.

Cardoso e Faletto (1970) consideram como enclaves além das regiões de produção agrícola voltadas precisamente para o mercado externo, as de exploração mineral, por demandarem pouca mão de obra exigirem alta concentração de capital e provocarem pouco desdobramento industrial, não gerarem outras atividades.

O município de Parauapebas revela uma situação de enclave de exploração mineral na Amazônia, pois não foi capaz de gerar processos de interação com o território local. Parauapebas tem a presença de um grande empreendimento de mineração, a Vale, porém não dispõe de um parque industrial capaz de verticalizar o minério de ferro, o minério de cobre, e o manganês que produz. Não há beneficiamento industrial no município e região que permitiria criar um mercado interno com mais geração de emprego e renda. Há, na realidade, extrativismo mineral puro. Situação que decorre da condição subordinada do Brasil na divisão

²³ No ano de 2011 ocorreu a consulta plebiscitária para a criação do estado de Carajás. Essa consulta realizada com os eleitores do Pará teve como resultado a rejeição da criação do Estado. Contudo, mesmo após a derrota, o movimento separatista continua em atividade pleiteando a criação do novo Estado.

internacional do trabalho, que historicamente tem condicionado regiões brasileiras ricas em recursos naturais.

O modelo de exploração mineral realizado pela Vale em Parauapebas e região é insustentável. Configura-se no sentido do velho colonialismo, porque não dá continuidade de aproveitamento da matéria prima, há somente transferência. Atualmente se limita na produção de ferro gusa em Marabá, que por sua vez agrupa pouco valor, não sendo, a rigor, bem industrializado (mais uma *commodity* de exportação). Em extensão, há baixos níveis ou frouxas ligações com outras atividades na região e com demais segmentos da economia local, estimulados direta e indiretamente pela exploração ferrífera (MONTEIRO, 2005a; 2005b; COELHO, 2015).

No que tange à questão das receitas oriundas da mineração, essas se mostram muito inferiores se comparadas aos turbinados lucros da empresa mineradora. Os largos incentivos fiscais e creditícios recebidos do Estado, somados a desoneração tributária da exportação de matérias-primas e produtos semiacabados, fruto da generosa Lei de Kandir, têm um retorno bastante inferior, compondo-se, assim, em um fator de frustração da possível capacidade da mineração em gerar desenvolvimento social.

CAPÍTULO III

ATIVIDADE MINERADORA E O USO HEGEMÔNICO DO TERRITÓRIO: IMPLICAÇÕES NA ESTRUTURA URBANA DE PARAUAPEBAS

A formação de Parauapebas é resultado direto de uma modernização seletiva e corporativa do território, advinda da moderna indústria mineral. O município comporta os principais empreendimentos minerários da antiga CVRD no Sudeste do Pará e, desse modo, sofre diretamente os efeitos da atividade. O capítulo faz inicialmente uma análise da formação do município. Posteriormente, discuti os resultados da influência dos projetos de mineração monopolizados pela atual Companhia Vale na organização do espaço urbano, destacando a evolução demográfica, a expansão do espaço urbano e o seu forte peso econômico no Estado, decorrente exclusivamente da extração e exportação do minério de ferro.

3.1 CONDICIONANTES HISTÓRICOS DA URBANIZAÇÃO E DO ESPAÇO URBANO DE PARAUAPEBAS

Para o processo de extração e beneficiamento das jazidas de ferro na Serra dos Carajás, descobertas em 1967, exigiu-se a instalação de uma ampla e moderna infraestrutura, não apenas para a realização das atividades de extração e beneficiamento, mas também para abrigar e manter o grande número de funcionários. Desse modo, a CVRD mune-se de todas as técnicas possíveis para a construção de uma sofisticada infraestrutura em que o padrão de vida proporcionado revelasse o forte poderio da Companhia (PIQUET, 1988, p.136).

De acordo com Piquet (1998) e Rodrigues (2002) o Núcleo Urbano de Carajás (**Imagen 1**) foi constituído em um sistemático estudo de dimensionamento, feito paralelamente aos projetos de implantação do processo de lavra. Foram realizadas consultorias de organização institucional, de saúde, de abastecimento, e de educação, além de estudos de conforto ambiental e paisagismo. Nesse levantamento as autoras afirmam que analisou-se também experiências de outros núcleos urbanos desenvolvidos na Amazônia, como o Porto de Trombetas, Núcleo Serra do Navio/Vila Amazonas e Tucuruí, além de exemplos de outros países.

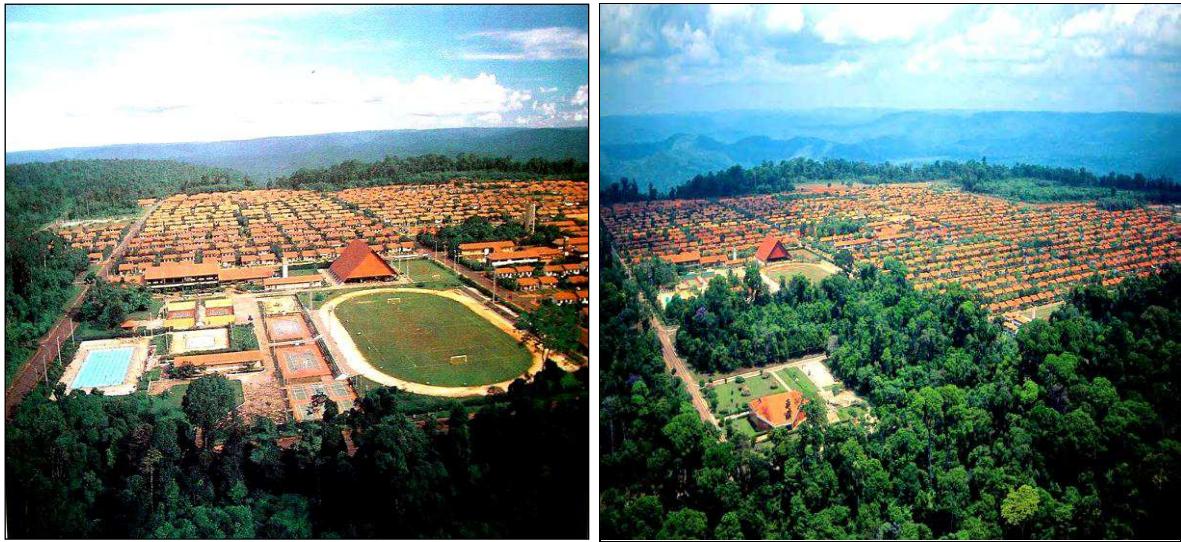


Imagen 1: Vista parcial do Núcleo Urbano Serra dos Carajás

(Imagen: Acervo pessoal de José Francisco de Brito; Vale, 2012)

A área usada para construção da vila operária foi de 308 hectares, com capacidade para 7 mil habitantes. A estrutura urbana possui um clube, três centros vicinais (área de lazer), uma praça de eventos, uma escola (Centro de Ensino Integrado de Carajás), uma escola de línguas, creches, dois hotéis, um hospital – considerado um dos melhores do estado do Pará – um Centro de Desenvolvimento Comunitário (CDC), um cine-teatro, vários centros comerciais, igrejas, dois supermercados, um terminal rodoviário, quatro bancos, um aeroporto, um zoológico e uma ampla e sofisticada casa para hóspedes (RODRIGUES, 2002, p.121).

O Núcleo Urbano de Carajás (que teve seu processo de habitação a partir do ano de 1986) foi construído para abrigar e atender às necessidades do corpo de funcionários de alta qualificação do PFC, que ocupavam os maiores cargos na empresa. A estrutura das casas e sua distribuição foram baseadas de acordo com cargos ocupados, revelando assim, uma organização pautada num sistema de castas, ou seja, a presença de hierarquia de cargos e funções na organização e ocupação do espaço no interior do núcleo (RODRIGUES, 2002).

Segundo Piquet (1998, p.140) a CVRD tendo como referência as realidades vividas de outros grandes projetos econômicos da magnitude do PFC que gerava atração de grandes fluxos migratórios, e na tentativa de evitar a formação de assentamentos periféricos nos portões da empresa que comumente estes geravam, a Companhia a urbanizou com equipamentos mínimos uma área com cerca de 170 hectares, no sopé da serra, à margem esquerda do rio Parauapebas – escola, hospital, delegacia, casas, pavimentação de ruas e rede

de esgoto. Esse centro, separado do Núcleo Urbano de Carajás, daria origem à atual cidade de Parauapebas.

Para Piquet (1998) a estratégia de urbanizar uma área longe dos portões da empresa tinha como intuito fazer uma ocupação planejada. A proposta do assentamento, era de alojar os migrantes oriundos dos mais diversos lugares do país atraídos para a região pelas oportunidades econômicas do PFC, ainda que não ligadas diretamente à empresa. Segundo a autora (p.147) “[...] enquanto a implantação do núcleo urbano da Serra de Carajás exigia investimento da ordem de 150 milhões de dólares, em Parauapebas eram gastos apenas 3 milhões de dólares, aproximadamente”.

A previsão da CVRD acerca da mobilização de grandes contingentes populacionais para a região por causa do PFC estava correta: vários migrantes dos mais diversos lugares do país se dirigiram à região. Valverde (1989, p.124) elenca alguns motivos que contribuíram para esse processo, que resultou na ocupação desordenada de terrenos nos arredores do Núcleo de Parauapebas: i) êxodo rural de nordestinos, por causa das enchentes em 1985; ii) desmobilização das frentes de trabalho em Tucuruí, iii) informações de estradas, iv) publicidade em torno de Carajás, promovidas pela televisão, pelo rádio e pelas revistas, por ocasião da inauguração da ferrovia e v) notícias através de cartas de familiares e de amigos.

Com a abertura da rodovia PA-275, que liga Serra dos Carajás à PA-150, formaram-se várias ocupações ao longo do percurso. Em 1981, à margem da PA-275, no entorno do Núcleo de Parauapebas, começaram a surgir construções das primeiras casas e barracões, dando início a formação de um povoado chamado Rio Verde (VALVERDE, 1989, p.124). A origem do povoado está vinculada ao surgimento de um espaço de prostituição, com inúmeros prostíbulos e bares em razão do grande número de trabalhadores do sexo masculino presentes na região. O povoado formou-se sem saneamento básico, expandindo-se com abertura de novas ruas sem pavimentação e com a construção de barracões de madeira cobertos por lonas (PIQUET, 1998, p.155).

Em pouco tempo, o número de habitantes do povoado Rio Verde cresceu tanto que superou o do Núcleo de Parauapebas, projetado para abrigar 5 mil habitantes. Nesta época o povoado Rio Verde já estava com mais de 20 mil (BECKER, 1997, p.73). De acordo com Valverde (1989, p.124), os habitantes do povoado Rio Verde e do Núcleo de Parauapebas eram 60% maranhenses, gente sem terra, sem qualificação urbana, desprovidas de tecnologia agrícola, sendo, segundo o autor, o “rejeito” do mercado de trabalho agrícola.

Desde o início da implantação do Núcleo urbano de Parauapebas, estava prevista a sua entrega da administração do local para Prefeitura Municipal de Marabá. Em 1983, o

Grupo de Executivo das Terras do Araguaia e Tocantins²⁴ (Getat) entregou à Prefeitura de Marabá o domínio do povoado Rio Verde. Meses depois, a CVRD doou o Núcleo de Parauapebas (PIQUET, 1998, p.141). Em pouco tempo, os dois núcleos expandiram-se e acabaram fundindo-se e formando uma extensão só. Paralelamente a isso, outras áreas continuaram sendo ocupadas para abrigar os grandes contingentes de migrantes atraídos pelo megaempreendimento que simbolizava o PFC.

Na análise de Palheta (2002), os projetos da CVRD no Sudeste do Pará implicaram na reorganização do espaço da região. Para o autor, ao modificar a organização do espaço geográfico, a CVRD modificava também as relações de poder. Destarte, Parauapebas pleiteia, em 1988, sua emancipação do município de Marabá, fato que ocorre também no mesmo ano com Curionópolis (Núcleo de apoio à garimpagem de Serra Pelada). Palheta (2002) define essas duas emancipações como de primeira geração que, em seguida, é marcada por uma de segunda geração, caracterizada pelo surgimento de municípios emancipados da primeira geração como o caso de Eldorado dos Carajás, desmembrado de Curionópolis, em 1991; Água Azul do Norte, emancipada de Parauapebas, em 1991; e Canaã dos Carajás, desmembrado também de Parauapebas, em 1994.

Portanto, os projetos diretos e indiretos de mineração da CVRD foram responsáveis pelas emancipações municipais, como também pelo acelerado crescimento urbano de Parauapebas, um crescimento espontâneo, sem planejamento, muito diferente do núcleo urbano projetado na Serra do Carajás pela Companhia, onde o planejamento, o controle, a ordem e a disciplina expressavam a racionalidade capitalista da empresa (PIQUET, 1998).

Esboçando uma proposta de classificação, Saint-Clair Trindade Júnior (2010) denomina os núcleos urbanos criados de modo planejado na Amazônia, comumente conhecidos como *company towns* ou cidades-empresa, como “cidades **na** floresta” que, segundo o autor, na realidade, são bases logísticas para relações econômicas voltadas para fora da região, servindo de suporte aos empreendimentos instalados para atendimento das demandas de recursos no mercado externo, fazendo da floresta um espaço de exploração econômica – madeira, minério, fragrâncias, espécies de animais e vegetais, turismo etc. Tal conceito difere do de “cidades **da** floresta”, que são as pequenas cidades ligadas ao rio e com

²⁴ O Getat foi um órgão federal de terras subordinado ao Conselho de Segurança Nacional criado em 1980 para resolver os violentos conflitos de terras que a CVRD tinha estimulado e que ameaçavam a organização dos seus projetos. O órgão tinha poderes especiais e legais podendo expropriar terras em caso de tensão social. Seu poder ultrapassava o do Incra. Segundo Valverde (1989), o Getat resolvia as tensões sociais na sua área de atuação, que correspondia a áreas afetadas pelas minas e pelas infraestruturas ao redor delas, à moda da ditadura, impondo seu ordenamento de estrutura agrária de forma rápida e pela força, uma vez que o grupo estava diretamente sob o comando do Conselho Nacional de Segurança.

fortes ligações ao ritmo da natureza, que mantêm fortes relações com seu entorno e com as localidades próximas – vilas, povoados, comunidades ribeirinhas etc.

O Núcleo Urbano de Carajás, sendo uma “cidade na floresta”, é um território com articulações voltadas para fora da região, não se integrando/ou indiferente à realidade interna da região. Um espaço que, segundo Rodrigues (2002), estrutura-se com a negação das estruturas existentes e com a imposição de novas composições, cuja função maior é viabilizar a exploração dos recursos naturais na região.

Para se ter uma ideia dessa configuração é válido saber que o Núcleo Urbano de Carajás é bastante vigiado e controlado a partir de seu portão de entrada, onde uma guarita com câmeras e guardas serve como barreira para a entrada dos estranhos, dos não moradores, das pessoas que não possuem vínculo direto com a empresa e nem com os projetos ali instalados. A entrada²⁵ desses só é permitida mediante autorização expedida na própria portaria através do documento de identificação. Esse meio de controle para entrada dos estranhos no território da empresa é um instrumento de vigilância que busca proteger/preservar a organização e a qualidade de vida da cidade-empresa. A forte barreira, com a presença de câmeras e guardas controlando quem entra e quem sai, também tem a função de delimitar a territorialidade da empresa em relação ao contexto de Parauapebas, estabelecendo cisão dos dois espaços, das duas realidades contrárias. Contudo, entre os dois assentamentos há uma relação de comunicação, contato e complementaridade, pois os moradores do Núcleo Urbano de Carajás e o próprio empreendimento recorrem ao entorno – a “cidade espontânea” – para aquisição de mão de obra menos qualificada (domésticas, jardineiros, vigilantes, etc). Assim, separados por 25 quilômetros, os núcleos de Carajás e Parauapebas são, funcionalmente, um único espaço urbano (BECKER, 1997; RODRIGUES, 2002; COELHO, 2002).

O controle e o engessamento presentes na cidade-empresa de Carajás não existem no seu entorno. A parcimônia do núcleo criado pela empresa no sopé da serra implicou na formação de beiradões, como é o caso do Rio Verde. A multiplicação de tais espaços, decorrente da atividade de exploração mineral, ainda hoje se alastra de modo frenético por meio de ocupações, muitas vezes em áreas de riscos, como em encostas de morros e margens de riachos.

²⁵ A entrada de pessoas no Núcleo Urbano de Carajás que não possuem vínculo direto com a empresa e nem com os projetos ali instalados, acontece principalmente no sentido de fazer turismo, uma vez que o local por ser um espaço panejado, organizado e por possuir um zoológico acaba se configurando um atrativo, um espaço turístico. A entrada dá-se também para o consumo de determinados serviços como: hospital, aeroporto, escola, boutiques e de um clube de lazer. Todavia, é extremamente proibido as pessoas que não possuem vínculo direto com a empresa e nem com os projetos minerários ali instalados o acesso as áreas de extração mineral.

3.2 PRIVATIZAÇÃO DA CVRD E AS RECONFIGURAÇÕES TERRITORIAIS EM PARAUAPEBAS

O espaço urbano de Parauapebas registra os momentos de desenvolvimento da atividade mineradora sendo a expansão urbana e o crescimento demográfico os sinais mais evidentes da indústria de mineração na organização espacial do município. Atualmente o espaço urbano de Parauapebas é dividido pelo Plano Diretor Municipal²⁶ (2006) em três macrozonas urbanas²⁷: 1. Zona Central; 2. Zona Intermediária e 3. Zona de Expansão.

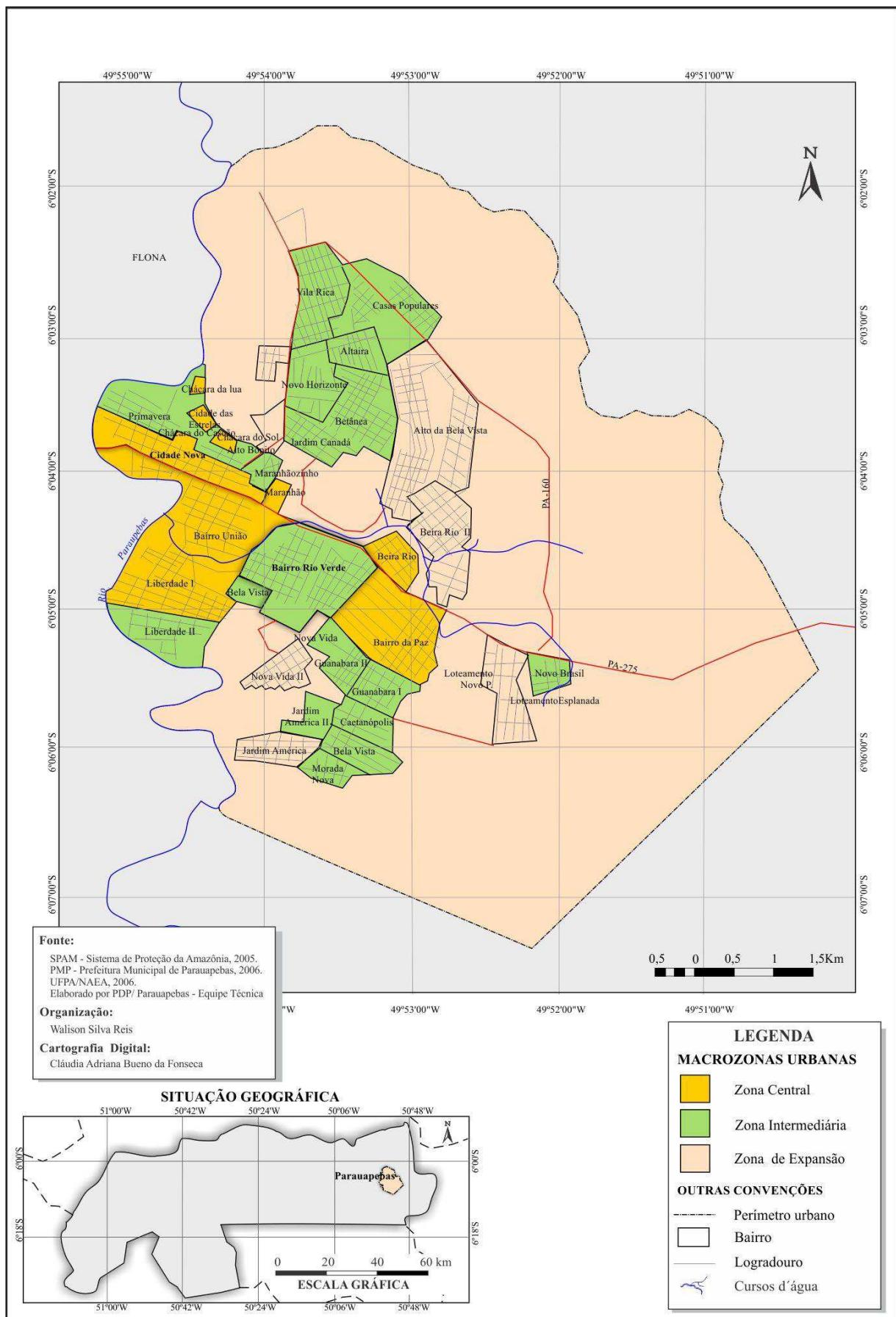
As três macrozonas urbanas²⁸ revelam as etapas graduais do crescimento da população e concomitantemente do alargamento do espaço urbano de Parauapebas. A zona mais recente é a de expansão, que aparentemente resulta do novo surto de crescimento econômico do município no fim da década 1990 derivado dos projetos de mineração instalados a partir da privatização da CVRD. Os bairros dessa zona, embora de maneira tímida, têm concentrado atividades comerciais e de serviços, antes localizadas somente nos bairros correspondentes as duas zonas urbanas mais antigas da cidade. A reorientação, ou seja, o redirecionamento de algumas atividades, como a instalação de equipamentos públicos e privados – serviços financeiros, de educação de saúde etc, – para fora da órbita da parte mais antiga da cidade evidencia uma nova estruturação e um novo uso do espaço urbano de Parauapebas.

²⁶ No ano de 2014 o Plano Diretor de Parauapebas (2006) passou por processo de revisão, no entanto, pelo fato de ainda não estar homologado em audiência na Câmara de Vereadores o plano revisado não estar disponível para consulta pública. Nesse contexto, o trabalho baseou-se na utilização do Plano Diretor Municipal do ano de 2006.

²⁷ "A Zona Central corresponde Bairro União, Cidade Nova e Rio Verde, caracteriza-se por predomínio da concentração de comércio e serviços e de seu caráter histórico, presente no seu sistema de arruamentos, nas edificações e monumentos de interesse histórico e cultural [...] A Zona Intermediária corresponde aos bairros Rio Verde, Beira Rio, Bairro da Paz e Bela Vista ao sul e Jardim Canadá, Bethânia e Novo Horizonte ao norte e se caracteriza pelo uso predominantemente residencial, ocupação e arruamentos claramente definidos, seja espontaneamente ou promovidos pelos setores público ou privado [...] A Zona de Expansão é toda área em processo de consolidação ou passível de ser urbanizada, de forma contínua, no horizonte de tempo do Plano Diretor, respeitando os limites dos bairros Guanabara, Caetanópolis, Jardim América, Bela Vista, Liberdade ao sul e Altamira, Vila Rica e Nova Vida" (PARAUAPEBAS, 2006, p.6-7).

²⁸ Verificar mapa 4, página 75.

Mapa 4: Parauapebas - Macrozonas urbanas



3.2.1. Crescimento demográfico e a produção do espaço urbano como mercadoria

No que tange à evolução demográfica de Parauapebas, concordamos com Piquet (1998) quando afirma que o espaço onde se implanta um grande empreendimento caracteriza-se por uma estrutura demográfica atípica. Com a privatização da CVRD e com os lançamentos dos novos projetos minerários tem sido constante e volumoso o número de deslocamento de pessoas advindas de todas as partes do país, não só para o município de Parauapebas, mas também para outras cidades da região Sudeste do Pará que também sediam grandes projetos minerários da Vale, como Marabá e, recentemente, Canaã dos Carajás, na perspectiva de encontrar um emprego na grande mineradora ou nas suas subcontratadas e assim melhorar de vida.

Uma parte desses migrantes sai de suas cidades atraída pelas grandes promessas envoltas na região: os empregos com melhores condições e salários, o grande crescimento da cidade, os grandes projetos, enfim, ideias próximas de benefícios trazidos por esse lugar em detrimento daquele que é deixado que habita o imaginário de quem trilha o caminho para essas cidades, os migrantes “espontâneos”. Nesse sentido funcionam as redes de família, de amigos e até fiéis de uma mesma igreja que propagam as boas notícias; elas também atendem à demanda dos recém-chegados por moradia, alimentos, financeiro, indicação pelo trabalho, o apoio necessário para tentar a vida em outro lugar (MONTE-MÓR *et al.*, 2013, p.75).

Concordamos com Souza (2014, p.65) quando assevera que o forte crescimento populacional de Parauapebas pode ser explicado pelo significativo processo migratório, facilitado pelo “vai e vem” do trem²⁹ de passageiros da Vale, que praticamente todos os dias traz vários migrantes, em sua maioria pobres, do estado do Maranhão para o município. A tabela a seguir ilustra a evolução demográfica de Parauapebas que, de acordo com o critério quantitativo de classificação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), tornou-se uma cidade média³⁰ em curto espaço de tempo.

²⁹ O trem de passageiros da Estrada de Ferro Carajás (EFC) que conecta a cidade de Parauapebas (PA) e São Luís (MA), foi uma contraprestação da CVRD as comunidades atingidas pelo projeto de exploração mineral. O trem entrou em operação em 1986, um ano depois dos trilhos da EFC (que passa por 25 localidades, entre povoados e municípios) já estar em utilização com o trem de transporte de minério de ferro e manganês. Atualmente o trem de passageiros da EFC transporta cerca 1.300 pessoas por dia e 350 mil por ano (GESTELINCK, 1988; VALE, 2016).

³⁰ Pelos critérios da Organização das Nações Unidas (ONU), as cidades médias estão agrupadas em aglomerações urbanas com populações urbanas de 100 mil a um milhão de habitantes. No Brasil, os critérios oficiais formulados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) -, cidades médias são aglomerações urbanas com populações entre 100 e 500 mil habitantes. Todavia, autores como: AMORIM FILHO (1984; 2007); SOARES (1999; 2000); SPÓSITO (2001; 2006; 2007), tem sob a perspectiva da ciência geográfica aludido inquietações e relevantes contribuições ao debate sobre cidades médias para além dos critérios quantitativos das instituições oficiais que desconsideram outros aspectos importantes como: comércio, serviços e influência na região em que está inserida.

Tabela 3: Parauapebas - Evolução da População Total, Área e Densidade Demográfica (1991/2010)

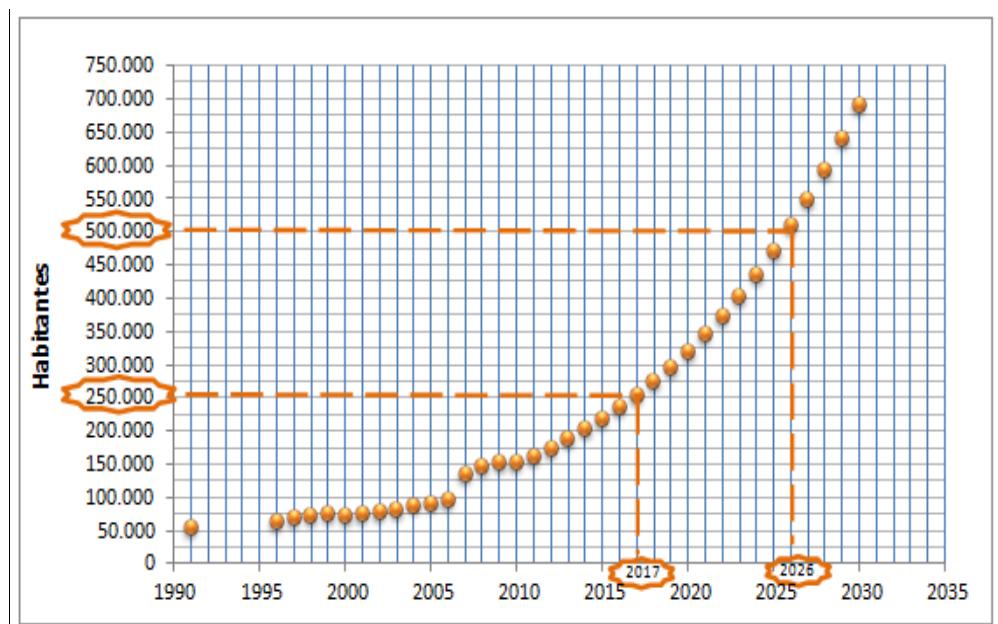
Ano	População	Área (Km ²)	Densidade (Hab/km ²)
1991	53.335	17.653,76	3,02
1996	63.563	7.077,20	8,98
2000	71.591	7.046,70	10,16
2007	133.298	7.046,70	18,92
2010	153.908	6.957,32	22,12

Fonte: IBGE/Censo Demográfico (1991/2010) – adaptado pelo autor (2014)

O crescimento populacional de Parauapebas é impressionante: em 1991 a população total do município era de 53.335 habitantes, passando para 71.591 em 2000, e alcançando 153.908 habitantes no último censo demográfico, em 2010. Nota-se que a população triplicou em menos de 20 anos, ou seja, o município teve um grande crescimento populacional muito célere.

Entre os anos de 1991 e 2000 a população do município cresceu a uma taxa média anual de 7,77%, enquanto o crescimento médio do Brasil foi de 1,63% no mesmo período. Entre 2000 e 2010 a população aumentou uma taxa de 7,96%, enquanto esse índice no Brasil foi de 1,17%, no mesmo período. Conforme projeções da Prefeitura Municipal de Parauapebas, estimadas pela Secretaria de Planejamento e Gestão (Seplan, 2013), o município alcançará em 2017 a casa dos 250.000 habitantes e cerca 500.000 habitantes no ano de 2026.

Gráfico 6: Parauapebas - Estimativa do crescimento populacional (2017-2026)



Fonte: Prefeitura Municipal de Parauapebas (2012)

Esses números apresentados confirmam o que Becker (1982; 2013) já vinha apontando e discutindo em suas pesquisas: o forte crescimento demográfico é um dos aspectos peculiares na (re) organização do território amazônico. Ao mesmo passo do que ocorreu em outros núcleos urbanos, em especial aqueles que sediam grandes projetos econômicos como Marabá³¹ e Tucuruí, o município de Parauapebas tem registrado um crescimento populacional superior, inclusive, à taxa nacional, como já exposto.

Sobre as características do crescimento demográfico de Parauapebas, segundo o Censo de 2000 cerca de 30% da população do município registrada era constituída por “não naturais”. Os resultados do Censo de 2010 (**Tabela 4**) demonstraram a continuidade e até mesmo o crescimento desse movimento migratório: 72,92% da população é constituída por não naturais e 27,08% por naturais. O município se destaca também pelos maiores percentuais de população nascida em outras unidades da federação: cerca de 55,91% da população residente em Parauapebas não é paraense.

Tabela 4: Parauapebas - População municipal por local de origem (2010)

População total	153.908	(%)
Naturais do município	41.672	27,08
Não naturais do município	112.236	72,92
Naturais da unidade da federação	67.863	44,09
Não naturais da unidade federação	86.045	55,91

Fonte: IBGE/Censo Demográfico (2010) – adaptado pelo autor (2004)

Na Tabela 5 nota-se que em 1991 havia equilíbrio entre a população urbana e a rural, porém, a partir de 2000 ocorreu um descompasso em relação a essa proporção, sendo que desse ano em diante 82,75% da população passou a se concentrar no espaço urbano e 17,25% na área rural. Em 2010 o percentual da população rural caiu ainda mais, para 9,89%, enquanto o número de habitantes no espaço urbano aumentou para 90,11%, ultrapassando as taxas do Estado (68,48%). Esses dados demonstram que a população total de Parauapebas concentra-se quase em sua totalidade na área urbana. A forte redução da população rural se explica pela consolidação e pela expansão da atividade industrial de minério de ferro, pela concentração de vários serviços e investimentos aplicados para a melhoria da infraestrutura urbana e pela baixa renda média do setor agropecuário.

³¹ No ano de 2000, Marabá tinha 168.020 habitantes em 2010 esse número subiu para 233.669. Entre esse período a população de Marabá cresceu a uma taxa média anual de 3,35%, enquanto no Brasil foi de 1,17%. O município de Tucuruí em 2000 tinha 73.798 habitantes em 2010 apresentou um total de 97.128. Entre esse período a população de Tucuruí cresceu a uma taxa média anual de 2,79%, sendo que no Brasil foi de 1,17% (IBGE, 2000/2010).

Tabela 5: Parauapebas - Evolução da população urbana e rural (1991/2010)

Ano	Urbana	%	Rural	%
1991	27.443	51,45	25.892	48,55
1996	38.842	61,11	24.721	38,89
2000	59.239	82,75	12.352	17,25
2007	118.847	89,16	14.451	10,84
2010	138.690	90,11	15.218	9,89

Fonte: IBGE/Censo Demográfico (1991/2010) – adaptado pelo autor (2014)

A partir do intenso crescimento populacional decorrente do processo migratório, a questão da ausência de moradia no município tornou-se uma problemática constante, o que, por sua vez, favoreceu/possibilitou, em meados do ano de 2000, a criação de um forte e lucrativo mercado do setor imobiliário dos mais diversos tipos – loteamentos³², loteamentos fechados, condomínios fechados verticais e horizontais.

É válido ressaltar que a expansão do mercado imobiliário em Parauapebas, parte também do contexto de fortalecimento do setor imobiliário no país com o lançamento do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), como sendo umas das medidas do governo federal na tentativa de minorar os efeitos da crise financeira internacional de 2008 no país. Tal medida concebida como “antídoto” de combate a crise estimulou o setor imobiliário já que aumentou a concessão de créditos, prolongou os prazos de financiamentos e diminuiu as taxas de juros para aquisição e construção de moradias (MELLAZO, 2013; SOUZA, 2015). Nesse contexto, cidades médias/realidades não metropolitanas tornaram-se cenários férteis/lucrativos para atuação do mercado imobiliário (MELLAZO, 2013). Desse modo, extensas cadeias de serras que fazem parte da paisagem natural de Parauapebas, têm sofrido máximas alterações para a abertura de loteamentos, loteamentos fechados, condomínios fechados verticais e horizontais.

³² Loteamento: “é o parcelamento de gleba em lotes destinados a edificação, com abertura de novas vias de circulação, de logradouros públicos ou prolongamento, modificação ou ampliação das vias existentes” (BRASIL. Lei nº 6.766, 19 de dezembro de 1979). Loteamentos fechados é um loteamento comum caracterizado por ter muros ou cercas em todo o seu perímetro, no sentido de promover o controle de acesso de pessoas, por meio da identificação, porém, não é permitida a restrição à população em geral de ter acesso, uma vez que as ruas, áreas verdes, praças etc., é de ordem pública, ou seja, de acesso a todos. Os condomínios fechados se definem pela ausência de logradouros públicos ou de espaços de livre circulação de pessoas, visto que tudo que integra o condomínio é de exclusiva propriedade/responsabilidade dos condôminos (RODRIGUES, 2013). É válido destacar que os condomínios fechados são divididos em verticais e horizontais, a distinção dá-se de acordo com plano que a construção foi dividida, se vertical ou horizontal. Assim, condomínios com casas construídas em um mesmo terreno é vertical, uma vez que o plano de separação é vertical (paredes e/ou muros), já os condomínios com as unidades habitacionais dispostas verticalmente, uma sobre as outras (lajes), são definidas como condomínios horizontais, já que os planos são horizontais (BRAGA, 2006).



Imagen 2: *Publicidade de loteamentos residenciais e de condomínios de luxo*

(Imagen: Autor, Julho de 2015)

No entanto, mesmo com a abertura de vários loteamentos, loteamentos fechados, condomínios fechados verticais e horizontais, que provocou no município um “inchaço” no setor imobiliário, ocasionando uma queda nos preços dos alugueis; o “pedaço de chão” em Parauapebas ainda é comercializado a valores altíssimos o que impedem grupos/pessoas de menor renda de residir em locais melhores estruturados. Justifica-se, assim, o alastramento dos assentamentos precários, muitas vezes em áreas inadequadas e consideradas de risco, tais como encostas de morros e margens de riachos.

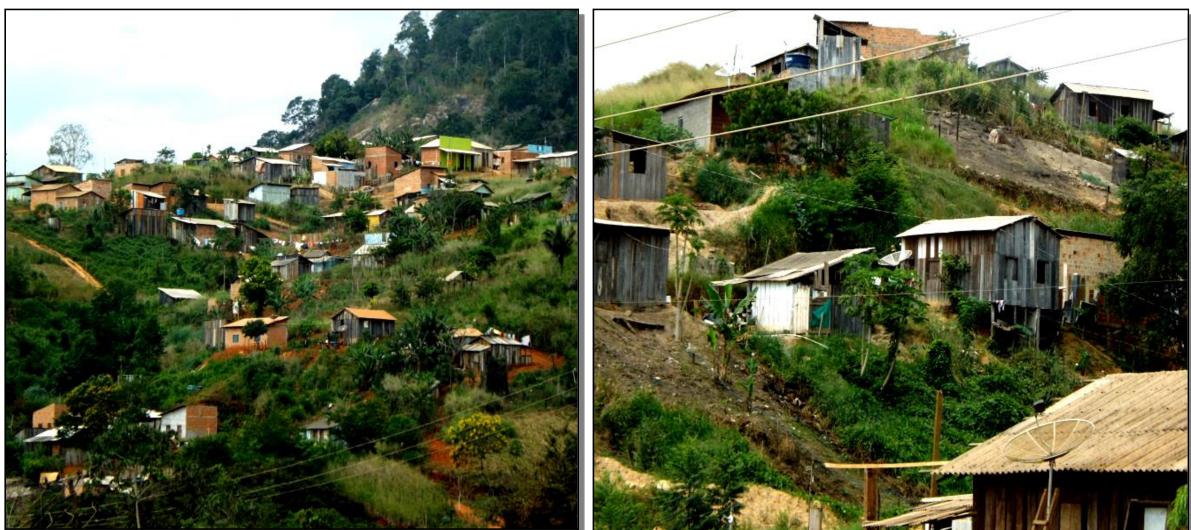


Imagen 3: *Morro Vila Vitória - serras sendo cobertas por moradias precárias*

(Imagen: Autor, Julho de 2015)

O aumento do parcelamento do solo em Parauapebas pelos empreendimentos imobiliários não significa a sua transformação em moradia, mas sim um forte processo de reprodução do capital pautado na especulação imobiliária. Em outras palavras, os empreendimentos imobiliários usam ou tem aproveitado a conjuntura atual de expansão dos projetos minerários da Vale no município e o forte processo migratório em curso, para aumentar seus lucros. Embora o poder público tenha agido com a construção de conjuntos habitacionais, esses não têm sido suficientes para atender às demandas de grande parte da população que tem vivido em condições precárias, indignas, uma vez que atuação do poder público para solucionar essa problemática tem sido de maneira tímida, postura essa que podemos considerar proposital, no sentido de favorecer as grandes empresas imobiliárias que comercializam loteamentos, loteamentos fechados, condomínios fechados verticais e horizontais, presentes no município.

Desse modo, mais de 22 mil famílias vivem em Parauapebas em condições precárias, morando perto de encostas de morros e margens de riachos, convivendo com a inexistência ou fragilidade de serviços básicos, conforme ilustra a imagem acima. Só para elucidar ainda mais essa realidade, enquanto o índice de coleta de lixo no município é de apenas 13%, no Brasil a média é de 48%. Outro dado exemplificador é sobre a violência. O município tem uma taxa anual de 60,5 homicídios por 100 mil habitantes, ficando entre as 100 cidades do Brasil mais violentas, e ocupa a 6º posição entre as cidades brasileiras de mais 100 mil habitantes com maior índice de vulnerabilidade juvenil (REVISTA EXAME, 2014; IDESP, 2014). Portanto, podemos reconhecer uma modernização corporativa, incompleta, visto que seus objetivos não se pautam pelas demandas do lugar. Trata-se, efetivamente, de uma modernização egoísta, alheia às necessidades da maioria da sociedade.

3.2.2. Elementos da dinâmica econômica de Parauapebas

Por outro lado, a condição do município de Parauapebas como território de uso corporativo da moderna indústria de mineração tem repercutido nos últimos anos num crescimento econômico significativo. A Tabela 6 descreve a evolução do município na participação no Valor Adicional (VA) do Produto Interno Bruto (PIB) do Estado, que em 2011 superou a participação da capital Belém, que estava na liderança desde 1999.

Tabela 6: Evolução dos cinco municípios com maiores PIB, a preço de mercado corrente do Estado do Pará (2007/2011)

Municípios	2007	2008	2009	2010	2011
Parauapebas	3.069.686	6.572.427	5.617.969	15.918.216	19.897.435
Belém	13.797.141	15.316.130	16.526.989	17.987.323	19.666.725
Ananindeua	2.813.055	3.083.495	3.243.369	3.669.747	3.906.459
Marabá	3.115.485	3.593.892	3.058.909	3.601.647	3.742.469
Barcarena	3.657.113	3.860.431	3.287.297	3.550.233	3.659.053
Pará	49.507	58.518.571	58.401.830	77.847.597	88.370.610
Participação (%)					
Municípios	2007	2008	2009	2010	2011
Parauapebas	6,20	11,2	9,62	20,45	22,52
Belém	27,87	26,2	28,30	23,11	22,25
Ananindeua	5,68	5,3	5,55	4,71	4,42
Marabá	6,29	6,1	5,24	4,63	4,23
Barcarena	7,39	6,6	5,63	4,56	4,14
Pará	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: IDESP (2007/2011) - adaptado pelo autor (2014)

Em 2007, a participação do município de Parauapebas no PIB estadual foi de 6,20%, sendo inferior em relação à participação de Belém, que foi de 27,87%; seguida de Barcarena, que contribuiu com 7,39%; e Marabá, com 6,29%. Em 2008, em razão da valorização do minério de ferro e de manganês no mercado internacional, o município passou para a posição de segunda colocada no *ranking* do PIB estadual, apresentando uma participação de 11,2%. Já a capital do Estado apresentou uma contribuição de 26,2%, participação que resultou, principalmente, do setor de serviços, tendo como principais atividades o comércio, a administração pública e as instituições financeiras, seguidas da indústria, com destaque para a construção civil e a indústria de transformação.

Em função da crise financeira internacional de 2008, a participação de Parauapebas no PIB estadual, que era de 11,2% em 2008, caiu para 9,62% em 2009 - resultado da queda do preço e das exportações de minérios –, porém o município permaneceu na condição de segundo colocado no *ranking* dos municípios com maior participação no PIB estadual. Em 2010, Parauapebas teve uma participação surpreendente no PIB estadual. Bem diferente de 2009, o município teve uma contribuição de 20,45% contra 9,65% no ano anterior - houve um ganho de 10,8 pontos percentuais. No ano seguinte o PIB de Parauapebas foi de R\$ 19.897.435 bilhões, valor que o fez alcançar o primeiro lugar no *ranking* do PIB estadual. Em termos percentuais, esse valor representa uma participação de 22,52%, havendo um ganho de 2,03 pontos percentuais em relação ao ano de 2010³³.

³³ Esse crescimento econômico deve-se ao setor industrial, que representou 87,5% no VA do município no ano de 2011. Parauapebas foi o maior arrecadador individual de Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM) no país. Além das atividades minerais, o setor de serviços do município representou

Portanto, parece ser indiscutível o significado de Parauapebas na economia do Estado, particularmente pela atividade industrial na exportação de minério de ferro para o mercado chinês, principal consumidor do produto comercializado pela Companhia Vale. Esse crescimento econômico, que aparentemente é visto como o crescimento benéfico para a sociedade inteira.

Na Tabela 7 nota-se que o peso do município na atividade industrial tem se traduzido na queda proporcional da atividade agropecuária na economia local. O valor agregado bruto da agropecuária, que em 2009 era de 0,53%, caiu para 0,23% em 2010. Esse resultado revela, portanto, a participação irrigária do setor agropecuário no VA do município. Em 2009 o setor de serviços teve um crescimento expressivo de 22,19%, destacando as atividades de transportes, de aluguel, de comércio, de serviços prestados às famílias e à administração pública; enquanto o setor industrial sofreu uma redução de -5,35 pontos percentuais devido à crise financeira de 2008. Contudo, em 2010, o setor industrial participou com 87,54% no VA do município, tendência que se estendeu a 2012, embora apresentando uma queda.

Tabela 7: Parauapebas - Valor Adicionado (VA) a preço corrente (mil R\$) (2007/2012)

Ano	VA Agropecuária	VA Indústria	VA Serviço	VA Bruto Total
2007	33.107,00	2.046.869,00	815.130,00	2.895.106,00
2008	29.337,89	5.290.824,96	1.082.628,73	6.402.791,57
2009	28.640,98	4.211.926,50	1.209.655,47	5.450.222,95
2010	36.706,00	13.744.281,00	1.919.371,00	15.700.358,00
2011	43.355,33	17.159.842,18	2.417.356,77	19.620.554,27
2012	49.368,67	13.666.500,13	2.562.791,00	16.733.726,73

Participação %				
Ano	VA Agropecuária	VA Indústria	VA Serviço	VA Bruto Total
2007	1,14	70,70	28,16	100,00
2008	0,46	82,63	16,91	100,00
2009	0,53	77,28	22,19	100,00
2010	0,23	87,54	12,23	100,00
2011	0,2	87,54	12,2	100,00
2012	3,39	81,67	15,32	100,00

Fonte: IDESP (2007/2012) - adaptado pelo autor (2014)

O desempenho do setor industrial de Parauapebas levou o município a liderar o *ranking* estadual em 2008, apresentando uma participação de 27,62% contra 11,4% do município de Barcarena. Decorrente da crise financeira que provocou a redução da produção de minérios, em 2009 Parauapebas teve uma participação de 27,51% do VA da Indústria

5,81% do VA estadual com crescimento de 25,75%, impulsionado pelas atividades de serviços prestados às empresas, serviços de informação, alojamento e alimentação e serviços de transporte (IDESP, 2011).

estadual, porém manteve-se como a primeira colocada no *ranking*. Em 2011 a participação do município no VA da indústria estadual saltou de 46,82% para 49,97%, obtendo um ganho de 3,15 pontos percentuais. Essa grande participação de Parauapebas no VA da indústria do Estado fica mais evidenciada quando se compara com os 7,52% de participação da cidade Canaã dos Carajás, que tem como principal atividade industrial a extração de cobre operada pela Vale e foi a segunda colocada do *ranking* no PIB industrial do Estado. Na tabela abaixo nota-se a discrepância da força industrial entre Parauapebas e os demais municípios, demonstrando que a concentração da força industrial do Estado estabelece-se, precisamente, no município de Parauapebas.

Tabela 8: Pará - *Ranking* dos dez maiores municípios no Valor Adicionado (VA) do setor industrial (2011)

Ranking	Municípios	VA (R\$ MIL)	Participação (%)
1	Parauapebas	17.159.842	49,97
2	Canaã dos Carajás	2.581.738	7,52
3	Belém	2.515.427	7,32
4	Tucuruí	1.970.708	5,74
5	Barcarena	1.902.507	5,54
6	Marabá	906.757	2,64
7	Oriximiná	744.880	2,17
8	Ananindeua	641.527	1,87
9	Paragominas	53.961	1,57
10	Ourilândia do Norte	400.383	1,17

Fonte: IDESP (2011) - adaptado pelo autor (2014)

Decorrente da extração e exportação dos recursos minerais, Parauapebas tem também apresentado significativos progressos nas suas receitas, em particular a receita de Compensação Financeira pela Exploração Mineral (CFEM). Embora o Estado do Pará tenha, no cômputo geral, ficado em segundo lugar na arrecadação de CFEM em 2013, Parauapebas foi o município brasileiro que mais arrecadou CFEM no ano (DNPM, 2014). O minério de ferro foi a principal substância a implicar no volume da arrecadação da CFEM, que atingiu mais de R\$ 700.520.912,78 milhões, valor muito superior em relação a 2012, que foi de R\$ 427.086.035,56 milhões, conforme mostra a tabela 9.

Tabela 9: Parauapebas - Evolução de arrecadação da CFEM (2007/2013)

Ano	Brasil	Pará	Parauapebas	% Pará no Brasil	% Parauapebas no Pará	% Parauapebas no Brasil
2007	709.652.606	193.761.454	110.272.849	27,30%	56,91%	15,54%
2008	685.414.131	277.725.715	182.500.697	40,52%	65,71%	26,63%
2009	850.746.923	278.016.221	189.901.587	32,68%	68,31%	22,32%
2010	1.175.445.462	341.806.540	249.487.892	29,08%	72,99%	21,22%
2011	1.544.749.140	462.694.917	371.088.416	29,95%	80,20%	24,02%
2012	1.832.380.844	524.261.955	427.086.035	28,61%	81,46%	23,31%
2013	2.373.783.372	804.228.198	700.217.745	33,38%	87,07%	29,50%

Fonte: (DNPM, 2007/2013) - adaptado pelo autor (2015)

Pelo fato do ICMS não ser descontado nos produtos destinados à exportação, devido a Lei de Kandir, o CFEM torna-se a principal fonte de arrecadação na mineração. Portanto, como foi possível notar na tabela 9, o CFEM tem forte peso no orçamento de Parauapebas. Contudo, é preciso pontuar que trata-se de receitas ligadas à exploração de um recurso natural finito³⁴, o que expressa que a sustentação econômica do município está apoiada em bases frágeis. Em outras palavras, a sustentação econômica de Parauapebas à custa da exploração mineral apresenta previsão de duração. Em extensão, o volume das receitas que incidem sobre a comercialização dos recursos minerais é pouco significativo, particularmente se comparado aos contrastes econômicos, sociais e territoriais que busca teoricamente reparar. O CFEM é relativamente pequeno se comparado também ao gigantismo do faturamento da empresa, que só no ano de 2012 registrou lucro líquido de US\$ 5,454 bilhões aos seus acionistas (VALE, 2013, p.14).

Precisa-se ser levado em consideração que, pelo fato de a empresa Vale ser elo de uma Rede de Produção Global³⁵ (RPG) dedicada à exportação, a força e o crescimento econômico e financeiro de Parauapebas, decorrente, exclusivamente da atuação da Vale, corresponde a um crescimento espúrio e a uma situação instável de risco. Isso porque qualquer oscilação ou crise no mercado externo pode afetar por completo a sua estrutura econômica e financeira. Assim, essa condição de Parauapebas de “prisioneiro” das necessidades do mercado externo e, consequentemente, das suas constantes crises e oscilações, o define como uma “cidade média com dinâmica econômica externa”, de acordo

³⁴ Sobre a exaustão das minas ferríferas da Serra do Carajás, Sousa (2012, p.134) comenta: “[...] a Vale estima a exaustão das minas de ferro em Carajás para as seguintes datas: Serra Norte (N4W, N4E, N5) para o ano de 2030; Serra Sul, para o ano de 2061; Serra Leste, para o ano de 2039. O Banco Mundial que contribuiu com a elaboração do Plano Nacional de Mineração 2010-2030 do Governo brasileiro é menos otimista, estabelece um horizonte de 15 anos para a exaustão das reservas conhecidas no Estado do Pará”.

³⁵ Termo originalmente utilizado por HENDERSON, Jeffrey. *et. al.* Redes de Produção Globais e a análise do desenvolvimento econômico. Revista Pós Ciências Sociais, São Luís, n. 15, p. 143-170, 2011.

com a tipologia elaborada por Schor e Oliveira (2011) para o estudo das cidades da Amazônia brasileira.

3.2.3. Expansão de atividades modernas

A condição de Parauapebas como território da grande mineração tem gerado investimentos significativos em atividades comerciais e de serviços do circuito superior da economia, que visam atender às necessidades de uma população que possui maior poder de compra, como os funcionários da Vale, os servidores públicos de alto escalão e as empreiteiras que prestam serviços para a mineradora, além de empresários, etc.

Nos últimos anos, têm se instalado em Parauapebas diversas concessionárias de automóveis como Ford, Volkswagen, Renault, Chevrolet e grandes empresas nacionais ligadas à comercialização de móveis e eletroeletrônicos, assim como dos segmentos de roupas e utensílios domésticos. Tem aumentado a instalação de grandes supermercados e de empreendimentos controlados por grandes grupos que se voltam tanto para o comércio atacadista quanto para o comércio varejista. É o caso da rede “Mateus Supermercados”, maior rede de supermercado do Maranhão; e do grupo “Macre Supermercados”, do Mato Grosso do Sul. Grandes redes de lojas de móveis, eletrodomésticos e eletroeletrônicos também se fazem presentes (Havan, City Lar e Lojas Americanas, que em 2015 instalou uma unidade no município).

No fim do ano de 2015 foi inaugurado em Parauapebas um *shopping center*, o Karajás *Shopping Center*. O empreendimento possui 100 lojas que comercializam produtos de diversas marcas. Porém, desde de 2012 o município de Parauapebas conta com serviços oferecidos por um *shopping center*, o *Partague Shopping Center* Parauapebas (**Imagen 4**), empreendimento (maior que o Karajás *Shopping Center*) construído às margens da rodovia PA-275, com 126 lojas que comercializam produtos de diversas marcas muito conhecidas nas principais cidades do país (*TNG*, *Hering*, *Carmem Steffens*, *M.Officer*, *Calvin Klein*, *Cacau Show*, *Chilli Beans*, *O Boticário*, *CVC*, *Lojas Americanas* etc –, além de quatro salas de cinema)



Imagen 4: *Shopping Center de Parauapebas (Partage Shopping Center Parauapebas)*

(Imagen: Autor, Julho de 2015)

Aos poucos, empresas de prestação de serviços comandadas por grandes grupos e sistemas de franquias, que atuam no território nacional, têm se instalado no município. É o caso, por exemplo, dos grandes bancos públicos e privados e também das agências de crédito e microcrédito. Parauapebas conta com seis agências bancárias: das instituições financeiras públicas presentes estão o Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Banco da Amazônia, Banpará (banco do governo do estado do Pará) das privadas estão o Bradesco, Itaú e Santander. No que tange aos serviços de crédito e microcrédito privados, atualmente o município conta com oito agências. Há também franquias/redes de farmácias (Big Bem, Extra Farma e Pague Menos), de perfumaria e cosméticos e de *fast-food*.

A cidade ainda tem ganhado maior força o setor de serviços do sistema educacional privado (ensinos fundamental e médio) oferecido no município por grandes redes particulares do país, como o Colégio Pitágoras, localizado no Núcleo de Urbano de Carajás. Em relação ao ensino superior, há um campus da Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA), que oferece cinco cursos presenciais – Administração, Engenharia florestal, Engenharia de produção, Agronomia e Zootecnia –, e um campus do Instituto Federal do Pará (IFPA) que oferta sete cursos de graduação na sua maior parte tecnológicos – Normal superior-Licenciatura, Tecnologia em análise e desenvolvimento em sistemas, Tecnologia em controle ambiental, Tecnologia em gestão ambiental, tecnologia em gestão pública, tecnologia em informática e tecnologia em saúde pública –, o instituto conta também com nove cursos de nível técnico – Agroindústria, Assessor de planejamento turístico, Desenvolvedor de programas, Design industrial, Eletromecânica, Mecânica, Mecânica integrado ao ensino

médio, multimeios didáticos e secretaria escolar. É válido ressaltar a presença de duas instituições particulares de ensino superiores que também oferecem cursos na modalidade presencial - Faculdade Master de Parauapebas (FAMAP), Faculdade para o Desenvolvimento Sustentável da Amazônia (FADESA) -, e cinco instituições particulares que ofertam cursos na modalidade de Ensino a Distância (EaD) – Universidade de Uberaba (Uniube), Universidade Norte do Paraná (Unopar), Universidade Sem Distância (Unisa) e Universidade Paulista (Unip).

Há que pontuar-se, ainda, as atividades do circuito superior presentes no Núcleo Urbano da Serra Carajás, voltada para o consumo de seus moradores, sendo também abertas para o consumo dos não moradores. Algumas das sofisticadas boutiques presentes no Núcleo Urbano de Carajás são dos próprios funcionários da mineradora, geralmente um empreendimento da esposa do funcionário da empresa. Essa situação se repete no contexto de Parauapebas, em que alguns funcionários da Vale abrem pequenas boutiques e/ou algum outro pequeno negócio.

Em síntese, o uso hegemônico do território de Parauapebas a partir de grandes projetos minerários destinado precisamente para o mercado externo, tem repercutido no crescimento da economia e das receitas do município, como também na ampliação de empreendimentos de consumos modernos. Entretanto, esse processo dá-se concomitantemente com a fragmentação do território, segregação socioespacial e na produção da pobreza urbana, podendo ser vista e analisada a partir do circuito inferior que se encontra em pulsante processo de expansão, uma vez que as modernas infraestruturas que integram o município a economia mundo não visam atender as necessidades básicas da população pobre do lugar.

CAPÍTULO IV

ALÉM DA GRANDE MINERAÇÃO, OUTROS USOS DO TERRITÓRIO: O CIRCUITO INFERIOR DA ECONOMIA COMO UM INDICADOR

Em que pese a forte presença da moderna atividade de mineração, orientando o uso e a economia do município, Parauapebas é também marcado pela existência de atividades econômicas não ligadas diretamente à indústria de mineração e que atuam como alento à população em geral pobre e não ligada à atividade mineradora. Tais atividades que, ao contrário da moderna indústria de mineração, constituem um uso não hegemônico do território, são ligadas às necessidades do próprio lugar. Nesse sentido, este capítulo estabelece uma discussão sobre a teoria dos dois circuitos da economia urbana elaborada por Milton Santos na década de 1970 e sintetizadas no livro “O espaço dividido”. Em seguida pontuamos elementos que demonstram a expansão do circuito inferior em Parauapebas, com destaque à multiplicação de micro e pequenos estabelecimentos, como também o aumento do estoque de trabalhadores nestas firmas. Por fim, o capítulo é finalizado com a apresentação dos percursos metodológicos da pesquisa, com o delineamento e a descrição das áreas selecionadas e das características do circuito inferior da economia urbana em Parauapebas.

4.1 OS DOIS CIRCUITOS DA ECONOMIA URBANA: UMA DISCUSSÃO BREVE SOBRE SUA FORMAÇÃO E CARACTERÍSTICAS

A imagem de Parauapebas como município de economia forte – representação muitas vezes esbravejadas por seus governantes em publicidades –, resulta, somente, da parcela do trabalho hegemônico, mais especificamente à grande mineração, quando na realidade a cidade também abriga outras atividades de trabalho, escoradas em distintos níveis de capital, de tecnologia e de organização, e que podem, por sua natureza, ser caracterizados como não hegemônicos. Nesse contexto, acreditamos ser válido o esforço de altercar sobre os processos que realizam outros usos territoriais no município, praticados por aqueles que não estão ligados e/ou controlados pela moderna indústria de mineração. Aqueles que se encontram, de certo modo, à margem do engessado controle da atividade mineradora, constituindo, assim, usos outros, ou seja, situações territoriais de outra natureza.

Esta análise fará com que reconheçamos Parauapebas como um território constituído para além do uso da moderna indústria mineraria (que comumente o caracteriza de forma exclusiva), ou seja, que o reconheçamos como um espaço de condição para a existência de

outras atividades que, sem a importância econômica e política que normalmente define a atividade mineradora, presta-se para garantir a sobrevivência de significativa parcela da população do município, viabilizando condições outras de organização sem o uso de modernos sistemas de objetos técnicos, rígida organização e sem a aplicação de grandes somas de capital.

A ideia de território usado, proposto por Santos (2000; 2001), remete diretamente ao sentido de espaço banal, isto é, um território que é produzido por todos os agentes sociais (hegemônicos e não hegemônicos) e por todas as atividades socioeconômicas (circuito superior e circuito inferior). Em outras palavras, o território formado por ações verticais é também composto por forças horizontais num mesmo lugar, contendo concomitantemente funcionalidades diferentes, divergentes ou opostas (SANTOS, 2009). Assim, o território usado, nas palavras do autor,

(...) trata- se do espaço de todos os homens, não importa suas diferenças; o espaço de todas as instituições, não importa a sua força; o espaço de todas as empresas, não importa o seu poder. Esse é o espaço de todas as dimensões do acontecer, de todas as determinações da totalidade social (SANTOS, 2000, p.104).

A atenção deste capítulo volta-se para a compreensão dos processos e atividades realizadas em Parauapebas a partir de um uso não hegemônico e não corporativo. A análise engloba os trabalhadores que se encontram à margem do controle da indústria mineradora e que desenvolvem estratégias de sobrevivência presididas por uma lógica horizontal, ou seja, os que buscam garantir, primeiramente, a sobrevivência e não a reprodução ampliada do capital. Nesse sentido, visamos as atividades do circuito inferior da economia urbana, as atividades e os serviços criados, antes de tudo, para a população que regularmente não tem acesso aos serviços do circuito superior.

Pensando a cidade enquanto espaço banal, ou seja, um espaço marcado pela coexistência do diverso do plural, da cidade enquanto arena de relações dialéticas, Santos (2008a) formula a teoria dos dois circuitos da economia urbana, na qual entende que o espaço urbano dos países pobres é segmentado pela existência de dois circuitos socioeconômicos: o circuito superior e o circuito inferior.

Com a teoria dos dois circuitos, o autor revela que a cidade não é produzida somente pelas grandes empresas – que expressam os interesses dos atores hegemônicos –, mas também pelas pequenas atividades – representantes da economia popular – realizadas pela população pobre, pelos agentes não hegemônicos. Essa segunda modalidade de trabalho é marcada por grupos de pessoas que buscam sua sobrevivência baseados em criatividade e arranjos

diferentes da organização engessada e burocrática que caracteriza as grandes empresas. Desse modo, para Santos (2008a, p.277), “[...] a organização do espaço pelos dois circuitos comprehende: 1) as atividades capazes de uma macro-organização do espaço; 2) as atividades incapazes de uma macro-organização do espaço”.

Outro ponto dessa teoria é que seus postulados foram elaborados a partir da realidade dos países subdesenvolvidos, ou seja, voltados para compreensão de realidades como a de Parauapebas. Usá-la para analisar o município de Parauapebas foi uma tentativa de comprehendê-lo sob a luz de uma teoria da geografia brasileira para o entendimento do subdesenvolvimento (ainda que as condições do tempo presente exijam novas leituras do fenômeno). Ao estudarmos as cidades dos países subdesenvolvidos, tomando como embasamento sua própria história, evitamos cometer a falha de direcionarmos nossa pesquisa/estudo para um contexto que não corresponde a sua realidade (SANTOS, 2003, p.170). Portanto, a teoria dos dois circuitos da economia urbana elaborada por Santos (2008a) é um subsídio sólido para a compreensão da realidade de Parauapebas sob uma perspectiva crítica e coerente.

Segundo Santos (2008a), o circuito superior e o inferior são dois sistemas resultantes da modernização tecnológica tendo, portanto, a mesma origem e o mesmo conjunto de causas. Ambos não existem separadamente. São contraditoriamente complementares e interdependentes, desse modo, não há dualismos entre eles. Sobre essa questão Santos (2008a, p.261) comenta: “[...] a própria existência de uma classe média impede falar em circuitos fechados. Seu consumo dirige-se a um ou outro circuito com frequência variáveis”.

De modo geral a teoria dos dois circuitos propõe estabelecer uma reflexão da divisão territorial do trabalho a partir da coexistência de diversos tipos de atividades dos dois circuitos. Além de fazer a distinção entre as atividades econômicas, prevê também a diferenciação entre a população ligada a cada um dos circuitos. Contudo, é preciso esclarecer que esse condicionamento não é hirto, podendo assim todas as classes da sociedade consumirem fora do âmbito do circuito ao qual estão ligadas (SANTOS, 1979; 2008a).

Os dois circuitos da economia urbana podem ser distinguidos e definidos de modo simplificado da seguinte maneira: o circuito superior é aquele constituído pelos “[...] bancos, comércio e indústria de exportação, indústria urbana moderna, serviços modernos, atacadistas e transportadoras” (SANTOS, 2008a, p.40). São atividades geralmente orientadas sob comandos e demandas externas e que possuem uma racionalidade no uso da tecnologia em sua organização. Já o circuito inferior “[...] é constituído basicamente por formas de fabricação não capital intensivo, pelos serviços não-modernos fornecidos a varejo e pelo

comércio não-moderno e de pequena dimensão” (SANTOS, 2008a, p.40). São atividades enraizadas no próprio lugar, que visam suprir as necessidades da população local. Há também a existência de um circuito superior marginal, caracterizado por formas mistas de trabalho e que muitas vezes possuem organização e técnica, mas não funcionam com a mesma racionalidade e o mesmo caráter corporativo dos agentes hegemônicos da economia.

Em síntese, o circuito superior é aquele que abrange as atividades atreladas à expansão do meio técnico-científico-informacional (capital intensivo), com vista a uma reprodução ampliada do capital; e o circuito inferior é aquele que comporta atividades de pouca organização, menos capitalizadas (trabalho intensivo) e de expressão local ou mesmo regional, fruto de uma divisão territorial desenhada/presidida pelo próprio lugar, tendo como preocupação primeira assegurar a sobrevivência cotidiana (SANTOS, 1979; 2008a).

Outro ponto que merece ser altercado é que o circuito superior conta com o apoio do Estado que, baseado numa lógica desenvolvimentista, faz concessões de créditos, dotação de infraestrutura etc., favorecendo especialmente as grandes corporações empresariais. Nesse contexto, o Estado pode ser considerado como elemento integrante do circuito superior, visto que atividades intensas de capital não se viabilizam sem o suporte do Estado por meio de financiamento. O circuito inferior, por sua vez, não é contemplado com as vantagens concedidas ao circuito superior, sendo muitas vezes relacionado ao chamado setor informal da economia e perseguido, como é o caso dos vendedores ambulantes (SANTOS, 2008a).

Coelho e Pereira (2011) colocam que o circuito inferior da economia, embora sendo composto por atividades de pequeno porte, pouco capitalizadas e voltadas para a população mais pobre, não é, fundamentalmente, sinônimo de atividade informal – ainda que os chamados “informais” façam parte deste circuito. Essa ponderação é pertinente, visto que existem atividades do circuito inferior que se inserem em padrões ditos formais de organização. Santos (1979; 2008a) questiona a concepção do circuito inferior como setor informal, pois, para o autor, o circuito inferior é orientado por um conjunto de normas, portanto, é racional, sendo dirigido pelo mesmo sistema de normas de uma sociedade formal global. Para o autor (2008a, p.260), “a melhor definição dessa racionalidade é o equilíbrio da miséria característica do circuito inferior”.

O circuito inferior constitui uma estrutura de abrigo para a população pobre (SANTOS, 2008a, p.202), pois é por meio das atividades de capitais reduzidos, desprovidas de garantias trabalhistas e sem grandes ganhos, que os pobres têm encontrado cada vez mais oportunidade de trabalho e de geração de renda. A característica de abrigo do circuito inferior fez Pereira (2009) enfatizar a importância desse circuito na compreensão atual da realidade

urbana no território amazônico. Segundo o autor, o território amazônico vendo sendo profundamente marcado pela lógica de uma modernização antagônica, em que de um lado os agentes hegemônicos impõem um uso corporativo do território, inclinados a atender às necessidades externas, e, de outro lado, os agentes hegemonizados realizam atividades voltadas para os interesses próprios do lugar, ou melhor, para garantir a sua própria sobrevivência.

Nesse sentido, reafirmamos a divisão territorial do trabalho a partir dos dois circuitos elaborada por Santos (2008a) como um instrumento útil e coerente para compreensão do espaço urbano de Parauapebas, uma vez que a teoria questiona as análises que generalizam o setor moderno da economia urbana com a cidade como um todo, ou seja, para o autor toda a compreensão da cidade, desconsiderando o circuito inferior, é incompleta.

4.2 A INDÚSTRIA MODERNA DE MINERAÇÃO E A EXPANSÃO DO CIRCUITO INFERIOR

Como já citado, o circuito superior emana diretamente da modernização tecnológica, contudo os progressos técnicos têm produzido disparidades sociais e econômicas crescentes. O alargamento da pobreza revela-se como sendo um desses resultados e, como consequência, tem corroborado com a expansão do circuito inferior em todo país. Nessa direção, Santos (1979, p. 68) destaca:

O modelo de modernização da economia é acompanhado por imposições tecnológicas que causam a limitação de possibilidades quanto à substituição de fatores de produção. Essa rigidez impede a expansão do mercado de trabalho. Com efeito, as técnicas mais eficientes para a expansão industrial são concebidas como se o trabalho fosse uma mercadoria rara. Embora esse modelo esteja longe da perfeição nos países desenvolvidos, nos países subdesenvolvidos constitui simplesmente uma aberração e produz o crescimento industrial com o aumento do subemprego e do desemprego.

Parauapebas é a expressão concreta da racionalidade capitalista, que gira em torno da exploração de bens minerais, marcada por um forte fluxo de migrantes, aos quais a grande indústria minerária, principal atividade do circuito superior do município, é incapaz de comportar fornecendo emprego a todos. Tal fator repercute diretamente no aumento do número de pobres e de desempregados na precarização do emprego e, consequentemente, na expansão do circuito inferior.

Na Tabela 10 nota-se que no período entre 2000 e 2008, a crescente geração de postos de trabalho em Parauapebas ficou centrada, principalmente, no moderno setor extrativo mineral, nos serviços e na administração pública e, nos últimos cinco anos, na construção civil. Nessa variação do volume de empregos deve-se considerar, como já comentado, a privatização da CVRD e a aposta do estado nacional no comércio externo e na exportação de produtos primários. Tais informações ajudam a entender os dados, pois foi a partir desse momento que a ex-estatal se tornou mais competitiva no mercado, lançando vários projetos/investimentos de expansão e diversificação da produção mineral, corroborando assim na geração de postos de emprego. Contudo, a empresa pouco contribuiu em termos de geração de empregos diretos: seus investimentos têm resultado em impactos indiretos no mercado do trabalho, onde boa parte dos números de empregos formais no município resulta em novas demandas de trabalhadores na construção civil, comércio e serviços urbanos.

Não obstante, é preciso destacar o setor da administração pública, que nos últimos treze anos têm respondido por significativa geração de empregos, segundo Trindade (2011), sendo resultado direto da necessidade de conformar uma estrutura público-administrativa moderna advinda precisamente da CFEM. A agropecuária, conforme os dados da Tabela 10, por sua vez é o setor que apresentou o menor número de postos de trabalho, fato que pode ser explicado pela economia do município ser fortemente especializada na atividade industrial.

Em síntese, a geração de empregos em Parauapebas corresponde de modo direto ao funcionamento da Companhia Vale. Porém, esse momento crescente de geração de postos de trabalho no município, que em consequência tem influído diretamente no aquecimento dos demais setores da economia, em especial o comércio, serviços e a construção civil, é insustentável e não permanente. É preciso levar em consideração que os postos de trabalho gerados pelos atuais investimentos da Vale são temporários, efêmeros, pois finalizadas as obras de maximização de exploração mineral, o grande contingente de pessoas empregadas pelas empreiteiras responsáveis pela construção dos projetos serão demitidas. Os poucos postos de trabalho mantidos residem numa mão de obra especializada, na maioria das vezes ocupados por trabalhadores de outras regiões. Portanto, concorda-se com Coelho (2015) quando afirma que maximização da produção mineral comandada pela Vale no município de Parauapebas e região não determina um expressivo aumento de emprego.

A Companhia Vale é uma empresa de capital intensivo que acompanha sistematicamente os avanços tecnológicos para potencializar sua atividade como também para poupar a contratação de mão de obra. Os investimentos da Vale no uso de instrumentos técnicos sofisticados fazem com que a empresa demande uma mão de obra muito

especializada. Por outro lado, o número de migrantes sem qualificação na área de mineração em busca de trabalho na indústria mineradora ou em suas subcontratadas não para de aumentar no município, tampouco as atividades de pequenas dimensões de baixa organização e pouco capitalizadas, que têm desempenhando um importante papel na geração de emprego e renda ao absorver a população descartada pela multinacional. Tal aspecto demonstra o que Santos (1979, p.34.) já havia percebido: “[...] o progresso técnico reduz a demanda de mão de obra, contudo, aquele desabrigado pelo circuito superior, ou seja, fora do mundo de emprego, não está perdido para a economia como um todo”.

Tabela 10: Parauapebas - Evolução do estoque de emprego segundo setor de atividade econômica (2000/2013)

SETOR ATIVIDADE	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Extrativa Mineral	1.025	1.184	1.288	1.976	1.903	2.398	4.383	5.065	6.069	6.921	7.005	8.249	9.474	9.522
Indústria de Transformação	341	602	677	604	669	579	1.139	1.151	1.558	1.694	2.885	2.667	2.749	2.581
Serviços Indst. Utilidade Pública	2	23	22	178	273	333	23	526	427	616	673	24	49	61
Construção Civil	1.086	1.389	1.880	1.749	3.618	2.999	2.447	2.948	8.890	8.041	8.187	9.813	13.546	6.956
Comércio	795	872	1.259	1.724	2.067	2.537	3.499	4.438	4.904	5.486	6.175	7.361	8.612	8.880
Serviços	3.846	4.157	5.494	2.624	3.538	3.402	5.632	6.368	6.351	6.299	8.696	9.980	10.878	11.487
Administração Pública	859	1.264	2.575	3.668	4.899	6.060	3.984	4.371	7.008	5.689	4.119	6.158	2.963	10.108
Agropecuária	40	68	94	182	191	226	209	191	225	248	290	338	182	202
Outros/Ignorados	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	7.994	9.559	13.289	12.705	17.158	18.534	21.316	25.058	35.432	34.994	38.030	44.590	48.453	49.797

Fonte: RAIS/MTE (2015) - adaptado pelo autor (2015)

Os dados referentes à quantidade de micro e pequenos³⁶ estabelecimentos no município dão-nos certa dimensão da consolidação do circuito inferior enquanto gerador de emprego e renda para a grande massa de migrantes excluída da indústria de mineração. Como é possível observar na Tabela 11 que apresenta a quantidade de estabelecimento por tamanho e setor de atividades em Parauapebas, referente aos anos de 2012 e 2013, o maior número de estabelecimento corresponde àqueles de micro e pequeno porte. Em 2012 Parauapebas possuía um total de 1.976 micro e pequenos estabelecimentos, já em 2013 esse total subiu para 2.318. O comércio foi o setor com maior quantidade de micro e pequenos negócios, apresentando, em 2012, um total de 999; em 2013 esse número passou para 1.133. O setor de serviços foi a segunda atividade a ter maior quantidade de firmas de micro e pequeno porte, apresentando um total de 631 empreendimentos em 2012 e 762 em 2013.

Ressaltamos que os números concernentes à quantidade de micro e pequenos estabelecimentos apresentados referem-se apenas às empresas e atividades com registro formal, ou seja, aquelas que possuem existência legal por meio do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CPNJ) ou aquelas da figura jurídica do Micro Empreendedor Individual (MEI). Portanto, podemos asseverar que o número de micro e pequenos negócios em Parauapebas é superior ao demonstrado na tabela que segue. Isto é, os dados computados e apresentados são somente uma parte representativa da economia que envolve o complexo universo do circuito inferior da economia urbana.

³⁶ O critério adotado pelo IBGE para classificação do porte das empresas é baseado por número de empregados. Na atividade industrial é estabelecida a seguinte classificação: Micro de 0 até 19 empregados; Pequena de 20 a 99 empregados; Média de 100 a 499 empregados; Grande mais de 500 empregados. No setor de comércio e serviços são estabelecidas as seguintes classificações: Micro de 0 a 9 empregados, Pequenas de 10 a 49 empregados, Média de 50 a 99 empregados, Grande mais de 100 empregados (IBGE, 2015; SEBRAE, 2015).

Tabela 11: Parauapebas - Quantidade de estabelecimentos por tamanho e setor de atividades (2012/2013)

2012									
Tamanho do estabelecimento	Extrativa Mineral	Indústria de Transformação	Serviços Indst. Utilidade Pública	Construção Civil	Comércio	Serviços	Administração Pública	Agropecuária	TOTAL
0 Empregado	0	9	0	19	113	69	0	9	219
De 1 a 4	2	57	1	42	506	284	0	64	956
De 5 a 9	0	26	2	21	192	127	0	6	374
De 10 a 19	1	18	2	17	117	95	0	2	252
De 20 a 49	3	12	0	12	71	56	0	1	155
De 50 a 99	0	10	0	10	14	23	1	0	58
De 100 a 249	1	2	0	9	6	11	1	0	30
De 250 a 499	0	1	0	12	2	3	0	0	18
De 500 999	0	1	0	2	0	2	0	0	5
1000 ou Mais	1	0	0	4	0	1	1	0	7
TOTAL	8	136	5	148	1.021	671	3	82	2.074
2013									
Tamanho do estabelecimento	Extrativa Mineral	Indústria de Transformação	Serviços Indst. Utilidade Pública	Construção Civil	Comércio	Serviços	Administração Pública	Agropecuária	TOTAL
0 Empregado	0	27	0	40	124	97	1	6	295
De 1 a 4	3	65	2	57	586	333	0	68	1.114
De 5 a 9	0	23	2	21	225	160	0	8	439
De 10 a 19	1	17	3	17	125	107	0	2	272
De 20 a 49	4	21	0	19	73	65	0	1	183
De 50 a 99	0	5	0	10	12	21	0	0	48
De 100 a 249	0	3	0	7	5	7	0	0	22
De 250 a 499	0	2	0	5	2	6	2	0	17
De 500 999	0	0	0	2	0	1	0	0	3
1000 ou Mais	1	0	0	1	0	1	1	0	4
TOTAL	9	163	7	179	1.152	798	4	85	2.397

Fonte: RAIS/MTE (2015) - adaptado pelo autor (2015)

Com relação à quantidade de trabalhadores por tamanho de estabelecimento e setor de atividade, nota-se na Tabela 12 que no ano de 2012 os estabelecimentos de grande porte comportaram um estoque de 21.194 postos de trabalho, número que em 2013 subiu para 23.366, sendo os setores da atividade extractiva mineral e da administração pública os que mais empregaram. Entretanto, esse crescimento é seguido do aumento do número de trabalhadores nos estabelecimentos de micro e pequeno porte.

Os dados da tabela mostram que as micro e pequenas firmas empregaram 13.732 pessoas no ano de 2012. Em 2013 esse número subiu para 15.337. O comércio foi o setor que apresentou a maior quantidade de estoque de trabalhadores, somando em 2012 um total de 5.978 pessoas, número que em 2013 cresceu para 6.650. Após o comércio, o setor de serviços foi o que apresentou maior acúmulo de trabalhadores: em 2012 o setor empregou 4.299 pessoas e em 2013 esse número saltou para 4.935.

Diante desses números apresentados, percebe-se que os estabelecimentos caracterizados como micro e pequenos negócios, sendo não modernos e constituídos por pouco capital e baixa organização, têm desempenhado um importante papel na absorção da mão de obra e na geração de renda em Parauapebas, indo contra a concepção de que as atividades do circuito inferior seriam pouco produtivas ou até mesmo improdutivas. Por outro lado, esses números, nas entrelinhas, afirmam que a pobreza tem se alargado no município, pois o papel do circuito inferior “[...] muito antes de ser o provedor de ocupações e de fornecedor de meios de sobrevivência é o perpetuador da pobreza” (SANTOS, 2008a, p.368).

Nesse contexto, o circuito inferior da economia urbana além de ser um fator elucidativo da pobreza, revela também o quanto à sociedade é desigual, desigualdade essa, que a conjuntura atual do sistema capitalista é o agente norteador. Desse modo, o circuito inferior expressa a necessidade de uma outra divisão do trabalho, ou seja, uma outra lógica de mercado que gere a equidade e não a fragmentação e a segregação.

Tabela 12: Parauapebas - Estoque de Trabalhadores por tamanho de Estabelecimento e Setor de Atividade (2012/2013)

2012									
Tamanho do estabelecimento	Extrativa Mineral	Indústria de Transformação	Serviços Indst. Utilidade Pública	Construção Civil	Comércio	Serviços	Administração Pública	Agropecuária	TOTAL
0 Empregado	0	0	0	0	0	0	0	0	0
De 1 a 4	4	111	3	84	1.083	575	0	107	1.967
De 5 a 9	0	170	15	132	1.295	827	0	32	2.471
De 10 a 19	19	242	31	246	1.540	1.278	0	20	3.376
De 20 a 49	118	346	0	385	2.060	1.619	0	23	4.551
De 50 a 99	0	651	0	716	967	1.532	60	0	3.926
De 100 a 249	104	353	0	1.474	901	1.587	103	0	4.522
De 250 a 499	0	371	0	4.379	766	930	0	0	6.446
De 500 999	0	505	0	1.079	0	1.276	0	0	2.860
1000 ou Mais	9.229	0	0	5.051	0	1.250	2.800	0	18.334
TOTAL	9.474	2.749	49	13.546	8.612	10.878	2.963	182	48.453
2013									
Tamanho do estabelecimento	Extrativa Mineral	Indústria de Transformação	Serviços Indst. Utilidade Pública	Construção Civil	Comércio	Serviços	Administração Pública	Agropecuária	TOTAL
0 Empregado	0	0	0	0	0	0	0	0	0
De 1 a 4	7	140	3	128	1.262	672	0	110	2.326
De 5 a 9	0	149	17	138	1.475	1.072	0	45	2.896
De 10 a 19	18	250	41	233	1.690	1.416	0	23	3.671
De 20 a 49	118	641	0	603	2.223	1.775	0	24	5.364
De 50 a 99	0	373	0	707	858	1.428	0	0	3.366
De 100 a 249	0	350	0	1.129	677	1.002	0	0	3.158
De 250 a 499	0	678	0	1.648	695	2.024	605	0	5.650
De 500 999	0	0	0	1.304	0	689	0	0	1.993
1000 ou Mais	9.379	0	0	1.066	0	1.425	9.503	0	21.373
TOTAL	9.522	2.581	61	6.956	8.880	11.487	10.108	202	49.797

Fonte: RAIS/MTE (2015) - Adaptado pelo autor (2015)

Outro fator que merece ser pontuado e discutido são as diferenças de remuneração. Conforme a tabela a seguir, o setor extrativo mineral possui a maior remuneração média, isso porque a mão de obra operacional da Vale encontra-se neste segmento. Como se trata de uma mão de obra em geral qualificada/especializada, detém deste modo salários mais altos. A construção civil, devido o momento de efervescência de realização dos projetos de mineração da Vale no município e região, perfaz a segunda maior média salarial. Já a agropecuária apresenta a menor remuneração média.

As diferenças de remuneração nos setores de atividade econômica de Parauapebas explicam as diferenças quantitativas e qualitativas no acesso de consumo de bens e serviços. Como assevera Santos (2008a, p.37)

A existência de uma massa de pessoas com salários muito baixos ou vivendo de atividades ocasionais, ao lado de minoria com rendas muito elevadas, cria na sociedade urbana uma divisão entre aqueles que podem ter acesso de maneira permanente aos bens e serviços oferecidos e aqueles que tendo as mesmas necessidades, não têm condições de satisfazê-las. Isso cria ao mesmo tempo diferenças quantitativas e qualitativas no consumo. Essas diferenças são causa e o efeito da existência, ou seja, da criação ou da manutenção, nessas cidades, de dois circuitos de produção, distribuição e consumo dos bens e serviços.

Destarte, a massa de trabalhadores ligada à Vale, que possui maior remuneração, é a que possui maior acesso aos bens e serviços de modo permanente, enquanto que aqueles ligados ao comércio, serviços, à agropecuária e afins, embora tenham necessidades similares, não têm condições de supri-las devido ao acesso esporádico ao trabalho ou à ligação com atividades econômicas que, em geral, resultam em baixa remuneração.

Tabela 13: Parauapebas - Emprego, remuneração média mensal (2012/2013)

SETOR ATIVIDADE	Empregos		%		Remuneração Média (R\$)		%	
	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013
Extrativa Mineral	9.474	9.522	19,55%	19,12%	4.476,27	4.727,16	27,04%	27,16%
Indústria de Transformação	2.749	2.581	5,67%	5,18%	1.644,04	1.988,05	9,93%	11,42%
Serviços Inust. Utildade Pública	49	61	0,10%	0,12%	1.553,23	1.707,44	9,38%	9,81%
Construção Civil	13.546	6.956	27,96%	13,97%	2.494,35	2.169,83	15,07%	12,47%
Comércio	8.612	8.880	17,77%	17,83%	1.349,54	1.475,01	8,15%	8,48%
Serviços	10.878	11.487	22,45%	23,07%	1.680,73	1.859,73	10,15%	10,69%
Administração Pública	2.963	10.108	6,12%	20,30%	2.494,20	2.555,53	15,06%	14,68%
Agropecuária	182	202	0,38%	0,41%	864,37	920,78	5,22%	5,29%
Outros/Ignorados	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	48.453	49.797	100,00	100,00	2.4447,75	2.513,75	100,00	100,00

Fonte: RAIS/MTE (2015) – adaptado pelo autor (2015)

4.3 CIRCUITO INFERIOR DA ECONOMIA URBANA DE PARAUAPEBAS: PERCURSOS METODOLÓGICOS, DELINEAMENTO E DESCRIÇÃO DAS ÁREAS SELECIONADAS

Diante da pretensão de analisar em Parauapebas as formas de trabalho realizadas com baixo grau de capital, de tecnologia e de organização – o chamado circuito inferior da economia urbana, como estratégia de sobrevivência daqueles a margem da modernização corporativa do território, os diversos trabalhos de campo realizados foram estratégia de pesquisa essencial, uma vez que as informações disponibilizadas pelos órgãos oficiais mostraram-se insuficientes. Assim, a pesquisa de trabalho de campo possibilitou um conhecimento mais profundo dos aspectos da economia pobre no meio urbano.

Por meio dos estudos empíricos, baseados na observação, na aplicação de questionários e na realização de entrevistas, nos atentamos a levantar e avaliar as questões referentes aos seguintes aspectos das atividades econômicas: grau de organização dos estabelecimentos, os recursos usualmente empregados, os tipos de mercadorias comercializadas, o perfil da mão de obra adotada, o nível e as características do capital envolvido, bem como as estratégias de publicidade realizada, os aspectos do mercado e as relações estabelecidas com o poder público. É válido destacar que durante todos os trabalhos de campo realizamos registros fotográficos, visando melhor caracterização das atividades.

A investigação realizada foi de caráter qualitativa, o que posteriormente nos possibilitou realizar com uma análise interpretativa dos dados coletados. O escopo da pesquisa não foi pautada em uma amostra quantitativa previamente definida das atividades do circuito inferior no município, mas teve a intenção de reconhecer situações empíricas para que assim pudéssemos elaborar uma análise sistemática que fosse capaz de compreender as estratégias de sobrevivência praticadas pela população pobre.

Em Parauapebas há uma diversidade de situações que caracterizam o circuito inferior. Todavia, de acordo com Montenegro (2006, p.106) “[...] ainda que o circuito inferior esteja presente de forma dispersa no tecido urbano, certamente podemos distinguir áreas de diferentes densidades do circuito inferior na cidade”. Nesse sentido, para compreensão da economia pobre em Parauapebas, selecionamos espaços que apresentam maior densidade.

As áreas selecionadas para nossas incursões em campo e para o levantamento de dados acolhem grande diversidade de trabalho, capitais e também é marcada pela significativa circulação de pessoas, caracterizando-se, desse modo, como aquilo que Silveira (2004) denominou como áreas de diversidade.

Em las áreas de diversidade, el trabajo se especializa y se divide em múltiples circuitos espaciales de producción, cuya área de mercado es el barrio o la ciudad em virtud de su condición no hegemónica. La circulación es determinante, y por eso los circuitos diferentes se entrecruzan y crean um mercado (segmentado) que se nutre de lá diversidade de fabricación, de comércio y servicios. Son puntos y áreas densas de la división del trabajo donde coexisten técnicas de diferentes momentos histórico (SILVEIRA 2004, p.11).

Nas áreas escolhidas em Parauapebas, que constituem um espaço propício para análise das dinâmicas da economia pobre, buscamos contemplar todas as situações de circuito inferior encontradas. Entretanto, por questões metodológicas, privilegiamos na pesquisa apenas as atividades que ocupam pontos fixos, especificamente prédios comerciais, *stands*, tendas e atividades que ocupam boxes em mercados públicos e galerias. Deste modo, não incluímos no levantamento as atividades desenvolvidas por vendedores ambulantes, por, mas que durante os trabalhos de campo tenhamos encontrado um número significativo destes que trabalham ocupando calçadas de lojas, bancos de praças, sombras de árvores, por vezes durante muitos anos, usando estes espaços como pontos fixos de trabalho.

Dentre os estabelecimentos comerciais analisados, encontramos as seguintes modalidades de venda: confecções, calçados, bolsas, brinquedos, presentes, artigos eletrônicos, acessórios de celulares, acessórios automotivos, artigos de papelaria, produtos importados, utensílios domésticos, armarinhos, cosméticos, agropecuários, produtos usados (moveis, eletrônicos e eletrodomésticos), artesanatos e ervas medicinais. Nos pequenos estabelecimentos de prestação de serviços, aplicamos questionários em lanchonetes, restaurantes, padarias, assistência técnica de aparelhos celulares, telecomunicação e informática, barbearia, salão de cabelereiro, fotocopiadora, oficinas de automóveis, motocicletas, bicicletas e ourivesaria.

Como já apontado no terceiro capítulo, o espaço urbano de Parauapebas é dividido de acordo com o Plano Diretor Municipal (2006) em três macrozonas urbanas: Zona central, zona intermediária e zona de expansão. Após observação *in loco* nessas três macrozonas, notamos e selecionamos na Zona central e na Zona intermediaria como alvo de pesquisa empírica, por constituírem-se como espaços mais representativos da ocorrência do circuito inferior da economia urbana. A Zona de expansão, que é de ocupação recente, ainda não possui espaços de ocorrência significativa de atividades do circuito inferior, mas sim uma ocorrência tímida e muito dispersa de atividades desta natureza e, por essa razão, não foi selecionada para pesquisa.

Na Zona Central foi escolhido o bairro Cidade Nova, que é o centro comercial e a parte de ocupação mais antiga de Parauapebas. Esse bairro é o antigo núcleo urbano

construído pela CVRD no sopé da Serra dos Carajás (na década de 1980) para abrigar os funcionários das empresas subcontratadas da CVRD. Na Zona Intermediária foi selecionado o bairro Rio Verde, que é um dos primeiros bairros de Parauapebas e que também exerce função de centro comercial. O bairro Rio Verde formou-se na década de 1980 de maneira desorganizada ao redor do bairro Cidade Nova, constituindo, de certo modo, sua extensão, uma vez que o espaço originalmente urbanizado pela CVRD não comportou a quantidade de habitantes que se instalaram em Parauapebas.

Durante os trabalhos de campo, foram por nós aplicados um total de 88 questionários³⁷ junto aos empreendimentos típicos do circuito inferior da economia urbana, sendo 38 no bairro Cidade Nova e 50 no bairro Rio Verde. Para coleta dos dados priorizamos o proprietário ou o gerente do estabelecimento, uma vez que o questionário apresentava indagações bem específicas, sobre funcionamento dos estabelecimentos. Como forma de complementar a coleta de dados, aplicamos questionários também nas entidades representativas do comércio popular em Parauapebas: a Associação dos Trabalhadores Autônomos no Comércio Informal de Parauapebas (Atacip) e a Cooperativa dos Feirantes de Parauapebas (Cooperfeira).

Quadro 3: Períodos de levantamento dos dados primários da pesquisa

Bairro Cidade Nova	19/10 a 14/11/2015	20/03/2016
	Questionários	Questionários
Rio Verde	Estabelecimentos do Circuito Inferior	Associação dos Trabalhadores Autônomos no Comércio Informal de Parauapebas (Atacip)
	17/11 a 05/12/2015	20/03/2016
	Questionários	Questionários
	Estabelecimentos do Circuito Inferior	Cooperativa dos Feirantes de Parauapebas (Cooperfeira)

Fonte: O autor (2015)

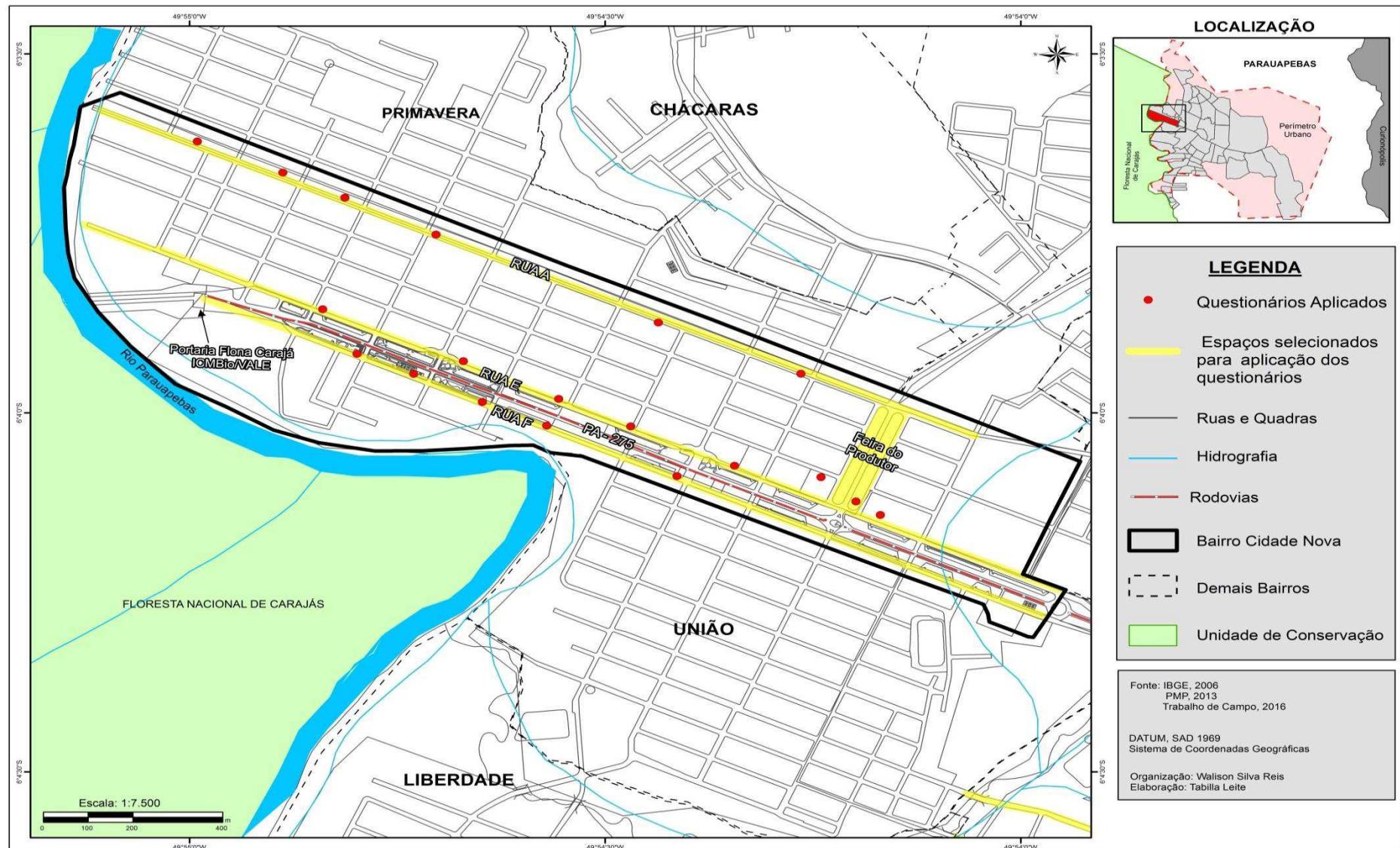
³⁷ Para a realização da pesquisa e levantamento de dados, utilizamos o questionário previamente elaborado por Coelho e Pereira (2011), utilizado em pesquisa realizada em Uberlândia. O conteúdo do questionário foi avaliado e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa – CEP-UFU (Registro CEP-UFU 178/09).

4.3.1. O circuito inferior e o meio construído de constituição antiga

Conforme adverte Montenegro (2006; 2011) a cidade é um cenário imbricado dos circuitos superior e inferior e é um meio construído de valorizações diferenciadas, valorizações essas, que implicam na (re) produção de diversas formas de trabalho. As áreas selecionadas para a pesquisa de campo, por sua condição de meio construído de constituição antiga e muitas vezes, desvalorizada, comporta espaços que concentram as mais diferentes divisões do trabalho e também onde se encontram arroladas as maiores condições que permitem a instalação e a permanência de atividades do circuito inferior da economia.

No bairro Cidade Nova suas principais vias são a rua A e as as ruas E e F, que ficam à margem da rodovia PA-275 que corta o município perpendicularmente até o portão de entrada da Companhia Vale. Tais vias, muito ocupadas por atividades do circuito inferior e de grande circulação de pessoas, foram as que escolhemos para coletar os dados primários, conforme ilustrado no mapa 5 .

Mapa 05: Parauapebas - Bairro Cidade Nova - pontos de aplicação dos questionários



As primeiras atividades do circuito inferior no bairro Cidade Nova surgiram ainda na década de 1980³⁸ em especial nas ruas selecionadas. Nesse período os pequenos negócios localizados na rua A eram composto principalmente por lojas de confecções e comércio de venda de produtos variados (na época denominados de quitandas ou mercearias), sendo organizados principalmente em prédios residenciais de alvenaria construída pela CVRD. Já nas ruas E e F, concentravam pequenos estabelecimentos de materiais de construção e pequenas farmácias com infraestrutura de madeira e muito precária. Havia também ao longo das ruas E e F muitas barracas cobertas de lonas que comercializavam café da manhã e comidas prontas - devido o grande fluxo na PA-275 de trabalhadores da CVRD e das empresas subcontratadas como também de migrantes que chegavam constantemente a cidade.



Imagen 5: *Aspectos da rua A na década 1980* Imagem 6: *Aspectos da rua F na década 1980*

(Imagen: Acervo da Secretaria Municipal de Cultura de Parauapebas)

³⁸ Informações obtidas com o Secretário de Cultura de Parauapebas, em 22 de Março de 2016.

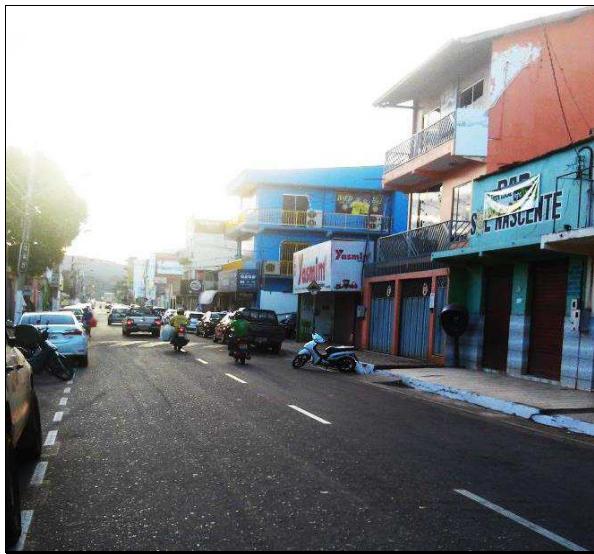


Imagen 7: Aspectos recente da rua A



Imagen 8: Aspectos recente da rua F

(Imagen: Autor, Julho de 2016)

Atualmente as vias selecionadas para além da grande concentração de atividades do circuito inferior concentram também várias empresas pertencentes do circuito superior da economia como: agências bancárias, escritórios de imobiliárias, redes de lojas de eletrodomésticos, farmácias, perfumarias, escolas de línguas estrangeiras e franquias de *fast-food*, etc., demonstrando assim que o uso do território pelos agentes hegemônicos e não-hegemônicos se realiza por vezes de maneira conjunta.

A relação de coexistência das atividades do circuito superior e inferior no mesmo espaço (rua ou bairro) muitas vezes se diferencia pela infraestrutura. Se no circuito superior a infraestrutura é em geral nova e moderna (demandando grandes investimentos), no circuito inferior há frequentemente o aproveitamento de infraestruturas prévias e por vezes adaptadas. No bairro Cidade Nova percebemos que muitas residências passaram por adequação, os moradores adequaram ou transformaram partes de residências (cômodos voltados para a rua ou ainda garagens) em um ponto comercial ou de prestação de serviços, onde o próprio morador administra a atividade, quando não aluga o espaço.

Além de uma relação de coexistência do circuito superior e inferior no mesmo espaço, notamos, também, principalmente na rua A, a coexistência de diferentes atividades num mesmo estabelecimento. É o caso de pequenas lojas de roupas que revendem linhas de produtos cosméticos e de cozinha. Assim também acontece com papelarias que oferecem serviços de estúdio fotográfico, ou lojas de assistência técnica de celulares e computadores oferecendo serviços de fotocópia ou ainda lanchonetes que, num mesmo espaço, vendem

bijuterias e presentes. Há casos em que alguns comerciantes agregam juntos aos seus empreendimentos máquinas de sorvete, de assar frango, pequenas barracas de guaraná da Amazônia e tendas para venda de cartela de capitalização. Tais estratégias inventivas são os meios possíveis de diversificação da clientela e de aumento dos lucros. Encontramos situações em que essas práticas ocorrem com a disponibilização de uma parte do espaço para terceiros (geralmente familiares ou amigos próximos) sendo comum a cobrança de taxas/aluguel.

Constituindo uma manifestação do circuito inferior, tem ocorrido no bairro Cidade Nova e em outras partes da cidade a instalação de pequenas galerias de comércio popular. Tais espaços, organizados em geral por agentes imobiliários, comercializam uma diversidade de produtos (confecções, calçados, bolsas, bijuterias, brinquedos, presentes, refeições) e realizam uma gama de serviços variados (impressão de fotos, fabricação de carimbos, reparo de celulares), formas flexíveis de diminuição de custos como os de aluguel e garantia de localização estratégica para negócios pouco capitalizados.

À margem da rua E está localizada a Feira do Produtor Rural, uma feira permanente, criada em 1992, considerada a mais antiga do município, sendo conhecida popularmente por Feira da Praça dos Metais em razão de estar localizada próxima a Praça dos Metais. É também comumente denominada como Ponto dos Pé Inchados, devido a concentração de pequenas barracas que vendem bebidas alcoólica tanto na feira quanto no seu entorno. A feira é chamada também com o nome de Costa pra Rua em virtude dos pequenos e precários estabelecimentos (concentrados principalmente no seu entorno) que vendem refeições a preço muito barato³⁹ (**Imagen 9**). A Feira do Produtor Rural agrupa 233 feirantes e consiste num barracão que abriga bancas – construídas de madeira de dimensões reduzidas, semiabertas e de infraestrutura muito precária – de atividades variadas como a venda de alimentos – de hortifrútis à carnes e comida pronta – de remédios naturais – ervas, raízes, cascas, sementes – assim como confecções, calçados, bolsas, produtos cosméticos, DVDs CDs, dentre outros. É também possível encontrar comércios com prestação de pequenos serviços, como por exemplo consertos de relógio, calçados, panelas, cópias de chaves etc. No entorno da feira há também várias pequenas barracas com infraestrutura precária, em que as atividades se repetem.

³⁹ O valor da refeição no período da pesquisa custava R\$ 10,00. As pequenas barracas de comercialização de comida funcionam durante o horário da manhã e se estende a madrugada. Por serem praticamente os únicos estabelecimentos que vendem comida durante a madrugada, as pessoas que saem das festas assim que se encerram são o principal público das pequenas barracas de venda de comida presente na feira do Produtor Rural e no seu entorno.



Imagen 9: Parauapebas - Aspectos da Feira do Produtor Rural - Bairro Cidade Nova

(Imagen: Autor, Junho de 2015)

Em razão das condições precárias da Feira do Produtor Rural e do seu entorno, que as vistas do poder público afetava a paisagem do centro urbano lhe conferindo aspecto de desorganização, o poder público realizou várias investidas visando retirar os feirantes que ali trabalham, como também os pequenos comerciantes instalados em suas imediações. A justificativa da proposta era reurbanizar a área, transformando-a em área de lazer e vias de acesso de veículos.

Em 2014 a prefeitura municipal construiu, no bairro Altamira - cerca de 3 quilômetros de distância do centro da cidade - o Centro de Abastecimento de Parauapebas (CAP) (**Imagen 10**), infraestrutura que conta com dois pavimentos e 311 pontos comerciais, dos quais 200 foram destinados aos produtores rurais; 64 boxes para vendas de peixes, carnes, frango e caranguejo e 40 salas para atividades diversas (praça de alimentação, lotérica, correios, bancos e também um auditório).



Imagen 10: *Parauapebas - Centro de Abastecimento de Parauapebas*

(Imagen: Autor, Junho de 2015)

No dia 10/07/2014 a Prefeitura transferiu os feirantes da Feira do Produtor Rural para o CAP, contudo, o novo espaço edificado pelo poder público não foi suficiente para abrigar a todos. Em extensão, os feirantes que trabalham no entorno da feira não foram inseridos no projeto do CAP. Na tentativa de resolver tais limites, a Prefeitura buscou remanejar os feirantes não contemplados no projeto do CAP para outro local denominado "*Shopping Popular de Parauapebas*", que na realidade consistia em um terreno de 10 mil m² pavimentado, coberto por diversas tendas. Os feirantes, por sua vez, recusaram-se a ir para esse novo espaço, alegando que a área, além de ficar longe do centro não tinha infraestrutura e nem circulação de pessoas.

Todavia, depois de um mês de termos realizados a aplicação dos questionários junto aos pequenos comerciantes e prestadores de serviços da Feira do Produtor Rural e do seu entorno, a Prefeitura juntamente com o poder judiciário no dia 15 de novembro de 2015 realizou a remoção dos feirantes para o Mercado Municipal de Parauapebas – local este que os feirantes conseguiram por meio de várias discussões, uma vez que a Prefeitura pretendia removê-los para o *Shopping Popular de Parauapebas*. Após a remoção dos feirantes a Prefeitura ordenou a demolição da infraestrutura da Feira do Produtor Rural no sentido de evitar um possível retorno dos feirantes para o local. Porém, as barracas do entorno não foram demolidas, continuando, assim, a permanência/persistência de alguns feirantes trabalhando no local, mesmo com acesso proibido pela Prefeitura.

Em relação ao bairro Rio Verde os primeiros pequenos negócios comerciais e de prestação de serviços do circuito inferior também surgiram na década de 1980⁴⁰. Diferentemente do bairro Cidade Nova que a CVRD proibia/restringia qualquer tipo de construção que não fosse de alvenaria; casas de moradia e pequenos estabelecimentos comerciais e de prestação serviços com infraestrutura precária de madeira, barracos e tendas cobertas de lona, proliferou-se no bairro em especial na rua do Comércio. Na época as pequenas atividades do circuito inferior eram compostas principalmente por botecos, lojas de confecções, calçados e comercialização de comidas prontas.

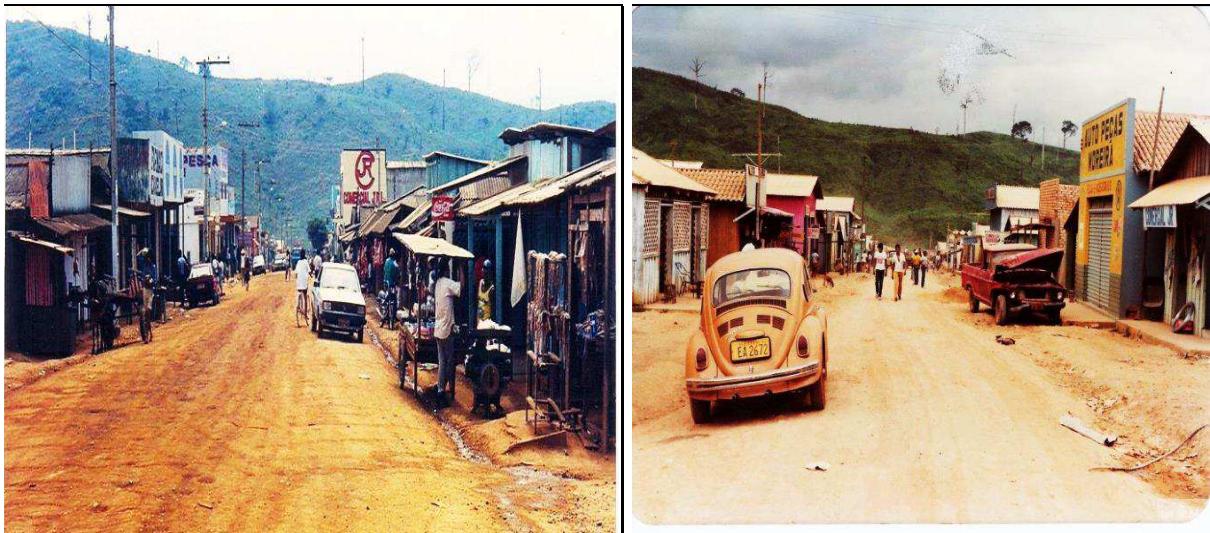


Imagen 11: *Parauapebas - Aspectos da rua do Comércio na década de 1980*

(Imagen: Acervo pessoal de José Francisco de Brito)

⁴⁰ Informações obtidas com o Secretário de Cultura de Parauapebas, em 22 de Janeiro de 2016.

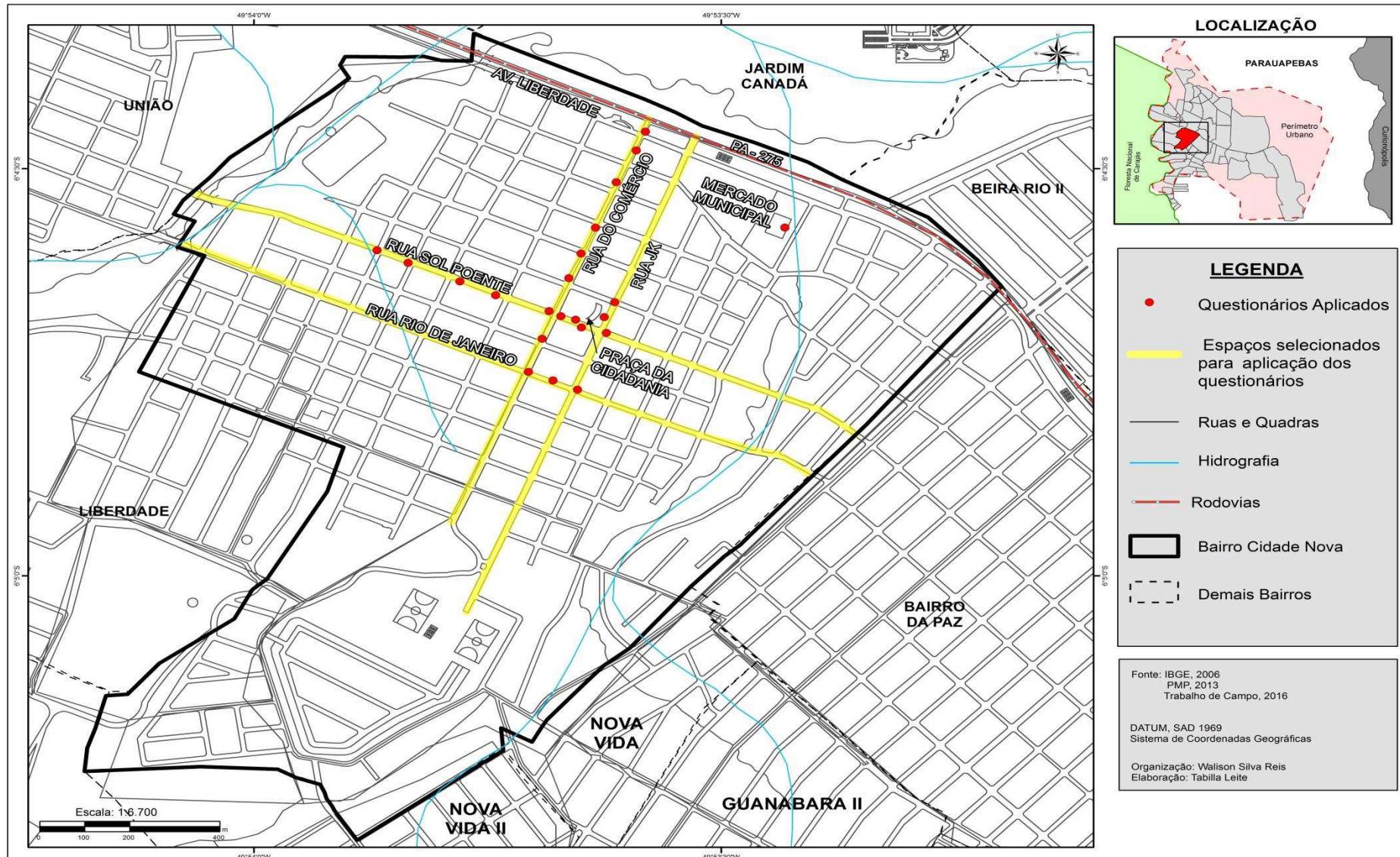


Imagen 12: *Parauapebas - Aspectos recente da rua do Comércio*

(Imagen: Autor, Julho de 2016)

Atualmente no bairro Rio Verde não há uma forte presença de atividades pertencente ao circuito superior da economia, como no bairro Cidade Nova, no entanto, as atividades do circuito inferior são muito mais densas. As principais ruas do bairro são: Rua do Comércio, rua Juscelino Kubitschek, rua Rio de Janeiro e Rua Sol Poente, que corta o bairro Da Paz. Essas quatro vias que são as concentram mais significativamente as atividades do circuito inferior e o Mercado Municipal de Parauapebas - localizado na Avenida Liberdade -, que fica a margem da PA-275 - foram tomadas como espaço de investigação para a coleta de dados durante os trabalhos de campo, conforme ilustrado no mapa a seguir.

Mapa 06: Parauapebas - Bairro Rio Verde - pontos de aplicação dos questionários



Entre a rua do Comércio e a rua Juscelino Kubitschek está situada a Praça da Cidadania, que concentra mais 100 vendedores ambulantes⁴¹ (**Imagen 13**). São comerciantes que improvisam um espaço de trabalho sob a sombra das árvores e fazem uso das mais diversas estratégias inventivas para se instalar no local (mercadorias expostas à venda sob capôs de carros, barracas e mesmo tecidos postos no chão para comercializar os mais diversos produtos). No local é possível comprar CDs, DVDs, capas de chuva, carregadores e carcaças de celulares, *chips* de celular, bijuterias, confecções, remédios naturais e alimentos prontos (tais como espetinhos, caldos, tacacá, milho assado e cozido, batata frita, açaí, salgados, etc.,). A venda de comidas prontas em situações improvisadas, apesar de estar concentrada na Praça da Cidadania, também se encontra espalhada nas esquinas e calçadas das principais ruas do bairro Rio Verde.



Imagen 13: *Parauapebas - Praça da Cidadania - Bairro Rio Verde*

(Imagen: Autor, Junho de 2015)

A parte da praça que fica à margem da Rua do Comércio é a que possui maior concentração de vendedores ambulantes. O espaço, dividido com mototaxistas, é considerado a principal via comercial do bairro e a que possui maior circulação de pessoas. Na parte central da praça está instalado o centro de expedição de documentos pessoais, denominado Casa do Cidadão de Parauapebas. A calçada do órgão é ocupada por pequenas cabines de fotografias (3x4), ou ainda, de maneira improvisada, computadores para edição de fotos e

⁴¹ Dados obtidos com o Presidente da Associação dos Trabalhadores Autônomos do Comércio Informal de Parauapebas, em 20 de Março de 2016. Verificar Apêndice I desta dissertação.

máquinas de revelação. Tal peculiaridade ilustra a relação do circuito inferior com as técnicas modernas do período atual.

Notamos que nas principais ruas do bairro, devido a grande circulação de pessoas, há um grande aproveitamento dos “interstícios”. O espaço entre um prédio e outro é preenchido por pequenos comércios ou oficinas de prestação de serviços, quando não por algum vendedor ambulante que comumente comercializa CDs e DVDs, assim como alimentos prontos, meias, antenas de televisão, etc.



Imagen 14: *Parauapebas - Estratégias inventivas da economia pobre - Bairro Rio Verde*
(Imagen: Autor, Julho de 2015)

A Rua do Comércio, por ser a mais movimentada, acolhe uma diversidade de atividades que incluem compra e venda de produtos e a prestação de serviços. A rua é preenchida por pequenas lojas de confecções oriundas de Goiânia-GO, Santa Cruz-PE e Fortaleza-CE, e por outras que comercializam bolsas, calçados e brinquedos. Podem ser vistas, também, lojas que vendem e fazem reparos de telefone celulares, câmeras digitais, tablets e produtos de informática, além de pequenas ourivesarias de fabricação e conserto de joias (**Imagen 15**). A maioria dos estabelecimentos da Rua do Comércio são alugados por valores muito altos, alguns na faixa de R\$ 4 mil, valores estes que chegam a ser superiores aos da Cidade Nova. Os estabelecimentos são de pequenas dimensões, estreitos, com infraestruturas precárias – alguns são até de madeira. Os espaços, por serem de pequenas dimensões, são abarrotados de mercadorias, desde a parte interna das lojas até a externa, sendo as calçadas comumente usadas para expor parte do estoque de mercadorias.



Imagen 15: Parauapebas - Aspectos da Rua do Comércio - Bairro Rio Verde

(Imagen: Autor, Junho de 2015)

É no bairro Rio Verde que está localizado o Mercado Municipal de Parauapebas, gerido pela Prefeitura (**Imagen 16**). O mercado foi construído em 1998, no intuito de retirar os feirantes que trabalhavam na Praça da Cidadania. Apesar de ter uma ampla infraestrutura, o mercado não é um espaço de grande circulação de consumidores e, por essa razão, quase todos os boxes ficam fechados durante a maior parte da semana, sendo abertos quase que exclusivamente aos domingos, quando o fluxo de pessoas no local cresce.

É no domingo também que ocorre no mercado um maior movimento de pequenos agricultores oferecendo gêneros produzidos no campo próximo, movimento de feirantes que inclui assentados em projetos de reforma agrária como o Assentamento Palmares I e II e os sem-terra acampados a margem da rodovia PA-275. Cereais, frutas, verduras, carnes, peixes e gêneros típicos da região aparecem como os principais produtos comercializados no mercado aos domingos.



Imagen 16: *Parauapebas - Vista parcial do Mercado Municipal de Parauapebas*

(Imagen: Autor, Junho de 2015)

A Rua Sol Poente, no trecho próximo à Praça da Cidadania, é caracterizada pela concentração de vários pequenos estabelecimentos que fazem compra e venda de produtos usados (**Imagen 17**). Ali é possível encontrar móveis, eletrônicos e eletrodomésticos. Alguns dos pequenos estabelecimentos, além de comercializarem produtos usados, também atuam como oficinas de consertos, principalmente de geladeiras, de televisão e de máquinas de lavar roupa. Os migrantes recém-chegados ao município são os principais compradores desses produtos. Do mesmo modo como são os mais consertados, também fogões, geladeiras e televisores são os itens mais procurados e vendidos. A rua concentra pequenas oficinas que fabricam portas e portões de ferro e que consertam e fabricam todos os tipos estofados, principalmente de carros.



Imagen 17: Parauapebas - Aspectos dos estabelecimentos de compra e venda de móveis usados - Bairro Rio Verde

(Imagen: Autor, Julho de (2015)

Tendo esboçado a descrição dos espaços de realização da pesquisa empírica, avaliamos agora as características e especificidades do circuito inferior da economia urbana em Parauapebas.

4.4 USOS NÃO HEGEMÔNICO DO TERRITÓRIO: EXPRESSÕES DA ECONOMIA POBRE NO ESPAÇO URBANO DE PARAUAPEBAS

4.4.1 Uma economia de pouco capital e de pouca organização

Ao contrário da grande indústria de mineração que para seu funcionamento mobiliza gigantesca e sofisticada infraestrutura, os pequenos negócios do circuito inferior da economia nas áreas analisadas realizam-se em condições muitas vezes precárias e em pequenas dimensões. Por trata-se de atividades simples, o capital mobilizado para o início das atividades (seja de comércio, seja a prestação de serviços) é, em geral, baixo, caracterizando o circuito inferior como uma atividades “não-capital intensivo” (SANTOS, 2008a).

No que tange aos investimentos iniciais para implantação dos pequenos negócios, a maioria dos proprietários informaram terem iniciados com quantias pouco expressivas, evidenciando umas das principais especificidades do circuito inferior, visto que é o trabalho o seu fator determinante, ao contrário do circuito superior, que caracterizado pela necessária mobilização de um capital significativo (SANTOS, 2008a, p.203). Entre as atividades que

tiveram um investimento inicial muito baixo, identificamos uma pequena barbearia cujo valor inicial aplicado pelo proprietário no período - no ano de 2010 - foi de R\$ 200,00. Encontramos também atividades em que o investimento inicial foi apenas a força de trabalho e o uso de algumas ferramentas improvisadas como é o caso de atividades de conserto de panelas na Feira do Produtor Rural. Todavia, algumas atividades tiveram investimento relativamente alto (dentre as que encontramos com esse perfil temos como exemplo uma loja de aparelhos de som, cujo montante investido pelo proprietário na época - no ano de 2009 - foi em torno de R\$ 50 mil). A pesquisa de campo constatou que muitos proprietários, por serem migrantes, obtiveram o capital inicial decorrente da venda de algum patrimônio no município de origem como: casa, terreno, carro, motocicleta, móveis e eletrodomésticos. Há também aqueles que conseguiram o investimento inicial a partir de empréstimos com familiares ou com amigos.

Quanto ao capital atual acumulado, muitos dos proprietários pesquisados não sabiam informar o valor exato, sendo comum relatar o valor aproximado, geralmente superior ao capital inicial, revelando assim, certo crescimento da atividade. Entretanto, encontramos situações em que houve pouca diferença do investimento inicial para o capital atual acumulado, nesses casos a explicação deve-se, comumente, ao fato de a atividade ser a única fonte de renda da família, não havendo geralmente ajuda do conjugue ou dos filhos na renda familiar. Tal situação sobrecarrega a atividade como fonte de geração de renda, impossibilitando, assim, um maior investimento na atividade e, por consequência, o seu crescimento.

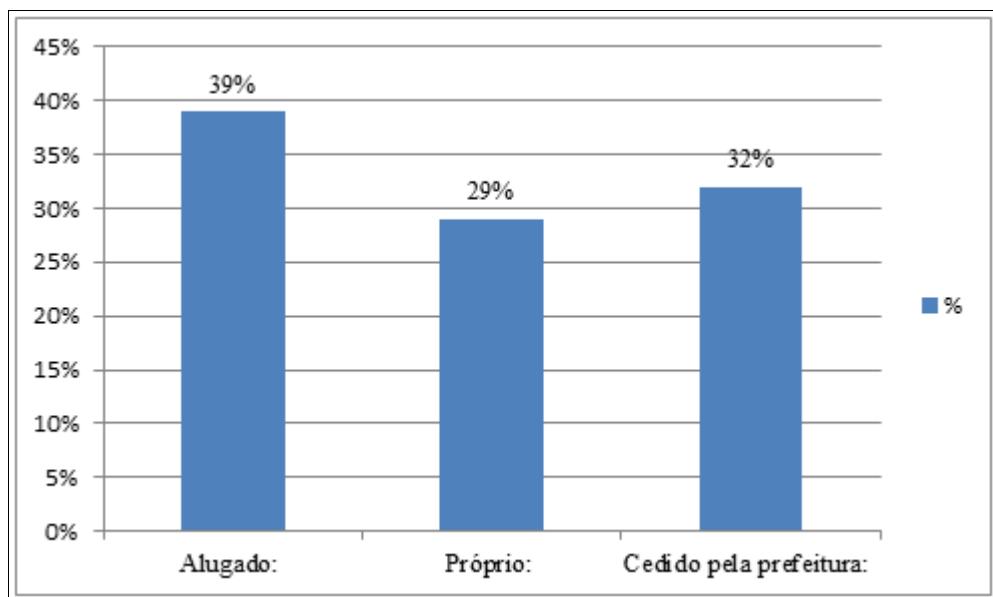
A garantia de pontos comerciais que possam garantir viabilidade aos negócios (vias mais movimentadas e espaços que garantem maior fluxo de potenciais clientes) ocorre, no circuito inferior em Parauapebas, na maioria das vezes através da locação de imóveis ou em espaços cedidos, o que expressa a incapacidade, na maior parte dos casos entrevistados, de aquisição de pontos comerciais e revela o caráter de baixa capitalização das atividades no circuito.

O tamanho médio dos estabelecimentos são cerca de 5m². No bairro Rio Verde os menores estabelecimentos encontrados possuem aproximadamente de 3m². Foi possível constatar que as atividades pesquisadas realizam-se na sua maioria em prédios comerciais. No entanto, há também atividades ocupando espaços em residências, em especial no bairro Cidade Nova.

Conforme o levantamento, a maioria dos imóveis - 39% - (**Gráfico 7**), tanto do bairro Cidade Nova como do bairro Rio Verde, são alugados e por preços muito variados que

chegam entre R\$ 500,00 a R\$ 4 mil mensais. No bairro Rio Verde, especificamente na Rua do Comércio, o custo dos alugueis tende a concentrar os valores mais elevados, na faixa de R\$ 4 mil. E 29% dos pequenos negócios pesquisados os imóveis são próprios, dito em outras palavras, os proprietários são donos dos imóveis. Há que se destacar a existência de espaços cedidos pela Prefeitura para realização de atividades do circuito inferior, estes representaram 32% dos imóveis pesquisados. Nestes espaços como é caso principalmente da Feira do Produtor Rural e o Mercado Municipal de Parauapebas os proprietários não pagam aluguel ou algum tipo de taxas.

Gráfico 7: Faixas de imóveis alugados, próprios e cedidos pela prefeitura



Fonte: Dados organizados pelo autor com base no trabalho de campo (2015)

Os proprietários pontuaram a localização dos empreendimentos como adequada para realização da atividade. Tal consideração é justificada principalmente pela proximidade do mercado consumidor, como também pelo fato de estar localizado em uma área que dispõem de várias atividades comerciais, serviços e de grande circulação de pessoas, facilitada pelas linhas de ônibus e de vans em que os bairros Cidade Nova e Rio Verde sempre se incluem no percurso. Esses fatores são levados em conta na definição do preço dos estabelecimentos alugados, ou seja, na valorização dos aluguéis e dos imóveis.

Pelo fato de a maior parcela dos estabelecimentos serem alugados, ou seja, dos proprietários dos pequenos negócios não serem os donos dos imóveis, alguns não souberam informar com precisão a idade das edificações. Mas, em razão das áreas selecionadas serem as mais antigas do município e pelas precárias condições de alguns espaços, a idade dos imóveis

ocupados pelas atividades do circuito inferior informada pela maioria dos proprietários e gerentes desses comércios provavelmente foram construídas há cerca de 20 anos.

Apesar dos imóveis apresentarem uma infraestrutura antiga, pequena e muitas das vezes precária, sendo alguns até de madeira e construídos à margem de riachos, como é o caso de determinados pequenos empreendimentos de compra e venda de móveis usados no bairro Rio Verde, grande parcela dos proprietários pesquisados consideraram a infraestrutura adequada para realização das atividades. Por outro lado, uma minoria dos proprietários que pagam aluguel afirmaram que não acham justo o preço cobrado em razão da infraestrutura pequena e precária, e que pagam preços considerados abusivos tão somente por causa da localização do estabelecimento (com grande circulação de pessoas, o que garante a venda dos produtos).

Nenhum dos estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços pesquisados identificou-se como sendo de médio e/ou grande porte. Os comerciantes e prestadores de serviços reconhecem seus empreendimentos como sendo de micro e/ou pequeno porte. Outro ponto interessante que a pesquisa desvelou é que a maior parcela dos pequenos negócios, principalmente aqueles alocados em prédio comercial e que são, de certa forma, os mais capitalizados e mais organizados, funcionam sob aparato legal, ou seja, são atividades formais. Já as atividades do circuito inferior, organizadas em tendas, *stands* e *boxes* e que, por sua vez são menos capitalizadas e menos organizadas, funcionam de modo informal.

4.4.2 Relações financeiras e crédito

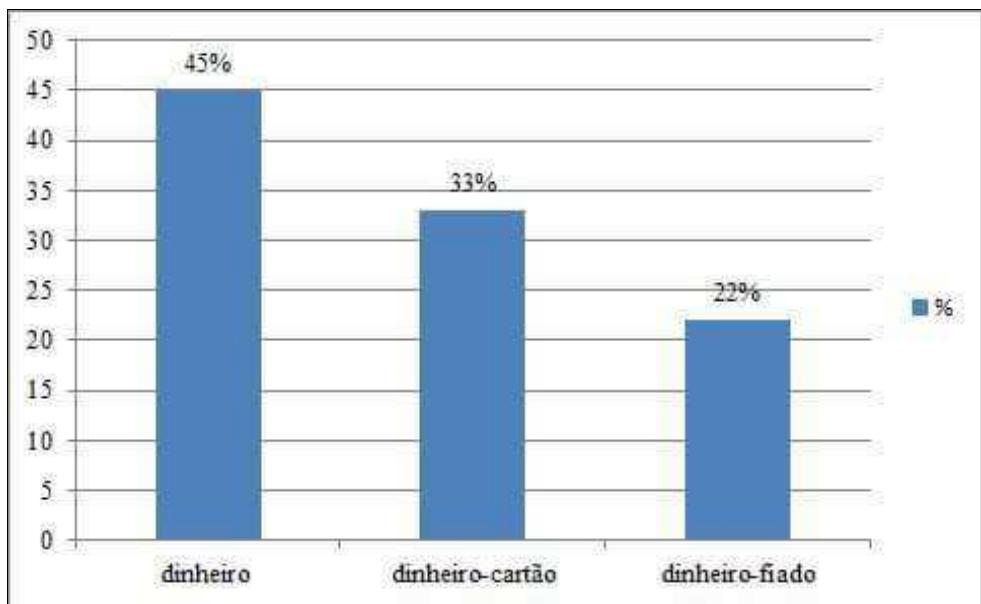
Uma característica de certo modo recente e que toma cada vez mais importância no conjunto das atividades que conformam o circuito inferior é a inserção de novos nexos financeiros e creditícios, típicos do período atual.

Os pagamentos, seja aos fornecedores, seja por parte dos consumidores ocorre, nas atividades do circuito inferior da economia em Parauapebas, de diferentes modos. Os pagamentos efetuados pelos consumidores nas áreas analisadas acontece, principalmente, em dinheiro e em cartão de crédito ou débito (especialmente as bandeiras Visa e Master Card, mais difundidas entre os agentes do circuito). Já o praticado pelos fornecedores se perfaz em depósitos, cheques, duplicatas, cartões de crédito e débito, ainda que os boletos e pagamentos em dinheiro sejam a forma mais usual.

Os dados dispostos no Gráfico 8 ilustram que 45% dos pagamentos feitos pelos clientes nos pequenos estabelecimentos pesquisados são realizados exclusivamente em

dinheiro, e 33% acontece em dinheiro e cartões de crédito e/ou débito. É válido destacar que a modalidade de pagamentos em cartões de crédito e/ou débito apresenta tendência a aumentar. Isso porque os proprietários dos pequenos negócios que não oferecem esse tipo de pagamento informaram que pretendem aderir ao sistema, uma vez que têm deixado de vender ou de prestar serviços por não oferecerem tal modalidade de pagamento aos seus clientes.

Gráfico 8: Formas de pagamentos



Fonte: Dados organizados pelo autor com base no trabalho de campo (2015)

Para Montenegro (2006), a expansão do uso dos cartões de crédito e débito junto à população de baixa renda integra um processo de creditização da sociedade e do território nacional, comandado pelos interesses das instituições financeiras.

Com o uso de cartão de crédito, por exemplo, o cliente tem a possibilidade de parcelar a compra ou a prestação de serviço. Reconhecendo que o mercado consumidor do circuito inferior da economia é, geralmente, composto por uma clientela caracterizada por baixo poder aquisitivo, a inserção do crédito (via uso dos cartões) torna-se cada vez mais uma necessidade aos agentes desse circuito. Essa facilidade é oferecida como mais um atrativo para a viabilização do consumo. Entretanto, de acordo com Silveira (2009, p.69), a onipresença do crédito promovida pela proliferação de instituições financeiras que enxergaram a questão de desburocratizá-lo como oportunidade de maximizar seus lucros, expressa-se como uma “armadilha”, visto que as taxas de juros são altas (aos consumidores), da mesma forma como as operadoras de cartões acabam por capturar parte dos lucros dos comerciantes ou prestadores de serviços.



Imagen 18: *Inserção do crédito e dos mecanismos financeiros junto às atividades do circuito inferior*

(Imagen: Autor, Outubro de 2015)

Apesar de os sistemas modernos de financiamento e crédito fazerem parte cada vez mais do cotidiano comercial do circuito inferior, particularmente como o uso dos cartões de crédito e de débito; a pesquisa de campo constatou que 22% dos pequenos negócios das áreas pesquisadas o pagamento é realizado somente em dinheiro e no popular “fiado” - que consiste num pagamento adiado e geralmente dividido em parcelas - como forma de viabilizar as vendas de gêneros mais caros. O fiado é uma tratativa financeira baseada na solidariedade, na proximidade e principalmente na confiança ao próximo. Porém, os comerciantes e fornecedores pesquisados oferecem esse tipo de pagamento somente às pessoas mais próximas e conhecidas de longa data.

Nos estabelecimentos comerciais que praticam o fiado como tipo de pagamento, muito mais como critério de organização do que medida de garantia de pagamento, o comerciante geralmente anota o nome do cliente e o valor da compra ou da prestação do serviço num caderno ou em uma nota promissória. Na Feira do Produtor do Rural, no bairro Cidade Nova, observamos esse tipo de transação, principalmente entre os feirantes que comercializam hortifrutigranjeiros e que costumam pagar seus fornecedores apenas no fim da manhã, momento em que o feirante vendeu boa parte da mercadoria adquirida e já tem algum dinheiro para quitar o débito. Há também situações em que o pagamento ocorre somente no fim da semana e, pelo fato de ser o fornecedor um trabalhador rural analfabeto, nem o nome

do cliente e nem o valor da compra são anotados. Nesses casos os acordos ficam somente na lembrança e na confiança.

Outro ponto a se destacar é que, a maior parte dos proprietários dos pequenos negócios do circuito inferior que foram objeto de nossa investigação são clientes de bancos e informaram possuir conta-poupança. No entanto, apesar de manterem contatos com os bancos, muitos informaram que preferem pedir ajuda financeira para amigos e/ou familiares, porque nesse tipo de acordo conseguem o dinheiro sem pagar juros. Desse modo, a relação com os bancos se restringe somente a operações bancárias simples, como depósitos, uso de cartão de crédito/débito e em proporção quase nula a emissão de cheques.

Se o sentido de lucro no circuito superior refere-se fundamentalmente à acumulação de capital para a continuidade das atividades e sua automação, o circuito inferior é voltado, sobretudo, para a garantia da sobrevivência cotidiana (SANTOS, 2008a). Assim, os proprietários dos pequenos negócios pesquisados informaram que o lucro é usado para o consumo familiar e para a manutenção ou pequenos investimentos na própria atividade. Alguns afirmaram destinar uma parte dos lucros (quando possível) para o pagamento da faculdade dos filhos, para a compra de um terreno ou automóvel, bem como para a construção ou reforma da casa própria, permitindo-nos concluir que as atividades são potencialmente geradoras de renda e que garantem a manutenção da família.

4.4.3 Características da mão de obra empregada

Tornar-se dono do seu próprio negócio, e, consequentemente, não ter de conviver com a figura do patrão e manter horários flexíveis, foi a resposta oferecida por muitos dos proprietários pesquisados, indicando o interesse e o desejo que orientaram os mesmos a se tornarem autônomos. A possibilidade de ir para o trabalho no dia e no horário que quiser foi um discurso muito utilizado para justificar o benefício de ser dono do próprio negócio. Todavia, muitos informaram que esses benefícios permanecem somente no discurso, pois na prática essa flexibilidade não existe, uma vez que o pequeno negócio, na maior parte das vezes, é a única fonte de renda que garante a sobrevivência da família, mobilizando, assim, muito tempo e dedicação, ou seja, muito trabalho. Os pequenos comerciantes e prestadores de serviços que pagam aluguel afirmaram que a dedicação e o esforço são fundamentais, pois a atividade, além de ser o único meio de sobrevivência, é, em grande parte voltada ao pagamento de aluguel do ponto comercial.

É válido destacar que as ocupações anteriores dos comerciantes e prestadores de serviços dos estabelecimentos pesquisados são bem plurais, desde ex-trabalhadores (operadores de máquinas pesadas, mecânicos, soldadores e, pedreiros) das empreiteiras responsáveis pela construção dos empreendimentos da ex-estatal na década de 1980, como também no período recente. Há, nesse sentido, indivíduos que anteriormente atuavam como garimpeiros, agricultores, peões de fazenda, pedreiros, vendedores, cabelereiros, manicures, vendedores ambulantes. A idealização de um emprego melhor e mais rentável na Companhia Vale ou nas empresas subcontratadas são as justificativas que os motivaram a deixar a cidade de origem, como também as ocupações anteriores. Notamos que os trabalhadores que desenvolvem em Parauapebas as mesmas ocupações no circuito inferior praticadas no local de origem, na sua maioria deslocaram-se à cidade já com esse objetivo, uma vez que viram no município, muitas das vezes apoiado em informações de familiares e amigos já residentes na cidade, uma maior possibilidade de rendimento financeiro, ou seja, de melhora de condições de vida.

Portanto, e como já havíamos destacado, a expansão da atividade mineradora no município e região impôs e acentuou uma especialização de empregos e ao mesmo tempo implicou em uma forte redução destes. Por outro lado, o circuito inferior intervém nesse processo ao absorver a mão de obra de migrantes não inseridos na atividade mineradora. Sendo, desse modo, uma resposta ao que Silveira (2004, p.10) já destacava: que a população excluída do circuito superior sempre encontra uma atividade e um lugar dentro da cidade que seja capaz de permitir sua sobrevivência. Ademais, o ingresso nas atividades do circuito inferior é facilitada por não exigir muito capital (SANTOS, 2008a).

Outro aspecto percebido é que grande parte dos estabelecimentos analisados conta apenas com a mão de obra do proprietário. Todavia, encontramos estabelecimentos, em especial aqueles organizados em prédios comerciais, e que exercem como atividade a comercialização de roupas, calçados, bolsas, acessórios, etc., que chegam a empregar até três funcionários com registro na carteira, representando 19% dos estabelecimentos analisados.

Entretanto, identificamos outras formas de remunerações para além daquelas estabelecidas com registro na carteira, as remunerações baseadas por meio de acordos entre o proprietário e funcionário (sem registro na carteira), como é o caso da diária em que o patrão geralmente paga de R\$ 25,00 a R\$ 30,00, por um dia de trabalho. Essa forma de pagamento parece ser prática comum em pequenos estabelecimentos que comercializam comidas prontas na Feira do Produtor Rural e também em açougueiros no Mercado Municipal de Parauapebas. Há também acordos semanais em que o pagamento é em torno de R\$ 100,00, e acordos

mensais em que o proprietário paga cerca de R\$ 500,00. O emprego da mão de obra familiar foi outra força de trabalho comumente encontrada, cerca de 29% dos proprietários afirmaram adotar a mão de obra familiar, sem registros em carteira e inexistindo qualquer forma de regulação.

Foi possível notar de modo geral que a remuneração dos funcionários, independentemente de terem registro ou não, corresponde/ou não ultrapassa a um salário mínimo⁴², valor que na maioria dos casos não é acompanhado de benefícios como vale-transporte, vale-refeição, cesta-básica, plano de saúde, etc. Os poucos pequenos negócios que pagam algum benefício aos funcionários incluem apenas o vale-transporte como adicional.

Para além dos proprietários, que usam transporte particular para chegar ao trabalho, uma parcela muito pequena de funcionários dispõe de veículo particular (em especial a motocicleta), para chegar ao local de trabalho. A grande massa de trabalhadores usa micro-ônibus e/ou as vans como meio de transporte mais usual. Os funcionários que residem próximos aos estabelecimentos que os empregam vão de bicicleta ou a pé.

O sentido do circuito inferior enquanto abrigo remete a sua capacidade de geração de emprego e renda para população pobre, sem capital e sem qualificação (SANTOS, 2008a). Porém, notamos que a renda adquirida nos pequenos negócios é insuficiente para arcar com todas as despesas familiares, tornando-se necessário que seus integrantes encontrem meios para complementá-la. Encontramos situações em que os donos de pequenas atividades comerciais ou de prestação de serviços que trabalham durante o dia em seus estabelecimentos comerciais e à noite como vigias, mototaxistas, vendedores de lanches. Donos de pequenas oficinas de motos aos fins de semana vendem perfumes nas feiras, proprietárias de lojas de confecção que trabalham também como manicures etc. Há casos em que a renda é complementada com a ajuda de membros da família (cônjuge, filhos). Esse complemento de renda na maioria das vezes também resulta de atividades próprias do circuito inferior.

4.4.4 Apropriação de técnicas modernas no contexto de uma economia pobre

Conforme Montenegro (2011, p.56) “[...] as atividades da economia popular permitem definir o circuito inferior hoje como atividades pouco capitalizadas que apresentam um menor grau de tecnologia, mas não sua completa ausência”. Portanto, ao mesmo passo que a modernização tecnológica revela uma pobreza estrutural, as atividades do circuito inferior costumam adequar-se às técnicas do período atual. A utilização, cada vez mais comum, de

⁴² No período da pesquisa o valor do salário mínimo correspondia a R\$ 788,00.

processos modernos no circuito inferior faz com que ele seja caracterizado pelas variáveis da globalização: informação, finanças e consumo (SILVEIRA, 2004; 2009; MONTENEGRO, 2006; 2011).

Nos pequenos negócios do circuito inferior das áreas selecionadas pudemos observar a utilização de instrumentos técnicos modernos como equipamentos de trabalho. O aparelho celular figura como um dos objetos técnicos mais generalizados no contexto de funcionamento dos pequenos estabelecimentos, mais que o telefone fixo, revelando a capilaridade de tal tecnologia inclusive entre os estratos mais pobres da população. A baixa adoção do telefone fixo deve-se, de certo modo, ao fato de ele não ser muito comum na cidade e pela flexibilidade que o uso do aparelho celular pode proporcionar. Soma-se a isso o fato de o custo dos serviços para a manutenção de uma linha de telefone fixo ser mais alto. O aparelho celular é usado nas mais diversas finalidades: manter contato com clientes e fornecedores, fazer cobranças e também para manter contato entre familiares e amigos.

O computador é outro objeto técnico que revelou-se ser bastante adotado nos pequenos negócios pesquisados. O equipamento é usado como ferramenta de trabalho, principalmente na organização de informações de compras e vendas, no controle do estoque e das finanças, além de ser uma forma de cadastrar os clientes. Foi possível notar que os estabelecimentos que usam computador têm acesso à internet. Em geral as lojas que adotam o computador como ferramenta de trabalho também fazem uso das máquinas que realizam pagamentos em cartões de crédito e de débito. O fato de utilizarem a internet no local estimula a adoção deste equipamento.

No circuito inferior é comum o emprego de objetos técnicos usados e a reutilização de insumos. Notamos que os pequenos negócios de prestação de serviços, principalmente aqueles que fazem assistência técnica (relojoarias, oficinas de recuperação de aparelhos celulares, de assistência técnica em informática, telecomunicação, motocicletas, bicicletas e de ferragens), recorrem muito a reutilização de insumos, ou seja, de peças, acessórios etc. Alguns destes estabelecimentos compram objetos usados com defeitos ou quebrados para consertá-lo com insumos usados e posteriormente revendê-los, como é o caso de algumas oficinas de bicicletas no bairro Rio Verde e também dos estabelecimentos que vendem produtos (móvels, eletrônicos, eletrodomésticos) usados na rua Sol Poente.

Outra questão que merece ser pontuada é que a adoção de estratégias publicitárias não é uma especificidade do circuito superior (tal como Milton Santos reconheceu originalmente, ao formular a teoria dos circuitos na década de 1970). No entanto, e com a popularização de objetos técnicos e de comunicação, o uso de técnicas modernas da

informação tem sido cada vez mais utilizado também pelas atividades do circuito inferior para a elaboração criativa de estratégias de propaganda.

Embora nos pequenos negócios das áreas pesquisadas a prática de veiculação de publicidade em televisão e em rádio seja praticamente quase nula, concretizam-se outros tipos, baseados em estratégias criativas e pouco capitalizadas. O popular “boca a boca” figura como o tipo de publicidade predominante. Placas, *banners*, *folders*, cartazes, faixas e caixas de som colocadas em frente ao estabelecimento, comumente com propaganda gravada em estúdio, quando não com alguma pessoa fazendo-a em tempo real (com o uso do microfone) figuram também como outros tipos de publicidades bastante usadas nas áreas pesquisadas.

Alguns estabelecimentos contratam carros de som, motocicletas ou bicicletas de som para fazer propaganda nas principais ruas da cidade, principalmente em datas comemorativas como o Dia das Mães, o Dia dos Namorados, as festas juninas e as celebrações de fim de ano. Há situações em que o proprietário equipa seu próprio veículo – carro, moto ou bicicleta – com aparelhos de som para realizar a divulgação de mercadorias e serviços a custos mais baixos.



Imagen 19: *Tipos de publicidades realizadas pelo circuito inferior*

(Imagen: Autor, Outubro de 2015)

Os proprietários afirmaram usar também as redes sociais, em especial o *Facebook*⁴³, como instrumento de publicidade. Alguns adotam ainda aplicativos como o *Whatsapp* ou

⁴³ Os proprietários além de fazerem publicidade no *Facebook* em páginas pessoais elaboram em páginas de grupos, sobretudo naqueles especializados para compra, venda, trocas e realização de serviços. A publicidade no *Whatsapp* consiste no envio de mensagens de textos, fotos e de áudios dos produtos comercializados e serviços prestados para amigos como também para grupos.

criam páginas de *blogger* na internet como ferramentas de publicidade, indicando deste modo a apropriação das tecnologias pelos agentes do circuito inferior da economia.



Imagen 20: *Formas de publicidades do circuito inferior nas redes sociais*

(Imagen: Autor, Março de 2016)

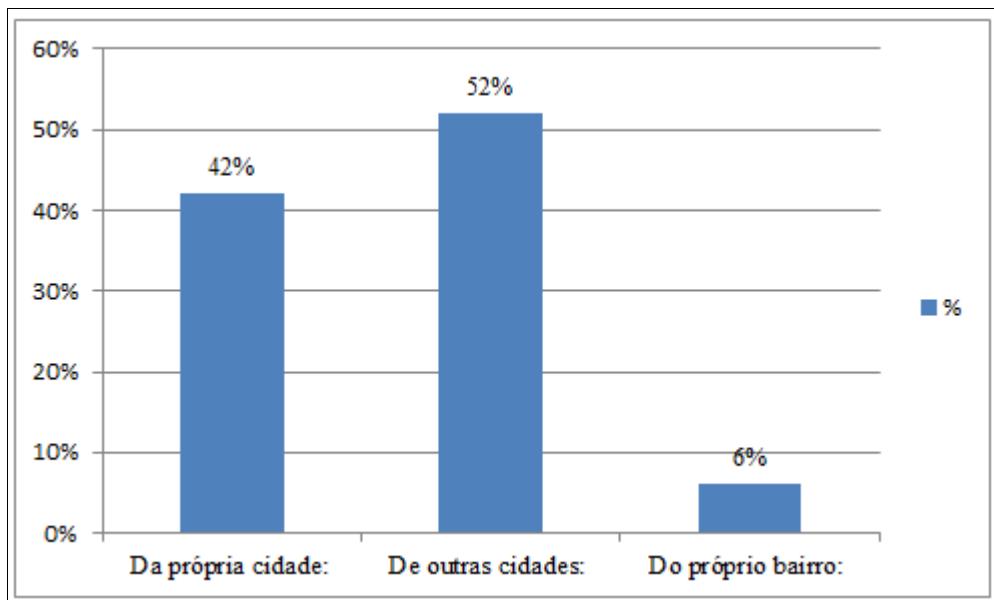
Com relação ao material de publicidade, a maior parte é produzida pelo próprio proprietário do estabelecimento. As que exigem maior esforço de elaboração, como *banners*, ou então as gravadas em áudio, são feitas em pequenas empresas especializadas. Esse fato além de revelar a adoção do circuito inferior de técnicas modernas de informação, expressa também por outro lado o aspecto auto-inflacionário do circuito inferior, uma vez que “[...] o fracionamento e a descontinuidade das atividades do circuito inferior criam uma multiplicidade de serviços de contatos e de articulação, assim como uma cadeia de outras atividades” (SANTOS, 2008a, p.252).

4.4.5 Origem das mercadorias, matérias-primas e insumos

No que tange a procedência das mercadorias, da matéria-prima e dos insumos usados nos pequenos negócios das áreas analisadas, constatou-se que 52% (**Gráfico 9**) dos pequenos negócios pesquisados as mercadorias, matérias-primas e insumos são provenientes de outras cidades do país, o que implica no forte aumento dos custos e consequentemente dos preços dos produtos e serviços comercializados. As pequenas lojas de confecções, calçados e bolsas, têm as cidades de Goiânia-GO, Santa Cruz-PE e Fortaleza-CE como principais centros de compras. As aquisições nessas cidades, boa parte das vezes, acontecem por meio de excursões

específicas em ônibus fretados para este fim. São Paulo aparece como outro polo de compras, principalmente de eletrônicos, de acessórios, de brinquedos, de produtos importados e também de confecções, calçados e bolsas.

Gráfico 9: Origem das mercadorias, matérias-primas e insumos



Fonte: Dados organizados pelo autor com base no trabalho de campo (2015)

No entanto, se a maioria dos produtos comercializados na cidade são provenientes de outras cidades do país; 42% dos pequenos estabelecimentos analisados são abastecidos pela própria cidade. É o caso dos comércios de compra e venda de produtos usados no bairro Rio Verde. O material ali comercializado é abastecido pela própria população local, sobretudo pelos migrantes que deixam o município. As feiras e mercados presentes em Parauapebas também fazem uso da produção local para manter seu negócio funcionando, embora em pequena proporção, pois a maior parte dos produtos hortifrutigranjeiros que abastecem as feiras e mercados são oriundos de outros estados do país⁴⁴. A produção local que abastece as feiras e mercados do município são realizadas pelos pequenos agricultores de projetos de reforma agrária, entre eles o Assentamento Palmares I e II, além da produção dos trabalhadores sem-terra acampados à margem da rodovia PA-275. Já os pequenos negócios que se abastecem no próprio bairro representou um percentual de 6%.

A forte dependência de Parauapebas em relação a outras cidades do Brasil para abastecer os pequenos negócios do circuito inferior presentes no município deve-se

⁴⁴ Informações obtidas com o Secretário da Cooperativa dos Feirantes de Parauapebas, em 20 de Março de 2016. Verificar Apêndice II desta dissertação.

fundamentalmente ao fato da sua condição de ser fortemente especializada no setor de mineração industrial, ou seja, praticamente não há promoção de outras atividades econômicas no município, daí a necessidade de intercâmbios vastos no território, demonstrando a amplitude das relações que abastecem o circuito inferior da economia urbana.

4.4.6 Abrangência limitada do mercado

Diante de tudo que foi descrito, ratificamos a ideia de que circuito superior e inferior são divisões territoriais do trabalho que possuem dimensões e escalas muito distintas do mercado consumidor. Ao contrário da grande indústria de mineração, que tem um mercado consumidor longínquo, os pequenos negócios do circuito inferior nos espaços investigados, aproximadamente 86% destacaram que o mercado consumidor é oriundo da própria cidade. Outros 13% tem o mercado no próprio bairro. É válido pontuar que dentro do total dos 76 estabelecimentos que declararam que o mercado consumidor é oriundo da própria cidade, 24 (que em porcentagem representa 27%) afirmaram que o consumo é também realizado por clientes de alguns municípios circunvizinhos, tais como Canaã dos Carajás, Curionópolis, Eldorado dos Carajás e Água Azul do Norte.

É preciso destacar que o mercado consumidor não se resume a uma determinada classe específica, pertencendo a diferentes classes sociais, ainda que prevaleçam as de baixa renda, estendendo-se à classe média e, em menor intensidade, às classes de alto poder aquisitivo. Tal situação revela que o mercado consumidor do circuito inferior engloba de certo modo todas as classes sociais, embora a classe de baixa renda tenha um consumo mais frequente.

Outro ponto do questionário, informado pelos proprietários pesquisados, é que o mercado de suas atividades já foi maior e que a atual crise econômica e política⁴⁵ (2015-2016) tem afetado seu crescimento, uma vez que tem implicado fortemente na queda do número de vendas e/ou de prestação de serviços, tal situação é tida para os proprietários como uma das principais dificuldades.

Num cenário de forte competitividade, devido à proliferação de várias atividades do circuito inferior e de instalação de empreendimentos do circuito superior no município, os proprietários informaram que próprios pequenos negócios que compõem o circuito inferior são os principais concorrentes de suas atividades, além das grandes empresas do circuito

⁴⁵ A crise econômica e política (2015-2016) refere-se ao cenário de instabilidade econômica e política que resultou no processo de pedido de *impeachment* da Presidenta Dilma Vana Rousseff em 2016.

superior em expansão no município. Entretanto, os proprietários, sob o discurso de que toda pessoa "tem direito a trabalhar", "a ganhar seu dinheiro" e que o mercado consumidor do município "é grande e bem plural", consideram que há mercado para todos, tanto para os pequenos negócios, quanto para as grandes empresas.

4.4.7 O sentido das ações do poder público na economia pobre

Outra questão a ser destacada é que, ao contrário das grandes empresas de Parauapebas, que se organizam e contam com o apoio da associação comercial local – Associação Comercial e Industrial de Parauapebas (Acip) –, os pequenos estabelecimentos das áreas pesquisadas não mantêm nenhuma relação com a entidade. Muitos proprietários sequer sabiam o que é a Acip, sua função ou sua existência no município. Os pequenos negócios mantêm forte relação com a Associação dos Trabalhadores Autônomos no Comércio Informal de Parauapebas (Atacip) e com a Cooperativa dos Feirantes de Parauapebas (Cooperfeira), entidades que representam seus interesses e que, por sua vez, têm desempenhado um forte papel de resistência diante das intervenções dos agentes do circuito superior e, principalmente, do poder público.

A interferência do poder público acontece tanto no circuito superior quanto no inferior, porém a intervenção nos dois circuitos concretiza-se de maneira diferente, uma vez que a concepção e os interesses que o poder público tem acerca dos dois circuitos são distintos. Se as atividades do circuito superior são favorecidas com a interferência do poder público, que ocorre na concessão de vantajosos incentivos fiscais e creditícios, o mesmo não acontece com as comerciantes do circuito inferior, visando geralmente a sua anulação (SANTOS, 2008a).

Assim, a intervenção do poder público em áreas ocupadas por atividades não modernas, pouco capitalizadas e de pouca organização do circuito inferior ocorre muito mais no sentido de promover a “revitalização” da área, de estabelecer ou melhorar a mobilidade urbana e o paisagismo, do que fortalecer as atividades que garantem a sobrevivência de uma população pobre, e que muitas vezes tem na atividade ali instalada seu único meio de geração de renda. A construção do Mercado Municipal de Parauapebas, com claro interesse de retirar os vendedores ambulantes da Praça da Cidadania para “revitalizá-la”; do Centro de Abastecimento de Parauapebas; e da organização de um local com pavimentação e coberto por tendas, denominado *Shopping* Popular de Parauapebas, no propósito de remanejar os feirantes da Feira do Produtor Rural e do seu entorno e transformar o espaço em área de lazer,

com vias de acesso para veículos, ratificam tal postura do poder público, ou seja, o sentido de anulação do meio construído usado por atividades do circuito inferior.

Outra questão que deve ser pontuada é que os planejamentos ou as ações do poder público no circuito inferior, camufladas em discursos “organização”, são articuladas em gabinetes, a portas fechadas, sem nenhum debate ou interlocução direta com seus agentes (os mais interessados). Essa postura expressa que o poder público – geralmente atendendo as necessidades dos agentes do circuito superior⁴⁶ – busca atender somente aos seus próprios interesses. Porém, as interferências do poder público, sem consultar ou sem levar em consideração as reais necessidades do circuito inferior, repercutem na formação de mobilizações de resistência dos seus agentes perante as intervenções/imposições; situação essa, que pode ser exemplificada pelas intensas discussões no fim do ano de 2015, no que diz respeito aos feirantes da Feira do Produtor Rural, a Prefeitura e o poder judiciário (**Imagen 21**), este sendo utilizado como instrumento para legitimar as decisões do poder público municipal diante das investidas de remoção dos feirantes.



Imagen 21: Resistência dos agentes do circuito inferior diante da intervenção do poder público

(Fonte: Jornal Correio do Pará, 2015)

⁴⁶ No dia 29 de novembro de 2012, em uma operação conjunta das Polícias Militar e Civil, do Departamento Municipal de Trânsito (DMT) e da Secretaria Municipal de Urbanismo (Semurb), entre outros órgãos, realizou-se em Parauapebas a retirada dos vendedores ambulantes que trabalhavam em frente aos bancos públicos e privados, localizados na rua e no bairro Cidade Nova, com a justificativa de garantir mais segurança aos clientes (JORNAL CORREIO DO PARÁ, 2012).

No entanto, após várias negociações com a Prefeitura e o poder judiciário, os feirantes foram transferidos no dia 15 de novembro de 2015 para o Mercado Municipal de Parauapebas, contrariando os interesses da Prefeitura que desde o início do projeto era o de acabar com a Feira do Produtor Rural e que pretendia alocar os feirantes não contemplados com box no CAP em uma área distante do centro da cidade (no chamado *Shopping* Popular de Parauapebas). Como medida para evitar que os feirantes voltassem para o local, a infraestrutura da Feira do Produtor Rural foi demolida, porém algumas barracas do entorno não foram destruídas, permitindo com que parte dos feirantes continuem trabalhando.

Essa postura de falta de interlocução do poder público com os agentes do circuito inferior também evidência falhas nos projetos criados, como o que aconteceu na construção do CAP em 2014, que não levou em consideração todos os feirantes da Feira do Produtor Rural (principalmente aqueles que trabalham nas suas imediações) implicando na construção de uma infraestrutura com boxes insuficientes para atender a todos os trabalhadores. Outra falha dos projetos do poder público, também resultante da ausência de diálogo com os agentes do circuito inferior, diz respeito a escolha dos lugares para implementar os feirantes remanejados. Os locais escolhidos pela Prefeitura⁴⁷ são pouco frequentados pela população, o que provocou uma queda imediata nas vendas. Ademais, as solicitações dos feirantes por meio dos seus órgãos representativos (Atacip e Cooperfeira) junto à Prefeitura para implementação de posto de correios, agências bancárias, linhas de transporte passando no local no sentido de torná-los atrativos nunca foram atendidas. Assim, tanto os boxes do Mercado Municipal de Parauapebas quanto os do CAP, devido a pouca circulação de pessoas, permanecem, na maior parte dos dias da semana, fechados. Tal falha forçou alguns feirantes a montarem vendas improvisadas nas ruas de maior circulação da cidade.

A maioria dos proprietários dos pequenos negócios do circuito inferior das áreas pesquisadas, alocados em prédios comerciais, informaram que pagam algum tipo de imposto, geralmente o alvará de funcionamento ou o imposto do Micro Empreendedor Individual (MEI). Já as atividades organizadas em tendas, *stand* ou boxes não pagam, porém são constantemente fiscalizadas pelo poder público municipal, como é o caso da Feira do Produtor Rural que segundo os feirantes a fiscalização feita pela Prefeitura é de cerceamento da atividade.

⁴⁷ Informações obtidas com o Secretário da Cooperativa dos Feirantes de Parauapebas, em 20 de Março de 2016. Verificar Apêndice II desta dissertação.

Diferente do circuito superior, que conta com benefícios do poder público, os proprietários dos pequenos estabelecimentos afirmaram não contar com nenhuma ajuda, expressando assim um sentimento de abandono pelo poder público. De acordo com o que levantamos nos questionários, muitos gostariam de receber algum apoio, tanto do poder público municipal quanto do estadual, seja a isenção de taxas ou crédito mais barato, o que, segundo os proprietários, ajudaria muito no crescimento da atividade, como também no lucro e, consequentemente, em melhores condições de vida.

Mesmo diante de um cenário de adversidade – como a atual crise econômica, que implicou na queda das vendas ou prestação de serviços e a falta de apoio do poder público e as constantes intervenções/fiscalizações por ele realizadas, que se configuraram, na avaliação dos comerciantes, como cerceamento ou perseguição, no sentido de banir seus pequenos negócios do espaço urbano, uma vez que, o poder público as vê como uma “deseconomia”, uma atividade econômica que não pagam impostos⁴⁸ – os proprietários informaram estar satisfeitos com o trabalho que realizam e com o faturamento. Isso porque, mesmo enfrentando dificuldades, os rendimentos têm sido suficientes para garantir a sobrevivência de suas famílias. Assim, os agentes do circuito inferior pesquisados não têm a intenção de mudar de ramo, profissão ou negócio a longo prazo. Entre os motivos, argumentam que além de gostarem do trabalho que realizam, muitos não tem habilidades para investir em outra atividade profissional.

⁴⁸ Informações obtidas com o Presidente da Associação dos Trabalhadores Autônomos do Comércio Informal de Parauapebas, em 20 de Março de 2016. Verificar Apêndice I desta dissertação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao altercar o processo de inserção da Amazônia no mundo moderno, tomando como referência o Sudeste do Pará, concluimos que a região configura aquilo que Santos (2008b) denomina de espaço derivado, uma vez que a sua inserção (e o caso da região de Parauapebas é emblemático) concretiza-se no atendimento às necessidades exógenas.

O Estado, defendendo interesses macroeconômicos, é o principal agente a estabelecer esta condição, ao intervir no Sudeste Paraense com a implantação de modernos projetos econômicos para exploração dos seus bens naturais, tendo como destino o mercado externo. Com a difusão de discursos de prosperidade e desenvolvimento, o Sudeste do Pará tem tomado feições de um enorme canteiro de obra, com a construção de megaprojetos econômicos e de infraestrutura. Assim, a realidade primeira da região e de demais sub-regiões do território amazônico, caracterizada pelo tempo lento impresso pelas próprias condições da natureza, é, progressivamente, suprimida pelo tempo de uma modernização seletiva, corporativa e desenhada fora da região e mesmo do país.

As atividades econômicas anteriores, como a extração do caucho e a colheita da castanha-do-pará tiveram um papel importante na conexão do Sudeste do Pará com a economia nacional. Todavia, com os modernos e gigantescos projetos de mineração, instalados na região na década de 1980 por meio de um Estado que privilegiava e que ainda privilegia um uso corporativo do território, tem aprofundado cada vez mais essa participação na economia mundo baseada na exportação de *commodities* minerais.

A ex-estatal CVRD - atualmente denominada Vale S.A - decorre da atual política econômica do Estado pautada na valorização de recursos primários no mercado externo, ou melhor, na exportação de *commodities* como instrumento de ampliação do *superavit* na balança comercial, tem crescido substancialmente na região, e tem sido responsável por vários projetos que visam a potencialização da exploração mineral. Apoiada numa sofisticada linguagem técnica, os projetos minerários buscam atender às crescentes demandas do mercado externo por minério, em especial o de ferro. Como é o caso do megaprojeto S11D no município de Canaã dos Carajás, tal empreendimento, como foi apresentado ao longo dessa pesquisa, visa a produção de 110 milhões de toneladas ao ano. O que significa, em outras palavras, que só o Projeto S11D será responsável por um volume de produção que a CVRD (desde que se instalou na região) demorou trinta anos para produzir. Portanto, o megaprojeto duplicará a exportação do volume de minério de ferro retirado das minas de Carajás. No

entanto, e daí resulta a vulnerabilidade da proposta, tais investimentos e projetos se assentam em demandas externas, ou seja, instáveis.

Como já ressaltado, a atual maximização da exploração mineral na região, apregoada como ocorreu na década de 1980 como vetor de modernidade e de prosperidade, acontece sem o devido debate acadêmico, ambiental e social, como também sem uma discussão que questione o atual modelo de exploração mineral, que muitos pesquisadores têm apontado como gerador de entropias. Sobre o modelo de modernização imposto no território amazônico, Martins ressalta:

A modernidade não é feita pelo encontro homogeneizante da diversidade do homem, como sugere a globalização. É constituída, ainda, pelos ritmos desiguais do desenvolvimento econômico e social, pelo acelerado avanço tecnológico, pela acelerada e desproporcional acumulação de capital, pela imensa e crescente miséria da globalização, dos que tem sede e não só do que é essencial à reprodução humana, mas também fome e sede de justiça, de trabalho, de sonho, de alegria. Fome e sede de realização democrática das promessas da modernidade, do que ele é para alguns e ao mesmo tempo, apenas aparece ser para todos (MARTINS, 2008, p.19).

Portanto, o caráter incompleto e contraditório que move a modernidade que se constrói no Sudeste Paraense, aliás, na maior parte do território amazônico, não envolve a sociedade como um todo, mas se realiza a partir da exclusão de grande parcela da sociedade, que não desfruta de seus benefícios. Desse modo, tem se construído na região uma modernidade ambígua, a partir de bases oligárquicas e não igualitárias. De acordo com Santos (2004, p.32), o Brasil é um país subdesenvolvido e industrializado, cujas condições de subdesenvolvimento são intensificadas pelo crescimento econômico, visto que esse acentua ainda mais os terríveis contrastes econômicos, sociais, territoriais, gerando conflitos e impasses. Nesse sentido, com o objetivo unicamente de maximizar o capital e impedindo a promoção da justiça social, os modernos empreendimentos econômicos constituem, como avaliamos em Parauapebas, um “cavalo de Tróia – um presente envenenado” (SANTOS, 2008, p.46).

A exploração mineral na região Sudeste do Pará ocorre sem um projeto estratégico de promoção de justiça social, ou melhor, com a inexistência de uma política pública voltada para os interesses da sociedade, o que revela uma postura de uso do território como recurso. Conforme Santos e Silveira (2001, p.291), para as grandes empresas, o território constitui-se como mera base de operação, uma vez que, após as condições deixarem de ser vantajosas, é logo abandonado – no caso das empresas de mineração, isso acontece quando as minas são totalmente exauridas, ficando como legado somente os passivos ambientais, e um verdadeiro cenário de caos social. Tal realidade, embora não corresponda a uma pontuação determinista, expressa as experiências dos territórios de mineração na Amazônia. Compreendemos que a

Companhia Vale, como todo empreendimento privado e que zela, antes de tudo, pela remuneração de seus acionistas, terá sempre, como preocupação primeira, o mercado e a acumulação, porém tal atividade deve ser subordinada e pautada por determinações de uma política pública de regulação das atividades de mineração, na qual a sociedade em geral tenha o direito de participar e de decidir conjuntamente o modelo dessa exploração mineral, uma vez que esse recurso é um bem (supostamente) da nação.

Parauapebas é o município no Sudeste do Pará mais atingido pela modernização corporativa da grande mineração, onde os efeitos são mais expressivos, pois comporta os principais projetos minerários da Companhia Vale no Sistema Norte. Decorrente da exploração das minas ferríferas presentes em seu território, o município de porte médio tem se destacado na arrecadação do Estado, sendo a maior economia de todo o Pará, ultrapassando o peso econômico da capital, Belém. Todavia, a cidade não foi pensada tal como foi o mercado da indústria de mineração, onde ao menos parte do capital gerado pudesse ser internalizado ou distribuído. Assim, ao mesmo passo que o município se destaca no conjunto da economia do Estado, ocorre por outro lado a acentuação das disparidades econômicas, sociais e territoriais, como também a expansão e diversificação das formas de manifestação de trabalho não modernas, pouco capitalizadas e de pouca organização, que constituem o chamado circuito inferior da economia urbana. Desse modo, Parauapebas configura um espaço dividido, fragmentado, composto por agentes de diversos capitais, tecnologia e organização.

A expansão de atividades do circuito inferior em Parauapebas parte de um contexto amplo, advindo da modernização e da racionalização do território que, por sua vez, resulta do próprio alargamento da pobreza no país, ou seja, uma pobreza estrutural que se instala (SILVEIRA, 2009). A Companhia Vale se destaca no processo de automação em seu processo produtivo, ou seja, no alto investimento em dispositivos mecânicos e eletrônicos. Por outro lado, o número de migrantes pobres, desempregados e sem qualificação profissional no setor de mineração em busca de emprego na multinacional ou em suas subcontratadas são cada vez mais crescentes. Portanto, a partir da análise empírica realizada, podemos asseverar que a moderna indústria de mineração, antes de promover um aumento das oportunidades e da equidade social, acaba por produzir e expandir a pobreza urbana. Assim, o crescimento de pequenos negócios do circuito inferior em Parauapebas expressa uma resposta a pobreza sucedida da moderna indústria de mineração. É essa população excluída/não inserida na grande indústria de mineração que desenvolve usos não hegemônicos do território e se lança na produção de outras rationalidades - totalmente diferentes das adotadas pelo circuito superior - na busca cotidiana de garantias de sobrevivência.

É nesta temporalidade que se afirma o homem lento, conquistador de oportunidades de sobrevivência e real sujeito das resistências que emergem nos espaços clean e nas grandes superfícies da última modernidade. É na agência cotidiana que o homem lento, conduzido pela cultura ordinária, aparece como portador de futuros e também como inventor de soluções. Assim, é na espaço-temporalidade do cotidiano que a natureza prática do senso comum adquire a potência das territorialidades resistentes (RIBEIRO, 2013, 296).

Concentradas nos espaços que apresentam condições vantajosas (principalmente aqueles que possuem grande circulação de pessoas) para realização e reprodução de atividades não modernas, pouco capitalizadas e pouco organizadas, o circuito inferior nas áreas analisadas (bairros Cidade Nova e Rio Verde) tem ganhado força, pois embora seja caracterizado pelo trabalho intensivo, precário, e visto erroneamente como uma deseconomia, oferece para a maioria da população pobre do município oportunidades de geração de renda. Em extensão, por mais que o circuito inferior esteja se redefinido, com o uso das técnicas modernas que caracterizam o período atual, não perdeu sua condição de estratégia da população pobre pela busca de condições de vida melhores ou mesmo pela garantia da sobrevivência cotidiana (MONTENEGRO, 2006; 2011).

Por outro lado o poder público, tem se restringido cada vez mais no atendimento de interesse de alguns e não no interesse de todos, pois ao contrário da sua atuação em relação ao circuito superior, marcada pelo favorecimento, as atividades do circuito inferior, principalmente aquelas menos capitalizadas organizadas em feiras e mercados são enxergadas tanto pelos agentes hegemônicos, quanto pelo poder público, como “irracionais”. Assim, agem no sentido de sua anulação, colocando as atividades do circuito inferior como alvo de constantes ações na perspectiva de “limpeza física e social do ambiente urbano” e não aposta em sua valorização ou viabilização (já que confere renda a parte significativa da população). Podemos dizer, em outras palavras, que o poder público tem priorizado a “cidade econômica” em detrimento da “cidade social”.

Nesse contexto de supressão e anulação do Outro, Ribeiro (2013, p.306) propõe a negação do atual mercado que alicerça a globalização perversa e, destaca outro ator/modelo de mercado, “o mercado socialmente necessário”, no qual as atividades do circuito inferior constituem e aparecem como um agente potencial. O mercado socialmente necessário, segundo a autora é pensado de baixo para cima, por seu sentido de trocas solidárias e de reconhecimento do Outro, ao contrário da concepção hegemônica atual de mercado, que o anula e o reconhece como irracional.

Tomando o território usado como espaço de todos, a análise aqui tecida possibilitou reconhecer outras ações, outras formas de uso do território para o trabalho, diferentes das

realizadas pelos agentes hegemônicos (que tem a capacidade de reestruturar o território). O mesmo espaço que é usado em função dos agentes hegemônicos de modo racional, sistemático, com grandes somas de capitais e com ajuda governamental, tendo como lógica a acumulação de capital, é usado concomitantemente por agentes não hegemônicos pouco capitalizados e de pouca organização; um uso que emana do próprio lugar e que tem como preocupação primeira garantir a sobrevivência dos mais pobres.

REFERÊNCIAS

- ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL. *Perfil do Município de Parauapebas*. Indicadores Socioeconômicos e Demográficos, 2014.
- ALMEIDA, José Jonas. *A cidade de Marabá sob o impacto dos grandes projetos governamentais*. Dissertação (Mestrado em História Econômica) – Programa de Pós-Graduação em História Econômica do Departamento de História da FFLCH/USP, São Paulo, 2008.
- BACHELARD, Gaston. *A formação do espírito científico*: contribuição para uma psicanálise do conhecimento. Tradução Esteia dos Santos Abreu. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.
- BATISTA, Paulo Nogueira. *O consenso de Washington*: a visão neoliberal dos problemas latino-americanos. São Paulo: Consulta Popular, 1994.
- BRAGA, Jorge Luiz. Condomínio horizontal e vertical-Diferenças. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/8931/condominio-horizontal-e-vertical>> Acesso em 07/08/206.
- BECKER, Bertha Koiffmann. *Geopolítica da Amazônia*: A nova fronteira de recursos. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1982.
- _____. *Amazônia*. São Paulo: Editora Ática, 1997.
- _____. *Amazônia*: geopolítica na virada do III Milênio. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.
- _____. *A urbe amazônica*: a floresta e a cidade. Rio de Janeiro: Garamond, 2013.
- _____. Fronteira e urbanização repensadas. In: BECKER, Bertha; KOIFFMANN MIRANDA, Maria Helena; MACHADO, Lia Osório. *Fronteira amazônica*: questões sobre a gestão do território. Brasília: Editora da UNB; Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1990. p. 1-15.
- BUNKER, Stephen G. *Da castanha-do-pará ao ferro: os múltiplos impactos dos projetos de mineração na Amazônia brasileira*. Novos Cadernos NAEA, Belém, vol. 6, n. 2, p. 5-38, dez. 2003.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Prefácio. In: RAMIRES, Júlio Cesar de Lima; PESSÔA, Vera Lúcia Salazar. (Organizadores.). *Geografia e pesquisa qualitativa*: nas trilhas da investigação. Uberlândia: Assis, 2009. p. 15-21.
- BRITO, José Francisco. *O retinir do malho na bigorna*. Recife: Bagaço, 2015.
- BROWDER, Jhon O; GODFREY, Brian J. *Cidades da floresta*: urbanização e desenvolvimento e globalização na Amazônia brasileira. Manaus: Editora Universidade Federal do Amazonas, 2006.
- CARDOSO, Fernando Henrique; MULLER, Geraldo. *Amazônia*: expansão do capitalismo. São Paulo: Editora brasiliense, 1977.

_____ ;FALETTTO, Enzo. *Dependência e desenvolvimento na América Latina: Ensaio de interpretação sociológica*. São Paulo: Zahar Editores, 1985.

CARVALHO, José Alberto Magno de; MOREIRA, Morvan de Mello; VALE, Maria do Carmo Fonseca do. Migrações internas na Amazônia. In COSTA, José Marcelino Monteiro da .(Orgs.) *Amazônia: desenvolvimento e ocupação*. Rio de Janeiro, IPEA/INPES, 1979.

CORRÊA, Vinícius Moreno de Sousa. *Fronteira de exploração mineral na Amazônia: o setor mineral e a dinâmica demográfica da mesorregião sudeste paraense*. Dissertação (Mestrado em Demografia) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, 2011.

CORRÊA, Roberto. Lobato. *Estudos sobre a rede urbana*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

COELHO, Tádizio Petrs. Projeto Grande Carajás: trinta anos de desenvolvimento frustrado. In: ZONTA, Marcio e CHARLES, Trocante. (Orgs.) *A questão mineral no Brasil*. Marabá (PA): Editora iGuana, 2015. p.160.

COELHO, Otávio de Melo; PEREIRA, Mirlei Facchini Vicente. O circuito inferior da economia na área central de Uberlândia (MG): avaliação e caracterização. *Geografia (Londrina)*. Londrina, v. 20, n. 1, p. 163-188, jan./abr. 2011.

COLEHO, Maria Célia. Territórios, Cidades e entornos no Espaço da Mineração em Carajás/Pará – Amazônia Oriental. In: TRINDADE Jr, Saint-Clair Cordeiro; ROCHA, Gilberto de Miranda. (Orgs.) *Cidade e Empresa na Amazônia: Gestão do Território e Desenvolvimento Local*. Belém: Editora Paka-tatu, 2002. p.137-170.

_____ .C. A CVRD e a reestruturação do espaço na área de Carajás (PA). In: CASTRO, I.E.; GOMES, P. C.C.; CORRÊA, R. L. (Orgs.) *Brasil: questões atuais de reorganização do território*. Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 2005.

_____ .MONTEIRO, Maurílio de Abreu; LOPES, Adaise. LIRA, Sergio. Bacury. Regiões do entorno dos projetos de extração e transformação mineral na Amazônia Oriental. Novos *Cadernos NAEA*. Belém, NAEA/UFPA, v. 8, n.º 2, dez. 2005, p. 73-107.

_____ .Política e gestão ambiental (dês) integrada dos recursos minerais na Amazônia Oriental ". In: COELHO, Maria Célia. N. & SIMONAN, Lígia & FENZ, Norberto (orgs). *Estado e políticas públicas na Amazônia: gestão de recursos naturais*. Belém: Editora CEJUP/ UFPA/NAEA, 2000. p. 117-170.

_____ .RIO, Gisela Aquino Pires; MIRANDA, Elias de Araújo. Trajetórias históricas das duas mineradoras na Amazônia: CVRD e CAEMI/Antunes. *Regiões e Cidades*. v.1, n.1. Out. 2008.

DELGADO, Costa Guilherme. Especialização primária como limite ao desenvolvimento. *Desenvolvimento em Debate*. v.1, n.2, p.111-125, jan.–abr. e mai.ag. 2010.

Disponível em: < http://desenvolvimentoemdebate.ie.ufrj.br/pdf/dd_guilherme.pdf >. Acesso em: 21 jun, 2015.

EMMI, Marília Ferreira. *A oligarquia do Tocantins e o domínio dos castanhais*. Belém, UFPA, out. 2002. (Paper do NAEA 1666).

FAUSTINO, Cristine; FURTADO, Fabrina. *Mineração e violações de direitos: o Projeto Ferro Carajás S11D, da Vale S.A. Açaílândia*, 2013.

GISTELINCK. Frans. *Carajás, usinas e favelas*. São Luís: Minerva, 1988.

HALL, Anthony. *Amazônia desenvolvimento para quem? Desmatamento e conflito social no Programa Grande Carajás*. Rio de Janeiro: Zahar, 1991.

HARVEY, David. *A produção capitalista do espaço*. São Paulo: Annablume, 2005.

HENDERSON, Jeffrey; DICKEN, Peter; HESS, Martin; COE, Neil; CHUNG YEUNG, Henry Wai. *Redes de Produção Globais e a análise do desenvolvimento econômico*. Revista Pós Ciências Sociais, São Luís, n. 15, p. 143-170, 2011.

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL E AMBIENTAL DO PARÁ. *Produto interno bruto dos municípios*, 2006.

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL E AMBIENTAL DO PARÁ. *Produto interno bruto dos municípios*, 2007.

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL E AMBIENTAL DO PARÁ. *Produto interno bruto dos municípios*, 2008.

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL E AMBIENTAL DO PARÁ. *Produto interno bruto dos municípios*, 2009.

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL E AMBIENTAL DO PARÁ. *Produto interno bruto dos municípios*, 2010.

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL E AMBIENTAL DO PARÁ. *Produto interno bruto dos municípios*, 2011.

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL E AMBIENTAL DO PARÁ. *Estatística municipal* - Parauapebas, 2014.

LOUREIRO, Violeta Refkalefsky. *Amazônia: Estado, homem, natureza*. Belém: Cejup, 1992.

LOIOLA, Edney. *Vantagens competitivas espúrias e limites para o desenvolvimento local: o caso da indústria siderúrgica de Açaílândia*. (Dissertação de Mestrado). Mestrado em planejamento do desenvolvimento. Belém, PA: UFPA, 2005.

_____. *Diferenciações na produção siderúrgica e implicações para o desenvolvimento na Amazônia Oriental Brasileira*. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Belém, 2010.

MARTINS, José de Souza. *A chegada do estranho*. São Paulo: Hucitec, 1993.

- _____.*Fronteira: a degradação do Outro nos confins do humano*. São Paulo: Hucitec, 1997.
- _____.*O tempo da fronteira. Retorno a controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira*. Tempo Social. São Paulo, v. p. 27-70. dia mai. 1996.
- MATHIS, Armin. *Garimpagem de ouro na Amazônia*. Belém, UFPA, abr. 1995. (Paper do NAEA 036).
- _____.*Garimpagem de ouro e valorização da Amazônia: a formação de relações de trabalho sob o quadrângulo, mercado internacional, Estado nacional, região e natureza*. Belém, UFPA, agos. 1998. (Paper do NAEA 101)
- MARQUES, Gilberto de Souza. *O estado e desenvolvimento na Amazônia: a inclusão amazônica na reprodução capitalista brasileira*. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Agricultura e Sociedade) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Rio de Janeiro, 2007.
- MACHADO, Paulo Fernando. *O pólo sídero-metalmúrgico de carajás: gênese de uma nova região industrial?*. Porto Alegre: Ensaios FEE, 1991.
- MELAZZO, Everaldo Santos. Estratégias fundiárias e dinâmicas imobiliárias do capital financeirizado no Brasil. In: *Mercator*, Fortaleza, v.12, p.29-40, set.2013. Número especial (2).
- MINISTÉRIO DAS MINAS E ENERGIA. *Plano Nacional de mineração 2030: geologia, mineração e transformação mineral*. 2010.
- MONTENEGRO, Marina Regitz. *O circuito inferior da economia na cidade de São Paulo no período da globalização*. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas- FFLCH-USP. São Paulo, 2006.
- _____.*Globalização, trabalho e pobreza no Brasil metropolitano: O circuito inferior da economia urbana em São Paulo, Brasília, Fortaleza e Belém*. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas - FFLCH-USP. São Paulo, 2011.
- MONTEIRO, Maurílio de Abreu. *Siderurgia e carvoejamento na Amazônia: Drenagem energético-material e pauperização regional*. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) – Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido – UFPA/PLADES, Belém, 1996.
- _____.Mineração industrial na Amazônia e suas implicações para o desenvolvimento regional. *Novos Cadernos NAEA*, vol. 8, n.1, p.141-187, jun. 2005a. Belém, 2005.
- _____.Meio século de mineração industrial na Amazônia e suas implicações para o desenvolvimento regional. *Estudos Avançados*. v.19, n.53. p.187-207. São Paulo: IEA-USP. São Paulo, ja-abr 2005b.

_____.;COELHO, Maria Célia Nunes; COTA, Raymundo Garcia; BARBOSA, Estêvão José da Silva. Ouro, empresas e garimpeiros na Amazônia: o caso emblemático de Serra Pelada. *Revista Pós Ciências Sociais*. v.7, n.13, 2010.

MONTE-MOR, Roberto et al. *Projeto UrbisAmazônia*: relatório de campo. Disponível em: <http://www.dpi.inpe.br/urbisAmazonia/lib/exe/fetch.php?media=urbis:anexo_q_relatorio_campo_terrestre_maraba_sfx.pdf>. Acesso em 27 set.2014.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. *Amazônia: monopólio, expropriação e conflitos*. Campinas: Papyrus, 1987.

_____. *Integrar para (não) entregar: políticas públicas e Amazônia*. Campinas-SP: Papirus, 1988.

PAULO DA SILVA, Vicente de. Grandes empreendimentos econômicos e transformações espaciais: uma discussão teórica. In: RODRIGUES, Silvio Carlos; MERCANTE, Mercedes Abid (orgs). *Avaliação socioambiental do domínio dos cerrados e pantanal*. Uberlândia: UFU; Campo Grande: Anhaguera – Uniderp, 2013.

PALHETA DA SILVA, João Marcio. *Poder, governo e território em Carajás*. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente, 2004.

_____.SILVEIRA, Márcio Rogério (orgs). *Geografia econômica do Brasil*. Presidente Prudente: FCT/UNESP, 2002.

PARAUAPEBAS, Prefeitura Municipal. *Plano Diretor Participativo do Município de Parauapebas*. LEI Nº. 4.328 DE 30 DE OUTUBRO DE 2006. Institui o Plano Diretor Participativo do Município de Parauapebas e dá outras providências. 70 f. Parauapebas: Prefeitura Municipal, 30 out. 2006.

PARAUAPEBAS, Prefeitura Municipal, Secretaria municipal de planejamento e gestão coordenação de estatística e informação. *Diagnóstico socioeconômico e ambiental do município de Parauapebas (PA)*. 2012.

PEREIRA, Mirlei Fachini Vicente. *O processo recente de atualização do território no sudoeste da Amazônia: lógicas exógenas e dialéticas endógenas em Rondônia e Acre*. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista, Instituto de Geociências e Ciências Exatas - IGCE/UNESP. Rio Claro, 2009.

_____.*A pobreza urbana no Brasil*: considerações a partir das análises geográficas. In: 5 –^a Semana Acadêmica da UFU - Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, 2008.

PEREIRA, Airton dos Reis. *A luta pela terra no sul e sudeste do Pará*: migrações, conflitos e violência no campo. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós-graduação em História, 2013.

_____. *Colonização e conflitos na transamazônica em tempos da ditadura civil-militar brasileira*. Clio - Revista de Pesquisa Histórica. – v. 2 n. 31. Set. 2013. Disponível em: < <http://www.revista.ufpe.br/revistaclio/index.php/revista/article/viewFile/359/196>>. Acesso em 4 set.2014.

PIQUET, Róselia. *Cidade-Empresa*: presença na paisagem urbana brasileira. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

PINTO, Lúcio Flávio. *Carajás*: o ataque ao coração da Amazônia. Rio de Janeiro, Editora Marco Zero, 1982.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. *Amazônia, Amazônias*. São Paulo: Contexto, 2001.

RAMALHO, José Ricardo; CARNEIRO, Marcelo Sampaio. *Ação sindical, contestação política e siderurgia na Amazônia brasileira*. Novos Cadernos NAEA, Belém, v. 16, n. 1, p. 7-28, jun. 2013,

REVISTA EXAME. *Em Parauapebas, riquezas tem tempo de validade*. Disponível em:< <http://exame.abril.com.br/revista-exame/edicoes/1064/noticias/riqueza-com-prazo-de-validade>>. Acesso em: 28 dez. 2014.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. *Por uma sociologia do presente*: ação técnica e espaço (Vol.2). Rio de Janeiro: Linha Capital, 2013.

RIBEIRO, Rovaine. *As cidades médias e a reestruturação da rede urbana amazônica*: a experiências de Marabá no Sudeste Paraense. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

RODRIGUES, Roberta Menezes. Desvendando formas e conteúdos: o núcleo urbano de Carajás. In: TRINDADE JR, Saint Clair C da; ROCHA, Gilberto de Miranda. *Cidade empresa na Amazônia*: Gestão do território e desenvolvimento local. Belém: Paka-Tatu, 2002. p.113-136.

RODRIGUES, Arlete Moysés. Loteamentos murados e condomínios fechados propriedade fundiária urbana e segregação socioespacial. In: VASCONCELOS, Pedro de Almeida; CORRÊA, Lobato; PITTAUDI, Silvana Maria (orgs). *A cidade contemporânea. segregação espacial*. São Paulo: Editora Contexto, 2013

ROSA, Jurema Regueira Arabyan Monteiro. *A dinâmica territorial da mesorregião do sudeste paraense no início do século XXI*: uma proposta de tipologia para municípios de fronteira. Dissertação (Mestrado em Geografia) Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Filosofia e Ciências Humanas UFP-CFH, Pernambuco, 2011.

SANTOS, Breno Augusto dos. Contribuição para o desenvolvimento da exploração geológica e da mineração brasileiras. In: GOMES, Celso de Barros (orgs). *Geologia USP 50 anos*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual de São Paulo, Instituto de Geociências da USP, 2007.

SANTOS, Valdeci Monteiro dos. *A economia do sudoeste paraense: fronteira de expansão na periferia brasileira*. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Econômico). Universidade Estadual de Campinas - Instituto de Economia. Campinas, 2011.

_____. *Pobreza Urbana*. São Paulo: Hucitec, 1979.
 _____. *A natureza do espaço técnica e tempo razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

_____. *Economia espacial: críticas e alternativas*. Editora: Universidade de São Paulo, 2003.

_____. *O espaço dividido: Os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos*. São Paulo: Edusp, 2008a (1979).

_____. *Espaço e Método*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008b.

_____. *O trabalho do geógrafo no Terceiro Mundo*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009a.

_____. *Urbanização brasileira*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009b.

_____. *Manual de geografia urbana*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009c.

SILVEIRA, Maria Lauara. *Globalización y circuitos de la economía urbana em ciudades brasileñas*. Cuadernos del Cendes. v.21, n.57, p.1-27, Jul-Out. Caracas. 2004.

_____. *Finanças, consumo e circuitos da economia urbana na cidade de São Paulo*. Caderno CRH. Salvador, v. 22, n. 55, p. 65-76, jan./abr. 2009.

_____. Uma situação geográfica: do método à metodologia. *Território*. Rio de Janeiro, ano IV, n.6. p.21-28, 1999.

_____. *O papel ativo da geografia um manifesto*. Revista Território, Rio de Janeiro, ano V, n° 9, pp. 103-109, jul/dez., 2000.

_____. O retorno do território. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia Aparecida; SILVEIRA, Maria Laura (org.) *Território: Globalização e Fragmentação*. São Paulo: Hucitec, 1994. p.15-20.

Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/osal/osal16/D16Santos.pdf>>. Acesso em 29 mai. 2015.

_____. Território usado: dinâmicas de especialização, dinâmicas de diversidade. *Ciência Geográfica*. Bauru, v. 15, 1, n. 1, p.4-12. Jan./Dez. 2011.

SIMINERAL. *3º Anuário Mineral do Pará*. Belém: Delta Gráfica e Editora. 2014. Disponível em: <<http://www.youblisher.com/p/838994-Anuario-Mineral-do-Para-2014/>>. Acesso em: 2 mar.2014.

SCHOR, Tatiana; OLIVEIRA, José Aldemir. *Reflexões metodológicas sobre o estudo da rede urbana no Amazonas e perspectivas para a análise das cidades na Amazônia Brasileira*. Acta Geográfica. Edição Especial Cidades na Amazônia Brasileira. v.5, n.10, p. 15-30, Fev.-Abr. 2011.

SOUZA, Raimundo Valdomiro de. *A Influência do Estado no crescimento da economia do setor mineral: o caso da CVRD de 1942 a 2010*. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido) – Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos UFFA/NAEA, Belém, 2012.

SOUZA, André Santos. *Dinâmica Socioeconômica e Trabalho na Amazônia: Análise do Município de Parauapebas a Partir da Migração de Trabalhadores Maranhenses da Mineração*. Dissertação (Mestrado em Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia) - Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, Marabá, 2014.

SOUZA, Marcus Vinicius Mariano de. *O projeto ALPA e a produção do espaço urbano em Marabá: a cidade-mercadoria e as desigualdades socioespaciais*. Tese (Doutorado em Geografia) - Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2015.

TRINDADE Jr. Saint Clair Cordeiro. *Cidades na Floresta: os grandes objetos como expressões do meio técnico-científico-informacional no espaço amazônico*. Revista IEB. São Paulo, n. 51, p. 113-137, mar-set 2010.

Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/rieb/article/viewFile/34662/37400>>. Acesso em: 17 agost. 2014.

TRINDADE, José Raimundo. Mineração e políticas de desenvolvimento local para o município de Parauapebas. In FERNANDES, Francisco Rego Chaves; ENRÍQUEZ, Maria Amélia Rodrigues da Silva; ALAMINO, Renata de Carvalho Jiminez (Orgs). *Recursos Minerais & Sustentabilidade Territorial: grandes minas*. Rio de Janeiro: CETEM/MCTI, 2011.

VAINER, Carlos. B.; ARAÚJO, Frederico Guilherme. B. *Grandes projetos hidrelétricos e desenvolvimento regional*. Rio de Janeiro: CEDI, 1992.

_____. *O problema florestal da Amazônia Brasileira*. Petrópolis-RJ: Vozes, 1980.

VALVERDE, Orlando. *Grande Carajás: planejamento da destruição*. São Paulo: Editora Forense Universitária, 1989.

VALE. *Nossa história*, 2012. Disponível em: <<http://www.vale.com/brasil/pt/aboutvale/book-our-history/paginas/default.aspx>>. Acesso em: 16 dez. 2014.

_____. *Ferro Carajás S11D: um novo impulso ao desenvolvimento sustentável do Brasil*. 2013. Disponível em: <<http://www.vale.com/PT/initiatives/innovation/s11d/Documents/book-s11d-2013-pt.pdf>>. Acesso em: 20 mai. 2015.

_____. *A Vale em Parauapebas*. 2014. Disponível em: <<http://www.vale.com/pt/aboutvale/sustainability/links/linksdownloadsdocuments/relatorio-vale-parauapebas-2014.pdf>>. Acesso em: 11 mar.2014.

_____ .Relatório anual. 2012. Disponível em:< http://www.vale.com/PT/investors/Quarterly-results-reports/20F/20FDocs/20F_2012_p.pdf>. Acesso em: 23 nov. 2014.

_____ .Relatório anual. 2013. Disponível em:< http://www.vale.com/PT/investors/Quarterly-results-reports/20F/20FDocs/20F_2013_p.pdf>. Acesso em: 29 nov. 2014.

_____ .Relatório anual. 2010. Disponível em: < http://www.vale.com/PT/investors/Quarterly-results-reports/20F/20FDocs/20F_2010_p.pdf>. Acesso em: 13 jan. 2015.

INFORME MINERAL DO PARÁ. Disponível em: <http://www2.dnpm.gov.br/conteudo.asp?IDSectao=68&IDPagina=1138>, acesso 13 de jan. 2015.

VELHO, Otávio Guilherme. *Frente de expansão e estrutura agrária: um estudo do progresso de penetração numa área da Transamazônica*. Rio de Janeiro: Edição on-line: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009.

WANDERLELEY, Luiz Jardim. Recursos minerais na Amazônia brasileira: impactos e perspectivas. In: MALERBA, Juliana, MILANEZ, Bruno (orgs). *O novo marco legal da mineração no Brasil: para quê? Para quem?*. Rio de Janeiro: FASE, 2012.

REPORTAGENS PUBLICADAS EM JORNAIS LOCAIS - PARAUAPEBAS

BEZERRA, Luís. Tentativa frustrada de retirada dos autônomos da Feira do Produtor. *Jornal Correio do Pará*. Parauapebas, 17 a 19 /11/2015. Edição 1.322, p.05, 2015.

SANTOS, Tina. Feirantes não querem mudar. *Jornal Correio do Pará*. Parauapebas, 17 a 19 /10/2015. Edição 1.321, p.08, 2015.

COSTA, Francesco. Área conhecida como “pé inchado” começa a ser desocupada pela Prefeitura de Parauapebas. *Pebinha de Açúcar*. Parauapebas, 14/12/2015. Disponível em: < <http://pebinhadeacucar.com.br/area-conhecida-como-pe-inchado-comeca-a-ser-desocupada-pela-prefeitura-de-parauapebas/>>. Acesso em: 29 dez. 2015.

FOLHA DO BICO. Prefeito Valmir Mariano tenta antecipar a desocupação de 233 feirantes em Parauapebas-PA. *Folha do Bico*, 17/11/2015. Disponível em: < <http://www.folhadobico.com.br/11/2015/prefeito-valmir-mariano-tenta-antecipar-desocupacao-de-233-feirantes-em-parauapebas-pa.php>>. Acesso em: 29 dez. 2015

G1-PA. Ambulantes protestam contra remanejamento em Parauapebas, PA. G1-Pará, 11/07/2014. Disponível em: < <http://g1.globo.com/pa/para/noticia/2014/07/ambulantes-protestam-contra-remanejamento-em-parauapebas-pa.html>>. Acesso em: 01 de jan. 2015.

RIBEIRO, Stéfani. SEMURB tenta remanejar feirantes dos arredores da antiga feira do Produtor e encontra resistência. *Pebinha de Açúcar*. Parauapebas, 17/11/2015. Disponível em: <<http://pebinhadeacucar.com.br/semurb-tenta-remanejar-feirantes-dos-arredores-da-antiga-feira-do-produtor-e-encontra-resistencia/>>. Acesso em: 22 de fev. 2016.

ROSA, Natália. Feirantes reclamam de queda de vendas após a remoção da Feira do Produtor. *Pebinha de Açúcar*. Parauapebas, 22/08/2014. Disponível em: <<http://pebinhadeacucar.com.br/feirantes-reclamam-de-queda-nas-vendas-apos-remocao-da-feira-produtor/>>. Acesso em: 11 nov. 2015.

SILVA, Waldyr. Autoridades convencem feirantes a deixarem Feira do Produtor. *Jornal Tablóide*. Parauapebas, 30/10/2015. Edição 144, p.11, 2015.

SILVA, Bariloche. Vendedores ambulantes não querem ir para o “Shopping Popular” em Parauapebas. *Pebinha de Açúcar*. Parauapebas, 15/09/2014. Disponível em: <<http://pebinhadeacucar.com.br/vendedores-ambulantes-nao-querem-ir-para-o-shopping-popular-em-parauapebas/>>. Acesso em: Acesso em: 01 de jan. 2015.

SILVA, Bariloche; COSTA, Francesco. Após desocupação, Praça dos Metais “ressurge” em Parauapebas. *Pebinha de Açúcar*. Parauapebas, 18/12/2015. Disponível em: <<http://pebinhadeacucar.com.br/apos-desocupacao-praca-dos-metais-ressurge-em-parauapebas/>>. Acesso em: Acesso em: 22 de fev. 2016.

ZÉ DUDU. Centro de Abastecimento de Parauapebas começa a funcionar no sábado. *Zé Dudu*, Parauapebas, 10/07/2014. Disponível em: <<http://www.zedudu.com.br/centro-de-abastecimento-de-parauapebas-comea-a-funcionar-no-sbado-12/>>. Acesso em: 01 de jan. 2015.

SITES CONSULTADOS

Companhia Vale. S.A. <http://www.vale.com/>

Departamento Nacional de Produção Mineral <http://www.dnpm.gov.br/>

Instituto Brasileiro de Mineração <http://www.ibram.org.br/>

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística <http://www.ibge.gov.br/home/>

Instituto de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental do Pará <http://idesp.pa.gov.br/>

Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior <http://www.mdic.gov.br/>

Ministério do Trabalho e Emprego <http://portal.mte.gov.br/>

Ministério do Trabalho e Previdência Social <http://portal.mte.gov.br/rais/>

Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra <http://www.mst.org.br/>

Prefeitura Municipal de Parauapebas <http://www.parauapebas.pa.gov.br/>

Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas empresas <http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/>

Sindicato das Indústrias Minerais do Estado do Pará <http://www.simineral.org.br/>

APÊNDICES



QUESTIONÁRIO
ASSOCIAÇÃO DOS TRABALHADORES AUTÔNOMOS NO COMÉRCIO INFORMAL
DE PARAUAPEBAS (ATACIP)
APÊNDICE I

- 1) Em que ano foi fundada a Associação dos Trabalhadores Autônomos no Comércio Informal de Parauapebas (Atacip)?**

Presidente da Atacip

Foi criada em no ano de 2005, e foi criada por melhorias dos associados. Antes de 2005 Não tinha associação era “agranel”. Se não fosse a associação a prefeitura já teria acabado com os feirantes faz é tempo, porque isso que a prefeitura quer, e não é de hoje não - tirar o povo que trabalha aqui. Na Praça dos Metais, a prefeitura praticamente acabou com os feirantes. Nós éramos 86 feirantes de roupas, se tiver 40 tem muitos.

- 2) Quantos trabalhadores autônomos no comércio informal têm no município de Parauapebas?**

Presidente da Atacip

Temos 260 trabalhadores associados na associação. Não associados em geral dá mais de 500, porque só ali no banco tem mais de 100, na praça aqui hoje, tem mais de 100 também.

- 3) Como tem sido o papel da associação na busca dos interesses dos trabalhadores informais de Parauapebas**

Presidente da Atacip

Está buscando junto com a prefeitura uma melhoria para a classe, que ainda não saiu ainda. Buscamos na prefeitura um local para os feirantes trabalharem dignamente. Nós não queremos trabalhar mais debaixo de um banco. Nós queríamos um camelódromo com um

Box 3x3, e foi prometido para nós isso. Prometido pelo juiz e pelo prefeito, e de janeiro até hoje, 90 dias, fez ontem, era para entregar para nós esse camelódromo e não entregaram. A prefeitura não cumpriu o papel que ela fez. Agora estamos buscando demais isso, e a prefeitura, não está nem ai para gente.

O papel mesmo da associação, é isso, buscar melhorias: melhor local, melhor condições para o feirante, oferecer para o cliente. Nós da associação e associados oferece, assim, uma melhoria porque financia a busca do produto mais em conta.

A construção do camelódromo vai ser aqui mesmo no Rio Verde. A promessa da prefeitura era para fazer no Rio Verde, mas nós queríamos era na Avenida F onde era a antiga feira mesmo. Derrubaram e não fizeram nada. Nós queríamos o camelódromo lá. O papel do poder público é só acabar mesmo, é só acabar; acabar com o feirante, com o mercado informal banalizando o informal. Não dando a chance pra gente se formalizar. Não está dando a chance da gente se educar, se adaptar. A prefeitura quer acabar mesmo, acabar, limpar. Fazer um limpa.

Porém, é o seguinte, como a gente vive uma crise tão grande hoje, o informal vai ser praticamente maioria, porque o desemprego está grande, e a pessoa desempregada busca sobreviver. A gente ver no jornal direto, Pessoas demitidas de seus empregos, fazendo o quê? Se virando no mercado informal. A gente ver doutor, ver advogados demitidos do comércio formal. Hoje aqui nós temos advogados, enfermeiros, pessoa profissionalizada nas suas faculdades, vendendo cachorro quente, vendendo roupa. Eu vi uma advogada na secretaria, e hoje trabalha dentro do mercado informal, justamente porque não tem emprego.

Não tem emprego! E o mercado informal oferece muita coisa, muita coisa que eu acho que o órgão público devia ter mais carinho, porque está empregando. Quando trabalhávamos lá na Praça dos Metais, tinha 65 lá feirantes só de confecção. O município tinha 65 feirantes que empregava. Hoje, com a remoção para o Mercado Municipal nós estamos com 40 feirantes, e nenhum mais emprega. E ai, caiu? Caiu! A minha renda mensal com a venda de roupas lá na Praça dos Metais, com os 85 feirantes só de roupa, era R\$ 700 mil que recebia. Hoje R\$ 130 mil, como caiu! Mais de 100%, por causa da remoção feita pela prefeitura para o mercado municipal.

A prefeitura não deu uma chance para os feirantes população, e as pessoas removidas estão invadindo as praças. Está ficando uma bomba relógio, depois não tem mais saída. Nós estamos buscando uma coisa, que as autoridades não estão preocupadas para ajeitar. É tão pouco pra ajeitar, é muito pouco, basta querer, mas os órgãos públicos quer retirar, acabar, banir, não quer dar tranquilidade para o informal. Porque o poder público não dá oportunidade para informal? Coloca no microempreendedor e no Sebrae. O poder público não faz isso por “birra” mesmo, ou só por não gostar dos trabalhadores.

4) Quais as principais conquistas da associação?

Presidente da Atacip

As conquistas foram os convênios que a associação teve e que praticamente agora teremos que desconveniar. Os convênios eram com: dentistas, hospitais e com as farmácias. Não eram muitos os convênios, mas ajudava um pouco. Outra conquista é que com a remoção dos feirantes a gente foi para o mercado, pra mim não foi conquista, porque nós não tivemos oportunidades de, de trabalhar lá no mercado.

5) Quais as principais dificuldades enfrentadas pelos trabalhadores autônomos no comércio informal de Parauapebas?

Presidente da Atacip

Hoje a dificuldade é que a gente não está conseguindo pagar as nossas contas. Além da crise a nossa retirada lá da Praça dos Metais nos afetou. O novo local foi muito impróprio para nós, o momento foi impróprio. Nós estamos passando por um momento de crise, e fizemos uma mudança radical, com essa mudança, caiu 100% as vendas.

Não foi uma mudança que os trabalhadores escolheram, não estávamos esperando e, foi justiça que ordenou a nossa retirada. De certo modo estávamos esperando a mudança, mas só que estávamos esperando também uma mudança com melhorias, com estrutura. Eles chegaram lá e nos jogaram como se fôssemos um monte de “porcos” num, num chiqueiro. Eles não prepararam, não fizeram a estrutura que prometeram, não fizeram nada depois que nos mudaram. Prometeram ajuda de custo, até hoje não saiu um centavo.

A maioria dos feirantes compram as mercadorias fiado, para vender, para pagar o aluguel e viver. Então hoje acabou. Hoje só quem está lá no mercado, é quem não está devendo. Quem está devendo acabou. Então o prefeito não deu oportunidade para o informal, onde estava

gerando renda para o município. Porque aquela pessoa que estava trabalhando lá, pagava aluguel, pagava sua energia, comida, estava dando renda para o município.

Eu acho que a Dilma, ou melhor, o governo, deveria olhar mais para o informal. O informal que movimenta o comércio da cidade. Se o informal não paga imposto que comece a cobrar. Os informais que trabalham na praça a deixa feia, porém é dali que o informal sobrevive.

O bairro Cidade Nova tinha aquele fluxo de gente com a Feira do Produtor, hoje o fluxo acabou, reclamava que ali no setor da feira era feia, fedorenta, mas, ali movimentava R\$ 700 mil real mensal. Nos colocaram para cá e, não nos deram estrutura de nada, só botou o chão preto o asfalto, porque nós brigamos muito, só pintou algumas coisas.

O movimento caiu muito! Para quem paga um aluguel, paga um lote, não está pagando mais. Os feirantes de primeiro todos tinham um carro, hoje estão devolvendo os carros, porque não dá de pagar.

6) Como é relação dos trabalhadores autônomos no comércio informal com o poder público?

Presidente da Atacip

É uma relação péssima, porque o prefeito não dialoga, não conversa com o trabalhador informal. O informal não tem vez. No atual governo temos vez. O atual prefeito fez a “cagada todinha”, fez uma “mediazinha”, deu umas banquinhos, para amenizar, mas não ameniza, porque banca não paga conta, o que paga conta é cliente.

E o que a prefeitura prometeu foi de botar cliente lá no Mercado Municipal, e não botaram. Banco do Povo tiraram, agora colocaram de novo, caixa eletrônico não tem parada de van também não. No Mercado Municipal como também o CAP Não tem nada que chama a atenção do povo. Nem as mercadorias que compramos não dá de chamar atenção. No mercado tem muita é sujeira, banheiro logo é bem pertinho de onde vende carne, bem pertinho onde vende comida também. Ninguém aguenta o banheiro do mercado, ninguém aguenta, é podridão total. Vai alguém comprar alguma coisa no mercado, só vai mesmo quem tem necessidade de comprar. No mercado a carne é de primeira, limpinha ali. O açougueiro corta do jeito que o cliente quer e salga também do jeito que o cliente quer. E lá não, a carne ainda é mais cara que no supermercado, porque é mercado central, no mercado a carne tem que ser mais barata. O incentivo que o prefeito dar é nenhum!

A localização do mercado é longe das pessoas. Aí eu tive que colocar alguma coisa para a chamar atenção. Ai fica aquele bando de gente vendendo comida, não faz uma propaganda, não faz nada. Porém, para nos tirar lá da Feira do Produtor Rural estavam os três poderes de Parauapebas o: executivo, legislativo e o judiciário. E nós só saímos de lá, porque o juiz entrou no meio. E o juiz nem era da vara criminal, e nem podia fazer o que ele fez. E esses mandaram logo demolir tudo que era para o povo não voltar.

Para construção camelódromo veio 6 milhões, cadê o dinheiro? Até hoje sumiu, os 6 milhões, está aí com a prefeitura. Foram 5 milhões da prefeitura e mais uma emenda que deu R\$ 6 milhões e pouco. O dinheiro veio em 2013 no ano de 2014 veio o dinheiro da emenda e em 2015 ainda veio mais dinheiro tudo para o camelódromo.

As bancas lá do mercado compradas pela prefeitura para os feirantes de confecção removidos foi R\$ 4 mil a que nós pedíamos era de R\$ 1,500. E fazer um boxinho 3x 3, com porta e tudo. Embora que não tivesse vendendo, mas estava dentro, mas lá no meio da rua você gasta R\$ 300 todo mês pra guardar a mercadoria, tem que comprar comida todo dia, lá no mercado tem gente que está devendo as comida mais de 20 dias. E não faz nem pra comer, porque tem que comprar a comida pra ficar lá. Agora o pessoal tão invadindo as praças, elas tão lotada de gente, quando acabar a política vão tirar todo mundo de novo, e vão botar onde esse povo? Eu acho que a prefeituras deveria ter feito assim, tem o dinheiro, não gastava 1 milhão, fazia pra roupa que tem que ser em Box 3 x3, colocava porta de subir e descer. Lá no mercado tem 65 boxes e tudo fechado ainda até hoje, tem de 10 a 12 boxes abertos, o resto tudo fechado. E Porque que não abre? Porque não tem cliente.

A noite o cara vende aquela comida lá “enfumaçada” jeito que é pra fazer lá, e diz lá tem uma praça de alimentação em Parauapebas, isso é uma vergonha! A renda per capita do município de Parauapebas de 2013 2014 e 2015 foi R\$ 4 milhões quase R\$ 5 bilhões reais, e esse valor não caiu não. A crise da Vale não existe, ela continua pagando o mesmo R\$ 600 *royalties* por mês por mês, se pegasse só esse dinheiro que a Vale paga, nós estávamos pisando em nota de R\$ 10 em Parauapebas. É dinheiro demais, é uma carrada de dinheiro que corre nessa cidade.

7) Quais as principais reivindicações da associação com o poder público?

Presidente da Atacip

É difícil. É tão pouco, fácil, tão simples o que nós pedimos. Eu trabalhei com 32 secretários durante esse período de política, nenhum me fez tanto mal como prefeito atual, como também para os trabalhadores informal. Não é dizendo que ele é ruim, mas pra mim ele foi uma má pessoa, não vou dizer que ele é bom, porque ele destruiu o centro. A Feira do Produtor que ele demoliu não tem projeto, não tem nada.



QUESTIONÁRIO

COOPERATIVA DOS FEIRANTES DE PARAUAPEBAS (COOPERFEIRA)

APÊNDICE II

1) Em que ano foi fundada a Cooperativa dos Feirantes de Parauapebas (Cooperfeira)?

Secretário da Cooperfeira

A Cooperfeira foi criada em 2013.

2) Quantas feiras têm no município de Parauapebas?

Secretário da Cooperfeira

Temos duas feiras permanentes: Mercado Municipal de Parauapebas, Centro de Abastecimento de Parauapebas (CAP). Mas existem também as feiras itinerantes que acontecem em quatro bairros: Liberdade, Guanabara, VS10, Cidade Jardim. A partir de terça-feira até quinta-feira as feiras itinerantes acontecem em um desses bairros.

3) Como tem sido o papel da cooperativa na busca dos interesses dos feirantes de Parauapebas?

Secretário da Cooperfeira

Tem sido muito difícil, a cooperativa busca muito diálogo com o governo municipal e não obtém respostas, nunca teve sucesso, é muito difícil demais, não tem entendimento. Não temos entendimento pelo seguinte: o poder executivo não faz nada pelo trabalhador informal até agora! Só se vai fazer, mas até agora não fez nada.

A prefeitura fez uma remoção precipitada, tirou do local onde as pessoas já estavam estabilizados e colocou em um local onde não tem condições de garantias de sobrevivência, não tem comércio, não tem clientes, não tem movimento. A prefeitura prometeram trazer bancos, casas lotéricas, transportes, linhas de vans, paradas de ônibus e nunca foi feito nada.

O povo da prefeitura prometeu também consertar o mercado e até agora nunca trocaram uma torneira, banheiro, nessa o governo está devendo, não está atuando, fizeram uma promessa falsa e, o povo está sofrendo, mais de 235 famílias sofrendo.

4) Quais as principais conquistas da cooperativa?

Secretário da Cooperfeira

Nós não temos conquistas ainda, para nós termos conquistas é preciso alguém do governo ceder para termos um entendimento entre o trabalhador e o governo. E até agora o governo não se manifestou em nada, portanto, não temos conquistas ainda.

Nós fomos instruídos por membro de uma secretaria onde falou-se que se fizéssemos uma cooperativa a gente teria mais poder para negociar com o governo, depois que criou-se a cooperativa depois de muito gasto para formar a cooperativa e não tivemos sucesso. O secretário adjunto da prefeitura disse que a cooperativa e associação tem valor, em vista disso iremos entrar com um processo para contra ele para pagar os encargos porque é uma entidade que os feirantes pagam, pagam seus impostos, já que ele disse que não te valor, então ele vai pagar. Os feirantes não estão pagando mais porque ele jogou tipo um balde de água fria. A cooperativa é um órgão legal.

A cooperativa conseguiu também foi remover os feirantes para o mercado municipal, onde a prefeitura queria colocar mais longe lá no Altamira lugar que não é comercial, aqui que é centro não está tendo comércio imagine lá. Nessa luta nós gastamos muito dinheiro com advogado, gastamos mais de R\$ 12 mil com advogado nessa luta, porque ele queria nos colocar lá a força, aí entramos com juiz, até vir para cá.

5) Quais as principais dificuldades enfrentadas pelos feirantes de Parauapebas?

Secretário da Cooperfeira

A dificuldade é que não temos capital de giro, prometeram que o Banco do Povo iria arrumar capital para o povo trabalhar e até agora nada. E a mercadoria, aqui não tem mercadoria na região, vem tudo de fora, aí se torna tudo mais caro, vem da Bahia, vem de Santa Catarina que a cebola vem de lá, o hortifrutigranjeiro da Bahia do Ceará do Piauí, vem do Maranhão. Aqui produz muito pouco. Os assentamentos produzem mais cheiro-verde, mandioca.

6) Como é relação dos feirantes com o poder público?

Secretário da Cooperfeira

Muito difícil! Muito difícil o diálogo com eles, porque não há entendimento entre o feirante e o poder público, muito difícil. Eles não atendem os interesses do povo, do trabalhador, desconsideram. Eles tipo assim: ficam numa sala fria, tipo um ditador o que eles ordenam lá o cara tem que aceitar aqui do jeito deles. Então, para eles fazerem um trabalho sério tinham que dialogar com os feirantes, com as pessoas que atuam na área, não é com pessoas que nem sabe o que está acontecendo, se é bom de comércio de clientes, quem nem sabe o que fazer.

7) Quais as principais reivindicações da cooperativa ao poder público?

Secretário da Cooperfeira

Nós queremos, no caso do mercado municipal revitalizar ele, fazer uma estrutura que coubesse todo mundo pra trabalhar, deixar uma área de estacionamento e fazer uma praça de alimentação e os boxes até 4x4 para cada feirante trabalhar. Tudo igual para todos. Aqui teve gente que tem três pontos tem gente que um e tem gente não tem nenhum. O secretário que fez isso aqui a vontade dele era tirar o povo lá do centro e não de organizar e aqui nos largou, estamos abandonados, nós queremos diálogos, mas eles não querem.



QUESTIONÁRIO
CIRCUITO INFERIOR DA ECONOMIA URBANA EM PARAUAPEBAS
(CIDADE NOVA/RIO VERDE)
APÊNDICE III

Tipo de Estabelecimento _____ Local _____ Data _____

Há quanto tempo trabalha nesta atividade? _____ Qual a ocupação anterior? _____

Tem horários fixos de funcionamento? _____

Quais? _____

Meio Construído

Local de trabalho: Residência ()	Alugado ()	Próprio ()
Prédio Comercial ()		
Stand, Box, Tenda ()	Dimensão aproximada _____ m ²	

Caso alugado, qual o valor do aluguel (em Reais)?

Menos de 100,00 De 101 a 200,00 De 200 a 300,00 De 300 a 500,00 De 500 a 1000,00 Mais

Idade aproximada imóvel _____

Aspectos gerais _____

Há quanto tempo utiliza este prédio para a atividade?

Quanto foi o investimento inicial? _____ ou

Qual o capital empregado no negócio hoje (valor aproximado)? _____

Porte: Micro () Pequena () Média () Grande ()

Recolhe imposto pelo Sistema “Simples”: SIM () NÃO () Usa escritório contabilidade: SIM () NÃO ()

Empresa: Formalizada () Negócio Informal ().

Localização: O Sr.(a) considera adequada a localização para este tipo de atividade?

Por que? Proximidade do mercado consumidor () Facilidade meios de transporte / serviços ()

Outros _____

Instrumentos / Equipamentos de trabalho

Telefone fixo

Finalidade: _____

Telefone Celular

Finalidade: _____

Computador

Finalidade: _____

Internet

Finalidade: _____

Impressora, escâner, máquinas específicas

Algum destes equipamentos foi comprado usado?

Quais _____

Mercadoria / Matéria-prima/insumos

Tipo: _____ Só comércio () Só fabricação () Fabricação e vendas ()

Procedência da mercadoria: (outro bairro / outra cidade / outro país): _____

Pagamento ao fornecedor: Dinheiro () Cartão crédito () Cartão débito () Cheque vista/prazo ()
Outro _____

Mão-de-obra: Número de funcionários _____ com registro em carteira (____) / sem registro (____)

Apenas um trabalhador autônomo (____).

Emprega mão-de-obra familiar SIM () NÃO () Em caso afirmativo, quantas pessoas (____)

Utiliza serviços de terceiros (serviços de outras empresas ou profissionais)? SIM () NÃO ()
Caso sim, que tipo? _____

Paga algum benefício? (vale transporte, vale refeição, plano saúde, cesta básica, etc.)
Qual _____

Salário médio dos empregados _____

Jornada de trabalho diário dos empregados: _____ horas.

Trabalham no fim de semana? _____ . Realizam pausas (almoço, p. ex.)? _____

Os empregados utilizam quais meios de transporte para chegar ao trabalho?

Os empregados habitam em bairros: Próximos () Distantes () Muito distantes () Outro município?

Qual Município? _____

Cônjuges ou filhos ajudam na renda familiar? SIM () NÃO ()

Qual atividade desempenha _____ Com carteira assinada? SIM () NÃO ()

Finanças: Utiliza financiamentos/empréstimos públicos? SIM () NÃO ()
 Usa outro tipo de empréstimo (familiar, agências de crédito, ajuda de amigos)? SIM () NÃO ()

Caso sim, quais? _____

Trabalha com bancos? SIM () NÃO ()

Quantos? _____ Desde quando? _____

Utiliza quais operações bancárias

Cheques () Depósitos () Cartão débito () Cartão crédito () Limite do cheque especial ()

Faz ou já fez empréstimos / financiamentos? SIM () NÃO () Finalidade? _____

Possui aplicações: Poupança () Seguros () Ações () Outras _____

Aceita tickets / passes como moeda? SIM () NÃO ()

Utilização / destino dos lucros:

Consumo familiar () Investimento na própria atividade ()

Sobra dinheiro para outro investimento (qual?) _____

Publicidade:

Sua empresa faz propaganda? SIM () NÃO ()

Que tipo de propaganda? _____

Quais veículos / formas de comunicação? _____

Quem prepara a propaganda? Elaboração própria () Outra empresa () Agência publicidade ()

Como se dá a produção do material de divulgação da empresa: _____

Mercado: Qual abrangência de seu mercado consumidor (origem dos clientes):

Bairro () Cidade () Região (Sudeste Pará) () Estado(PA) () País () Exterior ()

O Sr.(a) considera que o seu mercado já foi : maior () menor () permanece estável ()

Perfil do consumidor: Empresas () Pessoas () (Baixa renda (), Classe média (), Alto poder aquisitivo().

Margem aproximada de lucro com a venda / produção das mercadorias (porcentagem) _____

Que formas de pagamento oferece aos clientes:

Dinheiro () Cartão débito () Cartão crédito () Cheque à vista () Cheque pré-datado () Fiado ()
 Troca/permuta ()

Caso trabalhe com cartão, desde quando? _____

Quais? _____

Quais são os seus concorrentes (outras empresas)? _____

Há mercado para todos? _____

Qual relação com a Associação Comercial? (ela auxilia o comércio e os comerciantes?)

Poder público:

O poder público cobra algum tipo de imposto / taxa? Qual? _____

Faz algum tipo de fiscalização? _____.

Já obteve algum tipo de benefício público (ex. isenção tarifas)? SIM () NÃO ()
Quais? _____.

Gostaria de receber algum apoio do poder público municipal ou estadual (crédito barato, alguma isenção de taxas?)

Questões gerais:

Está satisfeito com o trabalho que realiza? _____

Está satisfeito com o seu faturamento? _____

Pensa em mudar de negócio ou profissão (Curto , Médio , Longo prazo)? Em que situações?

APÊNDICE IV

Quadro síntese I - Circuito inferior da economia - Estabelecimentos pesquisados - Cidade Nova

Natureza do Estabelecimento e Localização	Principais Mercadorias ou Insumos	Imóvel / Ponto – características, tamanho e idade aproximados	Imóvel / ponto - Valor do aluguel ou da taxa mensal de uso	Organização da empresa / negócio e nº de empregados
1- Oficina de motocicleta e bicicleta, Rua A, Bairro Cidade Nova	Conserto e venda de peças de motocicleta e de bicicleta	Prédio comercial de alvenaria, 11m ² , cerca 30 anos	Prédio próprio	Formal – Trabalham o proprietário e 3 funcionários sem registro
2- Lanchonete, Rua A, Bairro Cidade Nova	Salgados, sucos, vitaminas, refrigerantes	Garagem adaptada em ponto comercial, 10m ² , 29 anos	Prédio próprio	Informal - Trabalha a proprietária com ajuda dos filhos, sem registro
3- Loja de confecções, Rua A, Bairro Cidade Nova	Roupas prontas	Prédio comercial de alvenaria, com boas instalações 12m ² , mais de 20 anos	Prédio Alugado/acima de R\$ 1000,00	Formal - Trabalham o proprietário, a filha e 1 funcionária, sem registro
4- Papelaria, Rua A, Bairro Cidade Nova	Material escolar: cadernos, papéis, canetas, lápis, xerox, impressões etc	Prédio comercial de alvenaria, 19m ² , 25 anos	Prédio alugado/acima de R\$ 1000,00	Formal - Trabalham o proprietário e 4 funcionários, com registro
5- Papelaria, Rua A, Bairro Cidade Nova	Material escolar: cadernos, papéis, canetas, lápis, xerox , impressões etc	Prédio comercial de alvenaria, 10m ² , 20 anos	Prédio alugado/acima de R\$ 1000,00	Formal - Trabalham o proprietário e 2 funcionários, com registro
6- Produtos importados, Rua A, Bairro Cidade Nova	Acessórios de celulares, eletrônicos	Garagem adaptada em ponto comercial, 12m ² , 25 anos	Prédio próprio	Informal - Trabalha apenas o proprietário, sem registro
7- Loja de artesanato, Rua A, Bairro Cidade Nova	Bijuterias, chapéus, bolsas, pinturas, cerâmicas	Prédio comercial de alvenaria, pequeno,10m ² , 20 anos	Prédio próprio	Informal - Trabalham a proprietária e 1 funcionária, sem registro
8- Estúdio fotográfico, Rua A, Cidade Nova	Fotografias, revelação de fotos, papelaria	Garagem adaptada em ponto comercial, 8m ² , 25 anos	Prédio próprio	Informal - Trabalham o proprietário e a esposa, sem registro
9- Comércio de produtos variados, Rua A, Bairro Cidade Nova	Venda de produtos domésticos	Prédio comercial de alvenaria, 15m ² ,	Prédio alugado	Formal - Trabalham o proprietário e 3 funcionários, com registro
10- Salão de beleza, Rua A, Bairro Cidade Nova	Serviços de cabeleireira	Cômodo adaptado em ponto comercial, 10m ² , 15 anos	Prédio alugado/acima de R\$ 1000,00	Informal -Trabalha a proprietária com 1 funcionária, sem registro
11- Vidraçaria, Rua A, Bairro Cidade Nova	Fabricação, instalação de prateleiras, boxes, vitrines de vidro	Prédio comercial, alvenaria, precário, 9m ² , 25 anos	Prédio próprio	Informal - Trabalham o proprietário e 4 funcionários, sem registro
12- Malharia, Rua A, Bairro Cidade Nova	Tecidos, cortinas	Prédio comercial, alvenaria, 10m ² , mais de 20 anos	Prédio próprio	Formal – Trabalham o proprietário e 2 funcionários, com registro

Continua...

Continuação...

13- Loja de confecções, Rua É, Bairro Cidade Nova	Roupas prontas	Prédio comercial, alvenaria, 20m ² , 15 anos	Prédio alugado/ Mais de R\$ 2 mil	Formal - Trabalham o proprietário e 5 funcionários, com registro
14- Loja de roupas, calçados, bolsas Rua É, Bairro Cidade Nova	Roupas prontas, vários tipos de calçados (sandálias, tênis) e bolsas (mala, mochilas, pastas)	Prédio comercial, alvenaria 16m ² , cerca de 25 anos	Prédio alugado/acima de R\$ 1000,00	Formal - Trabalham o proprietário e 4 funcionários com registro
15- Chaveiro, Rua É, Bairro Cidade Nova	Fabricação de cópias de chaves de carros, casas, motos, cadeados e fabricação de carimbos	Prédio comercial, alvenaria, 5m ²	Prédio cedido pela prefeitura	Formal - Trabalham o proprietário e a filha, sem registro
16- Loja de acessórios de carro, Rua É, Bairro Cidade Nova	Peças de carro	Prédio comercial, alvenaria, 20m ² , mais de 20 anos	Prédio alugado/ Mais de R\$ 1000,00	Formal - Trabalham o proprietário e 3 funcionários, com registro
17- Box de hortifrutigranjeiros, Feira do Produtor Rural	Produtos Hortifrutigranjeiros	Box de madeira, precária, 4m ²	Não paga aluguel e nem taxa pelo uso do espaço	Informal - Trabalham o proprietário e a esposa, sem registro
18- Barraca de venda e conserto de panelas, Feira do Produtor Rural	Venda e reparos de panelas	Barraca de madeira, precária, 4m ² , 17 anos (entorno da feira)	Não paga aluguel e nem taxa pelo uso do espaço	Informal - Trabalha apenas o proprietário, sem registro
19- Banca de produtos naturais e temperos, Feira do Produtor Rural	Garrafadas, ervas, sementes, raízes, cascas, temperos	Barraca de madeira, 4m ²	Não paga aluguel e nem taxa pelo uso do espaço	Informal, trabalha apenas o proprietário
20- Chaveiro, amola facas, alicates de unha, Feira do Produtor Rural (entorno)	Fabrica chaves, amola facas, alicates	Barraca de madeira, 4m ²	Não paga aluguel e nem taxa pelo uso do espaço	Informal - Trabalha apenas o proprietário, sem registro
21- Banca de Confecções, Feira do Produtor Rural	Roupas prontas	Barraca de madeira, 4m ²	Não paga aluguel e nem taxa pelo uso do espaço	Informal - Trabalha a proprietária com ajuda do esposo e dos filhos, sem registro
22-Banca de calçados, Feira do Produtor Rural	Calçados variados	Barraca de madeira, 4m ²	Não paga aluguel e nem taxa pelo uso do espaço	Informal - Trabalha apenas o proprietário, sem registro
23- Banca de CDs, DVDs, Feira do Produtor Rural (entorno)	Venda de CDs, DVDs. Pen-Drives	Barraca de madeira, 4m ²	Não paga aluguel e nem taxa pelo uso do espaço	Informal, trabalha só o proprietário
24-Banca de conserto de panelas, Feira do Produtor (entorno)	Venda e conserto de panelas usadas	Barraca de madeira, 4m ²	Não paga aluguel e nem taxa pelo uso do espaço	Informal - Trabalha apenas o proprietário, sem registro
25-Barraca de produtos cosméticos, Feira do Produtor (entorno)	Vende produtos cosméticos da Avon, Natura, principalmente perfumes e cremes	Barraca de madeira, 4m ²	Não paga aluguel e nem taxa pelo uso do espaço	Informal - Trabalham a proprietária e os filhos, sem registro

Continua...

Continuação...

26-Banca de comidas prontas, Feira do Produtor Rural	Refeição	Banca de madeira, 4m ² ,	Não paga aluguel e nem taxa pelo uso do espaço	Informal - Trabalham apenas a proprietária e 1 funcionária sem registro
27- Barraca de comidas prontas, Feira do Produtor Rural (entorno)	Venda de comidas variadas	Barraca de madeira, 8m ² , 19 anos	Não paga aluguel e nem taxa pelo uso do espaço	Informal - Trabalham a proprietária 1 funcionária sem registro
28- Banca de bebidas, Feira do Produtor Rural (entorno)	Bebidas variadas	Banca de madeira, 8m ²	Não paga aluguel e nem taxa pelo uso do espaço	Informal - Trabalha só o proprietário
29-Banca de raízes, ervas, sementes, Feira do Produtor Rural	Garrafadas, temperos, raízes, sementes, folhas	Banca de madeira, 4m ²	Não paga aluguel e nem taxa pelo uso do espaço	Informal - Trabalha só o proprietário. Às vezes conta com a ajuda dos filhos, sem registro
30- Barraca de venda e conserto de relógios-Feira do Produtor Rural (entorno)	Venda e conserto de relógios usados e novos e bijuterias	Barraca de madeira, precária, 5m ²	Não paga aluguel e nem taxa pelo uso do espaço	Informal - Trabalha somente o proprietário
31- Banca de hortifrutigranjeiros, Feira do Produtor Rural	Produtos Hortifrutigranjeiros	Barraca de madeira, precária, 4m ²	Não paga aluguel e nem taxa pelo uso do espaço	Informal - Trabalham o proprietário, esposa e filhos, sem registro
32-Amarinho, Rua F, Bairro Cidade Nova	Produtos de costura	Prédio comercial de alvenaria, 10m ²	Prédio cedido pela prefeitura. Não paga aluguel e nem taxa pelo uso do espaço	Informal - Trabalham o proprietário e o filho
33- Copiadora, Rua F, Bairro Cidade Nova	Xerox	Prédio comercial, alvenaria, 12m ² , cerca de 21 anos	Prédio alugado/ Mais de R\$ 1000,00	Informal - Trabalham o proprietário, esposa e 1 funcionário, sem registro
34- Sorveteria, Rua F, Bairro Cidade Nova	Fabricação e venda de sorvete e picolé	Prédio comercial de alvenaria, 10m ² , cerca de 23 anos	Prédio alugado/ Mais de R\$ 1000,00	Formal - Trabalham o proprietário e 2 funcionárias, com registro
35-Loja de calçados, Rua F, Bairro Cidade Nova	Venda de calçados variados	Prédio comercial de alvenaria, 20m ² , 24 anos	Prédio alugado/ acima de R\$ 1000,00	Formal - Trabalham o proprietário e 4 funcionários, com registro
36- Loja de aparelho de som, Rua F, Bairro Cidade Nova	Equipamentos de som: teclados, caixa de som, microfones, baterias, etc	Prédio comercial, 25m ² , 22 anos	Prédio próprio	Formal - Trabalham o proprietário e 3 funcionários, com registro
37-Loja de produtos descartáveis, Rua F, Bairro Cidade Nova	Embalagens, copos, produtos de aniversário e de festas	Prédio comercial de alvenaria, 24m ² , mais de 20 anos	Prédio alugado/acima de R\$ 1000,00	Formal - Trabalham o proprietário e 5 funcionários, com registro
38-Loja de produtos importados, Rua F, Bairro Cidade Nova	Aparelhos, eletrônicos, brinquedos, presentes, produtos domésticos	Prédio comercial de alvenaria, 20m ² , 23 anos	Prédio alugado/ acima de R\$ 1000,00	Formal - Trabalham o proprietário e 4 funcionários, com registro

Continua...

Continuação...

Natureza do Estabelecimento e Localização	Capital investido na abertura do negócio (quantia aproximada)	Local de origem das mercadorias / Margem de lucro líquido (aprox.)	Formas de pagamento aceitas pelos fornecedores	Formas de pagamento oferecidas aos clientes
1- Oficina de motocicleta e bicicleta, Rua A, Bairro Cidade Nova	Investiu cerca de R\$ 12 mil, há 9 anos	São Paulo/60%	Boleto	Dinheiro, cartão de crédito e débito
2- Lanchonete, Rua A, Bairro Cidade Nova	Investiu cerca de R\$ 3mil, há 11 anos	Da própria cidade/75%	Dinheiro, cartão de crédito e débito	Dinheiro
3- Loja de confecções, Rua A, Bairro Cidade Nova	Tem investido cerca de R\$ 300 mil, há 16 anos	De outras cidades do país: Goiás, Pernambuco, Ceará São Paulo, /100%	Dinheiro, cartão de crédito	Dinheiro, cartão de crédito e débito
4- Papelaria, Rua A, Bairro Cidade Nova	Investiu cerca de R\$ 8 mil, há 12 anos	De outras cidades/ 75%	Boleto	Dinheiro, cartão de crédito e débito
5- Papelaria, Rua A, Bairro Cidade Nova	Investiu cerca de R\$ 5 mil, há 9 anos	De outras cidades/100%	Boleto	Dinheiro, cartão de débito
6- Produtos importados, Rua A, Bairro Cidade Nova	Investiu cerca de R\$ 11 mil, há 12 anos	De São Paulo/50 a 100%	Dinheiro	Dinheiro. Pretende usar o cartão de crédito e débito como outras formas de pagamento
7- Loja de artesanato, Rua A, Bairro Cidade Nova	Não informou	Da própria cidade/ 100%	Dinheiro	Dinheiro
8- Estúdio fotográfico, Rua A, Cidade Nova	Investiu cerca de R\$ 600,00, há 19 anos	Da própria cidade e de outras cidades do país/ Não informou a margem de lucro	Dinheiro, cartão de crédito, boleto	Dinheiro
9- Comércio de produtos variados, Rua A, Bairro Cidade Nova	Investiu cerca de R\$ 25 mil, há 4 anos	De outras cidades do país/ 50 a 100%	Dinheiro, boleto, cartão de crédito	Dinheiro, cartão de crédito e débito
10- Salão de beleza, Rua A, Bairro Cidade Nova	Investiu cerca de R\$ 6 mil, há 2 anos	Do próprio bairro/100%	Dinheiro e cartão de crédito	Dinheiro, fiado
11- Vidraçaria, Rua A, Bairro Cidade Nova	Investiu cerca de R\$ 3 mil, há16 anos	De outras cidades/ 100%	Dinheiro, cartão de crédito	Dinheiro
12- Malharia, Rua A, Bairro Cidade Nova	Não lembra	De outras cidades do país: São Paulo, Fortaleza/ 50%	Cartão de crédito, boleto	Dinheiro, cartão de crédito e débito
13- Loja de confecções, Rua É, Bairro Cidade Nova	O investimento foi cerca de R\$ 30 mil, há 23 anos	De outras cidades: Ceará, Goiás, Pernambuco/De 50 a 90%	Dinheiro, cartão de crédito	Dinheiro, cartão de crédito e débito

Continua...

Continuação...

14- Loja de roupas, calçados, bolsas Rua É, Bairro Cidade Nova	O investimento foi cerca de R\$ 27 mil, mais de 10 anos	De outras cidades do país: Fortaleza, Goiânia, Santa Cruz, São Paulo	Dinheiro, boleto, cartão de crédito	Dinheiro, cartão de crédito e débito
15- Chaveiro, Rua É, Bairro Cidade Nova	O investimento inicial foi de R\$ 300,00/há 10 anos	Da própria cidade/ 100%	Dinheiro	Dinheiro, cartão de crédito e débito
16- Loja de acessórios de carro, Rua É, Bairro Cidade Nova	O investimento inicial foi de R\$ 25 mil/há 8 anos	De outras cidades do país/ 50%	Boleto	Dinheiro, cartão de crédito e débito
17- Barraca de hortifrutigranjeiros, Feira do Produtor Rural	O investimento inicial foi cerca R\$ 100,00, há 13 anos	Da própria cidade: Assentamento Palmares I/ 100%	Dinheiro	Dinheiro, fiado: somente para pessoas conhecidas
18- Barraca de conserto e venda de panelas, Feira do Produtor Rural	Necessitou apenas de ferramentas	Da própria cidade/ 100%	Dinheiro	Dinheiro
19- Banca de produtos naturais e temperos, Feira do Produtor Rural	Investiu cerca de R\$ 300,00, há 15 anos	Da própria cidade/ 100%	Dinheiro	Dinheiro
20- Chaveiro, amola facas, alicates de unha, Feira do Produtor Rural (entorno)	Investiu cerca de R\$ 300, há 10 anos	Da própria cidade/Não sabe	Dinheiro	Dinheiro
21- Banca de Confecções, Feira do Produtor Rural	Tem investido cerca R\$ 18 mil	Pernambuco, Ceará/ De 50 a 70%	Dinheiro	Dinheiro, fiado: somente para os amigos, vizinhos
22-Banca de calçados- Feira do Produtor	Não lembra	De outras cidades do país/ 30 a 50%	Dinheiro	Dinheiro
23- Banca de CDs, DVDs, Feira do Produtor Rural (entorno)	Investiu inicialmente R\$ 75,00, há 9 meses	Da própria cidade/ 100%	Dinheiro	Dinheiro
24-Banca de conserto de panelas, Feira do Produtor Rural (entorno)	Investiu inicialmente R\$ 75,00, há 9 meses	Da própria cidade/ 100%	Dinheiro	Dinheiro
25-Barraca de produtos cosméticos, Feira do Produtor Rural (entorno)	Investiu entorno de R\$ 500,00, há 3 anos	De outras cidades/ 50%	Boleto/duplicata	Dinheiro, fiado: somente para amigos
26-Barraca de comidas pronta-Feira do Produtor	Investiu R\$8 mil, há 6 anos	Do próprio bairro/Não sabe a margem de lucro	Dinheiro, fiado	Dinheiro
27- Barraca de comidas pronta-Feira do Produtor Rural (entorno)	Investiu cerca de R\$ 5 mil, há 16 anos	Da própria cidade/ Não sabe a margem de lucro	Dinheiro, cartão de crédito e débito	Dinheiro

Continua...

Continuação...

28- Barraca de bebidas, Feira do Produtor Rural (entorno)	Não lembra	Da própria cidade/ 20%	Dinheiro	Dinheiro, fiado: somente para amigos
29-Banca de raízes, ervas, sementes, Feira do Produtor Rural	Os materiais foram trazidos do Maranhão	Alguns matérias são oriundos da própria cidade outros são de cidades do Maranhão/ De 50 a 100%	Dinheiro, fiado	Dinheiro
30- Barraca de venda e conserto de relógios-Feira do Produtor Rural (entorno)	Investiu cerca de R\$ 200, há 14 anos	Da própria cidade/ Não sabe a margem de lucro	Dinheiro	Dinheiro
31- Banca de hortifrutigranjeiros, Feira do Produtor	Investiu cerca de R\$ 80,00, há 19 anos	Da própria cidade: sem-terra PA-275. Compra também de outras cidades do país/ 100%	Dinheiro, fiado	Dinheiro, fiado: para amigos conhecidos
32-Amarinho, Rua F, Bairro Cidade Nova	Investiu cerca de R\$ 2 mil, há 3 meses	De outras cidades do país/ De 10 a 50%	Dinheiro	Dinheiro
33- Copiadora, Rua F, Bairro Cidade Nova	Investiu cerca de R\$ 20 mil, há 7 anos	Da própria cidade/ 100%	Dinheiro, cartão de crédito	Dinheiro
34- Sorveteria, Rua F, Bairro Cidade Nova	Investiu cerca de R\$17 mil, há 2 anos	Da própria cidade/50%	Dinheiro	Dinheiro, cartão de crédito e débito
35-Loja de calçados, Rua F, Bairro Cidade Nova	Investiu cerca de R\$ 13 mil, há 9 anos	De outras cidades do país: São Paulo/ De 10 a 70%	Dinheiro, boleto	Dinheiro, cartão de crédito e débito
36- Loja de aparelho de som, Rua F, Bairro Cidade Nova	Investiu cerca de R\$ 50 mil, há 7 anos	De outras cidades do país /40 a 60%	Dinheiro, boleto	Dinheiro, cartão de crédito e débito
37-Loja de produtos descartáveis, Rua F, Bairro Cidade Nova	Não informou	De outras cidades do país/ Da própria cidade// 50%	Dinheiro, boleto	Dinheiro, cartão de crédito e débito
38-Loja de produtos importados, Rua F, Bairro Cidade Nova	Investiu cerca de R\$ 20 mil na época, há mais de 10 anos	De outras cidades do país: São Paulo/50%	Dinheiro, boleto, cartão de crédito	Dinheiro, cartão de crédito e débito

Continua...

Continuação...

Natureza do Estabelecimento e Localização	Perfil dos clientes: Origem predominante / Condição aparente	Recebeu benefícios públicos? / Gostaria de receber? Quais?	Salário médio dos empregados ou renda mensal do proprietário	Se sente satisfeito(a) com a atividade e com o faturamento?
1- Oficina de motocicleta e bicicleta, Rua A, Bairro Cidade Nova	Todas as classes sociais, em especial a classe média e de baixa renda/Da própria cidade	Nunca recebeu/gostaria de receber crédito barato	Paga R\$ 600,00 por mês para os funcionários	Está satisfeito com o negócio e com o faturamento
2- Lanchonete, Rua A, Bairro Cidade Nova	Classe de baixa renda/Do próprio bairro	Nunca recebeu/gostaria de receber crédito barato	Rende ao proprietário até R\$ 2 mil reais por mês	Está satisfeita com o negócio e com o faturamento
3- Loja de confecções, Rua A, Bairro Cidade Nova	Todas as classes sociais, em especial a classe média e de baixa renda/Da própria cidade e municípios vizinhos	Nunca recebeu/gostaria de receber crédito barato	Rende por mês cerca de 4 salários mínimos ao proprietário. E paga por mês R\$ 500,00 à funcionária	Está satisfeita com o negócio e com o faturamento
4- Papelaria, Rua A, Bairro Cidade Nova	Todas as classes sociais/Da própria cidade	Nunca recebeu, gostaria de receber crédito barato	Paga por mês 1 salário mínimo aos funcionários	Está satisfeito com o negócio, menos com o faturamento
5- Papelaria, Rua A, Bairro Cidade Nova	Todas as classes/Da própria cidade	Nunca recebeu, gostaria de receber crédito barato	Paga por mês 1 salário mínimo aos funcionários	Está satisfeito com o negócio e com o faturamento
6- Produtos importados, Rua A, Bairro Cidade Nova	Todas as classes, principalmente a classe média e de baixa renda/Da própria cidade e municípios vizinhos	Nunca recebeu, gostaria de receber crédito barato	Rende ao proprietário entorno de 4 salários mínimo por mês	Está satisfeito com o negócio e com o faturamento
7- Loja de artesanato, Rua A, Bairro Cidade Nova	Todas as classes/Da própria cidade e municípios vizinhos	Nunca recebeu, gostaria de receber crédito barato	Rende ao proprietário cerca de 3 salários mínimos por mês. Paga R\$ 100,00 por semana à funcionária	Está satisfeita com o negócio e com o faturamento
8- Estúdio fotográfico, Rua A, Cidade Nova	Todas as classes/ Da própria cidade	Nunca recebeu, gostaria de receber crédito barato	Rende ao proprietário cerca de R\$ 5 mil por mês	Está satisfeito com o negócio e com o faturamento
9- Comércio de produtos variados, Rua A, Bairro Cidade Nova	Todas as classes sociais/Da própria cidade e municípios vizinhos	Nunca recebeu, gostaria de receber crédito barato, isenção de taxas	Paga 1 salário mínimo por mês aos funcionários	Está muito satisfeito com o negócio e com o faturamento

Continua...

Continuação...

10- Salão de beleza, Rua A, Bairro Cidade Nova	Atende todas as classes, principalmente a classe média e de baixa renda/Do próprio bairro	Nunca recebeu, gostaria de receber todos os benefícios do governo	Paga por dia de R\$ 30,00, para a funcionária	Está muito satisfeita com o negócio e com o faturamento
11- Vidraçaria, Rua A, Bairro Cidade Nova	Todas as classes/ Da própria cidade	Nunca recebeu, gostaria de receber todos os benefícios	Valor combinado com o funcionário de acordo com a obra	Está satisfeita com o negócio e com o faturamento
12- Malharia, Rua A, Bairro Cidade Nova	Todas as classes, principalmente a classe média/Da própria cidade e municípios vizinhos	Nunca recebeu, gostaria de receber todos os benefícios	Paga por mês 1 salário mínimo aos funcionários mais o vale transporte	Está muito satisfeita com o negócio e com o faturamento
13- Loja de confecções, Rua É, Bairro Cidade Nova	Todas as classes sociais/Da própria cidade e municípios vizinhos	Nunca recebeu, gostaria de receber todos os benefícios	Paga por mês 1 salário mínimo aos funcionários	Está satisfeita com o negócio e com o faturamento, mesmo a economia estando em crise
14- Loja de confecções, calçados, bolsas Rua É, Bairro Cidade Nova	Atende todas as classes/Da própria cidade e municípios vizinhos	Nunca recebeu benefícios do governo, gostaria de receber isenção de taxas	Paga por mês 1 salário mínimo aos funcionários, mais o vale transporte	Está satisfeita com o negócio e com o faturamento, mesmo a economia estando em crise
15- Chaveiro, Rua É, Bairro Cidade Nova	Atende todas as classes/Da própria cidade	Nunca recebeu, gostaria de receber todos benefícios públicos	Não informou	Está satisfeita com o negócio e com o faturamento, mesmo a economia estando em crise
16- Loja de acessórios de carro, Rua É, Bairro Cidade Nova	Todas as classes, em especial a classe média/Da própria cidade e municípios vizinhos	Nunca recebeu, gostaria de receber todos os benefícios públicos	Paga por mês 1 salário mínimo aos funcionários	Está satisfeita com o negócio e com o faturamento, mesmo a economia estando em crise
17- Banca de hortifrutigranjeiros, Feira do Produtor Rural	Todas as classes/Da própria cidade	Nunca recebeu, gostaria de receber todos benefícios públicos	Rende por mês 2 salários mínimos ao proprietário	Está satisfeita com o negócio e com o faturamento
18- Barraca de conserto e venda de panelas, Feira do Produtor Rural	Todas as classes/Da própria cidade	Nunca recebeu, gostaria de receber todos benefícios público	Não informou	Está satisfeita com o negócio e com o faturamento
19- Banca de produtos naturais e temperos, Feira do Produtor	Todas as classes/Da própria cidade	Nunca recebeu, gostaria de receber todos benefícios público	Rende por mês 2 salários mínimos ao proprietário	Está satisfeita com o negócio e com o faturamento
20- Chaveiro, amola facas, alicates de unha, Feira do Produtor Rural (entorno)	Classe de baixa renda/Da própria cidade	Nunca recebeu, gostaria de receber toda ajuda do governo	Rende por mês ao proprietário cerca de 3 salários mínimos	Está satisfeita com o negócio e com o faturamento
21- Banca de Confecções, Feira do Produtor Rural	Todas as classes/ Da própria cidade	Nunca recebeu, gostaria de receber todos os benefícios públicos	Rende, às vezes, ao proprietário cerca de R\$ 800,00 por mês	Está satisfeita com o negócio, menos com o faturamento que deveria ser maior

Continua...

Continuação...

22-Banca de calçados, Feira do Produtor Rural	Classe de baixa renda/Da própria cidade	Nunca recebeu, gostaria de receber todos os benefícios públicos	Não informou	Está satisfeito com o negócio menos com o faturamento
23- Banca de CDs, DVDs, Feira do Produtor Rural (entorno)	Todas as classes, principalmente a de baixa renda/Da própria cidade	Nunca recebeu, não gostaria de receber ajuda do governo	Rende por semana ao proprietário cerca de R\$ 200,00	Está satisfeito com o negócio, menos com o faturamento que já foi muito maior
24-Banca de conserto de panelas, Feira do Produtor Rural (entorno)	Todas as classes, principalmente a de baixa renda/Da própria cidade	Nunca recebeu, não gostaria de receber ajuda do governo	Rende por semana ao proprietário cerca de R\$ 200,00	Está satisfeito com o negócio, menos com o faturamento que já foi muito maior
25-Barraca de produtos cosméticos, Feira do Produtor Rural (entorno)	Classe de baixa renda/Da própria cidade	Nunca recebeu, não gostaria de receber ajuda do governo	Não informou	Está satisfeito com o negócio menos com o faturamento
26-Barraca de comidas prontas, Feira do Produtor Rural	Classe de baixa renda/Da própria cidade	Nunca recebeu, não gostaria de receber ajuda do governo	Rende à proprietária cerca de R\$ 3 mil por mês. E paga R\$ 30,00, por dia para a funcionária	Está satisfeito com o negócio e com o faturamento
27- Barraca de comidas prontas, Feira do Produtor Rural (entorno)	Todas as classes/Da própria cidade	Nunca recebeu, não gostaria de receber ajuda do governo	Paga à funcionária R\$ 30,00, por dia	Está satisfeito com o negócio e com o faturamento
28- Barraca de bebidas, Feira do Produtor Rural (entorno)	Principalmente a classe de baixa renda/Do próprio bairro	Nunca recebeu benefícios do governo, gostaria de receber crédito barato	Não informou	Está satisfeito com o negócio, menos com o faturamento
29-Banca de raízes, ervas, sementes , Feira do Produtor Rural	Todas as classes/ Da própria cidade	Nunca recebeu, não gostaria de receber ajuda do governo	Não informou	Está muito satisfeito com o negócio, menos com o faturamento
30- Barraca de venda e conserto de relógios, Feira do Produtor Rural (entorno)	Todas as classes, principalmente a classe de baixa renda/Da própria cidade	Nunca recebeu, não gostaria de receber ajuda do poder público	Rende ao proprietário cerca R\$ de 90,00, por dia	Está muito satisfeito com o negócio, menos com o faturamento
31- Banca de hortifrutigranjeiros, Feira do Produtor Rural	Todas as classes sociais/ Da própria cidade	Nunca recebeu, gostaria de receber ajuda do poder público	Não informou	Está muito satisfeito com o negócio e com o faturamento
32-Amarinho, Rua F, Bairro Cidade Nova	Todas as classes, principalmente a classe média e de baixa renda/Da própria cidade e de municípios vizinhos	Prédio cedido pelo governo municipal	Rende ao proprietário R\$ 2 mil por mês	Está muito satisfeito com o negócio e com o faturamento

Continua...

Continuação...

33- Copiadora, Rua F, Bairro Cidade Nova	Todas as classes sociais, principalmente a classe média/Da própria cidade	Nunca recebeu benefícios do governo, gostaria de receber crédito barato	Paga 1 salário mínimo para o funcionário.	Está muito satisfeito com o negócio e com o faturamento
34- Sorveteria, Rua F, Bairro Cidade Nova	Todas as classes/ Da própria cidade	Nunca recebeu benefícios do governo, gostaria de receber crédito barato	Paga 1 salário mínimo para as duas funcionárias	Está muito satisfeito com o negócio e com o faturamento
35-Loja de calçados, Rua F, Bairro Cidade Nova	Todas as classes, principalmente a classe média e de baixa renda/Da própria cidade e de municípios vizinhos	Nunca recebeu benefícios do governo, gostaria de receber crédito barato	Paga 1 salário mínimo para os funcionários. Rende ao proprietário cerca de R\$ 5 mil ao proprietário	Está muito satisfeito com o negócio e com o faturamento. Pretende criar outra loja
36- Loja de aparelhos de som, Rua F, Bairro Cidade Nova	Todas as classes, principalmente a classe média e de alto poder aquisitivo/Da própria cidade e de municípios vizinhos	Nunca recebeu benefícios do governo, gostaria de receber crédito barato	Paga por mês 1 salário mínimo aos funcionários, mais o vale transporte	Está muito satisfeito com o negócio e com o faturamento
37-Loja de produtos descartáveis, Rua F, Bairro Cidade Nova	Todas as classes sociais/Da própria cidade	Nunca recebeu benefícios do governo, gostaria de receber isenção de taxas	Paga por mês 1 salário mínimo aos funcionários.	Está muito satisfeito com o negócio e com o faturamento. Vai criar outra loja
38-Loja de produtos importados, Rua F, Bairro Cidade Nova	Classe média e de baixa renda/Da própria cidade e municípios vizinhos	Nunca recebeu benefícios do governo, gostaria de receber crédito barato	Paga por mês 1 salário mínimo aos funcionários.	Está muito satisfeito com o negócio e com o faturamento

APÊNDICE V

Quadro síntese II- Circuito inferior da economia - Estabelecimentos pesquisados - Rio Verde

Natureza do Estabelecimento e Localização	Principais Mercadorias ou Insumos	Imóvel / Ponto – características, tamanho e idade aproximados	Imóvel / ponto - Valor do aluguel ou da taxa mensal de uso	Organização da empresa / negócio e nº de empregados
1- Loja de confecções, Rua do Comércio, Bairro Rio Verde	Roupas prontas	Prédio comercial de alvenaria, instalações antigas - cerca de 17m ² , mais de 20 anos	Prédio alugado, acima de R\$ 1000,00	Formal - Trabalham a proprietária e 4 funcionárias com registro
2- Loja de confecções, Rua do Comércio, Bairro Rio Verde	Roupas prontas	Prédio comercial de madeira, instalações antigas, precárias, 20m ² , mais de 20 anos	Prédio alugado R\$ 4 mil	Formal - Trabalham o proprietário, a filha e 1 funcionária com registro
3- Loja de produtos esportivos, Rua do Comércio, Bairro Rio Verde	Roupas de times de futebol, calçados, bolas, acessórios, etc.	Prédio comercial de alvenaria, instalações novas (passou por reforma) 21m ² , 22 anos	Prédio próprio	Formal - Trabalham o proprietário, a esposa e 4 funcionários com registro
4-Loja de bolsas, Rua do Comércio, Bairro Rio Verde	Malas, mochilas, pastas, bolsas	Prédio comercial de madeira, instalações antigas e precárias, 15m ² , em torno de 20 anos	Prédio alugado R\$ 3.700,00	Formal - Trabalham o proprietário e 1 funcionário sem registro
5-Loja de calçados, Rua do Comércio, Bairro Rio Verde	Calçados variados	Prédio comercial de alvenaria, 7m ² , cerca de 21 anos	Prédio alugado R\$ 3 mil	Informal - Trabalham o proprietário e 1 funcionário sem registro
6-Ouriversaria, Rua do Comércio, Bairro Rio Verde	Fabricação e conserto de joias	Prédio comercial de madeira, instalações antigas e precárias 12m ² , 24 anos	Prédio próprio	I Informal - Trabalha somente o proprietário
7-Loja de acessórios de celulares, Rua do Comércio, Bairro Rio Verde	Capas, carcaças, e carregadores de celulares, pendrives.	Prédio comercial de alvenaria, pequeno, 10m ² , em torno de 19 anos	Prédio alugado/acima de R\$ 1000,00	Formal - Trabalha somente o proprietário
8-Loja de acessórios de celulares, Rua do Comércio e produtos de informática, Bairro Rio Verde	Capas, carcaças, e carregadores de celulares e produtos de informática.	Prédio comercial de alvenaria, 10m ² , cerca de 25 anos	Prédio alugado/acima de R\$ 1000,00	Formal - Trabalham somente o proprietário e 4 funcionários com registro
9-Loja de produtos agropecuários, Rua do Comércio, Bairro Rio Verde	Produtos agropecuários diversos	Garagem adaptado em loja, 19m ² , mais de 20 anos	Prédio próprio	Formal - Trabalham o proprietário e 2 funcionários com registro

Continua...

Continuação...

10-Loja de variedades a partir de 1,99, Rua JK, Bairro Rio Verde,	Produtos domésticos, brinquedos, presentes	Ponto comercial de alvenaria, amplo bem organizado, 23m ² , cerca de 23 anos	Prédio alugado (não informou o valor do aluguel)	Formal - Trabalha o proprietário e 6 funcionários com registro
11-Loja de produtos de sorveteria e para festas, Rua JK, Bairro Rio Verde	Produtos para sorveterias e festas	Prédio comercial de alvenaria, amplo bem organizado, 20m ² , 19 anos	Prédio próprio	Formal - Trabalham o proprietário, esposa, filha e 4 funcionários com registro
12-Açougue-Rua JK, Bairro Rio Verde	Venda de carnes variadas	Prédio comercial de alvenaria, 10m ² , 11 anos	Prédio alugado/ acima de R\$ 1000,00	Formal - Trabalham o proprietário e 3 funcionários com registro
13-Depósito de bebidas, Rua JK, Bairro Rio Verde	Venda de bebidas variadas	Cômodo adaptado em ponto comercial, 10m ² , 19 anos	Prédio próprio	Informal - trabalham o proprietário e esposa
14-Lan house, Rua JK, Bairro Rio Verde	Internet, impressões, pesquisas, trabalhos escolares	Prédio comercial de alvenaria, bem conservado, 10m ² , cerca de 13 anos	Prédio próprio	Informal - Trabalham proprietário e o filho
15-Loja de venda de bolos, Rua JK, Bairro Rio Verde	Venda de bolos variados	Prédio comercial de alvenaria, 10m ² , cerca de 20 anos	Prédio alugado/ acima de R\$ 1000,00	Formal - Trabalham o proprietário e 4 funcionários com registro
15- Lanchonete, Praça da Cidadania, Bairro Rio Verde	Venda de salgados, sucos, refrigerantes	Prédio comercial de alvenaria, 5m ² , 15 anos	Alugado pela prefeitura/Faz cerca de 4 anos que a prefeitura não cobra a taxa de R\$ 20,00	Informal - Trabalham a proprietária e a neta sem registro
17- Loja de acessórios de celulares, bonés, bijuterias, guarda-chuvas, Rua JK, Bairro Rio Verde	Capas, carregadores de celulares, bonés, bijuterias, guarda-chuvas	Prédio comercial de alvenaria, 10m ² , trabalha no local 1 ano	Alugado/acima de R\$ 500,00	Informal - Trabalha somente o proprietário, sem registro
18- Loja de confecções, Rua JK, Bairro Rio Verde	Venda de roupas prontas	Prédio comercial de alvenaria em boas condições, 10m ² , trabalha no local há mais de 3 anos	Alugado/acima de R\$ 500,00	Informal - Trabalha somente o proprietário, sem registro
19- Estúdio de fotografia, Rua JK, Bairro Rio Verde	Serviços de fotografias, venda de porta-retratos	Prédio comercial de alvenaria, 12m ² , trabalha no local há 6 anos	Alugado/acima de R\$ 500,00	Formal- Trabalha somente o proprietário, sem registro
20-Loja de materiais de construção, Rua Jk, Bairro Rio Verde	Venda de materiais de construção	Prédio comercial de alvenaria, 17m ² , trabalha no local há 9 anos	Prédio próprio	Formal - Trabalham o proprietário e o filho, sem registro

Continua...

Continuação...

21- Cópia de chaves, xerox, fabricação de carimbos, Rua Sol Poente, Bairro Rio Verde	Cópia de chaves, fabricação de carimbos, xerox	Prédio comercial de alvenaria, 6m ² , cerca de 20 anos	Prédio alugado, de R\$ 500,00 a 1000,00	Informal - Trabalha somente o proprietário, sem registro
22-Relojoaria, Rua Sol Poente, Bairro Rio Verde	Venda e conserto de relógios	Instalações adaptada entre um prédio e outro, pequeno, 4m ² , cerca 9 anos	Cedido pelo dono	Informal - Trabalham o proprietário e 2 filhos, sem registro
23- Fabricação e conserto de estofados de carro e doméstico, Rua Sol Poente, Bairro Rio Verde	Fabricação e conserto de estofados de carros e domésticos	Cômodo adaptado em ponto comercial de madeira, instalações precárias, 8m ² , 20 anos	Prédio próprio	Informal - Trabalham o proprietário e 1 funcionário sem registro
24- Fabricação e conserto de ferragens, Rua Sol Poente, Bairro Rio Verde	Fabricação e conserto de ferragens: portão, portas, grades, calhas	Cômodo adaptado em ponto comercial, estrutura de madeira, instalações precárias, 10m ² , 19 anos	Prédio próprio	Informal - Trabalham o proprietário e 1 funcionário, sem registro
25-Loja de produtos usados, Rua Sol Poente, Bairro Rio Verde	Compra, venda e conserto de produtos usados: eletrodomésticos, móveis, eletrônicos	Prédio comercial de madeira, 20m ² , 20 anos	Prédio próprio	Informal - Trabalham o proprietário e a esposa, 1 funcionário, sem registro
26- Loja de produtos usados, Rua Sol Poente, Bairro Rio Verde	Compra, venda e conserto de produtos usados: eletrodomésticos, móveis, eletrônicos	Garagem adaptada em ponto comercial, m20 ² , 20 anos (foi reformado recentemente)	Prédio próprio	Informal - Trabalham o proprietário e 1 funcionário, sem registro
27-Loja de produtos cosméticos, Rua Sol Poente, Bairro Rio Verde	Venda de produtos cosméticos: Natura, Avon	Cômodo da casa adaptado em ponto comercial, 6m ² , 20 anos	Prédio próprio	Informal - Trabalha somente a proprietária, sem registro
28- Barbearia, Rua Sol Poente, Bairro Rio Verde	Corte de cabelo e barba	Prédio comercial de alvenaria, 6m ² , cerca de 15 anos	Prédio alugado/Mais de R\$ 1000,00	Formal - Trabalha somente o proprietário
29-Panificadora, Rua Sol Poente, Bairro Rio Verde	Fabricação de pães e bolos diversos	Ponto comercial de alvenaria com boas condições (foi reformado recentemente), 15m ² , 13 anos	Prédio próprio	Formal - Trabalham o proprietário, 2 parentes e 5 funcionários com registro
30-Armarinho, Rua Rio de Janeiro, Bairro Rio Verde	Venda de material de costura	Prédio comercial de alvenaria, 9m ² , 20 anos	Prédio próprio	Informal - Trabalha apenas a proprietária, sem registro

Continua...

Continuação...

31-Loja de produtos de informática, Rua Rio de Janeiro, Bairro Rio Verde	Venda de produtos de informática: teclados, impressoras, CPUs, roteadores	Prédio comercial de alvenaria, 12m ² , 20 anos	Prédio próprio	Formal - Trabalha o proprietário e 2 funcionários com registro
32-Loja de conserto e venda de celulares e informática, Rua Rio de Janeiro, Bairro Rio Verde	Conserto e venda de celulares e informática	Cômodo adaptado em ponto comercial, 10m ² , cerca de 20 anos	Prédio alugado, de 500,00 a 1000,00 R\$	Formal - Trabalham somente o proprietário e 1 funcionário sem registro
33- Loja de confecções e bijuterias, Rua Rio de Janeiro, Bairro Rio Verde	Venda de roupas prontas e bijuterias	Cômodo adaptado em ponto comercial, 10m ² , cerca de 26 anos	Prédio alugado, de R\$ 500,00 a 1000,00	Formal - Trabalham a proprietária e 1 funcionária sem registro
34-Oficina de motocicleta, Rua Rio de Janeiro, Bairro Rio Verde	Conserto e venda de peças de motocicleta	Cômodo adaptado em ponto comercial, 15m ² , 17 anos	Prédio alugado, de R\$ 500,00 a 1000,00	Informal - Trabalham o proprietário e 3 funcionários sem registro
35- Vidraçaria, Rua Rio de Janeiro, Bairro Rio de Verde	Instalação de vidros em janelas, portas, fabricação de prateleiras de vidro etc.	Prédio comercial de alvenaria, precário, 10m ² , cerca de 18 anos	Prédio próprio	Informal - Trabalham o proprietário e 4 funcionários sem registro
36- Loja de variedades, Rua Rio de Janeiro, Bairro Rio Verde	Venda de produtos domésticos, eletrônicos, brinquedos, presentes	Prédio comercial de alvenaria, 17m ² , cerca de 20 anos	Prédio alugado, de R\$ 500,00 a 1000,00	Formal - Trabalham o proprietário e 3 funcionários com registro
37-Loja de materiais de construção, Rua Rio de Janeiro, Bairro Rio Verde	Venda de materiais de construção	Prédio comercial de alvenaria, 20m ² , cerca de 20 anos	Prédio alugado, de R\$ 500,00 a 1000,00	Formal - Trabalham o proprietário e 2 funcionários com registro
38-Loja de brinquedos e produtos domésticos Rua Rio de Janeiro, Bairro Rio Verde	Venda de brinquedos e produtos domésticos diversos	Prédio comercial de alvenaria, 12m ² , cerca de 22 anos	Prédio alugado, de R\$ 500,00 a 1000,00	Formal - Trabalham a proprietária e 2 funcionários com registro
39-Oficina de motocicleta, Rua Rio de Janeiro, Bairro Rio Verde	Conserto e venda de peças de motocicleta	Prédio comercial de alvenaria, precário, 12m ² , 19 anos	Prédio próprio	Informal - Trabalham o proprietário e 3 funcionários sem registro
40- Box produtos medicinais e temperos- Mercado Municipal de Parauapebas	Venda de ervas, sementes, raízes medicinais e temperos	Box de alvenaria, 4m ²	Cedido pela prefeitura. Não paga aluguel e nem taxa pelo uso do espaço	Informal - Trabalha somente o proprietário, sem registro
41-Box mercearia- Mercado Municipal de Parauapebas	Venda de produtos diversos: farinha, arroz, feijão, temperos, etc	Box de alvenaria, 4m ²	Cedido pela prefeitura. Não paga aluguel e nem taxa pelo uso do espaço	Informal - Trabalha o proprietário. Às vezes conta com ajuda do filho e da esposa

Continua...

Continuação...

42- Box mercearia- Mercado Municipal de Parauapebas	Venda de produtos diversos: farinha, arroz, feijão, temperos, etc	Box de alvenaria, 4m ²	Cedido pela prefeitura. Não paga aluguel e nem taxa pelo uso do espaço	Informal - Trabalha somente o proprietário, sem registro
43-Box açougue- Mercado Municipal de Parauapebas	Venda de carnes diversas	Box de alvenaria, 4m ²	Cedido pela prefeitura. Não paga aluguel e nem taxa pelo uso do espaço	Informal - Trabalha o proprietário. No dia de domingo paga 1 funcionário, sem registro
44-Box açougue- Mercado Municipal de Parauapebas	Venda de carnes diversas	Box de alvenaria, 4m ²	Cedido pela prefeitura. Não paga aluguel e nem taxa pelo uso do espaço	Informal - Trabalham o proprietário e o filho, sem registro
45-Box hortifrutigranjeiros- Mercado Municipal de Parauapebas	Venda de produtos hortifrutigranjeiros	Barraca de madeira, instalações improvisadas, 4m ²	Cedido pela prefeitura. Não paga aluguel e nem taxa pelo uso do espaço	Informal - Trabalham o proprietário e a esposa, sem registro
46-Box de comidas prontas-Mercado Municipal de Parauapebas	Venda de comidas variadas	Box de alvenaria, 4m ²	Cedido pela prefeitura. Não paga aluguel e nem taxa pelo uso do espaço	Informal - Trabalham a proprietária e a filha, sem registro
47-Box de produtos regionais e temperos- Mercado Municipal de Parauapebas	Venda de produtos regionais: farinha, açaí e temperos diversos	Box de alvenaria, 4m ²	Cedido pela prefeitura. Não paga aluguel e nem taxa pelo uso do espaço	Informal - Trabalha somente o proprietário, sem registro
48-Tenda de confecções- Mercado Municipal de Parauapebas	Venda de roupas	Tenda coberta por lona, 5m ²	Cedido pela prefeitura. Não paga aluguel e nem taxa pelo uso do espaço	Informal - Trabalham a proprietária e a neta, sem registro
49-Tenda de lanches- Mercado Municipal de Parauapebas	Venda de lanches	Tenda coberta por lona, 6m ²	Cedido pela prefeitura. Não paga aluguel e nem taxa pelo uso do espaço	Informal - Trabalham o proprietário e esposa, sem registro
50-Barraca de hortifrutigranjeiros- Mercado Municipal de Parauapebas	Venda de produtos hortifrutigranjeiros	Barraca de madeira, instalações improvisados, 4m ²	Cedido pela prefeitura. Não paga aluguel e nem taxa pelo uso do espaço	Informal - Trabalha o proprietário e a esposa, sem registro

Continua...

Continuação...

Natureza do Estabelecimento e Localização	Capital investido na abertura do negócio (quantia aproximada)	Local de origem das mercadorias / Margem de lucro líquido (aprox.)	Formas de pagamento aceitas pelos fornecedores	Formas de pagamento oferecidas aos clientes
1- Loja de confecções, Rua do Comércio, Bairro Rio Verde	Investiu cerca de R\$ 5 mil/há mais de 12 anos	Goiás, Ceará, Pernambuco. Não informou a margem de lucro	Dinheiro, cartão de crédito	Dinheiro, cartão de crédito e débito
2- Loja de confecções, Rua do Comércio, Bairro Rio Verde	Investiu na época cerca de R\$ 6 mil, há mais de 15 anos	Goiás, Ceará, Pernambuco/ 100%	Dinheiro, cartão de crédito	Dinheiro
3- Loja de produtos esportivos, Rua do Comércio, Bairro Rio Verde	Tem investido hoje mais de R\$ 200 mil	De outras cidades do país. Não informou a porcentagem	Boleto	Dinheiro, cartão de crédito e débito
4-Loja de bolsas, Rua do Comércio, Bairro Rio Verde	Investiu cerca de R\$ 8 mil, há 12 anos	Goiás, Ceará, Pernambuco, São Paulo	Dinheiro	Dinheiro
5-Loja de calçados, Rua do Comércio, Bairro Rio Verde	Investiu cerca de R\$ 9 mil, há mais de 10 anos	São Paulo/ 40%	Dinheiro, cartão de crédito, débito, boleto	Dinheiro, cartão de crédito e débito
6-Ourivesaria, Rua do Comércio, Bairro Rio Verde	Apenas a mão de obra e ferramentas	Da própria cidade/100%	Dinheiro	Dinheiro
7-Loja de acessórios de celulares, Rua do comércio, Bairro Rio Verde	Investiu cerca de R\$ 4 mil há 1 ano	São Paulo/De 50 a 100%	Dinheiro	Dinheiro. Oferecerá em breve pagamentos em cartão de crédito e débito
8-Loja de acessórios de celulares e informática, Rua do comércio, Bairro Rio Verde	Tem investido mais de R\$ 20 mil há 3 meses	São Paulo/ 100%	Dinheiro, boleto	Dinheiro. Pretende em breve oferecer pagamentos em cartão de crédito e débito
9-Loja de produtos agropecuários, Rua do Comércio, Bairro Rio Verde	Investiu cerca de R\$ 45 mil, há 20 anos	De outras cidades do país/ De 50 a 80%	Boleto	Dinheiro, cartão de crédito e débito, cheque
10-Loja de variedades, Rua JK, Bairro Rio Verde,	Investiu cerca 20 mil/ há 10 anos	De outras cidades do país/De 30 a 50%	Boleto	Dinheiro, cartão de crédito e débito
11-Loja de produtos de sorveteria, Rua JK, Bairro Rio Verde	Não informou	De outras cidades do país/ 100%	Boleto	Dinheiro, cartão de crédito e débito
12-Açougue-Rua JK, Bairro Rio Verde	Na época investiu em torno de R\$ 30 mil, há 16 anos	Da própria cidade/ 50%	Dinheiro, Duplicata	Dinheiro
13-Depósito de bebidas, Rua JK, Bairro Rio Verde	Tem investido cerca de R\$ 10 mil	Da própria cidade/ 50%	Dinheiro	Dinheiro

Continua...

Continuação...

14-Lan house, Rua JK, Bairro Rio Verde	Investiu cerca de R\$ 12 mil, há 10 anos	Da própria cidade/ 100%	Dinheiro	Dinheiro e fiado somente para amigos
15-Loja de venda de bolos, Rua JK, Bairro Rio Verde	Investiu cerca de R\$ 20 mil, há 10 anos	Da própria cidade/ 50%	Dinheiro	Dinheiro e cartão de débito
16- Lanchonete, Praça da Cidadania, Bairro Rio Verde,	Investiu cerca de R\$ 1000,00	Do próprio bairro/100%	Dinheiro	Dinheiro
17- Loja de acessórios de celulares, bonés, bijuterias, guarda-chuvas, Rua JK, Bairro Rio Verde	Investiu na época cerca R\$ 4 mil, há 1 ano	De outras cidades do país/ 50%	Dinheiro	Dinheiro
18- Loja de confecções, Rua JK, Bairro Rio Verde	Tem investido atualmente cerca de R\$ 16 mil em mercadorias	De outras cidades do país/ De 50 a 100%	Dinheiro, cartão crédito	Dinheiro
19- Estúdio de fotografia, Rua JK, Bairro Rio Verde	Investiu cerca R\$ 700,00, na época, há 6 anos	Da própria cidade. Não sabe a margem de lucro	Dinheiro	Dinheiro
20-Loja de materiais de construção, Rua JK, Bairro Rio Verde	Investiu R\$ 17 mil. Tem hoje investido cerca de R\$ 45 mil	De outras cidades do país/100%	Boleto	Dinheiro, cartão de crédito, fiado: amigos próximos
21- Cópia de chaves, xerox, fabricação de carimbos, Rua Sol Poente, Bairro Rio Verde	Investiu R\$ 5 mil, há 8 anos	Da própria cidade/100%	Dinheiro	Dinheiro. Pretende em breve oferecer pagamentos em cartão de débito
22-Relojoaria, Rua Sol Poente, Bairro Rio Verde	Investiu na época cerca R\$ 300,00, há 3 anos	Da própria cidade/ 50%	Dinheiro	Dinheiro
23- Fabricação e conserto de estofados, Rua Sol Poente, Bairro Rio Verde	Investiu na época cerca de R\$ 200,00, na compra de tecidos, há 8 anos	Da própria cidade/ Não informou a margem de lucro	Dinheiro	Dinheiro
24- Fabricação e conserto de ferragens, Rua Sol Poente, Bairro Rio Verde	Investiu na época cerca de R\$ 3 mil/ há 20 anos	Da própria cidade/ 50%	Dinheiro	Dinheiro, fiado: amigos
25-Loja de produtos usados, Rua Sol Poente, Bairro Rio Verde	Investiu na época cerca de R\$ 20 mil, há quase 9 anos	Da própria cidade/De 30 a 50%	Dinheiro	Dinheiro
26- Loja de produtos usados, Rua Sol Poente, Bairro Rio Verde	Investiu na época cerca de R\$ 20 mil, 10 anos	Da própria cidade/ 50%	Dinheiro	Dinheiro

Continuação...

Continuação...

27-Loja de produtos cosméticos, Rua Sol Poente, Bairro Rio Verde	Investiu cerca de R\$ 800,00, há 6 anos	Faz pedido nas Revistas: Avon, Natura/ De 10 a 50%	Boleto/ Duplicata	Dinheiro, fiado: para os vizinhos conhecidos
28- Barbearia, Rua Sol Poente, Bairro Rio Verde	Investiu cerca de R\$ 3 mil. A maior parte do investimento foi para o aluguel do imóvel, 6 anos	Do próprio bairro/ 100%	Dinheiro	Dinheiro, fiado para os clientes próximos
28- Barbearia, Rua Sol Poente, Bairro Rio Verde	Investiu cerca de R\$ 3 mil. A maior parte do investimento foi para o aluguel do imóvel/há 6 anos	Do próprio bairro/ 100%	Dinheiro	Dinheiro, fiado para os clientes próximos
29-Panificadora, Rua Sol Poente, Bairro Rio Verde	Investiu mais de R\$ 60, há 13 anos	Da própria cidade/ 100%	Dinheiro, cartão de crédito e débito	Dinheiro e cartão de crédito e débito
30-Armarinho, Rua Rio de Janeiro, Bairro Rio Verde	Investiu cerca R\$ 5 mil, há 5 anos	De outras cidades/ Imperatriz-MA/ 10% a 60%	Dinheiro, cartão de crédito	Dinheiro
31-Loja de produtos de informática, Rua Rio de Janeiro, Bairro Rio Verde	Tem investido cerca de R\$ 60 mil, 2 anos	De outras cidades do país/De 30 a 50%	Boleto	Dinheiro e cartão de crédito e débito
32-Loja de conserto e venda de celulares e informática, Rua Rio de Janeiro, Bairro Rio Verde	Investiu cerca de R\$ 17 mil, há 7 anos	São Paulo/ 50%	Boleto	Dinheiro e cartão de crédito e débito
33- Loja de confecções e bijuterias, Rua Rio de Janeiro, Bairro Rio Verde	Investiu cerca de R\$ 10 mil, há 3 anos	De outras cidades do país/50%	Dinheiro, cartão de crédito	Dinheiro, fiado para as pessoas conhecidas
34-Oficina de motocicleta, Rua Rio de Janeiro, Bairro Rio Verde	Investiu na época cerca de R\$ 8 mil, há 2 anos	De outras cidades do país/ 40%	Boleto, dinheiro	Dinheiro
35- Vidraçaria, Rua Rio de Janeiro, Bairro Rio de Verde	Investiu cerca R\$ 3 mil no período, há 9 anos	Da própria cidade/ 60%	Dinheiro	Dinheiro
36- Loja de variedades, Rua Rio de Janeiro, Bairro Rio Verde	Investiu cerca de R\$ 13 mil, há 10 anos	De outras cidades do país/De 10 a 50%	Boleto	Dinheiro, cartão de crédito e débito
37-Loja de materiais de construção, Rua Rio de Janeiro, Bairro Rio Verde	Investiu cerca de R\$ 20 mil, há 16 anos	Compra a partir Revendedores/ representantes	Boleto	Dinheiro, cartão de crédito, débito e cheque

Continua...

Continuação...

38-Loja de brinquedos e produtos domésticos, Rua Rio de Janeiro, Bairro Rio Verde	Investiu cerca de R\$ 2 mil há 8 anos	São Paulo/ 100%	Boleto	Dinheiro, cartão de crédito e débito
39-Oficina de motocicleta, Rua Rio de Janeiro, Bairro Rio Verde	Investiu cerca de R\$ 4mil, há 5 anos	De Marabá/De 30 a 60%	Dinheiro	Dinheiro, fiado: somente para alguns amigos
40- Box produtos medicinais, Mercado Municipal de Parauapebas	Investiu cerca de R\$ 800,00/ há 20 anos	De outras cidades/ De 10 a 50%	Dinheiro	Dinheiro
41-Box mercearia, Mercado Municipal de Parauapebas	Não lembra	Da própria cidade/ De 10 a 50%	Dinheiro	Dinheiro
42- Box mercearia, Mercado Municipal de Parauapebas	Investiu cerca de R\$ 3 mil, há 15 anos	Da própria cidade/ De 10 a 50%	Dinheiro	Dinheiro
43-Box açougue, Mercado Municipal de Parauapebas	Investiu cerca de R\$ 2 mil, há 13 anos	Da própria cidade/ 30%	Dinheiro	Dinheiro
44-Box açougue, Mercado Municipal de Parauapebas	Investiu cerca de R\$ 3 mil, há 15 anos	Da própria cidade	Dinheiro	Dinheiro, fiado: somente para pessoas conhecidas
45-Box hortifrutigranjeiros, Mercado Municipal de Parauapebas	Investiu cerca de R\$ 200,00/ há 15 anos	Da própria cidade/ assentamento Palmares I/ 100%	Dinheiro, fiado	Dinheiro, fiado: somente para pessoas conhecidas
46-Box de comidas prontas, Mercado Municipal de Parauapebas	Tem investido cerca de R\$ 8 mil	Da própria cidade/50%	Dinheiro, fiado	Dinheiro, fiado: somente para pessoas conhecidas
47-Box de produtos regionais, Mercado Municipal de Parauapebas	Investiu cerca de R\$ 1000,00, há 17%	De outras cidades/ Não sabe a margem de lucro	Dinheiro	Dinheiro
48-Tenda de confecções, Mercado Municipal de Parauapebas	Investiu cerca R\$ 3 mil/ Tem hoje investido R\$ 16 mil	Goiás, Ceará, Pernambuco/20 a 60%	Dinheiro	Dinheiro, fiado: somente para pessoas conhecidas
49-Tenda de lanches, Mercado Municipal de Parauapebas	Investiu cerca de R\$ 200, há 10 anos	Da própria cidade/ 40%	Dinheiro	Dinheiro
50-Barraca de hortifrutigranjeiros, Mercado Municipal de Parauapebas	Investiu cerca de R\$ 200,00/há 12 anos	De outras cidades/ 100%	Dinheiro, fiado	Dinheiro, fiado: para pessoas conhecidas

Continua...

Continuação...

Natureza do Estabelecimento e Localização	Perfil dos clientes: Origem predominante / Condição aparente	Recebeu benefícios públicos? / Gostaria de receber? Quais?	Salário médio dos empregados ou renda mensal do proprietário	Se sente satisfeito(a) com a atividade e com o faturamento?
1- Loja de confecções, Rua do Comércio, Bairro Rio Verde	Classe média e de baixa renda/Da própria cidade e municípios vizinhos	Nunca recebeu benefícios públicos, gostaria de receber crédito barato	Paga por mês 1 salário mínimo aos funcionários	Está satisfeito com o negócio e com o faturamento
2- Loja de confecções, Rua do Comércio, Bairro Rio Verde	Classe média e de baixa renda/Da própria cidade e municípios vizinhos	Nunca recebeu benefícios públicos, gostaria de receber crédito barato	Paga por mês 1 salário mínimo aos funcionários	Está satisfeito com o negócio e com o faturamento
3- Loja de produtos esportivos, Rua do Comércio, Bairro Rio Verde	Todas as classes sociais, em especial a classe média/Da própria cidade e municípios vizinhos	Nunca recebeu benefícios públicos, gostaria de receber crédito barato	Paga por mês 1 salário mínimo aos funcionários	Está satisfeito com o negócio e com o faturamento
4-Loja de bolsas, Rua do Comércio, Bairro Rio Verde	Classe de baixa renda/Da própria cidade e municípios vizinhos	Nunca recebeu benefícios públicos, gostaria de receber crédito barato	Paga R\$ 600,00, à funcionários	Está satisfeito com o negócio e com o faturamento
5-Loja de calçados, Rua do Comércio, Bairro Rio Verde	Classe de baixa renda/Da própria cidade e municípios vizinhos	Nunca recebeu benefícios públicos, gostaria de receber todos os benefícios públicos	Paga por mês 1 salário mínimo aos funcionários	Está satisfeito com o negócio e com o faturamento
6-Ouriversaria, Rua do Comércio, Bairro Rio Verde	Todas as classes sociais/Da própria cidade	Nunca recebeu benefícios públicos, gostaria de receber crédito barato	Não informou o rendimento	Está satisfeito com o negócio e com o faturamento
7-Loja de acessórios de celulares, Rua do comércio, Bairro Rio Verde	Todas as classes sociais/Da própria cidade e municípios vizinhos	Nunca recebeu benefícios públicos, gostaria de receber crédito barato	Rende ao proprietário cerca R\$ de 1000,00, semanais	Está satisfeito com o negócio e com o faturamento
8-Loja de acessórios de celulares, Rua do comércio e informática, Bairro Rio Verde	Todas as classes sociais/Da própria cidade	Nunca recebeu benefícios públicos, gostaria de receber isenção de taxas	Paga por mês 1 salário mínimo aos funcionários	Está satisfeito com o negócio e com o faturamento e pretende abrir outra loja
9-Loja de produtos agropecuários, Rua do Comércio, Bairro Rio Verde	Todas as classes sociais/Da própria cidade e municípios vizinhos	Nunca recebeu benefícios públicos, gostaria de receber isenção de taxas	Paga por mês 1 salário mínimo aos funcionários	Está satisfeito com o negócio, menos com o faturamento

Continua...

Continuação...

10-Loja de variedades, Rua JK, Bairro Rio Verde,	Todas as classes sociais, principalmente a classe média e de baixa renda/Da própria cidade e municípios vizinhos	Nunca recebeu benefícios públicos, gostaria de receber isenção de taxas	Paga por mês 1 salário mínimo aos funcionários	Está satisfeito com o negócio e com o faturamento
11-Loja de produtos de sorveteria, Rua JK, Bairro Rio Verde	Todas as classes sociais/Da própria cidade	Nunca recebeu benefícios públicos e não gostaria de receber	Paga por mês 1 salário mínimo aos funcionários	Está satisfeito com o negócio e com o faturamento
12-Açougue-Rua JK, Bairro Rio Verde	Todas as classes sociais em especial a classe de baixa renda/ Do próprio bairro	Nunca recebeu benefícios públicos, gostaria de receber isenção de taxas e crédito barato	Paga por mês 1 salário mínimo aos funcionários	Está satisfeito com o negócio e com o faturamento. Vai abrir outro açougue
13-Depósito de bebidas, Rua JK, Bairro Rio Verde	Todas as classes, principalmente a classe média e de baixa renda/Do próprio bairro	Nunca recebeu benefícios públicos e não gostaria de receber	Rende ao proprietário cerca 2 salários mínimos mensais	Está satisfeito com o negócio e com o faturamento
14-Lan house, Rua JK, Bairro Rio Verde	Classe de baixa renda/Do próprio bairro	Nunca recebeu benefícios públicos, gostaria de receber isenção de taxas e crédito barato	Rende ao proprietário cerca de R\$ 2 mil mensais	Está satisfeito com o negócio e com o faturamento
14-Loja de venda de bolos, Rua JK, Bairro Rio Verde	Todas as classes sociais/Da própria cidade	Nunca recebeu benefícios públicos, gostaria de receber isenção de taxas e crédito barato	Paga por mês 1 salário mínimo aos funcionários	Está satisfeito com o negócio e com o faturamento. Esta investindo em outra loja de venda de bolos
15- Barraca de lanches, Praça da Cidadania, Bairro Rio Verde	Classe de baixa renda/Da própria cidade	Nunca recebeu benefícios públicos, gostaria de receber isenção de taxas e crédito barato	Paga à funcionária R\$ 100,00, por semana	Está satisfeito com o negócio e com o faturamento
16- Lanchonete, Praça da Cidadania, Bairro Rio Verde	Classe de baixa renda/Da própria cidade e municípios vizinhos	Nunca recebeu benefícios públicos, gostaria de receber isenção de taxas e crédito barato	Rende à proprietária cerca de 2 salários mínimos mensais	Está satisfeito com o negócio e com o faturamento
17- Loja de acessórios de celulares, bonés, bijuterias, guarda-chuvas, Rua JK, Bairro Rio Verde	Classe de baixa renda/Da própria cidade e municípios vizinhos	Nunca recebeu benefícios públicos, gostaria de receber isenção de taxas e crédito barato	Não informou o rendimento	Está satisfeito com o negócio e com o faturamento
18- Loja de confecções, Rua JK, Bairro Rio Verde	Classe de baixa renda/Da própria cidade e municípios vizinhos	Nunca recebeu benefícios públicos, gostaria de receber isenção de taxas e crédito barato	Rende cerca de 2 salários mínimos ao proprietário, por mês	Está satisfeito com o negócio e com o faturamento

Continua...

Continuação...

19- Estúdio de fotografia, Rua JK, Bairro Rio Verde	Todas as classes/ Da própria cidade	Nunca recebeu benefícios públicos, gostaria de receber isenção de taxas e crédito barato	Não informou o rendimento	Está satisfeito com o negócio e com o faturamento
20-Loja de materiais de construção, Rua JK, Bairro Rio Verde	Todas as classes/ Da própria cidade	Nunca recebeu benefícios públicos, gostaria de receber isenção de taxas e crédito barato	Rende ao proprietário cerca de 4 salários mínimos	Está satisfeito com o negócio e com o faturamento
21- Cópia de chaves, xerox, fabricação de carimbos, Rua Sol Poente, Bairro Rio Verde	Classe de baixa renda/Da própria cidade	Nunca recebeu benefícios públicos, gostaria de receber isenção de taxas e crédito barato	Rende ao proprietário cerca de 3 salários mínimos mensais	Está satisfeito com o negócio. O faturamento poderia ser maior
22-Relojoaria, Rua Sol Poente, Bairro Rio Verde	Classe de baixa renda/Da própria cidade	Nunca recebeu benefícios públicos, não gostaria de receber	Rende ao proprietário cerca de 2 salários mínimos mensais	Está satisfeito com o negócio e com o faturamento
23- Fabricação e conserto de estofados, Rua Sol Poente, Bairro Rio Verde	Classe média/Da própria cidade	Nunca recebeu benefícios públicos, não gostaria de receber	Paga R\$ 100,00 por semana ao funcionário	Está satisfeito com o negócio, menos com o faturamento
24- Fabricação e conserto de ferragens, Rua Sol Poente, Bairro Rio Verde	Todas as classes sociais/Da própria cidade	Nunca recebeu benefícios públicos, gostaria de receber crédito barato	Rende ao proprietário cerca de 5 mil por mês. Paga R\$ 40,00, por dia, para o funcionário	Está satisfeito com o negócio e com o faturamento
25-Loja de produtos usados, Rua Sol Poente, Bairro Rio Verde	Classe de baixa renda/Da própria cidade	Nunca recebeu benefícios públicos, gostaria de receber isenção de taxas	Paga ao funcionário R\$ 600,00, por mês	Está satisfeito com o negócio e com o faturamento
26- Loja de produtos usados, Rua Sol Poente, Bairro Rio Verde	Classe de baixa renda/Da própria cidade	Nunca recebeu benefícios públicos, gostaria de receber crédito barato	Rende à proprietária cerca de 4 salários mínimos por mês	Está satisfeito com o negócio e com o faturamento, porém as vendas caíram
27-Loja de produtos cosméticos, Rua Sol Poente, Bairro Rio Verde	Classe de baixa renda/Do próprio bairro e cidade	Nunca recebeu benefícios públicos, gostaria de receber crédito barato	Rende à proprietária cerca de 2 salários mensais	Está satisfeito com o negócio e com o faturamento
28- Barbearia, Rua Sol Poente, Bairro Rio Verde	Todas as classes sociais/Do próprio bairro	Nunca recebeu benefícios públicos, gostaria de receber isenção de taxas	Rende ao proprietário cerca de 3 salários mínimos mensais	Está muito satisfeito com o negócio e com o faturamento

Continua...

Continuação...

29-Panificadora, Rua Sol Poente, Bairro Rio Verde	Todas as classes/ Do próprio bairro	Nunca recebeu benefícios públicos, gostaria de receber isenção de taxas e crédito barato	Paga por mês 1 salário mínimo aos funcionários	Está muito satisfeito com o negócio, menos com o faturamento
30-Armarinho, Rua Rio de Janeiro, Bairro Rio Verde	Classe de baixa renda/Da própria cidade	Nunca recebeu benefícios públicos, gostaria de receber isenção de taxas e crédito barato	----	Está muito satisfeito com o negócio, menos com o faturamento
31-Loja de produtos de informática, Rua Rio de Janeiro, Bairro Rio Verde	Todas as classes sociais, principalmente a classe média/Da própria cidade e municípios vizinhos	Nunca recebeu benefícios públicos, gostaria de receber isenção de taxas e crédito barato	Paga por mês 1 salário mínimo aos funcionários	Está satisfeito com o negócio e com o faturamento
32-Loja de conserto e venda de celulares e informática, Rua Rio de Janeiro, Bairro Rio Verde	Todas as classes sociais, principalmente a classe média/Da própria cidade	Nunca recebeu benefícios públicos, gostaria de receber isenção de taxas e crédito barato	Paga por mês 1 salário mínimo aos funcionários	Está satisfeito com o negócio e com o faturamento. Porém, em decorrência da crise econômica, as vendas caíram
33- Loja de confecções e bijuterias, Rua Rio de Janeiro, Bairro Rio Verde	Classe de baixa renda e classe média/Da própria cidade	Nunca recebeu benefícios públicos, gostaria de receber isenção de taxas	Paga R\$ 500,00, por mês para a funcionária . Rende 4 salários mínios por mês ao proprietário	Está muito satisfeito com o negócio, menos com o faturamento
34-Oficina de motocicleta, Rua Rio de Janeiro, Bairro Rio Verde	Todas as classes sócias, principalmente a classe média e de baixa renda/Do próprio bairro	Nunca recebeu benefícios públicos, gostaria de receber isenção de taxas e crédito barato	Paga, por mês, 1 salário mínimo aos funcionários	Está muito satisfeito com o negócio, menos com o faturamento
35- Vidraçaria, Rua Rio de Janeiro, Bairro Rio de Verde	Todas as classes sociais/Da própria cidade	Nunca recebeu benefícios públicos, gostaria de receber isenção de taxas e crédito barato	A remuneração aos funcionários é dada de acordo com a obra	Está muito satisfeito com o negócio, menos com o faturamento. A crise econômica tem implicado na da construção civil
36- Loja de variedades, Rua Rio de Janeiro, Bairro Rio Verde	Principalmente para classe de baixa renda/Da própria cidade	Nunca recebeu benefícios públicos, gostaria de receber isenção de taxas e crédito barato	Paga um salário mínimo aos funcionários	Está satisfeito com o negócio e com a remuneração
37-Loja de materiais de construção, Rua Rio de Janeiro, Bairro Rio Verde	Todas as classes sociais/Do próprio bairro	Nunca recebeu benefícios públicos, gostaria de receber isenção de taxas e crédito barato	Paga, por mês, 1 salário mínimo aos funcionários	Está muito satisfeito com o negócio, menos com o faturamento. A crise econômica tem implicado na oferta de trabalho

Continua...

Continuação...

38-Loja de brinquedos e produtos domésticos, Rua Rio de Janeiro, Bairro Rio Verde	Todas as classes sociais, em especial a classe média/Da própria cidade	Nunca recebeu benefícios públicos, gostaria de receber isenção de taxas e crédito barato	Paga por mês 1 salário mínimo aos funcionários	Está satisfeito com o negócio e com a remuneração
39-Oficina de motocicleta, Rua Rio de Janeiro, Bairro Rio Verde	Classe média e de baixa renda/Da própria cidade	Nunca recebeu benefícios públicos, gostaria de receber isenção de taxas e crédito barato	Paga R\$ 500,00, por mês aos funcionários	Está satisfeito com o negócio e com a remuneração
40- Box de produtos medicinais, Mercado Municipal de Parauapebas	Todas as classes sociais/Da própria cidade	Nunca recebeu benefícios públicos, gostaria toda e qualquer forma de benefício do poder público	Rende cerca de 1 salário mínimo por mês ao proprietário	Está satisfeito com o negócio e com a remuneração
41-Box mercearia, Mercado Municipal de Parauapebas	Classe de baixa renda/Do próprio bairro	Nunca recebeu benefícios públicos, gostaria de toda e qualquer forma de benefício do poder público	Não informou o rendimento	Está satisfeito com o negócio, menos com a remuneração
42- Box mercearia, Mercado Municipal de Parauapebas	Classe de baixa renda/Do próprio bairro	Nunca recebeu benefícios públicos, gostaria toda e qualquer forma de benefício do poder público	Não informou o rendimento	Está satisfeito com o negócio e com a remuneração
43-Box açougue, Mercado Municipal de Parauapebas	Classe de baixa renda/Da própria cidade	Nunca recebeu benefícios públicos, gostaria crédito barato	Rende ao proprietário cerca de 2 salários mínimos mensais. Paga R\$ 25,00, por dia ao funcionário	Está satisfeito com o negócio, menos com a remuneração
44-Box açougue, Mercado Municipal de Parauapebas	Todas as classes/ Da própria cidade	Nunca recebeu benefícios públicos, gostaria toda e qualquer forma de benefício do poder público	Rende ao proprietário cerca de 3 salários mínimos mensais	Está satisfeito com o negócio e com a remuneração
45-Box hortifrutigranjeiros- Mercado Municipal de Parauapebas	Todas as classes/Da própria cidade	Nunca recebeu benefícios públicos, não gostaria de receber	Rende ao proprietário 1 salário mínimo mensal	Está satisfeito com o negócio e com a remuneração
46-Box de comidas prontas, Mercado Municipal de Parauapebas	Classe de baixa renda/Da própria cidade	Nunca recebeu benefícios públicos, gostaria de receber crédito barato	Rende cerca de 2 salários mínimos mensais ao proprietário	Está satisfeito com o negócio, menos com a remuneração
47-Box de produtos regionais, Mercado Municipal de Parauapebas	Todas as classes sociais em especial a classe média/Da própria cidade	Nunca recebeu benefícios públicos e não gostaria de receber	Não informou o rendimento	Está satisfeito com o negócio, menos com a remuneração

Continua...

Continuação...

48-Tenda de confecções, Mercado Municipal de Parauapebas	Classe de baixa renda/Da própria cidade	Nunca recebeu benefícios públicos, gostaria de receber crédito barato	Rende em torno de 2 salários mínimo mensais ao proprietário	Está satisfeito com o negócio, menos com a remuneração
49-Tenda de lanches, Mercado Municipal de Parauapebas	De todas as classes sociais/Da própria cidade	Nunca recebeu benefícios públicos, gostaria de receber crédito barato	Rende cerca de 4 salários mínimos mensais ao proprietário	Está satisfeito com o negócio e com a remuneração
50-Box de produtos hortifrutigranjeiros, Mercado Municipal de Parauapebas	Todas as classes sociais/Da própria cidade	Nunca recebeu benefícios públicos, gostaria de receber todos os benefícios públicos	Rende cerca de 2 salários mínimos mensais ao proprietário	Está satisfeito com o negócio, menos com a remuneração. As vendas caíram por causa da atual crise econômica